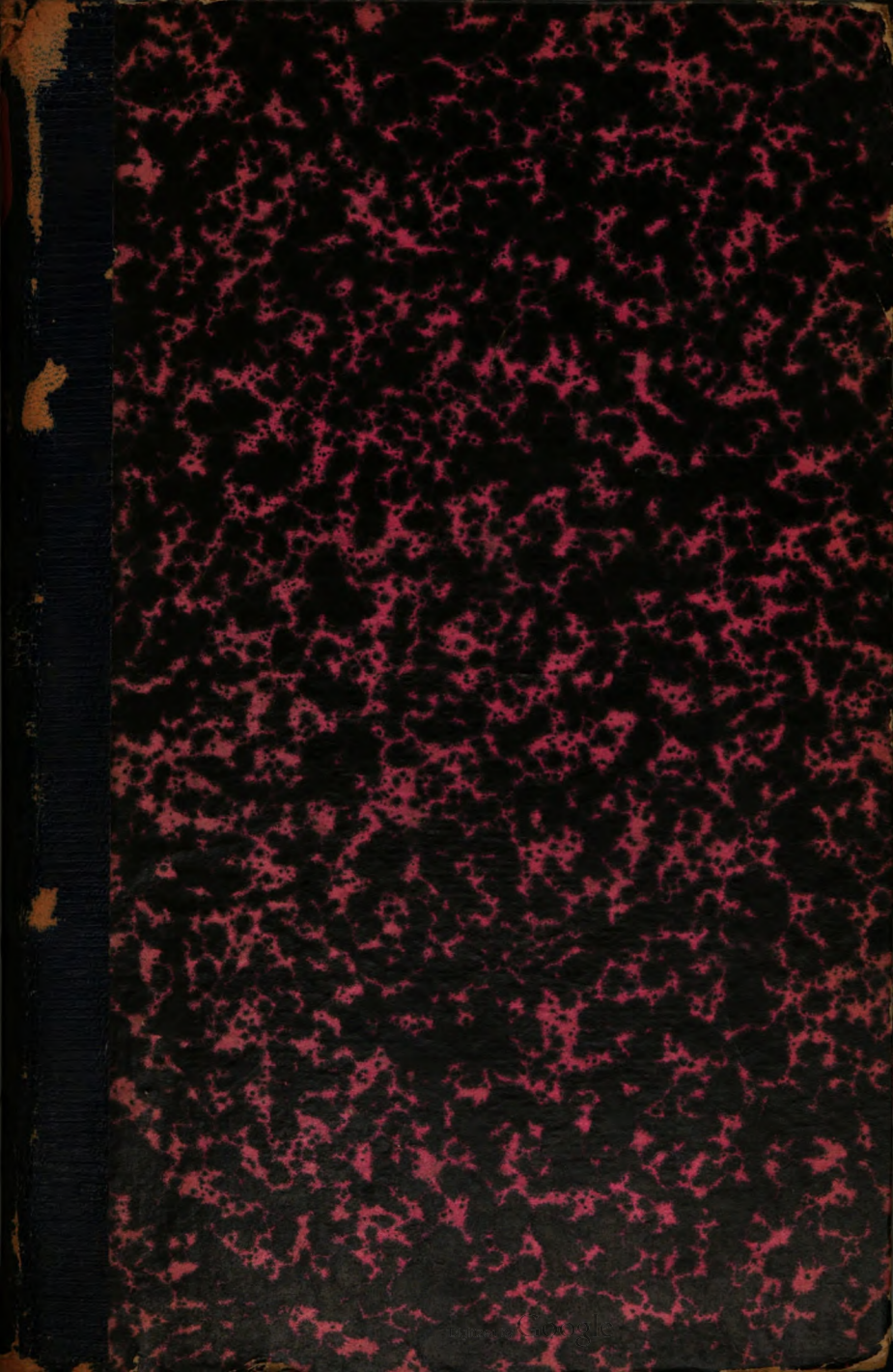




SA 5828.81,

Harvard College Library



THE GIFT OF

EDWIN VERNON MORGAN

(Class of 1890)

AMERICAN AMBASSADOR TO BRAZIL









---

# APONTAMENTOS HISTORICOS

---

## OBRAS DO MESMO AUTOR

- Criminosos celebres.** — Episodios historicos: Pedro Hespanhol, Vasco de Moraes, os Salteadores da Ilha da Caqueirada. 1 v. in-8º enc. 3\$000, br..... 2\$000
- Curiosidades.** — Noticias e Variedades Historicas Brasileiras. 1 v. in-8º enc. 3\$000, br..... 2\$000
- Homens do passado.** — Chronicas dos seculos XVIII e XIX. 1 v. in-8º enc. 3\$000, br..... 2\$000
- Os Francezes no Rio de Janeiro.** — Romance historico. 1 v. in-8º enc. 3\$000, br..... 2\$000
- Lourenço de Mendonça.** — Episodio dos tempos coloniaes. 1 v. in-8º enc. 3\$000, br..... 2\$000
- Mosaico Brasileiro,** ou collecção de ditos, respostas, pensamentos, epigrammas, poesias, anedotas, curiosidades e factos historicos de brasileiros illustres. 1 volume in-8º enc..... 3\$000
- O Rio de Janeiro,** sua historia, monumentos, homens notaveis, usos e curiosidades. 2 vs. in-4.º..... 15\$000
- Compendio da historia antiga,** adoptado pelo Conselho Director da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte. 1 v. in-8º..... 3\$000

## OBRAS DIVERSAS

- ESQUIROS (A.).** — **Historia dos martyres da liberdade,** vertida da lingua franceza por A. Gallo, e augmentada com episodios tirados da Historia do Brazil e da de Portugal. 2 vs. in-1º enc. 10\$000, br..... 8\$000
- FERNANDES PINHEIRO** (Conego Dr. Joaquim Caetano). — **Estudos historicos brasileiros.** 2 fortes vols. in-8º br. 6\$000, enc..... 8\$000
- Nesta importante obra, colleccionou o autor os seus mais notaveis trabalhos historicos, escriptos em diversas épocas. São os seguintes: — I. Ensaio sobre os Jesuitas. — II. França Antartica. — III. Brazil Hollandez. — IV. As Batalhas de Guararapes. — V. A Carioca (1.º Volume). — VI. Luiz do Rego e a Posteridade. — VII. Antonio José e a Inquisição. — VIII. Os ultimos vice-reis do Brazil. — IX. A Academia Brazileira dos Esquecidos. — X. A Academia dos Renascidos. — XI. Motins Politicos e Militares no Rio de Janeiro. (2.º Volume).
- GAY** (Conego João Pedro). — **Historia da republica jesuitica do Paraguay** desde o descobrimento do Rio de la Plata até nossos dias, publicada por deliberação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. 1 grosso v. in-1º enc. 10\$000, br..... 8\$000
- PEREIRA DA SILVA.** — **Historia da fundação do Imperio Brasileiro.** 2.ª edição correcta. 3 volumes in-4º..... 20\$000

---

Typ. Perseverança, rua do Hospicio n. 65.



# APONTAMENTOS HISTORICOS

PELO

DR. MOREIRA DE AZEVEDO

Socio do Instituto Historico  
Geographico e Etnographico do Brazil e de outras  
Sociedades Litterarias.



RIO DE JANEIRO.

B. L. GARNIER. — LIVREIRO-EDITOR.

N. 71. — RUA DO OUVIDOR. — N. 71.

—  
1881.

SA 5828.81

**HARVARD COLLEGE LIBRARY**

**GIFT OF**

**EDWIN VERNON MORGAN**

**OCT. 22, 1915.**



**INSTITUTO HISTORICO GEOGRAPHICO E ETNOGRAPHICO**

DO

**BRAZIL**

**O. D. C.**

**O AUCTOR.**





Os trabalhos historicos que formam o presente volume foram lidos no Instituto Historico e impressos na revista desta associação ; porém esparsos no vasto repositório desta revista trimensal que conta actualmente mais de quarenta volumes, difficil era aos estudiosos a consulta de semelhantes documentos, que talvez sejam uteis para trabalhos de maior folego e valia : eis o motivo que nos levou a fazer semelhante collecção.

Talvez a critica muito tenha que dizer da forma, da phrase disprimorosa, e que nem attenda aos sentimentos patrioticos do autor, que desde já pede licença para affirmar que os factos são expostos com verdade e exactidão, e certos e seguros os dados. Quanto ás considerações que nos despertaram os acon-

tecimentos podem ser outras e melhor deduzidas por espiritos mais esclarecidos ; convem todavia observar que, no dizer de um bom critico, os assumptos historicos são como as estatuas que podem ser vistas por muitas faces.

Em homenagem ao Instituto Historico lhe dedicamos este livro como prova de muito reconhecimento por haver acolhido em seus annaes os escriptos deste seu obscuro consocio ; e satisfeito ficará o auctor se tão pequena offerta manifestar sua immensa gratidão.

## ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA

270

### RIO DE JANEIRO.

---

Foi durante o governo do benefico, prudente e zeloso Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadella, que appareceu no Rio de Janeiro a primeira typographia.

Havia sido creada nesta cidade em 1736 a academia dos Felizes, associação protegida por Gomes Freire de Andrade; celebrando sua primeira sessão com trinta academicos, no palacio do governador, no dia 6 de Maio daquelle anno. Naquella época residiam os governadores na casa occupada actualmente pelo correio geral.

Do seio da academia dos Felizes partiu a idéa da organização da academia dos Selectos, inaugurada no palacio do conde de Bobadella em 30 de Janeiro de 1752.

Nessa éra já occupava o conde de Bobadella o palacio que, pouco mais de meio seculo depois, devia receber uma familia de reis.

Parece que o uunico fim daquella associação foi endeosar o capitão-general Gomes Freire, visto como o que legou á posteridade foram pomposos elogios áquelle habil servidor do Estado. Mas, seja qual fôr o juizo que se faça daquella associação, devemos reconhecer que, creando-a, prestou Freire de Andrade bons serviços ás letras. Transformando Richelieu a humilde sociedade de Valentim Concart em academia de França, encarregou a alguns escriptores de tecerem-lhe elogios; porém não se nega por isso o serviço prestado ás letras por aquelle ministro creando tão famosa associação. Se foi, pois, por desejar respirar os perfumes da gloria que o conde de Bobadella estabeleceu a academia dos Felizes, e tambem a dos Selectos, todavia concorreu elle desse modo para o progresso e civilisação de uma cidade que vivia occulta sob o véo da ignorancia.

Era o conde de Bobadella tão zeloso protector das letras, que se tornava pai dos jovens talentosos; animava-os, amparava-os na vida difficil e ardua do estudo. Por sua protecção pôde José Basilio da Gama entrar para o se-



minario de S. José, e foi o braço forte e imponente desse fidalgo que conduziu á Europa o poeta brasileiro, que lá foi tornar mais sonora e instructiva a sua lyra.

Desse pequeno movimento litterario excitado por Bobadella partiu a idéa da criação de uma typographia. Antonio Isidoro da Fonseca estabeleceu uma officina typographica, e nella imprimiram-se os folhetos seguintes :

1.º Relação da entrada que fez o Exm. e Revm. Sr. D. Frei Antonio do Desterro Malheiros, bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia do anno de 1747; havendo sido seis annos bispo do Reino d'Angola, d'onde por nomeação de Sua Magestade e bulla pontificia foi promovido para esta diocese. Composta pelo Dr. Luiz Antonio Rousado da Cunha, juiz de fóra e provedor dos defuntos e ausentes, capellas e residuos do Rio de Janeiro, na segunda officina de Antonio Isidoro da Fonseca. Anno de 1747. Com licença do Sr. bispo, em 4º, 20 pags. numeradas, á excepção das licenças, que occupam duas.

2.º Em applauso do Exm. e Revm. Sr. D. Frei Antonio do Desterro Malheiros, dignissimo bispo desta cidade. Romance heroico in folio.

Este folheto não menciona a data nem o lugar da impressão.

3.º Collecção de onze epigrammas e um soneto, aquelles em latim e este em portuguez, sobre identico assumpto.

Não vem também declarada neste folheto nem a data, nem a officina donde sahiu, porém, comparado o typo e o papel com os do primeiro folheto, se reconhece que tanto esse opusculo como o segundo foram impressos no mesmo estabelecimento. Acresce que, apparecendo estes escriptos na mesma occasião, consagrados ao mesmo individuo, se um delles foi impresso aqui, é claro que os outros também foram.

Estas composições, mui raras hoje, são apreciaveis por serem o primeiro trabalho typographico feito no Rio de Janeiro, monumentos que provam a existencia da primeira officina typographica desta cidade.

Ha suspeitas que sahiu dessa officina a impressão clandestina das obras: *Exame de Artilheiros e Exame de Bombeiros*, escriptas pelo tenente de mestre de campo general José Fernandes Pinto Alpoim e dedicadas ao sargento-mór de batalhas o capitão general do Rio de Janeiro e Minas Gomes Freire de Andrade.

Na obra *Exame de Artilheiros* vem indicada a impressão em Lisboa na officina de José Antonio Plates em 1744. E' em 4.º pequeno, tem 259 paginas. Apesar de trazer todas as licenças do santo officio, do ordinario e do paço, foi mandada recolher por carta régia de 15 de Julho de 1744 ao corregedor d'Alfama de Lisboa, sob o pretexto de não se cumprir nella com a pragmática relativa aos tratamentos.

A obra *Exame de Bombeiros* corre como impressa em Madrid na officina de Martinezabad em 1748. E' em 4.º com 444 paginas, 18 estampas e o retrato de Gomes Freire de Andrade gravado por José Francisco Chaves.

Comparado o typo de ambas vê-se que é igual ou mui semelhante, que ha uniformidade nos frontispicios desses livros, notando-se em ambos, escriptos com tinta encarnada, o nome do autor, do individuo a quem é dedicada a obra, o lugar da impressão, o anno, etc. E deve causar reparo esta uniformidade em obras que se dizem impressas em paizes diversos, visto como, examinando nós diversas obras daquelle tempo publicadas no mesmo anno, em differentes typographias, não encontramos a mesma semelhança. Examinadas as cartas dirigidas ao autor, e que precedem ao texto da obra *Exime de Bombeiros*, vê-se uma carta do brigadeiro José da Silva Paes, escripta no Rio de Janeiro em 15 de Julho de 1747; e comparada esta data com a do livro deve causar algum reparo o ter sido feita a impressão em Madrid alguns mezes depois. Acresce que, sendo o livro impresso em Madrid, o gravador do retrato de Gomes Freire foi José Francisco Chaves, nome que parece ser de artista portuguez. Ainda mais. Vem errado o nome do impressor, pois em vez dos nomes Martinez Abad está escripto Martinezabad como se fosse um nome só.

E não se deve também attender o não ter o abbade Diogo Barbosa Machado noticia da impressão dessa obra, descrevendo-a como manuscripta no tomo 4.º da Bibliotheca Lusitana, impresso em 1759? « Além de que, diz o Sr. Dr. Conego Fernandes Pinheiro, permittiria o santo officio que um livro revestido das necessarias licenças fosse impresso em reino estrangeiro e fóra das suas vistas? »

Explica-se a fraude dessas impressões empregada pelo typographo Isidoro da Fonseca attendendo-se que havia sido mal recebida em Lisboa a noticia da concessão de Gomes Freire de estabelecer-se semelhante officina no Rio de Janeiro. De feito durou pouco a typographia de Isidoro da Fonseca; mandou a côrte abolil-a e queimal-a para não propagar idéas que podiam ser contrarias ao interesse do Estado !

Não convinha a Portugal que houvesse civilisação no Brazil; desejando conservar essa colônia atada ao seu dominio, não queria arrancal-a das trevas e da ignorancia.

O alvará de 5 de Janeiro de 1785, referendado por Martinho de Mello, ministro da rainha D. Maria I, mandou extinguir no Brazil as fabricas e manufacturas de ouro, prata, seda e algodão a pretexto de haver em Portugal iguaes estabelecimentos; seriam os infractores condemnados á pena de moedeiros falsos. Imitava-se a politica de lord Chatam, que opinava

não se permittisse nas colonias inglezas da America nem uma fabrica.

Da metropole nos veio a lei ordenando que todo vassallo portuguez que possuisse mais de uma fortuna mediana fosse reenviado para Portugal.

Quem se animaria pois a abraçar qualquer industria no Brazil; quem se esforçaria por adquirir fortuna tendo de ficar sujeito a residir onde ordenasse o governo?

Aquelle que conseguia algum capital tratava de occultal-o, não comprehendia construcções, não se utilisava convenientemente do dinheiro, não o empregava em beneficio do paiz, receando-se do governo, que tolhia a liberdade industrial, e chegava a querer contar as moedas que cada cidadão trazia na carteira!

Ninguém seguiu o exemplo de Isidoro da Fonseca; tendo sido extincta a arte de Guttemberg na terra de Santa Cruz pela fogueira do despotismo, todos se receavam de ver arder suas casas se ousassem servir-se de typos da imprensa.

Passado o governo sombrio do conde da Cunha veio o vice-reinado do marquez de Lavradio, que soube unir o poder com a ternura, e a justiça com a humanidade.

A pedido de seu medico o Dr. José Henrique Ferreira, creou o marquez de Lavradio uma academia scientifica, que celebrou a primeira sessão em 18 de Fevereiro de 1772, no

palacio do vice-rei, em presença deste e de muitas pessoas gradas. Foi o Dr. José Henrique Ferreira o primeiro presidente da academia scientifica do Rio de Janeiro e Luiz Borges Salgado o primeiro secretario.

Avantajados serviços prestou esta associação ás sciencias naturaes e á agricultura ; tornou mais conhecidas na Europa as plantas do Brazil, e contribuiu para a cultura do anil, cacáo, coxonilha e de outros productos.

Foram publicados em Lisboa pelo ouvidor de Paranaguá Manoel Tavares de Siqueira e Sá os trabalhos desta associação.

No feliz governo de Luiz de Vasconcellos e Souza encontraram os poetas e litteratos a mesma liberalidade e protecção de que haviam gozado no vice-reinado de Lavradio. Houve então no Rio de Janeiro uma época de enthusiasmo e de esperança ; animado o vice-rei Vasconcellos pelos sabios e litteratos permittio que se instituísse uma sociedade litteraria em 1786, creou a casa dos Passaros, que trinta annos mais tarde tornou-se o primeiro musêo do Rio de Janeiro ; assistiu em 1782 á inauguração da aula de rhetorica e poetica de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, poeta que começou a introduzir no Brazil o gosto da boa litteratura ; « Talvez, diz o conego Januario, que sem os esforços e lições de Manoel Ignacio não tivessem apparecido nas cadeiras sagradas do Rio de Janeiro os Frias, os Rodovalhos, os

S. Carlos, os Sampaio, os Ferreiras de Azevedo, os Olivéiras, os Alvernes e outros pregadores de nomeada, que, deixando os hábitos da antiga escola, abriram carreira luminosa aos que annunciam com mais dignidade e efficacia as doutrinas da nossa santa religião». Por serem suas estas palavras excluiu-se o conego Januario da Cunha Barbosa do numero daquelles oradores.

Favoreceu Vasconcellos as pesquisas do botânico Frei Velloso, autor da *Flora Fluminense*, cuja impressão ficou concluida em 1825 pelo desvelo e protecção do primeiro imperador do Brazil.

Das mãos beneficicas de Luiz de Vasconcellos passaram as redeas do governo para as do violento e severo conde de Rezende. Temendo a influencia dos homens intelligentes, e tendo desconfiança e receio das academias e associações litterarias, dissolveu o vice-rei em 1794 a sociedade creada no tempo do governo de Vasconcellos, mandando recolher á prisão os principaes membros, entre outros a Manoel Ignacio e a Mariano José Pereira da Fonseca, que se conservaram encarcerados longo tempo sem haver processo, nem prova de delicto.

Uma ordem régia restituiu a liberdade ás victimas da prepotencia do vice-rei. Mas o terror abafára as vozes de todos, aniquilára as aspirações, produzira desconfiança, inquietação e tristeza; era necessario esperar tempos mais

felizes, de menos fanatismo e superstição, em que o pensamento se podesse erguer e produzir o que fosse nobre e util.

Napoleão Bonaparte, que agitou os povos, quiz firmar seu estandarte em todas as capitães e formar do mundo um imperio para si e para os seus, tratou de conquistar Portugal; o que obrigou a cõrte portugueza a abrigar-se nas terras do Brazil. Começou então uma nova epocha para a colonia portugueza da America; abriram-se seus portos ás nações do mundo, estabeleceu-se a liberdade de commercio e de industria, tornou-se a colonia séde da monarchia, e della deviam partir as leis para o velho Portugal. Para consolidar seu poder na America deu a casa de Bragança nova organização á antiga colonia: crearam-se diversas instituições, tribunaes, estabelecimentos uteis, academias, magistraturas, exercito e marinha. Em 1808, no mesmo anno em que se franqueavam os portos do Brazil ao commercio das nações, em que se creavão uma cadeira publica de sciencia economica no Rio de Janeiro, o conselho supremo militar, o archivo militar, a mesa do desembargo do paço e da consciencia e ordens, a real academia de marinha, a fabrica da polvora, o erario régio, o conselho da fazenda, a real junta do commercio, o banco do Brazil e a escola anatomica, cirurgica e medica, estabeleceu-se a imprensa régia por decreto de 13 de Maio. Eis as palavras do decreto:



« Tendo-me constado que os prélos, que se acham nesta capital, eram os destinados para a secretaria de estado dos negocios estrangeiros e da guerra, e attendendo á necessidade que ha da officina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde elles se estabeleceram, sirva interinamente de imprensa régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomaticos que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço, e se possam imprimir todas e quaesquer outras obras, ficando interinamente pertencendo o seu governo e a administração á mesma secretaria. D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu conselho de estado, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros e da guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da officina a maior extensão, e lhe dará todas as instrucções e ordens necessarias, e participará a este respeito a todas as estações o que mais convier ao meu real serviço. Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1808. « Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor. »

E' o nome de D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, que apparece no decreto creando no Brazil a imprensa régia. Foi o conde de Linhares o unico homem da côrte de D. João VI que comprehendeu as necessidades do Brazil. Vencendo as idéas mesquinhas de outros fidalgos, foi elle quem iniciou as medidas

mais convenientes, e inspirou as melhores providencias decretadas pelo principe regente. Mas pouco viveu no Brazil o habil estadista; falleceu em 26 de Janeiro de 1812.

Estabeleceu-se a imprensa régia no pavimento terreo do predio occupado actualmente pela secretaria da justiça, servindo naquella época de morada ao conde da Barca. Para administrar a officina typographica creou-se uma junta directoria, composta do desembargador José Bernardes de Castro, José da Silva Lisboa, depois visconde de Cayrú, Mariano José Pereira da Fonseca, mais tarde marquez de Maricá, Silvestre Pinheiro Ferreira, Manoel Ferreira de Araujo Guimarães e do conego Francisco Vieira Goulart; recebeu cada membro da junta duzentos e quarenta mil réis de ordenado; tendo, porém, o thesoureiro, que era Mariano José Pereira da Fonseca, mais cem mil réis. Na vaga deste entrou José Saturnino da Costa Pereira, que, como revisor de provas, recebia, além do ordenado, uma gratificação.

Em 10 de setembro de 1808 appareceu o periodico *Gazeta do Rio*, impresso por ordem do governo.

Foi o primeiro periodico publicado no Brazil; era em 4.º e sahia ás quartas-feiras e sabbados; a principio foi redigido por frei Tiburcio José da Rocha, depois pelo coronel Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, e na vaga deste pelo conego Francisco Vieira Goulart. Publicava os

actos, decisões e ordens do governo, a noticia dos dias natalicios da familia real e das festas da côrte, os acontecimentos principaes da guerra que Napoleão fazia a Portugal, e odes e panegyricos ás pessoas reaes.

Receava-se o governo da imprensa, e por isso mandava publicar só o que lhe convinha. Fallando Armitage desta gazeta exprime-se assim : « Não se manchavam essas paginas com as effervescencias da democracia, com a exposição de aggravos. A julgar-se do Brazil pelo seu unico periodico, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume. »

Não havia, pois, liberdade de imprensa; quem desejava imprimir qualquer manuscripto apresentava-o antes com um requerimento á junta directoria, e só depois do despacho é que podia imprimil-o; se o manuscripto dizia respeito á religião, á legislação, ou á politica, era a junta autorisada a mandal-o rever por pessoas de profissão competente, dirigindo-lhes para esse effeito officio em nome de sua alteza real, e exigindo seu juizo e approvação por escripto, á vista da qual se mandava imprimir com as correcções necessarias, prece-dendo licença da secretaria de estado.

A real officina typographica recebia aprendizes, que entravam ganhando cento e sessenta réis diarios; no fim de seis mezes era elevado o salario a duzentos e quarenta réis; e no

fim de um anno a quatrocentos réis ; o aprendiz, que não dava nem uma falta na semana, tinha uma gratificação.

Depois de permanecer algum tempo nas casas da rua do Passeio, mudou-se a imprensa régia para a rua dos Barbonos, occupando a casa proxima ao hospicio de Jerusalém ; e um dos membros da junta directoria, o desembargador José Bernardes de Castro, para residir perto da officina, foi habitar em um sobrado da rua das Marrecas, tendo residido até então em uma casa da rua da Ajuda, onde se imprimiam as bullas da Santa Cruzada.

Junto á imprensa régia havia uma officina de cartas de jogar pertencente a Jayme Mendes de Vasconcellos, sendo mais tarde incorporada á fazenda nacional.

Possuia a officina typographica uma fundição de typos, e para se melhorar esse trabalho foi enviado á Europa um pensionista do Estado, que, estudando a arte de fundir typos, voltou mestre ; mas, como lhe quizeram dar mesquinho ordenado, não sujeitou-se ao trabalho, retirou-se para Lisboa e estabeleceu lá uma officina de fundição.

A provisão de 14 de Outubro de 1808 ordenou aos juizes das alfandegas que não admittissem a despacho livros ou papeis alguns impressos sem que lhes fosse apresentada a competente licença do desembargo do paço, ao

qual deveriam enviar uma relação de quantos entrassem e sahissem das alfandegas.

Tal era o receio que o governo tinha da imprensa, que o intendente geral da policia Paulo Fernandes Vianna mandou affixar o edital de 30 de Maio de 1809, em que declarava que, importando muito á vigilancia da policia que chegassem ao seu conhecimento todos os avisos, annuncios e noticias dos livros e obras que existiam á venda, estrangeiras ou nacionaes, prohibia dahi por diante que se publicassem os sobreditos annuncios, avisos e noticias, sem que fossem vistos, examinados e precisamente approvados, sob pena de prisão e multa pecuniaria, além das mais que impoem as leis aos que procuram quebrantar a segurança publica, qualquer que fosse a nacionalidade dos criminosos. Ordenou ainda que uma inquirição ficasse aberta para que se admittissem em segredo as denuncias, e se conhecessem e punissem os transgressores das suas ordens.

Não havendo liberdade de imprensa no Rio de Janeiro, existindo uma unica typographia, e sendo por isso difficil a impressão de qualquer periodico, recorreu-se ao expediente de fazer apparecer essas publicações em paizes estrangeiros. Começou a publicar-se em Londres em 1808 o *Correio Brasiliense* e em 1811 appareceu n'aquella capital o *Investigador Portuguez*, periodicos que foram francamente admittidos no Brazil e até indirectamente pro-

tegidos por el-rei, que os lia para ter noticia do que occorria. O *Correio Brasiliense* durou desde Junho de 1808 até 1822, sahindo á luz vinte e oito volumes pelo menos; apezar de prohibido algum tempo no Rio de Janeiro, era lido sem reserva até no proprio paço do rei, e, como já dissemos, foi mais tarde francamente admittido, sendo permittida a sua venda e leitura. Mas em Portugal foi vedada mais de uma vez a circulação deste periodico; a primeira prohibição foi em 17 de Setembro de 1811, a segunda em 2 de Março de 1812 e a terceira em 25 de Junho de 1817.

Era redactor do *Correio Brasiliense* o erudito brasileiro Hyppolito José Soares da Costa, que manifestou com a publicação dessa revista mensal elevado talento e variada instrucção, e advogou toda e qualquer idéa que parecia util ao Brazil, concorrendo desse modo para o engrandecimento e prosperidade de sua patria.

Nasceu Hyppolito José Soares da Costa na colonia do Sacramento, em 13 de Agosto de 1774; exerceu em Portugal diversos empregos que divulgaram sua intelligencia; porém, perseguido pela inquisição, foi para Londres, onde se dedicou ao ensino de linguas estrangeiras, em que era versado, e collaborou em diversos jornaes inglezes. Fundou em 1808 a revista em portuguez intitulada *Correio Brasiliense*. Proclamada a independencia, foi chamado pelo primeiro imperador para occupar empre-

gos no Brazil ; porém o habil escriptor não quiz abandonar a Inglaterra, e lá mesmo recebeu do imperador do Brazil honras e uma pensão pecuniaria, que lhe foi paga até 11 de Setembro de 1823, época de sua morte.

Já expendemos os motivos da publicação de periodicos nos paizes estrangeiros, e ouçamos o que diz Hyppolito da Costa a este respeito :

« A difficuldade de publicar obras periodicas no Brazil, já pela censura prévia, já pelo perigo a que os redactores se exporiam fallando livremente das acções dos homens poderosos, fez cogitar o expediente de imprimir semelhantes obras em paizes estrangeiros. A França e a Inglaterra foram principalmente os pontos de reunião dessas publicações desde a época em que a familia real passou a ter a sua residencia no Rio de Janeiro. Aberto este canal, póde dizer-se que se estabeleceu a liberdade de imprimir para o Brazil, posto que não no Brazil. »

O *Investigador Portuguez* appareceu em Junho de 1811 e findou em Fevereiro de 1819, contando no todo noventa e dois numeros em cadernos mensaes ; fundou-o o Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro, que se associou com o Dr. Vicente Pedro Nolasco Pereira da Cunha e com o Dr. Castro, brasileiro, formado na universidade de Edimburgo. Sahio o periodico sob os auspicios do conde de Funchal, então embaixador na côrte de

Londres, que alcançou para esta publicação o subsidio aannual de cento e tantas subscrições equivalentes á somma de mil e sessenta francos, pagos pelo governo do Rio de Janeiro que mantinha em Londres esse jornal para combater as doutrinas do *Correio Brasileiro*, até certo ponto hostis á Portugal. Em 1814 passou a redacção do *Investigador* a José Liberato Freire de Carvalho, que pouco e pouco se foi afastando da influencia do conde de Funchal e dando ao periodico côr mais liberal; então suspendeu o governo do Rio a pensão, mas apesar disso viveu o *Investigador* até 1819. Supprimida a publicação nesse anno receberam os Drs. Castro e Nolasco 400\$000 cada um do governo do Rio de Janeiro.

Tornou-se notavel esta gazeta não só pelos seus artigos politicos, senão pelo quadro synoptico que apresentava cada anno descrevendo a situação dos diversos paizes da Europa.

Em 1808 publicou José da Silva Lisboa um opusculo no Rio de Janeiro, intitulado *Observações sobre a abertura dos portos do Brazil*; também se publicaram alguns sermões de varios prédigadores.

Em 1810 appareceram impressos os trabalhos de Silva Lisboa intitulados *Observações sobre a franqueza das fabricas e industria*, e *Refutações das declamações contra o commercio inglez*.

Silva Belfort publicou o *Roteiro da cidade*



do Maranhão ao Rio de Janeiro; e appareceram outros folhetos.

Em 1811 imprimiu Oliveira Bastos o *Roteiro da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará pelo rio Tocantins*; e, além desta obra, sahiram da imprensa régia diversos alvarás; a novella *Choupana India*; *O Despertador ou unico meio de salvar a Hespanha*, obra de um patriota hespanhol, traduzida em portuguez; *Vestal*, tragedia; *Surriada a Massena*; *Nova Castro*, tragedia; *Paula e Virginia* novella; *O Corso*, composição poetica em oitava rima; *O Uruguay*, poema de José Basilio da Gama; *O Consorcio das Flores* por Bocage, e carta pastoral do exm. e revm. bispo capellão-mór, de 8 de Abril de 1811 sobre a dispensa de varios dias santos.

Havendo uma só typographia e começando a affluir muito trabalho para essa officina, construiu-se um prelo de madeira, e para perpetuar a lembrança desta obra imprimiu-se um quadro com o seguinte distico: « A' immortalidade do real e sempre augusto nome do Principe Regente Nosso Senhor é dedicada a estréa do primeiro prélo construido na America do Sul, no Rio de Janeiro, no anno de MDCCCIX. »

Sahiram da imprensa régia em 1812 as seguintes obras: *Epicedio ao Illm. e Exm. Sr. conde de Linhares*, por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães; *Elementos de algebra* por La-Croix, traduzidos em portuguez por ordem de S. A.

R. por Francisco Cordeiro da Silva Torres; *Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades e nos seus contornos*, por J. C. P.; *Philosopho por amor*, ou *Cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos*, dois volumes; *Epicedio á deploravel morte do Serenissimo Sr. Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança*, almirante general junto á real pessoa do Principe Regente Nosso Senhor, por Paulino Joaquim Leitão; *Observações sobre o cravo da India*; *Observações sobre o capim da Angola*, ultimamente trazido e cultivado no Rio de Janeiro; *Plano de organização de uma escola medico-cirurgica* que por ordem de S. A. R. traçou e escreveu o Dr. Vicente Navarro de Andrade; *Patriotismo academico*, por Ovidio Saraiva de Carvalho e Silva; *os Jardins*, poema por Bocage, diversos alvarás, decretos e avisos.

Em Janeiro de 1813 começou Manoel Ferreira de Araujo Guimarães a publicar a revista de cem paginas em pequeno formato, intitulada *O Patriota*. Durou este periodico pouco mais de um anno, e bons serviços prestou ao paiz, apresentando em suas paginas noticias curiosas e memorias interessantes; collaboraram para esta revista Domingos Borges de Barros, depois visconde da Pedra Branca, Dr. Bernardino Antonio Gomes, Bento da Fonseca, Dr. Godoy Torres, Diniz e outros litteratos da época. Está estampada no *Patriota* uma memoria sobre o descobrimento da co-

xonilha no Brazil escripta por um dos irmãos Paiva, e apresentada no tempo do marquez de Lavradio á academia scientifica do Rio de Janeiro.

Imprimiu-se em 1813 a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, intitulada *Prelecções philosophicas sobre a theoria do discurso e da linguagem*. Já não era pouco para o Rio de Janeiro este movimento litterario, quando até então nada houvera, e nem de Portugal se remetitia cousa valiosa, apenas a folhinha de cada anno, o livro de *Carlos Magno*, ou o *Almocrete de Petas*. Mas não nos admiremos [dessa antiga pobreza litteraria do Rio de Janeiro, pois até 1800 era a *Gazeta de Lisboa* o unico jornal politico que se imprimia em Portugal.

Appareceu impressa no Rio de Janeiro em 1817 a importante obra de Ayres do Casal *Cochrographia Brasilica*, que imminente serviço prestou á geographia patria tornando mais conhecidos o territorio, os productos e a riqueza do Brazil.

Em 1819 imprimio-se o poema *Assumpção*, de frei Francisco de S. Carlos.

No anno seguinte monsenhor Pizarro deu á estampa a obra *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas á jurisdicção do vice-rei do Estado do Brazil*, dedicadas ao rei D. João VI. Para engrandecer a patria tratou o auctor de resuscitar da obscuridade muitos factos, cuja noticia era ignorada. Frei Francisco de Assis publicou a obra *O Dever do Homem*.

Repercutio no Brazil o movimento constitucional que appareceu em Portugal em 1820; produziu agitação no espirito publico, e despertando o povo do estado de apathia e lethargo em que vivia submergido, saudou com enthusiasmo as idéas novas de constituição e liberdade que partiam do outro lado do Atlantico. Novos órgãos fizeram-se ouvir na imprensa; havendo em 1821 os seguintes periodicos: — *Amigo do Rei e da Nação* — *Sabbatina Familiar* — *Patriota* — *Conciliador do Reino Unido* — *Constitucional* — *Espelho* — *Reverbero* — *Malaqueta*.

El-rei se ausentara para Portugal, deixando ao principe real D. Pedro a dignidade e as attribuições de regente do Brazil.

Nascêra naquelle anno o *Diario do Rio de Janeiro*, impresso na typographia régia, em mão papel almaço e em formato de 4.º; creado por Zeferino Victor de Meirelles, obteve este do principe regente D. Pedro a permissão de imprimir o seu periodico, durante seis mezes, na imprensa nacional; e findo o prazo estabeleceu uma typographia na rua dos Barbonos n. 72. Foi a segunda typographia creada no Rio de Janeiro; e o *Diario do Rio de Janeiro* o primeiro periodico que se occupou em publicar annuncios e noticias locaes; pois, até então, quando se tinha de annunciar qualquer cousa ou novidade, pregava-se o annuncio manuscripto nas esquinas das ruas ou nas portas das igrejas, ou apregoava-se pelas ruas o que se queria vender, alugar ou

comprar. Custava o *Diario do Rio* quatrocentos e oitenta réis por mez, e era publicado todos os dias, menos aos domingos, vindo cada numero a valer vinte réis, pelo que recebeu o nome de *Diario do Vintem*, que lhe deu o povo; assim como o de *Diario da Manteiga*, por ser o primeiro jornal que se occupou em publicar o preço dos generos e outras noticias particulares.

Victor de Meirelles, que fundara no paiz um jornal diario e util ao commercio e á economia domestica, soffreu grave perigo por causa de um annuncio que appareceu na sua folha. Conservando certo individuo de familia importante sua filha em carcere privado, denunciou o *Diario* esse crime; no dia seguinte, ao abrir a porta da officina, recebeu Meirelles um tiro na face, que o deixou ferido; porém se restabeleceu, vindo a fallecer algum tempo depois.

Por aviso de 20 de Agosto de 1821 ordenou o principe regente D. Pedro que cessasse a revisão prévia das obras que se imprimissem, ficando este objecto regulado pelo que a este respeito tinham estabelecido e decretado as côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação.

Em consequencia desse aviso e do art. 6.º da lei do regulamento da imprensa, que determinava que por todas as obras impressas nos estados portuguezes, no caso de abuso,

fossem responsaveis os auctores ou editores, e na falta destes os impressores, publicou a junta directoria da imprensa régia, em 1.º de Setembro de 1821, a declaração fazendo ver ao administrador daquella officina que não fizesse imprimir manuscripto ou impresso algum que não viesse assignado pelo auctor ou editor, sendo o nome reconhecido pelo tabellião publico, declarando este ter visto fazer a dita assignatura.

Dando-se diversos abusos de liberdade de imprensa, publicou-se em 15 de Janeiro de 1822 a seguinte portaria :

« Manda S. A. Real o principe regente pela secretaria de estado dos negocios do reino que a junta directoria da typographia nacional não consinta jamais que se imprima escripto algum sem que o nome da pessoa que deve responder pelo seu conteudo se publique no impresso ; e constando ao mesmo senhor que no escripto intitulado *Heroicidade Brasileira* se lêem proposições não só indiscretas mas falsas, em que se acham estranhamente alterados os successos ultimamente acontecidos, ha por bem que a referida junta suspenda já a publicação do dito papel e faça recolher os exemplares que já estiverem impressos, para que não continue a sua circulação. Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1822.—*Francisco José Vieira.* »

No dia seguinte era nomeado ministro do reino e de estrangeiros o illustre brasileiro José Bonifacio de Andrada e Silva. Um dos

primeiros actos do ministro foi a portaria seguinte :

« Porquanto algum espirito mal intencionado poderia interpretar a portaria expedida em 15 do corrente pela secretaria de estado dos negocios do reino á junta directoria da typographia nacional em sentido inteiramente contrario aos liberalissimos principios de S. A. R. e á sua constante adhesão ao systema constitucional, manda o principe regente pela mesma secretaria de estado declarar á referida junta que não deve embaraçar a impressão dos escriptos anonymos, pois pelos abusos que contiverem deve responder o auctor, ainda que o seu nome não tenha sido publicado, e na falta deste o editor ou impressor, como se acha prescripto na lei que regula a liberdade de imprensa. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1822.—*José Bonifacio de Andrade e Silva.*»

Tendo por presidente a José Clemente Pereira, dirigio o senado da camara a S. A. R. em 4 de Fevereiro a carta seguinte, representando a necessidade de pôr em execução a lei de liberdade de imprensa :

« O senado da camara desta cidade com os homens bons que têm andado em sua governança, considerando que a liberdade absoluta da imprensa, no estado em que actualmente se acha, deve vir a degenerar em abusos terribes, que podem perturbar o socego publico da nação e o particular de cada um dos seus ci-

dadãos, roga a S. A. R. que haja por bem mandar pôr em execução a lei de liberdade de imprensa nesta cidade, aonde a criação do juízo dos jurados parece exequível sem inconveniente, attenta a muita população de que se compõe e as muitas luzes que já possui. D. G. a preciosa vida de S. A. R. Rio de Janeiro, em v reacção extraordinária de 4 de Fevereiro de 1822.»

Permittira a portaria de José Bonifácio muita liberdade na imprensa, e, receiando que se tornasse mais livre e vehemente a linguagem dos periodicos, tratava o senado da camara de cohibir os abusos que pudessem apparecer; e eram bem fundados os receios daquella corporação, como mais tarde veremos.

Pedindo a camara que se executasse a lei de liberdade de imprensa prestava um serviço ao paiz; e naquelle anno assignalou-se a municipalidade pelo amor e dedicação que manifestou pela causa publica. Em 9 de Janeiro prestára essa corporação relevante serviço conseguindo que o príncipe regente ficasse no Brazil; em 23 de Maio pediu ao príncipe, em nome do povo, que mandasse convocar na côrte uma assembléa geral das provincias do Brazil; dois annos depois supplicou ao imperador marcasse dia e hora para se jurar a constituição; e alcançou tudo: a liberdade, a monarchia separada de Portugal e por fim a constituição.

Em 1822, nesse anno de enthusiasmo, pa-



triotismo, vida e gloria para o Brazil sahiram dos prélos pugnando pela liberdade e pelo futuro da patria os seguintes periodicos:—*Regulador Brazilico-Luso—Republicano Liberal—Pagaio—Annaes Fluminenses—Volantim—Periquito da Serra dos Orgãos—Macaco Brasileiro—Reclamação do Brazil—Correio do Rio de Janeiro—Semanario Civico—Memorial Apologetico—Compilador Constitucional.*

Imprimiram-se na typographia do *Diario do Rio* diversos hymnos patrioticos.

Usavam esses periodicos, e os que mencionámos em 1821, de uma linguagem exaltada e vehemente; inflammados os espiritos com as idéas de liberdade e independencia, não mediam o excesso da linguagem; e, receiando que dessa agitação da imprensa resultasse alguma explosão, andava acertada a camera pedindo ao principe regente puzesse em execução a lei de liberdade de imprensa. De feito appareceu o decreto de 18 de Junho de 1822 regulando sobre os abusos da imprensa.

Transferiu-se em 1822 a typographia nacional da rua dos Barbonos para o sobrado occupado actualmente pela secretaria da justiça.

A' *Gazeta do Rio*, publicada até 1821, substituiu o *Diario do Governo*, que appareceu em 1823.

Publicou-se neste anno uma lei de liberdade de imprensa assignada por José An-

tonio da Silva Maia, Bernardo José da Gama, Estevão Ribeiro de Rezende, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos e João Antonio Rodrigues de Carvalho. Muitas disposições dessa lei ainda se acham em execução.

Eis a lista dos periodicos de 1823 :— *Diario do Governo* — *Espelho* — *Regulador Brazilico-Luso* — *Malagueta* — *Sylpho* — *Semanario Mercantil* — *Tamoyo* — *Diario do Commercio*—*Diario da Assembléa Geral e Constituinte do Brazil* — *Brazileiro Resoluto* — *Estrella Brasileira* — *Diario do Rio de Janeiro*.

Havia na cidade em 1824 cinco typographias, a nacional e quatro particulares. Em 21 de Maio desse anno passou o *Diario do Governo* a denominar-se *Diario Fluminense*; e além dos periodicos do anno antecedente appareceram os seguintes :—*Folha Mercantil*—*Caboclo* — *Despertador Constitucional* — *Diario Fluminense* — *Spectador Brasileiro*.

Póde-se dizer que foi em 1824 que nasceu o *Jornal do Commercio*, considerado hoje como a primeira folha diaria do Imperio.

Emprehendeu em 1824 o francez Emilio Seignot Plancher, dono de uma typographia, sita na rua do Ouvidor n. 203, a publicação do *Spectador Brasileiro*, periodico noticioso, que apparecia tres vezes por semana; tornando-se, porém, diario quando trabalhava a assembléa legislativa. O periodico de Emilio Plancher foi recebido com benevolencia pelo publico; o que

animou o editor que de anno para anno foi aperfeiçoando a sua folha, cada vez mais procurada e apreciada dos leitores. Em 1826 deu-lhe Emilio Plancher o titulo de *Jornal do Commercio*, cuja empreza foi prosperando consecutivamente. Em 1833 augmentou-se o formato da folha; cinco annos depois recebeu novo augmento, e assim progressivamente. Desse modo o periodico que a principio era do tamanho de uma folha de papel almaço de marca vulgar, com duas columnas de impressão, consta hoje de oito columnas em cada pagina; tendo, quando aberto, mais de uma vara de largura. E' o jornal mais lido do Imperio; possui quasi treze mil assignantes, e não só em formato como em variedade e interesse das materias contidas em trinta e duas columnas de duzentas e cincoenta e seis a duzentas e sessenta linhas cada uma, senão em correccão e nitidez de impressão, pôde competir com os mais acreditados jornaes da França e Inglaterra. Imprime-se na typographia imperial e constitucional de Villeneuve e Comp.. á rua do Ouvidor n. 65.

Em 1825, alem dos periodicos que já existiam, como o *Despertador Constitucional*, o *Spectador Brasileiro*, o *Diario do Rio de Janeiro*, o *Diario do Commercio*, o *Semanario Mercantil*, e a *Malagueta*, appareceram o *Grito da Nação* e o *Diario Mercantil* de 1825 a 1827.

Póde acontecer que, mencionando os perio-

dicos de cada anno, haja alguma lacuna da nossa parte, pois, não existindo relação completa delles, facil é comprehender o engano e a confusão em que pode cahir quem pela primeira vez empreheendeu semelhante trabalho.

Havia em 1826 os periodicos seguintes: *Verdadeiro Liberal*.—*Atalaia da Liberdade*.—*Sello Hermetico*.—*Universal de 1826 a 1841*.—*Diario da Camara dos Deputados de 1826 a 1841*.—*Jornal do Commercio*.—*Diario do Rio de Janeiro*.—*Diario Fluminense*.—*Malagueta*.—*Astréa*.

Viveu a *Astréa* até 1832, e grande influencia exerceu sobre a politica da época.

A *Malagueta*, que tambem teve grande aceitação foi publicada até 1829; redigiram estes periodicos os deputados Antonio José do Amaral, José Joaquim Vieira Souto e Luiz Augusto Mayer.

Contavam-se em 1827 cinco typographias: a imprensa nacional, a de Plancher, do Diario, do Mercantil, da Astréa e a do Torres.

Em 21 de Dezembro sahio da typographia do *Diario*, sôb a redacção de José Apollinario de Moraes com outro brasileiro e um estrangeiro illustrado, a *Aurora Fluminense*, que nos primeiros mezes de sua creação foi um jornal scientifico-litterario, ainda que por sua independencia a respeito dos partidos existentes, fosse considerado como adverso por todos. Antes de findar o anno de 1828 tomou a *Aurora*, sob a redacção de Evaristo Ferreira da Veiga, um

caracter positivo e terminante fazendo opposição ao governo: e pelas doutrinas liberaes professadas pelo seu redactor com moderação e bom senso politico, o que fez dar ao partido de que era orgão a denominação de moderado, mereceu a aceitação publica. Em vez de divagações indiscretas e insulsas, que pejavam as paginas dos periodicos da época, lia-se naquelle jornal uma linguagem expressiva, porém comedida, uma ironia frisante, porém branda, precisão e fluidez no estylo, belleza e riqueza de idéas; trazia como estribilho a seguinte quadra composta por D. Pedro I:

Pelo Brazil dar a vida,  
Manter a constituição,  
Sustentar a independencia,  
E' a nossa obrigação.

Obteve Evaristo grande influencia com a publicação de seu periodico, que tambem lhe grangeou inimigos que tentarão assassinal-o na noite de 8 de Novembro de 1832, estando em casa do seu irmão com alguns amigos; mas o tiro de pistola apenas feriu o publicista no rosto. Pouco antes outro habil escriptor, o redactor da *Malagueta*, soffrera um insulto na rua do Carmo, esquina da da Assembléa.

Não devem surprender estes factos; em um paiz novo, pouco illustrado, comprehende-se a influencia que deviam exercer as folhas periodicas, e que odios não despertariam usando, quasi todas, de linguagem exaltada e violenta,

para excitar o enthusiasmo dos partidos e defender as facções de que cada um era orgão.

Acabou Evaristo, em Dezembro de 1835, com a publicação da *Aurora*, e guardou silencio na imprensa e na camara, onde segunda vez o collocaram os votos da provincia de Minas. Estaria exaustão de forças o filho da imprensa, o representante da politica, ou tão negro se mostrava o futuro do paiz que o atleta recuava! Não certamente; seu patriotismo era igual ao seu talento, que muito era; porém de verdade era grave a situação do paiz, principalmente para elle que ou tinha de guerrear seu antigo companheiro, o regente Feijó, ou desprezar os destinos da patria; e nessa luta do dever e da amisade, da razão e do coração, Evaristo succumbiu. Em 12 de Maio de 1837 falleceu o illustre publicista, e foi sepultado na igreja de S. Francisco de Paula.

Em 1827, em que se crearam as duas academias de sciencias juridicas e sociaes que possui o Imperio, existiam os periodicos seguintes: *Espeelho Diamantino—Independente—L'Echo de L'Amerique—Malagueta—Astréa—Luz Brasileira—Diario Fluminense—Jornal do Commercio—Analysta—Aurora Fluminense—Courrier du Bresil—Diario do Rio.*

Imprimiu-se nesse anno a memoria de José da Silva Lisboa, que tem por titulo: *Leituras de economia politica.*

Os periodicos do anno seguinte eram: *Ma-*

*laqueta — Astréa — Luz Brasileira — Aurora Fluminense — Diario Fluminense — Jornal do Commercio — Analysta — Honra do Brazil — Censor Brasileiro — Atalaia — Revista Semanaria — Courrier du Brésil — Diario do Rio.*

Appareceu a memoria de José da Silva Lisboa intitulada: — *Causa da religião e disciplina ecclesiastica do celibato clerical.*

Havia em 1829 sete typographias, e além dos periodicos que existiam, appareceram os seguintes: — *Correio — Voz Fluminense — Amigo do Povo — Nova Luz Brasileira.*

Sahio dos prélos a memoria de José da Silva Lisboa que tem por titulo: *Historia dos principaes successos politicos do Brazil.*

Chegamos a uma época de exaltação e de agitação politica; os partidos lutam na imprensa, e é vehemente e impropria a linguagem de que se servem; muitos periodicos transformam-se em pasquins; não ha resguardo nos termos; os nomes apparecem estendidamente; as baldas publicas e secretas, os defeitos involuntarios, os do corpo e os de geração ficam patentes.

Na falla com que D. Pedro I abriu a primeira sessão da segunda legislatura do Imperio, em 3 de Maio de 1830, lêem-se estas palavras:

« Vigilante e empenhado em manter a boa ordem, é do meu mais rigoroso dever lembrar-vos a necessidade de reprimir por meios

legaes o abuso que continuá a fazer-se da liberdade da imprensa em todo o Imperio. Semelhante abuso ameaça grandes males ; á assembléa cumpre evital-os. »

Produziram estas palavras do imperador discussão no senado ; tomando parte nella os senadores Alves Branco, Vergueiro e outros.

Armitage, explicando este excesso da imprensa diz : « Os jornaes ministeriaes eram pelo menos tão reprehensíveis como os seus antagonistas ; costumavam advogar não só doutrinas contrarias ao sentido da constituição, como lançar grosseiros e repetidos insultos a quasi todos os membros da opposição. »

Diversas causas explicam o descomedimento dos periodicos dessa época ; era o governo considerado regressista, estava sem prestigio ; irritado contra os insultos da opposição, mostrava-se violento na imprensa ; em vez de applicar com sabedoria e tino a imprensa para dirigir a opinião publica e promover o adiantamento intellectual do povo, servia-se della para ferir os seus contrarios e perdê-los no conceito publico. Julgando compromettidos os principios democraticos, e corrompido o governo, se exaltava a opposição ; explicando tudo isso a appareção desses periodicos vehementes, e insultuosos que lembravam represalias, excitavam o patriotismo e tratavam de augmentar o ardor, a luta dos partidos, luta que mui breve devia trazer grande mudança á politica do paiz.



Existiam em 1830 os periodicos seguintes :  
— *Astréa* — *O Republico* — *Voz Fluminense* — *Nova Luz Brasileira* — *Perilampo* — *Aurora* — *Beija-Flôr* — *Verdadeiro Patriota* — *Imparcial* — *Diario Fluminense* — *Moderador* — *Diario do Rio* — *Correio Mercantil* — *Jornal do Commercio* — *Revue Brasilienne* — *Litterary Intelligencer*. (\*)

Publicou-se neste anno a seguinte lei, que extinguiu a junta directoria da typographia nacional :

« D. Pedro, por graça de Deus e unanime aclamação dos povos, etc.

« Art. 1.º Fica extincta a junta da direcção da typographia nacional, creada pelo decreto de 13 de Maio de 1808 e instrucções de 24 de Junho do mesmo anno e 17 de Fevereiro de 1816.

« Art. 2.º A typographia nacional será administrada por um director, que vencerá o ordenado annual de 800\$000 e mais uma gratificação de 5 % do rendimento liquido da officina, a qual cessará não sendo annualmente decretada, segundo os interesses do estabelecimento; por um administrador que terá a seu cargo a guarda e asseio do estabelecimento e o pagamento dos operarios, e vencerá o ordenado de 750\$000, e por um guarda-livros que fará toda a escripturação necessaria e vencerá o ordenado de 600\$000.

« Art. 3.º Os empregados de que trata o

(\*) V. o Primeiro Reinado por L. Francisco da Veiga, pag. 256.



artigo antecedente são de commissão, e o director ficará responsavel pelos erros de typographia que apparecerem nas leis que se imprimirem, fazendo-se a reimpressão á sua custa.

« Art. 4.º As pessoas que se occuparem no trabalho da typographia nacional ou no das particulares ficam isentas de todo o serviço militar.

« Art. 5.º Os impressos da typographia nacional não se darão gratuitamente á pessoa alguma. Exceptuam-se : 1.º, os que pertencerem ás camaras legislativas, os quaes serão remetidos a cada uma de suas secretarias ; 2.º, os que deverem repartir-se pelas estações e autoridades publicas, que serão remettidos á secretaria de Estado a que competir a sua distribuição ; 3.º, os que deverem na conformidade da lei, enviar-se ao promotor do jury.

« Art. 6.º Ficam revogadas todas as leis, alvarás, decretos e mais disposições em contrario. Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O secretario de estado dos negocios da fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Dezembro de 1830, 9.º da independencia e do imperio.—Imperador com rubrica e guarda.  
—*Antonio Francisco de Paula de Hollanda Cavalcante de Albuquerque.* »

O primeiro director da typographia nacional foi o conego Januario da Cunha Barbosa, e o segundo o Dr. Francisco Chrispiniano Valdetaro.

A exaltação da imprensa não arrefeceu, antes augmentou em 1831. A noticia da revolução franceza de 1830 exacerbava os animos, que mais exaltados se mostraram depois dos acontecimentos de 7 de Abril de 1831; tornou-se o estylo da imprensa periodica insultuoso e deshonesto; a critica ferina e a satyra mordente não respeitavam o nascimento, a posição, a jerarchia, a modestia, e nem a virtude; o jornalismo aberrou da sua instituição, esqueceu seus deveres, e transformou-se em pelourinho, onde se expunham á zombaria da multidão a reputação e a vida particulares, o que havia de mais serio e grave; a honra, o pundonor, a dignidade, o merito, foram sacrificados ao furor, ao desespero dos partidos politicos.

Appareceram naquella época os periodicos seguintes:— *Sete de Abril*.— *Brazileiro Offendido*— *Americano*—*Brazileiro Vigilante*—*Clarim da Liberdade*— *Espelho da Justiça*— *Independente*—*Jurujuba dos Farroupilhas*—*Lycéo Liberal*—*Filho da Terra*—*Espelho dos Brazlleiros*—*Regenerador do Brazil*—*Recopilador*—*Dois Compadres Liberaes*—*Doutor Tira-teimas*—*Novo Brasileiro Imparcial*—*Novo Conciliador*—*Novo Censor*—*Cartas ao Povo*—*Narcizo*—*Neto do Simplicio*—*Bussola da Liberdade*—*Medico dos Malucos*—*Simpli-*

*cio Rigorista—Simplicio—Semanario Politico—Buscapé—Voz da Liberdade—Velho Casamenteiro—Patriota Brasileiro—Enfermeiro dos Doudos—Defensor da Liberdade—Mensageiro—Constitucional—Regente—Verdadeira Mãe do Simplicio—Voz da Razão—Veterano—Exaltado—Matraca dos Farroupilhas—Correio da Camara dos Deputados—Voz Fluminense—O Grito da Patria contra os Anarchistas—O Homem e a America.*

O *Simplicio*, jornal critico-litterario, teve muita aceitação do publico; publicou-se o primeiro numero em 8 de Janeiro de 1831 na typographia da *Astréa*; trazia como epigraphe o seguinte estribilho: « Nem um camarãozinho escapará pelas malhas da minha rêde. » Procuraram muitos periodicos, em épochas diversas, imitar o estylo faceto daquelle avulso, e até tomaram-lhe o nome, denominando-se: *O Simplicio Velho*, *O Simplicio da Roça*, *O Simplicio Antigo*, *O Simplicio Rigorista*, *A Verdadeira Mãe do Simplicio*, *O Filho do Simplicio*, *O Novo Simplicio Posta* e *A Mulher do Simplicio*.

A academia de medicina, fundada em 30 de Junho de 1829, com o titulo de sociedade de medicina, começou, em 3 de Janeiro de 1831, a publicação do *Semanario de Saude Publica*, que appareceu até 15 de Junho de 1833. No mez de Abril de 1835 continuou a academia com o seu periodico, que recebeu o titulo de *Revista Medica Fluminense*; porém em Maio de 1841 tomou esse jornal, sob a redacção do Dr.

Emilio Joaquim da Silva Maia, a denominação de *Revista Medica Brasileira*, e assim continuou até Junho de 1845, época em que, redigido pelo Dr. Francisco de Paula Candido, teve o titulo de *Annaes de Medicina Braziliense*, e por fim o de *Annaes Brazilienses de Medicina*, que ainda hoje conserva.

Transferiu-se em 1831, para algumas salas do palacio da academia das bellas-artes a typographia nacional, e alli permaneceu até 23 de Abril de 1836, o que foi prejudicial á academia das bellas-artes e á typographia; á academia porque, occupadas as salas com os prélos e as caixas dos compositores, não puderam as aulas funcionar livremente, e tiveram os pintores de interromper seus trabalhos; e á typographia porque, collocados em salas estreitas os utensilios da imprensa, difficil se tornara o trabalho, e os typos, papeis e impressos ficaram confundidos e alguns inutilizados. E não foram os pintores e compositores os unicos artistas que soffreram nessa época agitada e turbulenta por que passava o paiz; todos os musicos da capella imperial foram despedidos.

Diversas vezes visitou D. Pedro I a typographia nacional; compareceu neste estabelecimento para mandar imprimir o reconhecimento da independencia do Brazil pelo eri D. João VI, e em outra occasião para ordenar a publicação da carta constitucional, que

concedêra á nação portugueza, exigindo o imperador que fosse feito o trabalho typographico sob rigoroso sigillo.

Havia na côrte em 1832 oito typographias, e nasceram neste anno os periodicos : *Verdade—Cegarrega—Trombeta dos Farroupilhas—Simplicio da Roça—Piloto—Ferrabraz—Patriota Brasileiro—Luzeiro Fluminense—Brazileiro—Republicano de Sempre viva—Echo da Camara dos Deputados—Mutuca—Grito da Patria—Republicano—Conciliador Fluminense—Cometa—Sentinella da Liberdade.*

Corrêra agitada a sessão legislativa do anno de 1833, não só pela discussão do projecto das reformas da constituição, senão pela do projecto do banimento do ex-imperador, apresentado no dia 28 de Junho. Enviando o governo uma mensagem á camara dos deputados denunciando vastos planos da restauração do governo de Pedro I, começou o partido dominante a praticar excessos contra os que denominava restauradores ; tudo isso agitára os animos e preparara as scenas de turbulencia e anarchia que após se seguiram. Em 2 de Dezembro percorre o povo as ruas, pratica attentados, e, dirigindo-se á praça de S. Francisco de Paula, despedaça a illuminação que resplandecia na frente da casa da sociedade militar, estabelecida no predio de dous andares daquella praça, occupado actualmente pelo Instituto Artistico.

Publicando a sociedade militar, no dia 5 um annuncio, em que declarava que ia reunir-se para objecto de muita consideração, começaram a propalar-se diversos boatos, apreceram editaes excitando o povo, que, reunido no largo de S. Francisco de Paula, invadiu a casa daquella sociedade, atirou os moveis á rua e praticou outros excessos. Levado do furor de momento, illudindo a vigilancia dos juizes de paz, dirigiu-se ás typographias do *Diario do Rio e Paraguassú*, a primeira sita na rua da Ajuda e a segunda na do Senhor dos Passos, arrombou portas e janellas, entrou n'aquelles estabelecimentos, quebrou os prélos, moveis e utensilios typographicos, espalhou o typo pela rua e destruiu os impressos. Outros excessos praticaram-se nessa noite, o que obrigou o governo a reunir-se immediatamente, recommendando a segurança da cidade aos juizes de paz; e a publicar no dia seguinte uma proclamação pedindo ao povo moderação e confiança na administração do paiz.

O desacato que soffreu a typographia do *Diario* obrigou-a a suspender o periodico por alguns dias, que só reapareceu no dia 12 em meia folha de impressão.

Eis a lista dos periodicos que sahiram dos prélos em 1833: — *Sete de Setembro* — *Burro Magro* — *Brazileiro Pardo* — *Brazil Afflicto* — *Limão de Cheiro* — *Babosa* — *Marmota* — *Hospital Fluminense*

se—Arca de Noé—Bemtevi—Formiga—Nacional—Restaurador—Mineiro no Rio de Janeiro—Militar—Mestre José—Loja de Belchior—Liberdade Legal—Meia Cara—Caôlho—Carioca—Inferno—Idade de Pão—Homem de Cór—Guarda Nacional—Grito dos Opprimidos—Cabrito—Cidadão Soldado—Andradista—Adoptivo—Esbarra—Papeleta—Verdadeiro Caramurú—Torre de Babel—Rusquentinho—Obras de Santa Engracia—Par de Têtas—Paquete de Portugal—Tamoyo Constitucional—Iman—Tórto da Artilheria—Pedro II.

A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, fundada em 1824, começou em 1833 a publicação mensal da sua revista intitulada: *Auxiliadora da Industria Nacional ou collecção de memorias e noticias interessantes aos fazendeiros, artistas e classes industriosas do Brazil*. Em Junho de 1846 appareceu a revista formando uma nova serie sob o titulo de *Auxiliador da Industria Nacional*, e, não tendo até hoje interrompido a sua publicação, bons serviços tem prestado á industria do paiz.

Publicaram-se em 1833 algumas medidas contra os excessos da imprensa, submettendo-a a cauções previas e assignaturas de responsaveis dos periodicos.

Lê-se na lei de 3 de Outubro de 1834 o seguinte artigo:

« Fica supprimido o emprego de director da typographia nacional, passando suas attribuições para o administrador da mesma typog-



graphia, o qual terá de ordenado 800\$000 e 400\$000 de gratificação, sem outro vencimento. »

Era então administrador da typographia o Sr. Braz Antonio Castrioto, que entrara para a imprensa régia como aprendiz em 23 de Abril de 1811. (\*)

Sahiram á luz em 1834 os periodicos : — *Mutuca Picante* — *Indigena do Brazil* — *Diario de Annuncios* — *Jornal da Camara dos Deputados* — *Seis de Abril* — *Sorvete de Bom Gosto* — *Tupinambá Pregoeiro*.

José Saturnino da Costa Pereira publicou naquelle anno o seu *Diccionario topographico do Imperio do Brazil*.

Existiam na côrte em 1835 os periodicos : — *Auxiliador da Industria Nacional* — *Revista Medica Fluminense* — *Miscellanea Scientifica* — *Correio Official* — *Jornal do Commercio* — *Fluminense* — *Aurora* — *Sete de Abril* — *Pão de Assucar* — *Amigo do Brazil* — *Novo Caramurú*, avulso, — *Novidade* — *Tempo* — *Mala de Cartas* — *Diario do Rio* — *Diario de Annuncios* — *Mulher de Simplicio* — *Semario da Saude* (\*\*).

Creou Francisco de Paula Brito o perio-

(\*) O Sr. Castrioto exerceu a arte de compositor até 23 de Setembro de 1816; occupou successivamente os lugares de escrevente, apontador e pagador, sendo nomeado administrador em 27 de Outubro de 1823, e em 2 de Dezembro de 1828 obteve o habito de Christo por serviços prestados na typographia nacional.

(\*\*) V. *Revista do Instituto Historico* de 1846 pag. 266. *Progreço do Jornalismo do Brazil* por Souza Martins.

dico *Mulher do Simplicio* ou *A Fluminense Exaltada*; sahia indeterminadamente e durou mais de oito annos; trazia no frontispicio o seguinte estribillo:

Fragil fez-me a natureza,  
Mas com firme opinião,  
E' justo que a patria escute  
A voz do meu coração.

Esteve este periodico em voga no seu tempo, e ainda hoje é digno de ler-se por ser a unica folha daquella quadra que trata dos divertimentos, das modas, narrando em verso todos os acontecimentos que se davam.

Começando a sua vida como typographo, tornou-se Francisco de Paula Brito pelo seu talento e trabalho o primeiro editor do paiz; artista intelligente, era o primeiro em introduzir qualquer melhoramento ou invenção que apparecia na arte typographica; e tanto era o amor que devotava á patria e á arte que professava que em um dos periodicos redigidos por elle, lêem-se estas palavras: « Desejava ver a imprensa grande um dia na minha terra, ainda que eu morresse no dia seguinte. » Foi impressor da casa imperial, e além de habil artista era litterato e poeta, e dedicado protector dos jovens talentosos; nos jornaes creados por elle exercitavam-se as pennas juvenis; nos seus prélos imprimiam-se gratuitamente as composições dos escriptores pobres. Falleceu este artista em 15 de Dezembro de 1861.

Em 20 de Agosto de 1835 foi dormir o somno da morte o illustre publicista José da Silva Lisboa, formado em Coimbra em direito canonico e philosophico. Erudito, homem lido e conhecedor dos direitos civil, canonico e commercial, publicou Silva Lisboa em 1801, em Portugal, a obra *Principios de direito mercantil*, o primeiro trabalho sobre semelhante materia dado á luz em lingua portugueza. Em 1804 appareceu a sua memoria intitulada *Principios de economia politica* que teve geral aceitação ; e além de outros trabalhos já mencionados, publicou o periodico *Conciliador do Reino Unido*, as memorias *Ensaio sobre o estabelecimento dos bancos ; O Monopolio da Companhia dos vinhos do Alto-Douro ; Extractos de Edmund Burck*, em 1812 ; *Memoria da vida politica de lord Wellington*, em 1815 ; *Memoria dos beneficios politicos de el-rei D. João VI com a synopse da sua legislação*, em 1818 ; *Estudos do bem commum e economia politica : Selecta dos pensamentos do padre Antonio Vieira*, em 1820 ; *Constituição moral ou deveres do cidadão*, em 1825 ; *Escola brasileira*, em 1826, e *Cartilha da escola brasileira*, em 1831. Occupou Silva Lisboa o cargo de inspector dos estabelecimentos litterarios, emprego summamente espinhoso, pois tinha de censurar todas as obras que se publicassem.

O primeiro imperador deu-lhe o titulo de visconde de Cayrú, a commenda da ordem de

Christo e o officialato da do Cruzeiro, e tributou-lhe muita estima e consideração.

Appareceram em 1836 os periodicos:—*Paquete do Rio — Terceira Idade do Brazil — Sentinella Rio-Grandense — Cosmorama — Liberal Lusitano — Trombeta Final — Bacorinho — Folha de Annuncios — Correio do Imperador, de 1836 a 1838 — Chronista, de 1836 a 1837 — Monarchista — Guarda Nacional — Consequente — Gazeta do Rio — Clarim da Verdade — Charadista, de 1836 a 1837 — Barrega — Restos da Boceta de Pandora — Coca Nelles.*

Publicou-se uma lei contra o abuso da liberdade de imprensa ordenando que o impressor que não apresentasse em juizo o editor ou autor responsavel, com as qualidades exigidas pela lei, ou que não tomasse sobre si a responsabilidade, fosse multado em 400\$000 e se não pagasse a multa em 24 horas, depois de requerido por ella, fosse remettido para a cadeia.

Veiu a typographia nacional occupar, em 23 de Abril daquelle anno, o pavimento terreo do edificio da camara dos deputados.

Publicou Cunha Mattos em 1836 a sua memoria intitulada *Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão.*

Foi contractado para a typographia nacional, em virtude da ordem do governo de 22 de Março de 1837, expedida á casa de Samuel & Felipps de Londres, um mestre fundidor de typos, que se obrigou a dirigir a fundição que se creasse e a ensinar o officio de

fundir letras e figuras de metal, pagando-lhe o governo quatrocentos francos no primeiro anno, quatrocentos e cincoenta no segundo, quinhentos no terceiro e igual somma no quarto, além de cem francos por cada aprendiz, vinte francos na occasião da entrega do discipulo e oitenta no fim do quatrienio, embora fugisse ou morresse o aprendiz antes desse prazo! De feito estabeleceu-se a fundição, fundiu-se e vendeu-se algum typo, porém pouco durou a officina e de tão oneroso contracto não houve para o estado nenhuma vantagem.

Vieram á luz em 1837 os periodicos : — *Regresso — Defensor da Patria — Estrella Brasileira — Guaycurú — Estrella do Sul — Dezenove de Setembro — Dous de Dezembro — Semanario do Cincinnati — Jornal dos Debates, de 1837 a 1838 — Recopilador, de 1837 a 1838 — Ratos em Movimento.*

Mandou o marquez de Maricá, em Janeiro de 1837, imprimir e distribuir gratis a primeira collecção de suas maximas; appareceu a segunda em Janeiro de 1839, e a terceira em Maio de 1841; e não se limitou nisto a generosidade do distincto sabio, a todos facilitou a reimpressão de suas obras.

Eis os periodicos que em 1838 sahiram dos prêlos : — *Correio da Europa — Vinte e Dous de Abril — Phenix — Evaristo — Popular — Brasileiro — Catholico — Correio de Pêtas — Rolha — Cidadão de 1838 a 1839 — L'Argus — Filho do Sete de*

*Abril, de 1838 a 1839 — Despertador, de 1838 a 1841 — Muséo-Universal, de 1838 a 1844.*

Publicaram-se no anno seguinte os periodicos : — *Pregoeiro — Soldado Afflicto — Instincto, de 1839 a 1840 — Gazeta dos Domingos — Ortiga, de 1839 a 1840 — L'Echo — Dous de Dezembro — Monarchista do Seculo XIX — Correio das Modas — Sova — Revista Trimensal do Instituto Historico.*

Fôra creado o Instituto Historico e Geographico Brasileiro por proposta do marechal Raymundo José da Cunha Mattos e conego Januario da Cunha Barbosa, apresentada em 18 de Agosto de 1838 em sessão da sociedade Auxiliadora da Industria Nacional; em 1 de Dezembro celebrou o Instituto a sua primeira sessão, e em 18 de Maio do anno seguinte declarou o conego Januario que já se achava impresso o primeiro numero da *Revista Trimensal*, e que assim quizesse o Instituto providenciar sobre o modo da distribuição da mesma e por que preço se poria á venda. Consta da acta a resolução tomada.

Esta revista, que existe ha vinte e quatro annos, é o jornal scientifico mais importante que se publica entre nós; memorias, documentos, biographias de brasileiros illustres e outros trabalhos de peso e valia a tornam uma preciosidade para o estudo da historia patria, que hoje não poderá ser convenientemente escripta sem o auxilio deste monumento litterario. E tanto apreço e aceitação

tem recebido do publico esta publicação trimestral, que já está reimpressa até o quarto tomo.

Imprimiu Taunay em 1839 o seu *Manual do Agricultor Brasileiro*, e Nicolão Dreys a memoria intitulada *Noticia descriptiva da provincia do Rio-Grande do Sul*.

Dos prélos sahiram em 1840 os periodicos: — *Homem do Povo* — *Verdade Nua e Crua* — *Trombeta Constitucional* — *Sentinella da Monarchia*, de 1840 a 1847 — *Omnibus de Nictheroy*, de 1840 a 1843 — *Fluminense* — *Athleta*, de 1840 a 1843 — *Filho do Brazil* — *Filho da Sentinella da Monarchia* — *Pharol* — *Anonymo* — *Regeneração de 1840 a 1841* — *Esganarello* — *Coruja Theatral* — *Propugnador da Mocidade* — *Novo Simplicio Poeta*.

Nasceram em 1841 as seguintes folhas: — *Constitucional* — *Echo do Rio* — *Escudo da Liberdade* — *Argos Constitucional* — *Filho do Esganarello* — *Maiorista*, de 1841 a 1842 — *Hysope Constitucional* — *Revista Medica Brasileira*.

No anno seguinte havia na cidade doze typographias que, além dos periodicos existentes, publicaram estes: — *Corrector de Pêtas* — *Exorcista* — *Critico* — *Brazileiro* — *Monarchista Imparcial* — *Menino Travesso*.

Publicou naquelle anno o Dr. João Manoel Pereira da Silva a sua obra *Parnaso Brasileiro*, historia da litteratura brasileira.

Além dos periodicos existentes, imprimiram mais em 1843 as doze typographias os

seguintes avulsos: — *Pharol Constitucional* — *Es-  
pelho Fluminense* — *Gazeta dos Tribunaes* — *Pharol*  
— *Malesherbes* — *Gosto*.

Nasceu em 1 de Novembro de 1843 a *Minerva Braziliense*, jornal de sciencias, lettras e artes, publicado por uma associação de litteratos: era em quarto grande, apparecia duas vezes no mez, e alguns numeros traziam estampas.

Foi bem recebido pelo publico, não só pela variedade dos artigos, senão pela esmerada escolha delles, cujos auctores eram os Drs. Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Salles Torres-Homem, Francisco Bernardino Ribeiro, Emilio Joaquim da Silva Maia, Pedro de Alcantara Bellegarde, Joaquim Caetano da Silva, Januario da Cunha Barbosa, Manoel Joaquim da Silveira, actual arcebispo da Bahia, Santiago Nunes Ribeiro, Manoel Odorico Mendes, Manoel de Araujo Porto-Alegre e Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

Em 15 de Novembro de 1844 começou o jornal a ser redigido por Santiago Nunes Ribeiro, que augmentou o numero dos collabores com os nomes dos Srs. conselheiro Candido José de Araujo Vianna, hoje visconde de Sapucahy, Drs. Francisco Freire Allemão, Custodio Alves Serrão, Manoel Ferreira Lagos, Joaquim Manoel de Macedo, Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa e Antonio Francisco Dutra e Mello.



Mudou a *Minerva* de formato e de plano em 1845, constituindo uma bibliotheca brasileira ou collecção de obras originaes ou traduzidas de auctores celebres.

O periodico intitulado *Pharol*, que sahiu em 1843 dos prélos de Bueno e Comp., á rua do Cano n. 126, tomou, em 16 de Setembro de 1844, o titulo de *Mercantil*, mudando-se a typographia para a rua da Quitanda n. 13; em 1848 começou o periodico a denominar-se *Correio Mercantil*, e a typographia ficou estabelecida em 19 de Fevereiro de 1850, na rua da Quitanda n. 55, onde ainda se acha.

O *Correio Mercantil* consta de sete columnas em cada pagina, tendo cada columna, cento e cincoenta linhas de impressão; é diario e de muita circulação no paiz.

O *Diario do Rio de Janeiro*, que conta quasi meio seculo de existencia, é a terceira folha diaria da côrte, igual em formato ao *Mercantil*; imprime-se na rua do Rosario n. 84.

Publicou-se em 1843 o *Compendio de Historia do Brazil* do general Abreu e Lima.

Sahiram dos prélos em 1844 os periodicos: — *Novo Tempo*, de 1844 a 1845 — *Nacional* — *Conservador* — *Domingueiro* — *Filho da Joanna* — *Gazeta Universal* — *Tribuna* — *Tribuno do Povo* — *Belchior Politico* — *Portuguez Recopilador* — *Lanterna Magica*, de 1844 a 1845 — *Archivo Medico Brasileiro*.

O *Archivo Medico Brasileiro*, revista mensal

de medicina e cirurgia, foi publicado e redigido pelo Dr. Ludgero da Rocha Ferreira Lapa; começou em Agosto de 1844 e findou em Setembro de 1848. Os Drs. Francisco Freire Allemão, Francisco Gabriel da Rocha Freire, José da Silva Guimarães, Antonio Candido Nascentes de Azambuja e outros medicos enviaram artigos para as columnas desta gazeta.

Publicou-se tambem nesse anno o *Mosaico Poetico*, collecção de poesias brasileiras antigas e modernas, raras e ineditas.

Havia em 1845 dezeseis typographias, e appareceram n'esse anno o *Ramalhete das Damas — Ostensor Brasileiro — Nova Minerva*, de 1845 a 1846.

Publicado por Vicente Pereira de Carvalho Guimarães e João José Moreira, era o *Ostensor Brasileiro* um jornal litterario, illustrado com estampas, e enriquecidas as paginas com biographias de brasileiros illustres, noticias dos monumentos do paiz e outros trabalhos relativos ao Brazil. Os Srs. Manoel de Araujo Porto-Alegre, Joaquim Manoel de Macedo, Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, Cordeiro e Lemos Magalhães collaboraram para esta gazeta.

Fazendo menção deste jornal litterario devemos observar que raro era, durante o reinado do primeiro imperador, apparecer um periodico consagrado ás lettras, ou ás sciencias; dominava o jornalismo politico, eram as pu-

blicações órgãos dos partidos, a imprensa a arena onde cada facção, cada partido, se guerreava; cada jornal tinha a côr de seu partido; usava-se da imprensa não como meio de entretenimento ou instrução, senão como arma de defesa ou de ataque; e assim devia acontecer em uma época de reconstrução social, que presidia um novo systema de governo, á inauguração de um imperio, e á outorga ao povo de uma nova carta constitucional. Mas nascendo em 1840 outro reinado, cessado o governo interino, tranquillizados os animos, arrefecida a luta politica, e entrando a nação em um periodo de paz e progresso com o reinado de um principe americano, deu-se nos espiritos uma revolução latente, a imprensa deixou de ser politica para tornar-se litteraria, não excitou e exacerbou mais os animos, tratou de dirigir e illustrar a opinião publica. Já mencionámos o apparecimento das publicações litterarias, a *Minerva Braziltense*, *Gazeta Universal*, *Archivo Medico*, *Mosaico Poetico*, e mais tarde o *Ramalhete das Damas*, a *Nova Minerva* e o *Ostensor Brasileiro*.

Mandou o governo fazer, em virtude do art. 35 da lei de 18 de outubro de 1845, a compra de um prélo mecanico para a typographia nacional, e em 1847 o prélo estava montado e trabalhava.

O regulamento de 12 de Março de 1846 fez effectivo o privilegio, de que já gozava a ty-

pographia nacional, da exclusiva impressão das leis, decretos e outros actos governativos.

Por portaria de 12 de Março de 1846 do ministro da fazenda Manoel Alves Branco creou-se a *Gazeta Official do Brazil*, que appareceu em 1.º de Setembro; sahia todos os dias, excepto domingos e dias santos de guarda.

Com a publicação desta folha nasceu uma questão que occupou algum tempo a attenção do fôro da capital.

Declarara a lei do orçamento privilegio exclusivo da typographia nacional a impressão das leis para vendel-as em collecção; vimos que o regulamento de 12 de Março tornára effectivo este privilegio, vedando aos jornaes a impressão das leis, salvo quando sejam officiaes ou tenham autorização do governo; mas entenderam muitos que o regulamento excedia á autorização dada pelo corpo legislativo ao governo, que por meio d'elle ampliava o privilegio e prohibição.

O *Jornal do Commercio*, o *Mercantil* e a *Gazeta dos Tribunaes* julgaram que não deviam obedecer ao regulamento, e, apesar de não serem jornaes officiaes, publicaram sem autorização leis, decretos e actos do governo; accusou o promotor publico os ditos jornaes perante o juiz municipal da primeira vara, e em audiencia deste magistrado compareceram por parte do *Mercantil* o Sr. conselheiro Montezuma hoje visconde de Jequitinhonha; do *Jornal do*

*Commercio* o Sr. Dr. Siqueira Queiroz, e o Dr. Justiniano José da Rocha por parte da *Gazeta dos Tribunaes e Currier du Brésil*. que também era accusado. A primeira questão proposta foi a de incompetencia de acção, entendendo os que a allegaram que a causa era civil e não criminal; neste ponto proferiu o juiz municipal decisão contraria, e formou-se o processo; porém afinal se decidiu que seria o processo de contrabando, e que portanto seguir-se-hia o que está disposto na lei de 3 de Dezembro de 1841 a este respeito. Muito tempo durou esta questão, até que foi terminada pelo decreto de 30 de Setembro de 1859, de que mais tarde fallaremos.

Eis a lista dos jornaes de 1846: — *Gazeta Official do Imperio do Brasil*, de 1846 a 1848 — *Archivo Romantico* — *Archivo Medico* — *Jardim Romantico* — *Minerva Fluminense* — *Annaes Brazilienses de Medicina* — *Gazeta dos Tribunaes* — *Ostensor Brasileiro* — *Mulher do Simplicio* — *Auxiliador da Industria* — *Revista Trimensal do Instituto Historico* — *Jornal do Commercio* — *Mercantil* — *Diario do Rio de Janeiro* — *Sentinella da Monarchia* — *Brazil* — *Social* — *Tempo* — *Brado do Amazonas* — *Currier Brésilien*.

Falleceu em 1846 o conego Januario da Cunha Barbosa, nascido no Rio de Janeiro em 1785. Sacerdote illustre, homem bemfazejo, consagrou sua vida ao altar e á patria; mostrou na tribuna sagrada a força do seu genio e a

grandeza de sua imaginação; foi soldado da independencia, e inscreveu-se no numero dos publicistas, emprehendendo a publicação do *Reverbero*. Proscripto da patria, voltou a ella para sentar-se entre os legisladores do paiz, e dedicando-se ao jornalismo publicou o periodico *Revista das Camaras*. « Nas folhas da imprensa, diz o Sr. Porto-Alegre fallando do conego Januario, elle se reproduziu com um zêlo incansavel pelas cousas da patria, com aquelle vigor e colorido de que era capaz uma alma adornada de todos os predicados e aperfeiçoada por uma educação completa. » Publicou o conego Januario os poemas *Garimpeiros* e *Nitherohy*, e em 1829 o *Parnaso Brasileiro* ou collecção de lindas e mimosas poesias de auctores nacionaes. Foi redactor da *Gazeta Official*; escreveu artigos litterarios e politicos para as revistas e periodicos de seu tempo; foi secretario perpetuo da sociedade Auxiliadora, o fundador do Instituto Historico, socio de dezoito sociedades scientificas e litterarias da America e Europa, conego da capella imperial, prégador regio, lente jubilado de philosophia, deputado á assembléa geral, bibliothecario publico, commendador das ordens de Christo e Rosa, de varias ordens estrangeiras e official da imperial do Cruzeiro.

Apresentando os apontamentos para a historia do jornalismo no Rio de Janeiro, julgámos que devíamos commemorar o passamento

daquelles que em seu tempo exerceram influencia na litteratura do paiz, na imprensa periodica, ou que animaram e promoveram com zêlo e dedicação o gosto das lettras patrias.

Havia em 1847 dezoito typographias, e neste anno nasceram os periodicos: — *Novo Dominigueiro* — *Echo da Voz Portuguesa* — *Sciencia, de 1847 a 1848* — *Voto Livre* — *Voz do Povo* — *Revista Universal Brasileira, de 1847 a 1848*.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de S. Leopoldo, nascido em Santos em 9 de Maio de 1774, falleceu em 6 de Julho de 1847. Formado em Coimbra, occupou Fernandes Pinheiro diversos cargos de magistratura, em Portugal.

Differentes trabalhos scientificos originaes e traduzidos, que publicou em Lisboa, deram-lhe nome entre os homens doutos. Tomou assento em côrtes como representante da provincia de S. Paulo; foi conselheiro de estado e ministro durante o reinado do primeiro imperador; coadjuvou o conego Januario na fundação do Instituto Historico, do qual foi o primeiro presidente; cooperou para a criação de outras sociedades litterarias e scientificas; escreveu importantes memorias historicas sobre os limites do Imperio, e publicou em 1822 os *Annaes da capitania de S. Pedro*. Homem investigador, escriptor distincto, historiador de criterio e peso, marca o seu nome uma época nos annaes litterarios do Brazil.

Produziu exaltação nos partidos políticos do Brazil o movimento revolucionario que abalou a Europa em 1848, houve luta na imprensa viva e continuada, sustentada por muitos periodicos, dos quaes alguns pouco vivem, outros persistem ; cada dia surgem novos e todos em estylo fraldoso e dilatado fallam de liberdade, de garantias sociaes, e tratam de despertar os brios dos partidos.

Eis a lista dos periodicos que sahiram dos prélos em 1848 :—*Espectador* — *Farricoco* — *Brazil*, de 1848 a 1851 — *Dezenove de Setembro* — *Contemporaneo* — *Omnibus* — *Grito Nacional*, de 1848 a 1856 — *Senso Commum* — *Veneranda* — *Liberal*, de 1848 a 1853 — *Fiscal* — *Contrariedade Pelo Povo* — *Fluminense* — *Pato Macho* — *Muséo Pittoresco* — *Iris* — *Grinalda* — *Religião* — *Marmota na Côte*, de 1848 a 1861.

O conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha era o redactor do periodico litterario *Iris*, cujos collaboradores eram os Drs. Antonio Gonçalves Dias, Manoel de Araujo Porto-Alegre, Joaquim Manoel de Macedo, o padre Patricio Muniz e o Sr. Joaquim Norberto de Souza e Silva.

O periodico *Religião* foi publicado e redigido pelo conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Desapparecera da arena da imprensa, em 31 de Dezembro de 1847, a *Sentínella da Monarchia*, que foi substituida pelo *Correio da Tarde*,



cujo primeiro numero sahiu em 3 de Janeiro de 1848; viveu esta gazeta até 1862.

O movimento de idéas e a exaltação politica que principiam em 1848, continuaram até o anno seguinte; surgiram dos prélos em 1849 os periodicos: *Caboclo* — *California* — *Fuzil* — *Povo* — *Gaúcho na Córte* — *Judas* — *Judas Politico* — *Judas Iscariotes* — *Maribondo* — *Noticiador* — *Cuscalho* — *Catucá* — *Monarchista* — *Sino dos Barbadinhos* — *Patriota* — *Torre da Candelaria* — *Raio* — *Pagode Catucá* — *Verdade* — *Guarda Nacional* — *Soldado Brasileiro* — *Saquarema* — *Philoméla* — *Poraquê* — *Cruzeiro do Sul* — *Estrella do Occidente* — *Artista* — *Artista Brasileiro* — *Carranca* — *Cidadão* — *Echo da União* — *Desengano dos Papeletas* — *Oppressão Geral* — *Testamento de Judas* — *Diabo no mundo* — *Timandro Junior* — *Filha de Timandro* — *Theatrinho* — *Lustre de Theatro* — *Moleque* — *Picapão* — *Beija-Flôr* — *Amor-Perfeito* — *Borboleta Poetica* — *Rosa Brasileira* — *Voz da Juventude* — *Guanabara* — *Rio Mercantile Journal*.

Eram dezenove as typographias da cidade naquelle anno.

A revista litteraria *Guanabara* era publicada sob a protecção do imperador, e escreviam para ella os Drs. Manoel de Araujo Porto-Alegre, Joaquim Manoel de Macedo, Gonçalves Dias, Freire Allemão, conego Fernandes Pinheiro, conselheiro Candido Baptista de Oliveira e o Sr. Joaquim Norberto de Souza e Silva, que, além dos periodicos já mencionados, foi collaborador distincto do *Despertador*,

*Revista Universal Brasileira, Novo Gabinete de Leitura, Muséu Pittoreseo, e do Mosaico Poético.*

Em Setembro de 1855 assumiu o Sr. conego Dr. Fernandes Pinheiro a direcção da revista *Guanabara*, e cumpriu com dedicação essa ardua tarefa até ao fim do anno de 1856.

Apezar de escripto por pennas tão habéis, não teve o *Guanabara* longa duração; se tocou ao anno de 1856 foi porque o susteve mão poderosa e augusta.

Sendo facil encontrar nos Almanacks a relação dos periodicos que appareceram de 1850 para cá, não daremos seus nomes; só mencionaremos quantos havia em cada anno e quantas typographias.

Havia em 1850 dezeseis periodicos e vinte e cinco typographias; em 1851 vinte periodicos e as mesmas typographias; em 1852 vinte e tres periodicos e vinte e uma typographias; em 1853 trinta periodicos e vinte e quatro typographias; em 1854 trinta periodicos e vinte e seis typographias; em 1855 vinte e quatro periodicos e vinte e tres typographias; em 1856 vinte e seis periodicos e vinte e quatro typographias; em 1857 vinte e nove periodicos e vinte e quatro typographias.

Appareceu em 1857 a *Revista Brasileira*, jornal de sciencias, lettras e artes, dirigido pelo conselheiro Candido Baptista de Oliveira. Era trimensal, e veio substituir o *Guanabara*; além

do director tinha um redactor gerente, cujo cargo foi occupado successivamente pelos Drs. Manoel Ferreira Lagos, Frederico Leopoldo Cesar Burlamaque e conego Dr. Fernandes Pinheiro. Para esta revista escreveram os Drs. Freire Allemão, Fernandes Pinheiro, conselheiro Candido Baptista, Srs. Joaquim Norberto e Porto-Alegre, que, além de outros, collaborou para os periodicos *Reforma*, *Jornal dos Debates e Illustração Brasileira*.

Sahiram da *Revista Brasileira* onze numeros, sendo o ultimo o de Junho de 1861. Teve esta publicação litteraria a valiosa protecção do Sr. D. Pedro II.

Havia em 1858 trinta e seis periodicos e vinte e quatro typographias.

Não tendo os compositores das folhas diarias alcançado um mil réis mais sobre seus ordenados, o que já a algum tempo reclamavam, determinaram, em Janeiro daquelle anno, deixar as typographias onde trabalhavam, e crear um periodico intitulado *Jornal dos Typographos*. Esta resolução dos artistas typographos causou serios embaraços ás empresas do *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil* e *Diario do Rio*; duas destas folhas suspenderam a sua publicação, e a outra deu só uma pagina de impressão durante dias. Mas pouco durou a deserção; voltaram os artistas para as officinas que desampararam, e tres mezes depois já não existia o periodico creado por elles.

Foi nomeado em 1858 administrador da typographia nacional o Dr. Manoel Antonio de Almeida, tendo sido aposentado o Sr. Braz Antonio Castrioto, que exercêra aquelle cargo durante trinta e cinco annos.

Havia em 1859 trinta e seis periodicos e vinte e seis typographias.

Nasceu em Janeiro de 1859 a *Revista Popular*, jornal illustrado, consagrado ás lettras, sciencias e artes; apparecia] duas vezes no mez, e era seu editor o Sr. Garnier, cujo louvavel empenho em dar ao prélo as obras de auctores nacionaes deve ser elogiado e francamente reconhecido. Escreveram para a *Revista Popular*, além de outros litteratos, os Srs. conego Dr. Fernandes Pinheiro, Dr. Luiz de Castro, Calogeras, Joaquim Norberto e Dr. Joaquim Manoel de Macedo, que, além dos jornaes já citados, collaborou para o *Mosaico Poetico*, *Nação*, *Bibliotheca Brasileira*, *Marmota Fluminense*, *Jornal do Commercio* e outras folhas politicas e litterarias.

O Sr. Dr. conego Fernandes Pinheiro foi redactor e collaborador do periodico *Tribuna Catholica*.

Publicou-se em 30 de Setembro de 1859 o decreto n. 2491 estabelecendo medidas para fazer effectivo o privilegio da impressão e publicação das leis, decretos e actos do governo, que compete a typographia nacional, e impondo penas aos contraventores. Eis a integra de alguns artigos desse decreto :

« Art. 1.º Compete a fazenda publica o privilegio exclusivo da impressão e publicação das leis, decretos e resoluções da assembléa geral legislativa, e dos decretos, regulamentos, instrucções do governo geral e outros actos governativos, para serem vendidos em collecção.

« § unico. Este privilegio não importa prohibição: 1.º, da transcripção ou inserção das leis, decretos, resoluções, regulamentos, actos, instrucções, relatorios e outros documentos nos periodicos; 2.º de sua impressão em compendios, tratados e quaesquer obras juridicas, e menos póde prejudicar as collecções impressas até o dia da publicação da lei n. 369 de 18 de Setembro de 1845.

« Art. 2.º A infracção do disposto no art 1.º importará confisco ou apprehensão e perda de todos os exemplares publicados ou postos á venda, e multa igual a importancia do seu valor.

« Estas penas recahirão: 1.º sobre o dono da officina que fizer a impressão ou publicação, 2.º, sobre o auctor ou importador, 3.º, sobre o vendedor, os quaes todos serão solidariamente responsaveis pela referida infracção.

« Art. 3.º A impressão da legislação e documentos, de que tratam os artigos antecedentes, será feita na typographia nacional.

« § unico. Exceptuam-se os casos em que o servico publico exigir que alguns desses do-

cumentos sejam impressos em officinas particulares.»

Seguem-se outros artigos providenciando sobre o julgamento do confisco, apprehensão e perda dos impressos de que tratam os artigos antecedentes.

Veu substituir ao Dr. Manoel Antonio de Almeida no lugar de administrador da typographia nacional, em 30 de Setembro de 1859, o Sr. João Paulo Ferreira Dias, actual administrador daquelle officina.

Pereceu o Dr. Almeida em um naufragio, em 28 de Novembro de 1861.

Deu em um baixio, em viagem desta cidade para a de Campos, o vapor *Hermes*; as ondas lavando o convez, sossobram o navio, e arrebatam ao furor do oceano homens, mulheres e crianças; Manoel Antonio de Almeida agarra-se ao mastro, e vê desse patibulo a embarcação despedaçar-se, seus amigos e companheiros de viagem afflictos e afogados na vaga do escarcéo, e elle só encarando a morte dos amigos e a sua, vendo na espuma das aguas abrir-se seu tumulo, apagadas as suas esperanças e extinto o seu futuro. Supplicio terrivel, luta de vida e de morte, momentos crueis, sem uma unica esperanza! Desfallecido, cahiu o corpo daquelle joven, levando comsigo o mastro, cruz do seu Golgotha.

Alguns dias depois appareceu em uma praia deserta o cadaver do desditoso mancebo, reco-

nhcido não só pela marca da roupa branca, senão por diversos papeis encontrados em uma carteira.

Manoel Antonio de Almeida nasceu no Rio de Janeiro em 17 de Novembro de 1831 : apesar de pobre, conquistou com sua intelligencia o diploma de doutor em medicina ; escriptor habil, poeta e romancista, deu artigos de sua penna para diversos periodicos, enviou poesias de subido merito para muitas gazetas litterarias, e publicou o lindo romance de costumes nacionaes : *Memorias de um sargento de milicias*.

Deu o decreto de 30 de Setembro novo regulamento á typographia nacional ; creou novos lugares e supprimiu outros, estabelecendo quatro secções : a 1.ª, de escripturação ; a 2.ª, para deposito de impressos e outros objectos, com um fiel e seu ajudante, que deverá ser ao mesmo tempo continuo ; a 3.ª, officina de compositores com um mestre e seu ajudante ; e a 4.ª, officina de impressores com um mestre, que será o machinista, e um ajudante tirado da classe dos impressores. Baixou o preço da collecção das leis para 30 rs. por cada folha de oito paginas, que d'antes custava 80 rs. ficando os mappas e tabellas, que contiverem taes collecções, a razão de 200 rs. cada uma, seja qual fôr o seu tamanho e feitio ; porém as folhas avulsas foram taxadas a 200 rs. cada pagina.

Havia em 1860 trinta e quatro periodicos, sendo dous em francez, dous em italiano, um

em hespanhol e os outros em portuguez ; contavam-se vinte e oito typographias.

Veu estabelecer-se, em 30 de Setembro de 1860, a typographia nacional no novo edificio da rua da Guarda-Velha, construido no terreno onde existira a casa do antigo thesouro da corôa, a qual foi destruida por um incendio, em 30 de Junho de 1852, quando servia de asylo a muitas familias pobres de servidores do Estado e de deposito das obras publicas ; começou o incendio ás 11 horas, e á 1 hora da tarde ardia todo o edificio, achando o fogo facil alimento nas resequidas madeiras : e não podendo ser extinto, força foi circumscrevê-lo a seu ióco para salvar-se o edificio contiguo da secretaria do imperio e archivo publico, cujos papeis com difficuldade foram recolhidos. Desabaram, occasionando algumas victimas, as paredes lateraes do edificio incendiado, que, no fim de horas, era todo ruinas. Residira algum tempo nesta casa o general Avilez.

Demolidas as paredes arruinadas pelo fogo, aproveitou o governo o terreno para erguer nelle o edificio da typographia nacional, o qual nada tem de notavel ; um paredão com alguns oculos, tendo um portão no centro e um attico occultando o telhado, eis o prospecto da typographia nacional !

Tendo-se de construir um edificio especial para a imprensa nacional convinha erguel-o segundo as regras da arte, digno do fim a que



era destinado, e não uma casa sem fôrma nem elegancia, que manifesta máo gosto e atrazo nas bellas-artistas entre nós.

No rosto dos monumentos fica gravada a historia dos povos, e se descrê da civilisação de um paiz quando não a attestam esses livros de pedra.

Consta o edificio da typographia nacional de uma sala que serve de secretaria, de um armazem onde se guarda papel, de duas salas de composiçáo, outra dos prélos manuaes e outra dos prélos mecanicos; ha tambem uma sala especial, construida em 1862, onde se trabalha na impressáo do *Diario Officiel*.

Possue dous prélos mecanicos, tem um administrador, um amanuense, um escriptuario e mais sessenta e quatro empregados; admite aprendizes de impressor e compositor: imprime as leis, decretos, regulamentos, relatorios e a gazeta do governo, e tambem se encarrega da impressáo de qualquer obra particular, levando, além das despezas, a commissáo de 15 a 25 %.

Contavam-se em 1861 vinte e tres periodicos e trinta typographias.

Uma exigencia inesperada dos compositores apresentada á ultima hora obrigou a não sahir o *Correio Mercantil* no dia 3 de Setembro de 1861.

Existiam em 1862 trinta typographias e trinta e dous periodicos.

Em 9 de Junho desse anno visitou o Sr. D. Pedro II a typographia nacional, percorrendo todo o edificio e colhendo as noticias que julgou convenientes.

Consagrou o mesmo augusto senhor a manhã do dia 18 d'aquelle mez á visita de alguns estabelecimentos industriaes desta cidade, manifestando assim a sua solicitude pelo progresso das artes e pelo adiantamento do paiz que a Providencia collocou sob seu governo.

Depois de visitar a fabrica de fundição de ferro e officinas de ferreiro e serralheiro do Sr. Miguel do Couto Santos, dirigiu-se ao estabelecimento typographico dos Srs. Eduardo & Henrique Laemmert, á rua dos Invalidos; examinou os prêlos mecanicos movidos a vapor, as machinas de assetinar, cortar linhas e dourar, etc., assistindo ao trabalho de todas as officinas. Enquanto durou a visita, reconhecidos á honra, que recebiam, compuzeram e imprimiram os typographos o seguinte testemunho de gratidão:

« Senhor.— A augusta presença de Vossa Magestade Imperial nesta officina typographica é mais uma luminosa prova do interesse e desvelo que Vossa Magestade dispensa ás sciencias e ás artes.

« E' grato, senhor, para os typographos que o seu imperador venha entre elles animando com sua augusta presença aos distinctos

e incansáveis lidadores que fundaram e ainda sustentam este estabelecimento, onde tantos subditos de Vossa Magestade sóem adquirir o pão quotidiano, applicando-se a uma arte que, pharol do progresso, illumina e dissipa os nevoeiros da ignorancia.

« Jubilosos, senhor, agradecemos a Vossa Magestade, em nome desta corporação e daquelles que benignamente nos acolhem, a subida honra que se digna fazer á Typographia Universal de Laemmert, aguardando a nova aurora que surge no horizonte typographico fluminense.

« Somos, senhor, de Vossa Magestade Imperial, respeitosos e reverentes subditos.— *Os artistas typographos.* »

Em seguida dirigio-se o Imperador á fabrica de canotilhos, fios e galões de ouro e prata do Sr. Fructuoso Luiz da Motta, naquella rua n. 108, e á fabrica de cerveja do Sr. Antonio José Gomes Pereira Bastos na rua de Matacavallos n. 27.

« Minhas animações nunca deixarão de procurar a quem concorrer para o engrandecimento da nossa patria », disse algures o Sr. D. Pedro II, e cada dia o vemos descer os degrãos do throno, cercado do prestigio, da intelligencia e da magestade, para animar o operario que, com mão calosa, procura abrir o trilho da riqueza nacional, o artista que na luta do progresso se esforça por obter louros no festim da intelligencia e do trabalho, o escriptor, o litterato,

o poeta, o sabio, que, ou pela força do genio, ou pela inspiração, ou pelo amor á sciencia, percorrem, sem se lembrarem do hospital de Camões, do suicidio de Chatterton, ou do cadafalso de André Chenier, o caminho cheio de urzes e de cruentas agonias que conduz á gloria.

Desceu ao tumulo em 10 de Julho de 1862 o Dr. Justiniano José da Rocha, vulto notavel da imprensa periodica do Rio de Janeiro.

Nascido nesta cidade em 8 de Novembro de 1812, percorreu os primeiros estudos, e foi para Europa matricular-se no collegio de Henrique IV, em França. A academia juridica de S. Paulo conferiu-lhe o gráo de bacharel ; ainda estudante concorreu com alguns dos condiscipulos para a fundação de associações litterarias, e collaborou para a *Revista Philomatica* creada em 1833, e para o *Pharol Paulistano*. Entrou em 1836 na arena do jornalismo politico, publicando os periodicos *Atlante* e *Chronista*, sendo collaboradores deste ultimo os Drs. Josiño do Nascimento Silva e Firmino Rodrigues Silva. Foi substituido o *Chronista* em 1839 pelo *Brazil*, gazeta que viveu até 1849. Creou tambem o *Velho Brazil*, o *Correio do Brazil* e o *Regenerador*, cujo primeiro numero appareceu em 9 de Fevereiro de 1860, e viveu em quanto viveu o redactor.

O *Jornal do Commercio*, a *Gazeta dos Tribunaes*, a *Marmota Fluminense*, o *Correio da Tarde* e outros periodicos politicos e litterarios viram em suas

paginas artigos da habil penna de Justiniano Rocha, que escreveu diversos folhetos sobre politica geral, introduziu a novella em appendice ou folhetim nos nossos jornaes, compoz alguns romances e traduziu outros. Homem incansavel, de engenho vivo, tinha a penna tão adestrada no tiroteio politico que, conversando com os amigos, escrevia artigos para os seus periodicos; era audaz e argucioso na phrase, convincente e logico na argumentação. Soldado da penna, sustentou enquanto viveu a luta da imprensa, que parecia amar: «E' minha tunica de Nesso,» dizia elle; e de feito só cahiu-lhe dos hombros no dia que a doença o prostou no leito e depois no tumulo; deixando nas folhas do jornalismo um nome que se perpetuára.

Creou-se em 1 de Outubro de 1862 o *Diario Official do Imperio do Brazil*, com quatro columnas de impressão em cada pagina; publica-se todos os dias, excepto ás segundas-feiras ou depois dos dias de guarda.

Eis a lista dos periodicos que actualmente se publicam na côrte:—*Jornal do Commercio*—*Correio Mercantil*—*Diario do Rio de Janeiro*—*Diario Official do Imperio do Brazil*—*Actualidade*—*Constitucional*—*Brazil*—*Spectador*—*Crença*—*Escorpião*—*Formiga*—*Folgasão*—*Indicador Militar*—*Liberal Protestante*—*Militar*—*Mosaico*—*Portuguez*—*Semanario*—*Bella Fluminense*—*Violeta*—*Abelha*—*Oriente*—*Nauta Destemido*—*Nacional*—*Orgão do Progresso*

—*Semana Illustrada*—*Cazeta Judiciaria*—*Cruz*—*Archivo Litterario*—*Gazeta Medica*—*Annaes Brazilienses de Medicina*—*Auxiliador da Industria*—*Revista dos Ensaios Litterarios*—*Revista Trimensal do Instituto dos Advogados*—*Revista Trimensal do Instituto Historico*—*Courrier du Brésil*.

Ha na côrte trinta e duas typographias e tres fundições de typo.

Facil é reconhecer o desenvolvimento que tem tido entre nós a imprensa periodica, politica, e litteraria; os nossos diarios não são inferiores aos da Europa nem em formato, em variedade de materia, nem em nitidez de impressão. Já se foram os tempos em que o jornal politico era o pelourinho das reputações, o cepo cruento onde se sacrificavam a honra, o nome, a dignidade, os brios de todos; felizmente hoje é moderada, digna e respeitosa a linguagem da imprensa politica; ha mais gravidade e sisudeza na expressão, mais escrupulo e consciencia na phrase; o jornalismo já não é o pasquim antigo, é o pharol que guia, educa e doutrina o povo; não é a satyra grosseira e polluta de outr'ora, porém a chronica, a historia, a critica, o pensamento e a vida do progresso social.

Tambem tem progredido a imprensa litteraria; cada anno augmenta-se o numero das obras impressas no paiz, propaga-se o gosto da leitura, e toma um character mais peculiar e patrio a litteratura nacional; ha mais

animação e vida nas letras, e pouco e pouco vai desapparecendo essa indiferença fria e cruel, que nos tem sido fatal, e que tem talvez retardado o progresso material e moral da nação.

Findamos aqui o nosso trabalho, que em mãos mais habéis teria, é certo, maior desenvolvimento, admitiria outra ordem de considerações que não nos ensina a nossa limitada intelligencia; e ao terminar, pedimos desculpa ao *Instituto Historico e Geographico Brasileiro* de ter fatigado sua illustrada attenção ouvindo o ultimo dos seus membros.

1863.

---

# **A FACULDADE DE MEDICINA**

**DO**

**RIO DE JANEIRO.**

---

## **I.**

Se o territorio da provincia da Bahia foi o primeiro que avistaram os marinheiros do afortunado Pedro Alvares Cabral, se neste territorio foi que se plantou pela primeira vez, em terra americana, o sagrado symbolo da nossa redempção, foi tambem alli que primeiro abicaram as náos que conduziram á America o monarcha portuguez.

Transpondo o oceano lavrou o rei de Portugal a carta da liberdade do Brazil, iniciou



uma éra de civilisação e progresso que, afastando as nuvens caliginosas que abafavam a terra de Santa Cruz, apressou a aurora do fulgente dia da independencia brasileira; e foi na Bahia que relumbraram os primeiros raios desse dia glorioso assignando o principe regente, em 28 de Janeiro de 1808, a carta régia que franqueou os portos do Brazil ao commercio de todas as nações amigas. Foi na Bahia que, entre outras providencias de maior vulto, estabeleceu o principe D. João, no hospital real, á instancia do Dr. José Corrêa Picanço, a primeira escola de cirurgia, nos seus dominios da America, como consta da ordem régia de 18 de Fevereiro daquelle anno, a qual diz assim:

« Illm. e Exm. Sr.— O principe regente, nosso senhor, annuindo á proposta que lhe fez o Dr. José Corrêa Picanço, cirurgião-mór do reino, e do seu conselho, sobre a necessidade que havia d'uma escola de cirurgia no hospital real desta cidade, para instrucção dos que se destinam ao exercicio desta arte, tem commettido ao sobredito cirurgião-mór a escolha dos professores que não só ensinem a cirurgia propriamente dita, mas a anatomia como bem essencial d'ella, e a arte obstetricia, tão util como necessaria. O que participo a V. Ex. por ordem do mesmo senhor, para que assim o tenha entendido e contribua para tudo o que fôr promover este importante es-

tabelecimento. Deus guarde a V. Ex.— Illm. Exm. Sr. Conde da Ponte.— *D. Fernando José de Portugal.* »

O Dr. José Corrêa Picanço, natural de Pernambuco, estudara no hospital de S. José, em Lisboa, o curso de cirurgia; dirigira-se a Paris para ouvir lições dos mestres, e regressando para Portugal fôra nomeado lente de anatomia e cirurgia na universidade de Coimbra, primeiro cirurgião da casa real, e cirurgião-mór do reino. Encarregado de escolher professores para a escola de cirurgia da Bahia, indicou o cirurgião José Soares de Castro para leccionar anatomia e o cirurgião Manoel José Estrella a cirurgia.

Pagava cada estudante 6\$400 de matricula para o curso inteiro; não havia regulamento de disciplina escolar, e os lentes não dispunham de meios para o ensino proficuo e conveniente dos alumnos. Estava em embryão o ensino medico; era a iniciação das escolas de medicina na America.

Partindo o principe regente da Bahia para o Rio de Janeiro, onde foi, como naquella cidade, recebido no meio de enthusiasticas acclamações, depois de organizar seu governo e de tomar diversas providencias e deliberações de maior alcance, solícito em promover o bem e zelar a saude de seu povo, mandou estabelecer, por decreto de 5 de Novembro de 1808, no hospital real militar, uma escola anatomica,

cirurgica e medica ; e por decreto da mesma data proveu a cadeira de anatomia com o ordenado annual de 600\$000 ao cirurgião-mór do reino de Angola, Joaquim José Marques, que devia ensinar a anatomia theorica e pratica e physiologia, segundo as partes e systema da machina humana.

Taxou o alvará da mesma data o preço dos medicamentos e drogas para regra dos boticarios, conforme o regimento compilado pelo Dr. Manoel Vieira da Silva, physico-mór do reino, e por dous pharmaceuticos.

O decreto de 20 de Setembro daquelle anno nomeou lente de therapeutica chirurgica e particular a José Lemos de Magalhães, com o ordenado de 200\$000, concedendo-lhe faculdade de receber de cada alumno 6\$400 na admissão, e igual quantia pela certidão de frequencia e aproveitamento.

Nomeados physico-mór do reino Manoel Vieira da Silva, depois barão de Alvaiazere, e cirurgião-mór José Corrêa Picanço, depois barão de Goyanna, declarou-lhes o alvará de 23 de Novembro de 1808 a jurisdicção que lhes competia; abolindo o alvará de 7 de Janeiro de 1809 a real junta do proto-medicato, que superintendia em negocios de saude publica.

Pelo regimento da real junta do proto-medicato era admittido a exame de cirurgia em Lisboa e nas capitancias do Brazil, India e Costa d'Africa, nas quaes existia um dele-

gado do cirurgião-mór do reino e seu escrivão, e um delegado do physico-mór e seu escrivão, todo o individuo que apresentava uma certidão de quatro annos de pratica em qualquer hospital.

Os delegados do cirurgião-mór superintendiam sobre os cirurgiões, sangradores e parteiras, e os delegados do physico-mór tinham jurisdicção sobre os medicos, boticarios e curandeiros que obtinham annualmente licenças e provisões para poderem curar. Organizado o auto de exame, e assignado pelo delegado e examinadores, era remettido para a côrte, onde requeria o candidato a carta que, depois de pagas as despezas, era-lhe exhibida.

Habilitava para exame de pharmacia o certificado de quatro annos de pratica em qualquer botica; para poderem sangrar, sarjar, lançar ventosas e sanguesugas, tiravam carta os cirurgiões, que só podiam curar de medicina nos lugares em que não havia medicos; devendo, porém, antes prestarem exame perante o delegado do physico-mór, que lhes passava uma provisão annual. Expunha-se a penas severas o cirurgião que, presente o medico, invadia os dominios da medicina; devia sómente pensar feridas, tratar de luxações, fracturas, contusões, e applicar appparelhos para recolher as partes alteradas; mas lhe era vedado o tratamento de molestias internas, não podendo afastar-se do mecanismo instrumental.

Declarára o decreto que estabelecêra a escola anatomica, cirurgica e medica no hospital real militar e da marinha que era ella particularmente destinada para instrucção dos cirurgiões que ignoravam a anatomia, a physiologia e medicina pratica, e para ensino dos alumnos que se destinavam á cirurgia militar e nautica. De feito mui limitados deviam ser os conhecimentos dos antigos cirurgiões e medicos, que não cursavam aulas e só praticavam nos hospitaes, o que não podia ser proficuo nem vantajoso, não tendo elles sciencia para apreciar convenientemente os factos, e observar os phenomenos, symptomas e alterações morbidas; passavam de simples enfermeiros a cirurgiões empiricos, e muitos, sem haverem percorrido as salas das enfermarias, apresentando attestados graciosos ao cirurgião-mór, obtinham, após um exame ligeiro e irregular, carta para exercitar a arte de cirurgia.

Nomeou o decreto de 25 de Janeiro de 1809 a Joaquim da Rocha Mazarem lente de medicina operatoria e arte obstetricia com o ordenado de 480\$000; e o de 12 de Abril do mesmo anno ao Dr. José Maria Bomtempo, medico da real camara, lente de medicina, chimica, elementos de materia medica e pharmacia, vencendo 800\$000 annuaes.

O alvará de 22 de Janeiro de 1810 deu novo regimento ao physico-mór e cirurgião-mór do reino.

Eleito por decreto de 26 de Fevereiro de 1812 director dos estudos medicos e chirurgicos da côrte e Estado do Brazil, com as honras de physico-mór do reino, o conselheiro e medico da real camara Manoel Luiz Alvarés de Carvalho, apresentou um plano dos estudos de cirurgia, que foi approved em 1 de Abril de 1813.

Davam estes estatutos matricula no primeiro anno do curso de cirurgia ao alumno que sabia ler e escrever correctamente.

O curso completo era de cinco annos; aprendia-se no primeiro anatomia em geral, chimica pharmaceutica e elementos de materia medica; no segundo anatomia e physiologia; no terceiro hygiene, etiologia, pathologia e therapeutica; no quarto instrucções chirurgicas e operações, e instrucções e prática da arte obstetricia; e no quinto pratica de medicina e repetição das materias do quarto anno.

Feito o exame do quinto anno, obtinha-se carta de approved em cirurgia, e sendo-se approved plenamente em todos os exames, frequentando-se de novo as aulas do quarto anno e do quinto, recebia-se, depois de segundo exame feito com distincção, a graduação de formado em cirurgia; gozando os cirurgiões formados das seguintes prerogativas: eram preferidos em todos os partidos aos que não tinham esta graduação; podiam curar de todas as enfermidades aonde não houvessem

medicos; eram desde logo membros do collegio cirurgico e oppositores ás cadeiras desta escola e das que se haviam de estabelecer nas cidades da Bahia, Maranhão e em Portugal, e podiam todos aquelles que se enriquecessem de principios e pratica a ponto de fazerem os exames que aos medicos se determinavam, chegar a obter a formatura e o grão de doutor em medicina; exigindo-se para se alcançar esse grão exames de preparatorios e dos annos lectivos, conclusões magnas e dissertações em latim.

Havendo formulado estes estatutos, convidou o conselheiro Manoel Luiz Alvares de Carvalho ao Dr. José Corrêa Picanço para chanceller da escola, cargo que este não aceitou, e até resentiu-se do offerecimento, pois, tendo jurisdicção na qualidade de cirurgião-mór, de referendar todos os diplomas de cirurgia, se fosse chanceller só teria de deitar o sello real nas cartas exhibidas pela escola. Desde então o Dr. Corrêa Picanço e outros cirurgiões portuguezes começaram a fazer opposição á escola cirurgica do Rio de Janeiro; e, não permittindo que funcionassem as aulas do quarto anno e quinto, embaraçaram a concessão de diplomas pela escola cirurgica, e obrigaram aos estudantes, logo que terminavam o terceiro anno de estudo, a requererem ao cirurgião-mór para obter as respectivas cartas.

Creou o decreto de 26 de Abril de 1813 a cadeira de hygiene pathologica, e nomeou lente d'ella ao Dr. Vicente Navarro de Andrade, que um anno antes publicára um plano de organização para a escola cirurgica do Rio de Janeiro; estabelecidas pelo mesmo decreto as cadeiras de operações e arte obstetricia, escolheu-se para lente dellas a Manoel Alves da Costa Barreto.

Não havendo substitutos, e não existindo fôra da escola pessoas habilitadas para serem examinadores eram os estudantes, no acto do exame, divididos em turmas, arguindo-se uns aos outros como em sabbatina, sendo arguentes em um dia e respondentes no outro; assistia o respectivo professor a estes exercicios, e por elles julgava do merito e adiantamento dos seus alumnos. Escolheram-se mais tarde tres estudantes para examinadores, e foram Francisco Gomes da Silva, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, depois barão de Iguarassú, e o Dr. Manoel Joaquim de Menezes, nomeado examinador de anatomia, o qual ainda existe.

O primeiro lente substituto das cadeiras de cirurgia do curso medico foi o conselheiro Manoel Luiz Alvares de Carvalho, escolhido em 18 de Fevereiro de 1817.

Mandara o principe regente crear pelo alvará de 2 de Março de 1812 uma junta de direcção medico-cirurgica e administrativa do



hospital real militar, e lhe ordenara que se encarregasse tambem da inspecção dos estudos medicos e chirurgicos estabelecidos no referido hospital.

Havendo falta de medicos nas colonias portuguezas d'Africa, providenciou o governo, ordenando que de cada colonia fossem enviados para esta cõrte dous jovens habilitados para se matricularem no curso de medicina e cirurgia; os quaes, concluidos os estudos, deviam regressar para seu paiz, onde exerceriam sua profissão, transmittindo a outros os conhecimentos adquiridos; de feito, chegaram a esta cõrte dous estudantes de Angola e dous das ilhas de S. Thomé e Príncipe, pagou-lhes o governo a passagem, e deu-lhes subsistencia no hospital real.

Para favorecer aos estudantes pobres, que se dedicavam ás sciencias medicas e chirurgicas, decretou o principe D. João, em 16 de Dezembro de 1820, doze pensões de 9\$600 para doze jovens que, mostrando aptidão para os estudos medicos, tivessem bom procedimento; exigindo-se, afim de serem admittidos como pensionistas, attestados de pobreza perante o cirurgião-mór, ficando obrigados, depois de concluidos os estudos, a servirem nos corpos e regimentos das tropas de linha.

Separada por decreto de 10 de Julho de 1822 a cadeira de physiologia da de anatomia, foi nomeado para reger a primeira o Dr. Domingos

Ribeiro dos Guimarães Peixoto, e continuou na segunda o cirurgião Joaquim José Marques. Tendo-se retirado com o rei para Lisboa o lente da cadeira de operações e partos, Joaquim da Rocha Mazarem, veio substituí-lo no magisterio o cirurgião Jeronymo Alves de Moura.

Soffreu a escola medico-cirurgica do Rio de Janeiro opposição acintosa dos cirurgiões e medicos portuguezes, que tendo pergaminhos pela universidade de Coimbra, não queriam que no Brazil se conferissem grãos scientificos; inimistaram-se o cirurgião e physico-mór com a escola do Rio de Janeiro por haver-lhe sido concedida a exhibição de diplomas; o que lhes cerceava as garantias e lhes escasseava os lucros, pois não eram mingoadas as propinas pagas pelos que tiravam diplomas de medico ou cirurgião. Trataram de impedir a concessão de diplomas pela escola, não deixaram funcionar as aulas do quarto anno e quinto, e obrigaram aos alumnos, concluidos os estudos do terceiro anno, a requerer-lhes exames fóra da escola, e se queriam habilitar-se para curar, a receberem certificados depois de pagas as despezas; tiraram assim as garantias aos estudantes equiparando-os áquelles que, sem conhecimentos nem estudo, tendo um attestado de pratica em qualquer hospital, obtinham o mesmo titulo, e entravam em concorrência com os pobres alumnos que haviam frequentado aulas e seguido com applicação e aproveita-

mento as lições dos mestres. Tornára-se inutil ouvir as prelecções dos lentes da escola, porque enfermeiros e charlatães, que visitavam algum tempo os hospitaes, feito um ligeiro exame em casa do physico-mór ou cirurgião-mór do reino, empavonavam-se com a carta de medico ou cirurgião, ignorando o formulario e o manejo do bisturi. Mas não convinha que se conferissem no Brazil diplomas de medicos e cirurgiões; os doutores deviam vir da Athenas portugueza, os pergaminhos lavrados em Coimbra, ou sómente exhibidos por aquelles que tinham ido lá beber sciencia. Já audava enraizada nos animos de portuguezes e brasileiros essa indisposição, que mais tarde tornou-se tão manifesta e decidida.

Mudando os acontecimentos politicos a sorte do Brazil, que á voz de um principe magnanimo foi saudado como nação livre e independente, ergueu-se no parlamento o brasileiro, José Ricardo da Costa Aguiar e propoz que a escola medico-cirurgica conferisse os titulos determinados em seus estatutos, e, representando no mesmo sentido ao governo os estudantes da referida escola, promulgou-se em 9 de Setembro de 1826 a lei seguinte:

« Art. 1.º Haverão cartas de cirurgião ou cirurgião formado todos aquelles que nas escolas de cirurgia do Rio de Janeiro e Bahia já têm concluido com approvação ou conclui-

rem em diante o curso de cinco ou seis annos na conformidade dos seus estatutos.

« Art. 2.º As cartas serão passadas pelos directores das escolas, ou pelos lentes que suas vezes fizerem, escriptas em linguagem vulgar, assignadas pelos lentes de pratica medico-cirurgica, subscriptas pelos secretarios, impressas em pergaminho e selladas com sello pendente de fita amarella.

« Art. 3.º As fórmulas das cartas serão em tudo conformes ás que vão lançadas no fim desta lei, e o sello será o que escolher cada uma das escolas.

« Art. 4.º Serão dadas e passadas gratuitamente com a unica despeza da impressão e pergaminho, que pagarão os estudantes.

« Art. 5.º Os que conseguirem a carta de cirurgião poderão livremente curar de cirurgia em qualquer parte do imperio, depois que com ella se apresentarem á autoridade local.

« Art. 6.º Os que obtiverem a carta de cirurgião formado poderão igualmente exercitar a cirurgia e medicina em todo o imperio, feita a apresentação na fórmula do artigo antecedente.

« Art. 7.º Ficam revogadas todas as leis, alvarás, decretos e regimentos do physico-mór e cirurgião-mór do imperio, e os estatutos das sobreditas escolas na parte em que se oppuzerem á execução desta. »

Decretada esta lei, deram os estudantes em regozijo um lauto jantar na chacara de

João Mendes Ferreira Ramos, nas Laranjeiras, convidando a todos os lentes da escola ; e um dos alumnos encarregou ao distincto artista e poeta Manoel de Araujo Porto Alegre de fazer um quadro historico que commemorasse a promulgação de semelhante lei. O habil artista cumpriu magistralmente sua missão, e retratou tão fielmente o primeiro imperador do Brazil que a imperatriz D. Amelia desejou possuir esse retrato, conservando-o actualmente no seu palacio das Janellas Verdes, em Lisboa.

O painel havia sido encommendado pelo nosso venerando consocio, Dr. Claudio Luiz da Costa, que moldurando-o, offereceu-o á escola de medicina, e o governo aceitou graciosamente a offerta.

Representa o imperador Pedro I, o ministro que referendou a lei de 9 de Setembro, conselheiro José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois visconde de S. Leopoldo, o director, lentes da escola e diversos alumnos, que assistem ao acto solemne da entrega daquelle decreto.

Eternisa o escriptor nos livros os factos grandiosos, grava-os o escultor na pedra, e perpetua-os o pintor na tela ; pintando esse painel, Porto-Alegre illuminou a historia da escola de medicina do Rio de Janeiro, e immortalisou um decreto do primeiro reinado, a lei de 9 de Setembro de 1826.

## II.

Propagam e demonstram as escolas, as academias, os principios certos, as idéas admittidas na sciencia, as proposições conhecidas, sancionam as leis e regras dos conhecimentos; mas as sociedades discutem os pontos obscuros ou duvidosos, tentam descobertas novas, tratam de levar ao cadinho da experiencia o que o raciocinio ou a theoria suggeriram; centros de sciencia, trabalham seus membros para um fim commum; reunindo força, intelligencia e vontade, procuram chegar a um mesmo ponto, a descoberta da verdade; e pelas discussões, pelos trabalhos continuados dos seus associados, enriquecem o espirito humano com idéas e theorias novas, prestando ás lettras e sciencias uteis serviços. Percorrem as faculdades, as academias o caminho conhecido e explorado, mas as sociedades procuram, por meio de observações, pesquisas, experiencias e tentativas, entornar no entendimento humano novos principios e conhecimentos. Se é assim quando se trata de sciencias exactas, mais uteis são as sociedades, os institutos creados em favor da medicina, cujos principios não são infalliveis e onde muito ha de incerto e duvidoso.

Bem haja, pois, áquelles medicos, precursores do progresso, peregrinos da sciencia, que, desprezando a indifferença de seus con-

temporaneos, as difficuldades e trabalhos da tarefa que iam encetar, incendiados em amor litterario, crearam em 1829 a sociedade de medicina.

Desejando abrir discussão sobre as sciencias medicas e chirurgicas, reuniu-se o Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles com os Drs. José Francisco Sigaud e Luiz Vicente De-Simoni e determinaram os tres fundar uma sociedade medica; em 28 de Maio de 1829 houve a primeira reunião preparatoria em casa de Sigaud, na rua do Rosario, achando-se presentes os Drs. Meirelles, De-Simoni, João Mauricio Faivre e José Martins da Cruz Jobim, que foram os fundadores de tão util instituição. Reunindo-se a estes medicos outros propugnadores da sciencia de Hippocrates, como os Drs. Jacintho Pereira Reis, José Mariano da Silva e mais alguns, foram formulados os estatutos da sociedade de medicina, e após a simples leitura, fundou-se a sociedade em 30 de Junho, estando presentes 17 socios que todos foram declarados membros natos da mesma. Approvada a associação por decreto de 13 de Janeiro de 1830, foi installada publicamente em 24 de Abril em uma das salas do hospital da ordem terceira de S. Francisco de Paula, achando-se presentes o ministro do imperio, marquez de Caravellas, José Joaquim Carneiro de Campos, nomeado membro honorario por ter sido quem approvara os estatutos, e um numeroso audi-

torio composto de conselheiros e ministros de estado, bispos, grandes do Imperio, senadores, deputados, corpo militar, socios de varias sociedades e instituições litterarias, e outras pessoas gradas que haviam sido convidadas para assistirem á iniciação da sociedade medica, cujo presidente era o Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles e o secretario o Dr. Luiz Vicente De-Simoni.

Em 10 de Janeiro de 1830 apresentára o Dr. Sigaud á sociedade de medicina o plano de um periodico com o titulo de *Semanario de Saude Publica*, que publicou-se desde 1831 a 1833.

O decreto de 8 de Maio de 1835 elevou a sociedade de medicina á categoria de academia imperial de medicina, e com este titulo foi solemneamente inaugurada em 21 de Dezembro desse anno em uma das salas do palacio imperial da cidade; assistindo a essa festa litteraria o Imperador D. Pedro II, ainda menor; o regente, padre Diogo Antonio Feijó, o ministro do imperio, conselheiro Antonio Paulino Limpo de Abreu, hoje visconde de Abaeté, os grandes do imperio, varios membros do corpo diplomatico e muitas pessoas illustres da capital.

Avantajados serviços tem prestado ás sciencias medicas a academia imperial de medicina, que ha 35 annos sustenta na impresna uma revista consagrada ás doutrinas da sciencia do velho sabio de Cós.



Entre os cirurgiões portuguezes que se opuzeram á collação de grãos scientificos aos alumnos da escola medico-cirurgica do Rio de Janeiro houve o Dr. Vicente Navarro de Andrade, depois barão de Inhomirim, do qual guardando despeito os filhos da escola medica demonstraram-no quando, proposto esse cirurgião para membro da sociedade de medicina, como eram todos os lentes da escola, foi seu nome rejeitado pelos socios presentes.

Havia necessidade de reformar o plano de estudos da academia medico-cirurgica; era deficiente o systema de ensino, não havia preparatórios; bastava saber ler e escrever para se matricular no curso medico; quem conhecia o latim ou a geometria podia frequentar o segundo anno do curso; apenas diziam os estatutos: « Bom será que entendam as linguas franceza e ingleza, mas esperar-se-ha pelo exame da primeira até a primeira matricula do segundo anno, e pelo da ingleza até a do terceiro.» E por causa desse artigo dos estatutos teve o plano de estudos do cirurgião Manoel Luiz o nome de plano do *Bom será*.

Reconhecendo que os estudos seguidos na academia medico-cirurgica não formavam um corpo de doutrina capaz de dar instrucção conveniente e variada aos medicos, apresentou o deputado Dr. Lino Coutinho um projecto reformando as escolas de medicina, o qual foi impugnado na imprensa pelo Dr. Joaquim Can-

dido Soares de Meirelles; formulou o Dr. José Martins da Cruz Jobim um projecto de organização da escola medica, creando doze cadeiras.

A camara dos deputados quiz ouvir a sociedade de medicina nesta questão, mandou remetter-lhe varios projectos que á mesma camara haviam sido apresentados. Nomeou a sociedade uma commissão encarregada de redigir e apresentar um plano de estudos que foi discutido, approved e remettido a camara dos deputados. Discutido e adoptado com algumas alterações pela camara temporaria aquelle plano deu motivo á lei de 3 de Outubro de 1832, que reformou as academias medico-cirurgicas do Rio de Janeiro e Bahia, denominando-as faculdades ou escolas de medicina; creou em cada uma dellas quatorze cadeiras regidas por igual numero de lentes e seis substitutos, sendo dous de sciencias medicas, dous de sciencias chirurgicas e dous das accessorias; o director de cada escola havia de ser nomeado triennialmente pelo governo sobre lista triplice apresentada pelas faculdades dentre os seus membros; havendo além do director, um secretario, um thesoureiro, um porteiro e outros empregados que fossem necessarios ao serviço das aulas; deviam as escolas conceder os titulos de doutor em medicina, de pharmaceutico e parteira, eliminando o de sangrador, sendo os diplomas passados pelas faculdades, em nome das mesmas, em

idioma nacional e pela fôrma que determinassem; os que obtivessem o título de doutor em medicina podiam exercitar em todo o imperio indistinctamente qualquer dos ramos da arte de curar; mas não tendo título [conferido ou approved pelas escolas medicas ninguem podia curar, ter botica, ou partejar, excepto os medicos, cirurgiões, boticarios e parteiras legalmente autorizados em virtude de lei anterior; deviam as faculdades formular seus regulamentos policiaes, disciplinares e economicos, ficando dependentes da approvação do poder legislativo; verificar os titulos de medicos, cirurgiões, boticarios e parteiras, obtidos em escolas estrangeiras, e os conhecimentos dos mesmos individuos por meio de exames afim de poderem exercer legalmente suas profissões em qualquer parte do imperio; pagando por estas verificações os medicos, cirurgiões e boticarios a quantia de 100\$000; distribuidas as materias do curso medico em seis annos, as do pharmaceutico em tres, havendo um curso particular para as parteiras feito pelo professor de partos; seriam preparatorios para o curso medico o francez, inglez, latim, philosophia, arithmetica e geometria: para o pharmaceutico os mesmos menos latim e philosophia; devia ser conferido o título de doutor ao candidato depois da sustentação d'uma these; livre o ensino da medicina, podia qualquer pessoa nacional ou estrangeira estabelecer cursos particulares sobre

os diversos ramos das sciencias medicas e leccionar á sua vontade sem opposição alguma das faculdades; pagava-se 20\$000 de taxa da matricula.

Outras disposições menos importantes vem especificadas na supracitada lei, sanccionada pela regencia trina composta dos cidadãos Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Braulio Muniz, a qual, entre outros serviços prestados á nação, não foi certamente de menos peso a nova organização dada ao ensino medico no Brazil.

O primeiro director da faculdade de medicina do Rio de Janeiro foi o Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, nomeado em 31 de Maio de 1833, e o primeiro secretario o Dr. Luiz Carlos da Fonseca.

Estabelecida a faculdade de medicina em duas salas pequenas, escuras e abafadas do hospital da Misericordia, não podiam as aulas funcionar livremente, e nem havia espaço para os gabinetes e laboratorios; pelo que, ouvindo o governo as representações do respectivo director, removeu a faculdade para o antigo collegio dos jesuitas, no morro do Castello.

O decreto de 16 de Setembro de 1834 mandou pôr em execução a seguinte resolução da assembléa legislativa:

« Art. 1.º Ficam autorizados 2.s escolas de medicina e os cursos juridicos do imperio a

conferir o gráo de doutor nas materias respectivas áqueelles de seus lentes proprietarios e substitutos já despachados que não tiverem esse titulo. »

Em virtude dessa lei receberam em 17 de Dezembro desse anno a collação do gráo de doutor os lentes da faculdade de medicina do Rio de Janeiro que ainda não tinham essa graduação.

Formulando a faculdade medica o seu regulamento policial em 1835, entre outras disposições declarou ser vedado aos estudantes formarem associações sem permissão do respectivo director, assim como se reunirem em grupo nas ruas e praças; protestaram os alumnos contra estas determinações, representaram ao governo, e em quanto não receberam resposta que, pareceu tranquillisal-os, despovoaram as aulas.

Em 29 de Julho de 1835 foi sancionada a lei seguinte :

« Artigo unico. As faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia ficam autorizadas a conceder o titulo de pharmaceutico ás pessoas que authenticamente mostrem que estavam habilitadas a fazer exame da arte pharmaceutica antes da promulgação da lei de 3 de Outubro de 1832, que reformou a academia medico-cirurgica, ficando as ditas pessoas dispensadas de toda a frequencia das aulas e sujeitas sómente ao exame das materias men-

cionadas na referida lei e á paga das matriculas e despezas dos respectivos diplomas. »

Sanccionou o regente Diogo Antonio Feijó, em 27 de Outubro do mesmo anno a lei seguinte :

« Art. 1.º Os estudantes brasileiros que antes da creação das escolas de medicina no Imperio foram frequentar as universidades da Europa e nellas obtiveram o titulo de medicos não estão comprehendidos nas disposições do art. 14 da lei de 3 de Outubro de 1832, e podem exercer a sua profissão independente de exame e de pagamento de qualquer propina. »

E' costume nas academias soffrerem os estudantes novatos zombarias acerbas e motes picantes dos alumnos mais antigos; o caloiro é a baliza dos motetes; não ha baldão que lhe não atirem, nem classificação impropria que lhe não façam; e se porventura desconfia torna-se o escarneo desábrido e as affrontas incomportaveis. Outr'ora além das contumelias de que era alvo o estudante novato via-se obrigado a subscrever alguma quantia a titulo de patente, dinheiro que, arrecadado pelos alumnos mais antigos, servia-lhes para se banquetearem; e tão pesado tornou-se esse tributo, de que não podiam eximir-se os caloiros, que representaram estes em Abril de 1836 á faculdade pedindo providencias; nomeou a faculdade uma commissão de professores para syndicar do facto, e reconhecendo-

se que de feito existia o abuso ordenou a congregação fosse extincto o uso vexatorio de patentes.

O decreto de 4 de Julho de 1836 mandou pôr em execução a seguinte resolução da assembléa geral legislativa :

« Art. 1.º Os exames de pharmacia determinados no decreto de 29 de Julho de 1835 versarão sobre as mesmas materias que eram o objecto delles antes da lei de 3 de Outubro de 1832, e ás pessoas approvadas se concederá o mesmo titulo que antes da dita lei se concedia. »

Ordenou o decreto de 30 de Setembro de 1837 o seguinte :

« Art. 1.º As faculdades de medicina deste imperio ficam autorizadas a admittir os cirurgiões formados ou approvados depois da lei de 3 de Outubro de 1832, que o requererem, a fazer os exames das materias accessorias a bem de se doutorarem.

« Art. 2.º Os que provarem haverem estudado e feito exame de chimica, physica e botanica ou estudassem nas antigas academias ou fóra dellas, tendo sido approvados, não serão obrigados a fazer novo exame destas sciencias. »

Determinando o art. 30 da lei de 3 de Outubro de 1832 que de quatro em quatro annos houvesse um concurso para escolher-se um individuo doutorado pelas escolas do Brazil

afim de, viajando á custa do Estado, incumbir-se de colher os conhecimentos que as mesmas julgassem convenientes, publicou a faculdade de medicina do Rio de Janeiro em 1837 o programma da viagem scientifica; mas sendo só de 960\$000 o subsidio do medico pensionista não houve quem quizesse executar a commissão. Em 1841, porém, encarregou-se o Dr. Domingos Marinho de Azevedo Americano, homem de merito litterario, de tão honrosa tarefa, e para melhor desempenhal-a pediu ao governo lhe concedesse mais um anno de demora na Europa; e ouvindo a respectiva faculdade, annuiu o governo; mas por aviso de 27 de Novembro de 1843 mandou o ministro do imperio, conselheiro José Antonio da Silva Maia, regressar o medico viajante e reduzir outras despesas, afim de não exceder o credito votado para as faculdades de medicina.

Chegando ao Rio de Janeiro publicou o Dr. Marinho de Azevedo Americano uma interessante memoria sobre as instituições medicas da França, Prussia e Inglaterra.

A escola de medicina da Bahia commetteu a viagem scientifica ao Dr. Justiniano da Silva Gomes.

Organisado em 1845 o hospital militar, que ficou estabelecido no edificio do antigo collegio dos jesuitas, não restaram á escola de medicina commodos sufficientes para o exercicio das



aulas, pelo que passaram algumas para uma casa da praia de Santa Luzia; mas, funcionando a faculdade em dous lugares diversos e distantes, havia não só augmento de despeza, senão inconveniencia para o ensino; o que, tratando de evitar, pensou o governo em transferir a escola para o edificio contiguo á secretaria do imperio na rua da Guarda-Velha. Não realizou-se essa mudança, e em falta de casa que pudesse convir, deliberou-se construir um edificio proprio; nomeada uma commissão, composta dos Srs. Drs. José Bento da Rosa, Joaquim Vicente Torres Homem, Francisco de Paula Candido, Francisco Ferreira de Abreu, e do director da academia das bellas-artes, Manoel de Araujo Porto-Alegre, encarregada de escolher o local para o novo edificio, indicou o lugar onde devia erguer-se o palacio da faculdade de medicina, e Porto-Alegre apresentou o plano da obra, cuja despeza foi orçada em 242:724\$120. Mas, não se deu começo ao monumento, e continuou a escola em casas alugadas e provisórias; em 1847 foi transferida para um predio pertencente á santa casa da Misericordia, na rua dos Barbonos, continuando a aula de anatomia a funcionar no edificio do hospital militar.

Essa casa da rua dos Barbonos, erguida em 1789 como indicava a data gravada na frontaria, a qual, na ultima reforma que soffreu o predio, foi inconsideradamente apagada pela colher do

pedreiro, ou pela brocha do caiador, estava tão derruida que recorda-nos, sendo estudante, ver inutilisada uma das melhores salas por ameaçarem as respectivas paredes imminente ruina. Não podendo permanecer mais tempo nesta casa (1) foi removida em 1856 a escola de medicina para o edificio do antigo recolhimento da Misericórdia, no largo do mesmo nome, onde ainda se acha, e pelo qual paga o governo o aluguel annual de 7:200\$000.

Entretanto deve o governo levantar um edificio digno para accommodar a faculdade de medicina, livrando-a das casas alugadas e provisórias, um edificio duplicadamente nobre pelo seu aspecto e pelo seu destino, e que patentêe aos vindouros que foram neste seculo devidamente considerados os sacerdotes da sciencia de Esculapio e Galeno.

O decreto de 23 de Abril de 1854 deu novos estatutos ás faculdades de medicina, augmentou as materias dos exames preparatorios, elevou a dezoito as cadeiras de ensino, creou a classe de oppositores, concedendo aos lentes cathedraticos que tiverem servido vinte e cinco annos, e continuarem no exercicio de suas funcções a aprazimento do governo, além de outras vantagens, o titulo de conselho, e estabeleceu outras disposições uteis ao ensino e á disciplina escolar. Referendou esses esta-

(1) Acha-se estabelecida neste predio a roda dos expostos da santa casa da Misericórdia.

tutos, que ainda estão em vigor, o conselheiro Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que formulou também novos estatutos para os cursos jurídicos. pelos quaes se regem.

Promulgaram-se em 29 de Abril de 1865 novos estatutos para as escolas de medicina, que não foram postos em execução. (2)

Concedeu o decreto de 30 de Junho de 1855 aos lentes das faculdades de medicina do Imperio as honras de desembargador; e o de 21 de Abril de 1860 approvou o modelo das vestes que os directores, lentes cathedromaticos, oppositores, doutores e secretarios das faculdades medicas devem usar nos actos solemnes; e nesse mesmo anno apresentaram-se pela primeira vez com as vestes doutoraes e insignias do magisterio, na solemnidade da collação do grão dos doutorandos, á qual o Imperador D. Pedro II, como bom amigo das lettras e da patria, se digna de assistir todos os annos.

Desde 1834 a 1865 tem a faculdade de medicina do Rio de Janeiro conferido o grão de doutor a oitocentos e quarenta e tres individuos.

Podiamos nestas ultimas paginas fazer algumas observações sobre a necessidade da creação de um horto botanico, de casas de maternidade, de gabinetes de historia natural, bem como do melhoramento dos diversos ga-

(2) Também não tiveram execução os estatutos publicados em 1853 pelo ministro do imperio, conselheiro Francisco Gonçalves Martins, hoje barão de S. Lourenço.

binetes e laboratorios, e do augmento que reclama a bibliotheca da faculdade de obras didacticas dadas á luz nestes ultimos annos; mas não é o medico quem escreve, é o chronista que apresenta simplesmente os factos e enumera as datas, registrando as noticias da instituição do ensino medico no Rio de Janeiro.

Havendo falta de medicos e cirurgiões para o serviço dos hospitaes na guerra que sustenta o Imperio contra a republica do Paraguay, convidou o governo neste anno aos estudantes das faculdades de medicina para servirem nos hospitaes de campanha, concedendo-lhes a permissão de fazerem os exames finaes dos respectivos annos, recebendo logo os do sexto anno a collação do gráo de doutores em medicina.

Alguns lentes e muitos alumnos dos cursos medicos do Imperio, concitados de entusiasmo patrio, ouviram as vozes da nação, e alistaram-se nas fileiras dos medicos do exercito e armada que marcharam para o Paraguay.

Faça-os Deus cumprir a sua missão, e restitua-os á patria carregados de louros da victoria e cobertos de benções da humanidade.

1866.

---

## OS TUMULOS DE UM CLAUSTRO.

---

### I.

E' no tumulo que se póde estudar a historia do passado. Para o philosopho, para o historiador, não ha dentro dos sepulcros sómente esqueletos, ossos, ha factos, ha acontecimentos; um cemiterio é tambem uma cidade que encerra dentro de seus muros milhares de habitantes, cuja historia póde ser narrada com simpleza e verdade, porque ainda ninguem levou a mentira até ás portas das necropolis.

Revolvendo a terra dos sepulcros, encarando os ossos esbranquiçados dos mortos, os craneos ôcos, as orbitas vazias, podem-se beber noticias uteis á humanidade e á historia, encontrar em cada tumulo um exemplo, uma lição, porque a humanidade não perece; lá mesmo nesse lugar que se chama o asylo do

pó acha-se instrucção para os vivos; não ha tumulos vazios.

Temos que fazer uma peregrinação funebre, de levantar lapidas, de descer a sepulcros. E' grave e triste a missão; dicifrar as inscripções, descerrar as pedras tumulares, fallar dos mortos, faz-nos despertar sentimentos que o tempo incumbiu-se de apagar; mas que importa? E' o amor das cousas patrias que nos anima; assim possa o obscuro escriptor destas paginas prestar algum serviço ás lettras patrias, e merecer a attenção dos que o ouvem.

Mais de um titulo ennobrece o convento de Santo Antonio; se d'alli foi que vimos sahir os oradores, os philosophos, os mestres, os sabios, os apostolos da religião e da fé; se d'alli foi que partiram a verdade e a sciencia prégadas da cadeira da igreja; se por debaixo das abobadas desse claustro foi que vimos perpassar os oradores mais illustres do paiz, tambem alli iremos encontrar os sepulcros onde repousam cidadãos que honraram a patria pelo seu saber e serviços, e cuja lembrança jámais deve ser esquecida; alli veremos erguidos os tumulos de quatro principes.

No claustro onde repousam Rodovalho, Frias, S. Carlos, Sampaio, Lado de Christo e Monte Alverne vieram sepultar-se os fidalgos mais distinctos do tempo do rei, cidadãos cuja vida foi consagrada á patria; sabios, artistas, poetas, cuja historia é um hymno de gloria

para o paiz. Se as paredes, as naves, as abobadas, as cellas desse convento despertam-nos a idéa do florecimento das sciencias, do engrandecimento da tribuna; se recordam exemplos de religião e caridade, tambem as lages, as lousas pesadas e ennegrecidas dos tumulos aviventam-nos as mesmas idéas; de sorte que o historiador colhe alli noticias ou olhando para as abobadas, ou para o pavimento. Ha nesse claustro muitas reminiscencias. Hoje estão o convento despovoado, as cellas vazias, os corredores solitarios, as capellas fechadas, ermo o claustro; já desappareceram os vultos venerandos dos oradores, theologos e philosophos; mas, se já terminou a vida gloriosa dessa casa santa, seu passado ali está; visitando esta antiga morada de religiosos, percorrendo os salões, as cellas, as naves, o claustro, a igreja, tereis agradaveis reminiscencias; penetrando na igreja, vereis sepulturas seculares, que lembram mais de um nome illustre; entrando no capitulo vereis tumulos de poetas, de artistas, de homens que foram poderosos na terra, e que souberam servir á patria e ao rei; levantando as lousas pesadas e ennegrecidas que cobrem os sepulcros do claustro ouvireis sahir delles a voz da posteridade, que lembra os nomes dos grandes oradores, filhos desse convento; abrindo as grades que fecham as capellas, encontrareis nellas tumulos de principes.

## II.

Estamos na igreja do convento.

Mandando em 1856 o actual provincial frei Antonio do Coração de Maria soalhar o corpo da igreja e cobrir com tijolos de marmore o pavimento da capella-mór, fez antes rebaixar as campas dos sepulcros, conservando-os como os encontrára.

Ha na capella-mór uma sepultura com pedra marmore sem inscripção. Foi encerrado neste jazigo o cadaver de Antonio de Sá Pereira, natural do Rio de Janeiro, um dos primeiros conegos da igreja cathedral, e que falleceu em 18 de Fevereiro de 1700.

Trinta e quatro annos depois veio repou-sar no mesmo lugar o irmão de Antonio de Sá Pereira, conego Gaspar Ribeiro Pereira, natural do Rio de Janeiro, onde nasceu em 1655. Nomeado conego acompanhou á Lisboa ao bispo D. José de Barros de Alarcão, e sendo escolhido para procurador do cabido regressou á esta cidade com o diocesano, que encarregou-o de visitar as igrejas do reconcavo; voltou á Lisboa em commissão da diocese e do cabido. O bispo D. Francisco de S. Jeronimo o incumbiu de visitar as igrejas de Minas-Geraes; susteve as varas do bispado em 1721 até a posse do bispo D. frei Antonio de Guadalupe, e succumbiu em 8 de Janeiro de 1734; legando á Sé seis mil cruzados. Com quatro-



centos e cincoenta mil réis dessa quantia comprou-se uma casa terrea na rua do Rosario para deposito das alfaias e trastes da fabrica da Sé. Instituiu a esmola perpetua de dous mil réis que a Santa Casa da Misericordia dá na quinta-feira maior a doze pobres que assistem ao lava-pés, legando para esse fim dez mil cruzados. Ha cento e trinta annos que se distribuem essas esmolas, e durante cento e trinta annos os pobres têm repetido com gratidão o nome de Gaspar Ribeiro Pereira.

Nas mudanças do cabido da igreja de S. Sebastião para a da Cruz, e desta para a da Senhora do Rosario, quebrou-se a imagem da Senhora da Cabeça esculpida em barro, que fôra collocada na igreja cathedral pelo governador Martim de Sá. Tendo particular devoção com a Santissima Virgem sob aquella invocação, mandou o conego Gaspar Ribeiro entalhar em Lisboa outra imagem igual á antiga, e que ainda existe em um dos altares da capella imperial. Deixou Gaspar Ribeiro umas memorias ácerca do Brazil, que infelizmente se não publicaram.

Veio tambem dormir o somno perpetuo naquelle jazigo o cardeal Lourenço Callepi, arcebispo de Nisibi. Nascido em Cervia em 29 de Abril de 1761, obteve em Fevereiro de 1801 a nomeação de arcebispo de Nisibi e nuncio apostolico em Portugal.

Illudindo a vigilancia do general Junot, con-

seguiu sahir de noite disfarçado de Lisboa, e entrando em um barco de pescadores foi para bordo de uma não ingleza da frota bloqueadora, que o transportou para o Rio de Janeiro, onde chegou na fragata ingleza *Stork* em 8 de Setembro de 1808; sendo recebido com muito regozijo pela familia real na categoria, que occupava no reino, de representante da curia romana. Foi hospedar-se no mosteiro de S. Bento; indo mais tarde residir em uma casa da rua do Hospicio, esquina da da Condeça, chamada tambem rua do Carmo, dos Cajueiros e segunda travessa de S. Joaquim, e desde aquella época conhecida com o nome de rua do Nuncio.

Nomeado cardeal em 8 de Março de 1815, veio trazer-lhe o barrete cardinalicio o Marquez D. Francisco Nunes Sanches Peres Vergueiro, guarda nobre do papa Pio VII, e no dia 23 de Junho recebeu das mãos de D. João VI o respectivo barrete; sendo celebrada esta cerimonia no paço da cidade. Falleceu o cardeal Callepi de um ataque apoplectico em 10 de Janeiro de 1817, e embalsamado o cadaver foi couduzido á igreja do convento de Santo Antonio, onde determinára o cardeal a sua sepultura, se viesse a fallecer nesta cidade. Nas solemnes exequias que lhe foram feitas, ás quaes assistiram seis bispos, recitou a oração funebre o padre-mestre frei Francisco de Santa Theresa de Jesus Sampaio, que tomando por thema estas pala-

bras:— *O Senhor o cobriu de gloria na presença dos reis, e o encarregou de sua auctoridade diante do seu povo*—, manifestou ainda uma vez os prodigios de sua eloquencia e a vastidão do seu talento.

Gravou-se uma inscripção em latim na lapida deste sepulcro.

Ha debaixo do arco da capella-mór dous jazigos com campa de marmore sem inscripção. No do lado do Evangelho foram sepultados, alem de outros, o cavalleiro do habito e ex-governador da capitania do Espirito-Santo Dr. Antonio Pires da Silva Pontes Leme, em 21 de Abril de 1805. Tomando posse do governo da capitania do Espirito-Santo em 29 de Março de 1800, creou Pontes Leme, em 4 de Abril, o corpo de pedestres, e deste formou o destacamento do porto de Souza, no districto do Rio Doce, para servir de registro e evitar as surpresas do gentio antropophago. De accordo com o governador e capitão-general da capitania de Minas-Geraes, Bernardo José de Lorena, regulou os limites da capitania do Espirito Santo com a de Minas, no Rio Doce, cuja navegação abriu ao commercio, e traçou a carta do respectivo rio desde a sua foz no oceano até as cachoeiras das Escadinhas. Um seu sobrinho continuou esse trabalho, que concluiu o alferes Antonio Ródrigues Pereira Taborda. Deixou Pontes Leme o governo da capitania em 17 de Dezembro de 1804.

Veiu para aquelle jazigo em 18 de Fevereiro de 1821 o conselheiro Fernando Delgado Freire Castilho, que, sendo nomeado governador da Parahyba, exerceu esse cargo de 1799 a 1802, occupando-se em favorecer o commercio. Escolhido para administrar a capitania de Goyaz, tomou posse do governo em 26 de Novembro de 1809.

Melhorou o quartel general; transferiu para lugar conveniente a secretaria do governo; construiu á sua custa o edificio do corpo da guarda, gastando nesta obra e em outras mais de dezeseis mil cruzados; organisou as companhias de dragões e pedestres, diminuindo nas despesas, que com ellas se fazião, a quantia de dous contos quatrocentos e quarenta e quatro mil réis, que reverteu para a fazenda real; animou a navegação do Araguaia e Tocantins, conseguindo que el-rei concedesse a todos que se estabelecessem nas margens destes rios a isenção de direitos por dez annos, a moratoria de seis annos de divida á fazenda real e a sujeição por dez annos dos indios resistentes aprisionados em guerra justa; abriu o novo porto do Rio-Grande na distancia de vinte e cinco leguas de Santa Rita, onde durante todo o anno, e sem os embaraços que na estação secca se encontravam no rio do Peixe, podem subir as canôas; estabeleceu um presidio na foz do rio Manoel Alvares para proteger do gen-

tio os navegantes do Tocantins; creou outro presidio denominado Santa Maria no meio do grande deserto, que existia entre o porto da Piedade e S. João das Duas Barras, nomeando commandante da expedição que foi fundar o presidio o tenente Francisco Xavier de Barros, capellão a Luiz da Gama, e cirurgião a Manoel Alvares. Para livrar a capitania do mal da variola, que já grassava em Meia Ponte, collocou guardas no Rio das Almas, Ouro-Fino e Mato-Grosso, prohibindo a comunicação; esforçou-se por estabelecer uma companhia ou sociedade mercantil entre a capitania de Goyaz e a do Grão-Pará com o capital de cem mil cruzados pelo prazo de quinze annos; deu o plano da associação o desembargador ouvidor Joaquim Theotônio Segurado, e a carta régia de 5 de Setembro de 1811 approvou a sobre-dita associação, concedendo-lhe o privilegio de se cobrarem as suas dividas como as da fazenda real, e um posto de accesso até coronel e capitão-mór inclusive a todos que entrassem para essa sociedade com um conto de reis, e outras graças.

Tendo permissão de el-rei para sahir da capitania antes da chegada de seu successor, deixou Fernando Delgado o governo em 2 de Agosto de 1820. Obteve em 6 de Fevereiro de 1818 a commenda da ordem de Christo com a tença de 200\$; em 4 de Junho do mesmo anno foi eleito conselheiro de capa e espada do

conselho da fazenda de Portugal, sendo transferido para o tribunal da fazenda do Brazil por decreto de 26 de Dezembro de 1820.

Uma contrariedade de familia que lhe comprimia o coração, exerceu damnosa influencia sobre o cerebro, abatendo-lhe e enfraquecendo-lhe a razão. Fernando Delgado suicidou-se nesta cidade com um tiro de pistola em 17 de Fevereiro de 1821.

Não soube impôr a vontade á paixão, a razão ao sentimento de dôr, e arrastado pelas sensações rebelladas de sua alma commetteu uma fraqueza, ou antes um crime perante os homens e perante Deus.

Sumiu-se tambem naquelle tumulo o cadaver do padre Antonio Ferreira Velho, capellão do primeiro imperador Pedro I, e que fallecêra em 2 de Janeiro de 1823.

No jazigo do lado da Epistola veiu dormir o somno perpetuo o monsenhor diacono da cathedral Bernardo Soares Pereira da Silva, natural do bispado do Porto e bacharel em canones. Occupou a vigararia geral de Chaves, o lugar de desembargador na relação ecclesiastica de Braga e na do patriarchado de Lisboa, passando depois para o tribunal da legacia. Nomeado em 1806 arcediogo da cathedral do Rio de Janeiro, só pôde sahir de Lisboa no fim do anno de 1808, chegando no principio do anno seguinte a esta côrte onde tomou posse do beneficio. Tendo o principe

regente D. João reformado a Sé Cathedral, o nomeou para monsenhor da real capella; pouco tempo gozou desse beneficio, fallecendo em 23 de Outubro de 1809. O monsenhor Pizarro elogia o cabedal scientifico desse sacerdote.

Ha no corpo da igreja quatro tumulos, cujas campas têm inscripções e armas. No primeiro, proximo ao altar da Senhora da Conceição, lê-se este epitaphio: *Sepultura do capitão Francisco Monteiro Mendes Carvalho, fidalgo, da ordem de Christo, familiar do Santo Officio, e sua mulher D. Anna de Araujo, e de Feliciano Mendes de Araujo, e de seus herdeiros e descendentes.*

Veu repousar ahi Gregorio de Castro Moraes.

Invadindo os francezes em 1710 o Rio de Janeiro, penetraram na cidade no dia 19 de Setembro apezar do fogo que soffreram das janellas das casas e dos fortes erguidos nos montes vizinhos; emquanto o governador Francisco de Castro Moraes á frente das forças permanecia inactivo no campo do Rosario, percorria o inimigo a cidade, atacava os habitantes, e ia bater ás portas do palacio do governador, na rua Direita; mas alli encontrou guerreiros que souberam resistir-lhe; foram alguns moços estudantes de Bento do Amaral Grugel, os quaes manejando a espada e o mosquete pelejaram com valor contra o ini-

migo audaz; porém eram poucos contra muitos, e necessitavam de auxilio; felizmente enviou o governador seu irmão o mestre de campo Gregorio de Moraes com seu terço para socorrer os corajosos estudantes de Bento do Amaral. Gregorio de Moraes combateu com valor e destreza, e expondo o peito ás balas venceu e repelliu os francezes; porém, quando mais empenhado estava na luta, recebeu uma bala que o feriu mortalmente. No dia seguinte foi conduzido á igreja dos franciscanos o cadaver do distincto guerreiro; havendo alguns dias depois um officio solemne, ao qual assistiram o governador, o cabido e muitas pessoas gradas, e recitaram-se sentidas poesias junto á campa do guerreiro martyr da patria.

Mais de um seculo depois levantou-se a lousa desse jazigo para receber o cadaver do marquez da Villa-Real da Praia-Grande.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro, primeiro marquez da Villa-Real da Praia-Grande, e primeiro visconde do mesmo titulo, era filho segundo de Bernardo José Pinto Montenegro, que teve o fôro de fidalgo escudeiro da casa real de Portugal, considerado como o maior no tempo em que foi concedido. Seguindo a carreira das letras tomou o capello de doutor na universidade de Coimbra, da qual foi oppositor. Em 1791 obteve a nomeação de intendente do ouro do Rio de Janeiro, e em 21 de Maio do mesmo anno foi nomeado go-



vernador e capitão general de Mato-Grosso, de cujo governo tomou posse em 6 de Novembro de 1796. Ainda naquelle anno quiz a rainha distinguil-o dando-lhe o titulo de conselheiro. Do governo de Mato-Grosso foi transferido para o de Pernambuco, do qual tomou posse em 26 de Maio de 1804.

Quando teve de ir para Pernambuco enviou alguns versos a uma moça, que mais tarde devia ser sua esposa; desta poesia nos repetiram estas quadras:

Ouve Gelia, linda Gelia,  
Os tristes suspiros meus,  
Ouve um pastor que te diz,  
Linda Gelia, adeus, adeus.

Mas ah! como viverei  
Ausente dos olhos teus,  
A cruel morte me espera,  
Linda Gelia, adeus, adeus.

A carta régia de 11 de Fevereiro de 1805 o elegeu governador de Angola, declarando-lhe que alli pela complicação de diferentes objectos havia occasião de continuar a prestar os mesmos serviços por que se tinha distinguido. Logo que appareceu esse decreto a municipalidade e os habitantes de Pernambuco, sentindo a falta de tão habil administrador, levaram suas supplicas ao throno, que ouvindo-as lavrou o decreto de 15 de Agosto de 1805, reconduzindo-o naquelle governo sem limitação de tempo.

Apreciando os serviços desse funcionario publico, concedeu-lhe o rei a commenda da ordem de Christo com a tença de duzentos mil réis, e um lugar de cavalleiro de capa e espada no conselho da fazenda de Portugal; sendo mais tarde removido para o desta côrte por decreto de 4 de Julho de 1808.

Sendo Caetano Pinto governador de Pernambuco, e tendo noticia de que a familia real se dirigia para o Brazil, mandou sahir o brigue *Tres Corações* com victualhas ao encontro da frota em que vinham as pessoas reaes; o príncipe regente D. João mostrou-se grato á solicitude de tão acautelado governador, que deixando por algum tempo o governo veio ao Rio de Janeiro beijar a mão do soberano.

Tendo denuncia em principio de Março de 1817 de que se preparava uma sedição, mandou Caetano Pinto, depois de ouvir o conselho dos officiaes generaes, proceder á prisão dos conspiradores; porém houve imprudencia naquelles que deviam executar as ordens do governador. Dirigindo o brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa de Castro palavras insultuosas aos officiaes que iam ser recolhidos á prisão, um delles, julgando-se offendido, desembainhou a espada, e avançou contra o offensor; o brigadeiro cahiu mortalmente ferido. Divulgado este acontecimento enviou o governador o seu ajudante de ordens, o tenente-coronel Alexandre Thomaz de Aquino e Siqueira, para se informar

do occorrido; mas foi este official a segunda victima; uma bala dos sediciosos o prostou sem vida. Atemorisou-se Caetano Pinto, deixou o palacio e foi para a fortaleza do Brum com alguns officiaes e vinte soldados da sua guarda; e capitulando no dia seguinte embarcou-se para o Rio de Janeiro, onde, logo que chegou, foi recolhido á prisão da ilha das Cobras, sem lhe consentirem fallar aos ministros como requerêra.

Se houve falta de energia, de resolução em Caetano Pinto naquelles dias de crise e perigo, mais culpados do que elle foram os officiaes, os militares que deviam ter animado e guiado o magistrado, em vez de aconselhal-o para assignar o termo de aceitação das propostas dos revoltosos, dando assim á historia patria uma pagina vergonhosa.

Não é nossa intenção escrever a revolução de 1817 na capitania de Pernambuco; outros já o têm feito; e, sem percorrer as folhas dos livros que relatam essa malfadada rebelião, occupemo-nos em apresentar os traços biographicos de Caetano Pinto. Nomeado juiz da alfandega do Rio de Janeiro, foi chamado, em 4 de Julho de 1822, aos conselhos da corôa para tomar a pasta da fazenda, sendo transferido, em 30 de Outubro, para a da justiça; no anno seguinte foi eleito presidente da mesa do desembargo do paço; em 12 de Outubro de 1825 recebeu o titulo de visconde da Villa-Real da Praia-Grande com grandeza; creado o senado

foi eleito senador, e em 12 de Outubro de 1826 graduado com o título de marquez.

As enfermidades e os annos obrigaram-o a deixar o serviço publico.

No decreto que o aposentou no lugar de presidente do desembargo do paço lêem-se estas palavras: « E porque não é justo que depois de tão longos, penosos e distinctos serviços feitos ao Brazil com o mais exemplar desinteresse desde 1794, e quando se acha doente, pobre e empenhado, como é publico e notorio...»

Está escripto nestas palavras o elogio do marquez da Villa-Real da Praia-Grande, que falleceu em 11 de Janeiro de 1827, com 68 annos e 28 dias de idade.

D. Pedro I mandou pagar pelo seu bolsinho as dividas deste fidalgo que depois de ter prestado longos, penosos e distinctos serviços ao Brazil, com o mais exemplar desinteresse, morrerá pobre e empenhado, como era publico e notorio.

### III

O segundo jazigo do corpo da igreja tem campa de marmore com armas e a seguinte inscripção: *Sepultura de Sebastião Gomes Pereira e de sua mulher D. Maria Coutinho e herdeiros, e de seu irmão João Gomes Pereira.*

Veu para este tumulo, em 27 de Janeiro de 1812, o cadaver de D. Rodrigo de Souza Coutinho, grão-cruz das ordens de S. Bento de

Aviz e da Torre e Espada, conde de Linhares, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros e da guerra.

Tendo exercido em França o cargo de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal, quando regressou para Lisboa foi eleito ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e dominios ultramarinos.

Vendo-se Portugal ameaçado pelos francezes em 1807, tratou o governo de tomar medidas que salvassem a nação e a familia real da invasão estrangeira; diversas vezes reuniu o principe regente o seu conselho de estado, e entre os que justificaram seu voto notou-se D. Rodrigo de Souza Coutinho, que aconselhou se fizesse resistencia ao inimigo, e no caso extremo procurasse a familia real asylo nos seus dominios da America. Apressaram-se os acontecimentos, e a familia real e a côrte tiveram de emigrar para o Brazil, fazendo elle parte da comitiva. Organizado o primeiro gabinete ministerial no Rio de Janeiro, foi D. Rodrigo nomeado ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros e da guerra; foi elle quem redigiu o manifesto de 1 de Maio de 1808, pelo qual o principe regente declarou guerra ao imperador dos francezes; obteve em 17 de Dezembro, anniversario natalicio da rainha D. Maria I, o titulo de conde de Linhares; elaborou e assignou em 19 de Fevereiro de 1810, conjunctamente com

o plenipotenciario inglez lord Strangfort, os tratados de paz, alliança e amizade entre o principe regente de Portugal e Jorge III de Inglaterra, o de commercio e navegação, e a convenção para o estabelecimento de paquetes ou embarcações de correio que deviam sahir de Falmouth para o Rio de Janeiro uma vez por mez, tocando, ou na ida ou na volta, na ilha da Madeira e na cidade da Bahia. O governo portuguez podia estabelecer outros paquetes dos portos de Portugal para os da Grã-Bretanha. Estes tratados foram ratificados e assignados pelo principe regente em 26 de Fevereiro, receberam o sello do rei de Inglaterra em 18 de Junho, e foram publicados no Rio de Janeiro em 4 de Outubro daquelle anno.

Foram creados pelo conde de Linhares os mais uteis estabelecimentos que appareceram no Rio de Janeiro depois da vinda de el-rei; foi elle o instituidor da academia militar, do arsenal de guerra, do archivo militar, da fabrica da polvora, da imprensa régia, e da fabrica de ferro de Ypanema; organisou o exercito, regulou o credito publico, animou a industria, o commercio e a navegação; favoreceu a agricultura, mandando vir da ilha dos Açores novos colonos, que se espalharam pelas provincias da Bahia, Espirito-Santo, Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo; contratou uma colonia chinesa para se occupar no plantio e

preparação do chá; fundou quatro jardins botânicos em diversas capitães, concedendo premios pecuniarios e honorificos aos que introduzissem no Brazil quaesquer plantas exoticas, e mandou vir de Cayenna o naturalista Germain para dar começo áquelles estabelecimentos; enviou a expedição que conquistou aos francezes a colonia de Cayenna, e iniciou muitos outros melhoramentos que infelizmente não foram executados, porque não houve nos bancos do ministerio quem lhe succedesse no zelo e dedicação que manifestara pelo Brazil.

Achava-se no gabinete da secretaria quando foi acommettido de uma febre de máo character; gravemente enfermo, ouviu-o de confissão frei Tiburcio José da Rocha, redactor da *Gazeta do Rio*, e pouco depois falleceu, contando cincoenta e seis annos de idade.

Commemorando o passamento deste afamado estadista, disse o visconde de Cayrú:

« Ainda que recebesse nos tempos mais perigosos a administração do Estado, comtudo nas repartições, em que ostentou seus talentos, fez o prodigio de manter a guerra e a circulação do commercio, a renda publica e a dignidade da corôa, entre embaraços inextricaveis causados pela tremenda força revolucionaria com que a França opprimia os governos regulares. »

Abriu-se este jazigo, em 30 de Novembro

de 1817, para receber os restos mortaes de outro ministro de Estado.

Havendo fallecido o conde da Barca, que exercia o cargo de ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e dominios ultramarinos, formou-se um novo gabinete em 23 de Junho de 1817, sendo escolhido João Paulo Bezerra para presidente do real erario e ministro e secretario de Estado dos negocios da fazenda; o conde de Palmella para ministro dos negocios estrangeiros e da guerra; o conde dos Arcos para ministro da marinha e dominios ultramarinos, e o desembargador Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal para ministro dos negocios do reino e casa de Bragança.

Achando-se ausente em Lisboa o conde de Palmella, ficou João Paulo Bezerra encarregado interinamente do ministerio de estrangeiros e da guerra. Este era coxo, e semelhante defeito physico deu lugar a uma anecdotas que nos foi referida por pessoas de fé:

« D. Francisco de Almeida, depois segundo conde das Galvêas, ia de sege com um amigo, quando vendo passar um pobre atirou-lhe com uma moeda de ouro.

— Porque dèste áquelle pobre uma esmola tão avultada? Perguntou-lhe o amigo.

— Porque é coxo, redarguiu D. Francisco, e agora devemos agradar aos aleijados, porque podem chegar a ministros de Estado!»

Paulo Bezerra exercêra varios cargos di-



plomáticos junto ás republicas dos Estados-Unidos na America e dos Paizes Baixos, e tambem no imperio da Russia; pouco tempo esteve no ministerio, fallecendo de uma apoplexia em 29 de Novembro de 1817, com sessenta e um annos, cinco mezes e dous dias. Era homem erudito e bibliophilo, e em suas estantes deixou muitos livros preciosos e raros.

Em remuneração dos bons serviços desse estadista teve sua viuva, D. Isabel Sill Bezerra, o titulo de viscondessa de Itaguahy, por decreto de 3 de Maio de 1819.

O sepulcro que recebêra o cadaver do conde de Linhares recolheu nove annos mais tarde os restos mortaes da condessa de Linhares, que veio unir-se no tumulo ao seu esposo em 25 de Janeiro de 1821; e tres annos depois veio tambem dormir o somno perpetuo neste jazigo D. João Carlos de Souza Coutinho, segundo conde de Linhares, veador e conselheiro da fazenda, que tinha trinta e dous ou trinta e tres annos quando falleceu, vindo seus ossos repousar junto aos dos seus pais. E, cousa singular, o conde de Linhares, sua mulher, e seu filho, segundo conde de Linhares, falleceram todos no mez de Janeiro; o conde em 26 de Janeiro de 1812, a condessa em 24 de Janeiro de 1821, e D. João Carlos em 29 de Janeiro de 1824.

O terceiro jazigo do corpo da igreja tem

gravada na lousa esta inscripção : — *Sepultura de Lobo Gago da Camara e de seus irmãos, moços fidalgos da casa de Sua Magestade.*

Estão impressas na pedra tumular as armas desses fidalgos de el-rei.

Ignacio Gago da Camara teve em attenção a seus bons serviços militares a mercê do habito de Christo, por consultas de 16 de Fevereiro de 1650.

Veiu para esse tumulo, em 23 de Maio de 1810, o visconde de Cezimbra, Manoel da Cunha Souto Maior, almirante, e gran-cruz da ordem da Torre e Espada. Foi o commandante em chefe da esquadra que conduziu ao Brazil a familia real de Bragança.

Na lousa que fecha o quarto jazigo da igreja lê-se este epitaphio : — *Sepultura de Diogo de Sá da Rocha e de sua mulher Beatriz Rangel, e herdeiros.* Estão gravadas na pedra as armas dos proprietarios do tumulo.

Diogo de Sá da Rocha foi ouvidor do Rio de Janeiro, e tomou posse do cargo no paço do senado da camara em 19 de Setembro de 1637.

Foi encerrado neste jazigo, em 30 de Dezembro de 1809, o cadaver do conde de Anadia, conselheiro de estado, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e dominios ultramarinos, gran-cruz das ordens de Christo e Torre e Espada.

Quando se organisou o primeiro ministerio no Rio de Janeiro os amigos do visconde de

Anadia aconselharam-lhe pedisse exoneração do cargo de ministro da marinha e ultramar, antes de receber a demissão, porém, elle não lhes attendeu, e gozando de protecção na côrte, e sabendo servir-se dos recursos que a politica ensina a seus adeptos, pôde conservar-se na pasta que occupava.

Já naquelles tempos não era facil vaticinar os arcanos da politica; cahiam, como cahem hoje, as previsões e calculos que a razão admitte como mui provaveis.

O visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Menezes, teve o titulo de conde por decreto de 17 de Dezembro de 1808.

Tinha esse fidalgo ogeriza ao Brazil, o que era da terra americana não lhe agradava; tudo que aqui havia era repugnante, máo e selvagem; só era appetitoso, agradável e bello o que provinha do velho Portugal.

Seus ossos estão depositados em uma urna de madeira que se acha no convento.

#### IV

Ha na igreja, do lado da Epistola, a capella da Senhora da Conceição, construida em 1619 por Luiz de Figueiredo, fundador da ordem de S. Francisco de Assis, nesta cidade. Em 17 de Setembro de 1622 celebrou-se nessa capella a primeira festa da ordem, a das Chagas de S. Francisco; e procedendo-se

nesse dia á eleição da primeira administração foi eleito ministro o venerando fundador Luiz de Figueiredo, que exerceu esse cargo até 1627.

Essa capella, erguida ha duzentos e quarenta e seis annos, serviu durante mais de meio seculo de igreja á ordem terceira de S. Francisco da Penitencia; é ornada de talha dourada, e separada da igreja do convento por uma alta gradaria de ferro.

Veiu sepultar-se ali, em 24 de Dezembro de 1711, o conego Francisco da Costa Curvenil, natural do Rio de Janeiro, o qual emquanto viveu empregou seu dinheiro em obras pias ou em esmolas aos pobres. Tendo particular devoção com a Senhora da Gloria fez á ermida dessa invocação diversas oblações, e, estando a ermida arruinada pelo tempo, tratou de reconstruil-a; porém não lhe deu a morte occasião de cumprir esse acto de religião e de fé.

Ha na capella da Conceição um tumulo de marmore, que foi erguido como lembrança de amor e saudade de um principe a outro principe; é o mausoléo do infante de Hespanha D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança.

Nasceu D. Pedro Carlos em 18 de Junho de 1787 em Aranjuez; foram seus pais D. Gabriel, filho do rei Carlos III de Hespanha, e D. Marianna, filha de D. Maria I.

Fallecendo a infanta D. Marianna de va-

riola, aconteceu que poucos dias depois cahiu affectado do mesmo mal seu espo o; e declarando-lhe o physico-mór D. Francisco Sobral que proximo estava seu fim, ouviu o infante essa noticia com o sorriso nos labios, agradeceu o vaticinio do cirurgião e presenteou-o por lhe haver annunciado que breve iria unir-se á sua idolatrada esposa. Realizou-se o prognostico do physico-mór; pereceu D. Gabriel, deixando orphão seu filho D. Pedro Carlos.

Desejando ter junto a si o menino, seu neto, que tão cedo perdêra seus progenitores, enviou a rainha de Portugal D. Maria I o marquez de Marialva D. Diogo José Vito de Menezes á Hespanha, encarregando-o de trazer para Portugal o infante orphão. Era o marquez de elevada estatura, e tinha a patente de tenente-general; vendo-o perguntou o menino á sua aia:

— Que hombre és este tan doráo?

Havia-lhe deslumbrado a vista a farda bordada do velho marquez.

Chegando a Portugal em 3 de Dezembro de 1790, encontrou D. Pedro Carlos na familia de Bragança os carinhos e afagos, que não pudêra receber de seus pais; acompanhou a familia real ao Brazil. Em 13 de Maio de 1808 foi nomeado almirante general da marinha portugueza; dous annos depois, naquelle mesmo dia, recebeu por esposa a D. Maria Theresa, filha do principe regente D. João.

O povo saudou com regosijo esse consorcio, assistiu jubiloso ás solemnidades da côrte, preparou festejos e divertimentos publicos, e correu aos templos a agradecer a Deus a felicidade que parecia sorrir para D. Maria Theresa, que aos dotes puros da alma reunia os mimosos encantos da belleza. Em 4 de Novembro de 1811 veio unir mais os corações do esposo e da esposa o nascimento de um filho; era o primeiro principe que nascia no Brazil, o qual, sendo baptizado na capella real, recebeu os nomes de Sebastião, Gabriel, Carlos, João, José, Francisco, Xavier de Paula, Miguel, Bartholomeu de S. Geminiano, Raphael Gonzaga; foram padrinhos D. Maria I e o principe regente. Houve solemnidade religiosa, mercês honorificas e gala na côrte. Porém cedo deviam murchar as flôres dos festins; as sanefas de seda, as cortinas escarlates, que ornavam o paço e a capella real, deviam cahir para serem substituidas pelo panno negro da morte; cedo deviam cessar os canticos e hymnos de alegria para se ouvirem os threnos e o dobrar tristonho e monotono dos sinos; breve deviam ficar envolvidos em crepe os cortinados de gaza que cobriam um berço de innocencia e candura.

A's 6 horas da tarde do dia 26 de Maio de 1812 falleceu no palacio da real quinta da Boa-Vista, D. Pedro Carlos.

Era destino; ainda menino perdeu seus pais, ficou orphão no berço, não lhe aquecen-

do o coração as chammass do amor puro de sua mãe; e devia morrer deixando, como seu pai, um filho no berço, tão cedo privado dos carinhos e afagos paternos.

Depois de embalsamado e das encomendações do estylo foi o cadaver conduzido, na noite de 29 de Maio, ao convento de Santo Antonio.

A noite estava escura, tempestuosa, e chovia tão copiosamente que ficou inutilisado o fardamento dos soldados, que formaram alas desde a quinta da Boa-Vista até ao convento. Lavraram-se dous termos da entrega do corpo ao guardião do convento Fr. Joaquim de Santa Leocadia, servindo de secretario o desembargador José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira; ficou o cadaver depositado em uma capella do claustro, e era meia-noite quando terminaram as ceremonias do enterramento.

O principe regente encerrou-se com sua côrte por oito dias e tomou luto por seis mezes.

Consagrava D. Pedro Carlos grande affeição e respeito a seu tio D. João; considerava-o seu pai, e tal era a submissão que lhe tributava que, nem sendo consultado ousava dar-lhe seu parecer. Educado em uma côrte em que o rei e os subditos, o principe e os vassallos antepunham sempre aos negocios profanos as solemnidades e ceremonias da igreja, era D. Pedro Carlos piamente religioso; servia de acolyto ao capellão que celebrava a missa diaria no seu

oratorio particular. Seu pai D. Gabriel traduzira a obra de Sallustio, e elle tratára de verter á lingua vernacula os annaes de Tacito ; mas não permittiu-lhe a morte concluir esse trabalho ; era presidente perpetuo da academia real de sciencias de Lisboa.

Com regozijo recordo-me neste momento que o Instituto Historico conta entre seus presidentes honorarios o filho de D. Pedro Carlos o infante de Hespanha D. Sebastião, o primeiro principe que teve o berço na terra de Santa Cruz.

No trigesimo dia do obito do infante houve na capella real solemnes exequias, sendo orador o padre mestre frei Sampaio, que com as palavras eloquentes que sabia dizer do pulpito commoveu o auditorio, e demonstrou talento não inferior ao de Massillon e Bossuet.

D. João mandou fazer em Lisboa um tumulo de marmore para encerrar o cadaver do seu saudoso sobrinho, dando o desenho do mausoléo o architecto da casa real José da Costa. No dia 25 de Março de 1817 collocou-se o tumulo na capella da Conceição, e, depositado nesse dia na Igreja o corpo do infante, foi no seguinte trasladado para elle, assistindo D. João e seus filhos a esses actos, que deviam contristar-lhes o coração e despertar-lhes saudades

O mausoléo é de marmore branco, descansa a urna sobre uma base quadrangular, e ergue-se na parte superior o busto do infante,



sobre cuja cabeça descem dous anjos trazendo uma corôa de ouro para cingir-lhe a fronte. Ha na face principal uma inscripção em latim.

D. João VI sentiu dolorosamente a morte de seu sobrinho. Assevera o visconde de S. Leopoldo, nos seus Annaes, que pessoa fidedigna lhe referira ter ouvido aquelle monarcha dizer que os dous successos, que mais o magoaram durante sua residencia no Rio de Janeiro, haviam sido a morte de seu sobrinho, e o armisticio assignado em 27 de Maio de 1812, na guerra de Artigas, quando contavam as armas portuguezas seus triumphos pelas batalhas. E, coincidencia fatal, os dous factos que penalisaram o coração do velho rei aconteceram no mesmo anno, no mesmo mez, e em dias consecutivos.

## V

Ha no claustro do convento de Santo Antonio dez capellas, das quaes a ultima, mais vasta, consagrada á Santa Anna, tem as paredes ornadas com quadros de santos em molduras douradas, e em frente ao altar um pulpito, que foi o carro de triumpho de muitos religiosos de S. Francisco; esta capella é o capitulo.

Em tempos passados, em que os conventos exerciam benefica influencia na sociedade, em que delles sahiam os sabics, os oradores, os

philosophos, os mestres; nesses tempos em que os claustros parecia quererem conservar a pureza, a severidade de disciplina que o monge S. Bento iniciara no seu retiro de Subiaco; nesses tempos de animação, vida, santidade e gloria para as ordens monasticas, era a sala do capitulo do convento de Santo Antonio desta cidade um recinto de meditação, estudo, doutrina, e sciencia; era a aula, o athenêo, a academia dos padres. Na cadeira magistral, fronteira ao altar, sentava-se o religioso, o philosopho, o homem de doutrina sã e de sciencia profunda, que recebera da ordem o titulo de mestre, e fazia prelecção, dirigia a palavra a seus irmãos com a fé, unção, sciencia e verdade que aprendera no retiro da cella, no estudo continuado e silencioso do claustro; occupavam os bancos, que ladeam aquella cadeira, os religiosos e os noviços, que attentos assistiam a essas palestras litterarias.

Attrahiam essas prelecções grande concurrencia; os homens doutos, os de elevada jerarchia e algumas vezes o vice-rei compareciam no claustro para ouvir as conclusões philosophicas, que tão uteis foram ao convento, fazendo apparecer essa familia de philosophos, de oradores e de mestres, que illustraram a ordem franciscana entre nós; mas hoje está a cadeira magistral abandonada e esquecida, e empoeirados e desertos os bancos que a cercam. Ha mui poucos frades no convento, que

está despovoado, e sem auditorio não ha orador, diz Cicero.

O capitulo não era só um lugar de oração e de estudo, era tambem recinto mortuario; cada lage que cobre o pavimento era a porta de um sepulcro, e iam dormir alli o somno dos mortos aquelles que pela intelligencia, saber e serviços prestados á patria haviam conquistado á posteridade um nome; era uma sepultura de honra a que se abria nessa capella; e assim devera ser; recinto da religião e da sciencia, era o capitulo duplicadamente nobre; educavam-se alli a razão e o coração, bebia-se fé, adquiria-se instrucção e recebia-se luz do céu e da terra.

Penetrando nessa capella erma e triste levantemos as pedras tumulares, descerremos os jazigos, e digamos á posteridade os nomes daquelles que a patria abençoou; ou que a sciencia os chamou de filhos.

Em 3 de Janeiro de 1789 veio sepultar-se ahi D. Fr. José Raymundo Chichorro da Gama Lobo, cavalleiro da ordem de Malta, marechal e commandante do regimento de Extremoz, que viera destacado para o Rio de Janeiro em 1767 e que governou interinamente a capitania de S. Paulo por provimento do vice-rei do Estado, Luiz de Vasconcellos.

Teve sepultura no capitulo, em 28 de Setembro de 1810, Francisco Manoel Souto Maior, commandante da não *Rainha de Portugal*, um dos

vasos da esquadra em que veio a família real para o Brazil; chegou a não *Rainha de Portugal* ás aguas de Nictheroy em 17 de Janeiro de 1808, trazendo a seu bordo D. Isabel Maria e D. Maria Francisca, filhas do príncipe D. João, a princeza do Brazil D. Maria Francisca Benedicta, e a infanta D. Marianna, irmã de D. Maria I, as quaes se conservaram a bordo até terem noticia de que se achavam na cidade de S. Salvador, na Bahia, as náos que conduziam a rainha, o príncipe regente e mais membros da família de Bragança.

Em 26 de Maio de 1812, no mesmo dia em que falleceu D. Pedro Carlos, expirou o marquez de Pombal, conde de Oeiras, gentil-homem da camara da rainha, gran-cruz das ordens de Christo e Torre e Espada, presidente da mesa do desembargo do paço e da consciencia e ordens, e filho do celebre ministro de D. José I, do afamado estadista que, depois de haver restaurado a patria, soffreu na velhice amargos dias de desterro e uma sentença de condemnação. Falleceu o marquez de Pombal em 1782, e consta que, recebendo essa fatal noticia, foi tão viva e intensa a dôr que experimentou seu filho Henrique José de Carvalho e Mello, segundo marquez do mesmo titulo que no dia seguinte cahiram-lhe quasi todos os cabellos, ficando inteiramente calvo. Regaram o sepulcro do segundo marquez de Pombal as lagrimas dos indigentes, que d'elle recebiam

o obulo para o sustento e o arrimo para a vida. Veio repousar o corpo desse fidalgo no mesmo lugar em que fôra encerrado o de sua esposa, em 24 de Abril de 1808.

Abriu-se em 3 de Março de 1814, o tumulo que devia receber o padre Dr. Antonio Pereira de Souza Caldas, cujo nome é um epitaphio que indica o sepulcro de um philosopho, orador e poeta; de um philosopho como Fenelon, orador como Bossuet, e poeta como David. Não esboçaremos nestas paginas com mão tremula e inexperiente a biographia de Souza Caldas, cujo nome a patria já gravou no livro da posteridade; não faremos o elogio desse homem que cingiu na fronte as corôas de orador, de philosopho e poeta; do orador, que com a linguagem pura e santa do Evangelho attrahia as turbas, e causava assombro aos homens de sciencia; do poeta, cuja lyra inspirada e harmoniosa, como a do propheta rei, tambem cantou os psalmos; do philosopho, cujo coração era inflammado pela primeira das virtudes christãs, a caridade; do sacerdote que, virtuoso como S. João de Deus teve a abnegação de recusar duas mitras.

Ha nomes que são um poema, cordas de uma lyra que vibra sempre, lembranças que não morrem, porque os homens, os paizes, a humanidade, o universo, no perpassar dos seculos, os repetem continuamente; são estes os

nomes dos grandes genios, e o Dr. Antonio Pereira de Souza Caldas era um genio.

Foi no capitulo que teve sepultura o poeta Antonio José Osorio de Pina Leitão, cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, desembargador da relação da Bahia, nascido nos suburbios de Pinhel, em Portugal, em 12 de Março de 1762. Vindo para o Brazil occupou cargos na magistratura, e por occasião da independencia ficou ao serviço do Imperio, e considerado como brasileiro. Ha de sua penna os seguintes trabalhos:

— Elegia á morte do serenissimo Sr. D. José, principe do Brazil, escripta em versos soltos, e publicada em Lisboa em 1788, com o nome de Antonio José Osorio.

— Traducção livre ou imitação das Georgicas de Virgilio e outras mais composições poeticas.

A traducção das Georgicas é em verso solto, e a ella se seguem oito odes e vinte e oito sonetos originaes do traductor. Ha opiniões diversas sobre o merecimento desta obra; o livro segundo, que o traductor apresentou á academia real de sciencias de Lisboa, foi premiado em sessão publica de 12 de Maio de 1790; Bocage qualificou de boa essa traducção; porém, tratando da mesma versão, apregoou-a José Maria da Costa e Silva como obra de mediano merecimento.

— Affonsiada, poema heroico da fundação da monarchia portugueza pelo Sr. rei D. Affonso Henriques, impresso na Bahia em 1818, com os retratos de D. Affonso Henriques, D. João VI e do auctor; consta de onze cantos em oitava rima.

— Ode pindarica offerecida a el-rei o Sr. D. João VI na sua gloriosa acclamação.

— Ode pindarica ao Illm. e Exm. Sr. conde dos Arcos, impressa em um folheto intitulado « Relação das festas que ao Illm. e Exm. Sr. conde dos Arcos deram os subscriptores da praça do commercio. Bahia, 1818. »

Sepultou-se Antonio José Osorio de Pina Leitão em 24 de Março de 1825.

Veiu para este mesmo recinto, em 31 de Janeiro de 1826, Antonio José Duarte de Araujo Gondim, cavalleiro da ordem de Christo, dignitario da do Cruzeiro, e senador do Imperio. Nascido em Pernambuco em 1782, feitos os estudos preparatorios, dirigiu-se á Athenas portugueza, onde obteve um gráo scientifico; regressando em 1808 ao Brazil, occupou o cargo de juiz de fóra de Marianna, depois o de ouvidor de Villa-Rica, hoje cidade de Ouro-Preto, e o de membro do governo durante a ausencia do governador D. Manoel José de Portugal; em 1820 foi eleito ouvidor da comarca da provincia da Bahia, e em 1823 tomou assento na assembléa constituinte. Desembargador da casa da supplicação em 1824, serviu

a vara de ouvidor do crime desta côrte, o cargo de juiz da corôa, de fiscal da junta dos arsenaes, e o de corregedor do civil. O primeiro imperador o nomeou senador do Imperio em 22 de Janeiro de 1826, porém não conseguiu Araujo Gondim sentar-se entre os venerandos legisladores do paiz, porque falleceu nove dias depois de haver recebido a nomeação.

Sua esposa, D. Carlota Joaquina Seixas de Mello Gondim, que o estremecia com muita ternura, poucos dias sobreviveu-lhe; a dôr e a saudade levaram-a ao tumulo em 27 de Fevereiro.

Está no capitulo a sepultura de Paulo José da Silva Gama, chefe de esquadra, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, e barão de Bagé por decreto de 26 de Março de 1821, e que falleceu em 22 de Março de 1826. Nomeado governador do Rio-Grande do Sul em 1802, tomou posse em 30 de Janeiro de 1803, creando alli a junta da fazenda, que extinguiu a antiga provedoria. Concedeu-lhe D. João a propriedade do rincão de Santa Tecla na mesma provincia, e nomeou-o em 1809 governador e capitão-general do Maranhão.

Vamos agora levantar a lousa que fecha o tumulo de um artista, cujo nome é ainda hoje repetido com saudade entre os sons harmoniosos da orchestra.

Nasceu em Portugal, em 24 de Março de 1762, Marcos Antonio Portugal, que, dedican-



do-se ao estudo da musica desde a idade de oito annos, excedeu a seus condiscipulos em talento e applicação, e cedo se tornou notavel pela perfeição da execução de varias peças, e na composição de muitas proprias. Contava vinta e dois annos quando se passou á Italia, menos para adiantar seus conhecimentos que para ganhar applausos, que lhe prodigalisaram Roma, Milão, Veneza, Verona e Florença, fazendo o encanto das côrtes e admiração dos professores, pelo genio que ostentou em diversas operas representadas naquella terra da harmonia; escreveu para os theatros da Italia oito operas sérias, seis burletas e sete farças em um só acto. Regressando a Portugal enriqueceu com os esforços do seu engenho fecundo a capella real, a patriarchal e tambem o theatro. O seminario, que se gabava de ter sido sua escola, o reconheceu logo por seu director, e na frente da grande orchestra do theatro de S. Carlos appareceu o distincto musico como mestre. D. João VI o escolheu para mestre de seus filhos; e é notorio que D. Pedro I foi profissional em musica. No tempo da invasão franceza varias côrtes da Europa convidaram o habil compositor, que, rejeitando offertas mui liberaes, veio para o Brazil.

Apezar de velho e doente, nomeou-o o primeiro imperador mestre dos principes; não deixando Marcos Portugal a capella imperial, onde era visto em todas as occasiões

de festas, religiosa ou nacional. Era commendador da ordem de Christo. O Instituto Nacional de França o elegeu socio correspondente, e o secretario, em seu officio de 30 de Dezembro de 1815, accrescentára ás mui lisongeiras expressões, que os compositores francezes o reputavam como um dos homens que faziam mais honra ás artes. Compoz Marcos Portugal em Lisboa e no Rio de Janeiro muitas operas sérias, burletas, cantatas, entremezes, arias, duetos, tercetos, hymnos, missas, jogos de vespas, psalmos e outras peças soltas. Falleceu de apoplexia em 17 de Fevereiro de 1830, e conservam-se seus ossos em uma urna que está depositada no convento.

Apezar de haver nascido no velho mundo, viveu Marcos vinte annos no Brazil; amou a terra americana, nella deixou filhos, e cooperou para o desenvolvimento da musica entre nós; « além de que, diz o mais fecundo romancista deste seculo: a posteridade não busca saber qual o nascimento e a patria dos grandes homens, considera-os como uma parte da grandeza da especie humana, a que esta deve votar um grande amor, afagar com immenso orgulho; assim que descem ao tumulo já não são compatriotas, nem estrangeiros, amigos, nem inimigos, chamam-se Hannibal, Scipião, Cesar e Pompêo, isto é, obras e acções. A immortalidade naturalisa os grandes genios em proveito do universo. »

Em 12 de Agosto de 1832 sepultou-se José Egydio Alvares de Almeida, natural da cidade de Santo Amaro, na provincia da Bahia, senador do Imperio, marquez de S. Amaro, e um dos dez conselheiros que formularam e assignaram a constituição que nos rege. Foi secretario de gabinete do principe regente D. João, que, quando acclamado rei, deu-lhe o titulo de barão de Santo Amaro, e nomeou-o em 1818 conselheiro do erario régio e do conselho da fazenda; sentou-se em 1823, entre os deputados da assembléa constituinte, sendo elevado mais tarde a visconde e depois a marquez.

Deixando o tumulo que encerra o venerando legislador, debruçemo-nos á beira de outro, onde veio descansar um militar brioso.

Thomaz Joaquim Pereira Valente, filho do doutor em direito Domingos Joaquim Pereira Valente, e D. Antonia Pereira Valente, nasceu na cidade do Porto em 1790. Destinára trilhar a mesma carreira que seu pai; porém, vendo a patria invadida pelos francezes, vestiu a farda de soldado, e como cadete da divisão lusitana fez toda a guerra peninsular. Esteve em Albuera, Salamanca e Victoria, onde foi gravemente ferido e prisioneiro dos francezes, que o conduziram á Marselha. Conquistára nas fileiras do exercito as dragonas de capitão, e terminada a guerra peninsular foi promovido a major, tendo na farda a medalha de ouro das seis campanhas.

Esteve em Pernambuco em 1817, e pacificada essa provincia veio para esta côrte, onde teve o posto de tenente-coronel, o habito da Torre e Espada e o commando effectivo do batalhão de caçadores ; commissão que exercêra interinamente em Portugal.

As idéas de constituição e liberdade despertadas na cidade do Porto vieram, rompendo os ares, inflammam os peitos dos portuguezes da America ; querendo o povo e a tropa dilatar a esphera de suas liberdades individuaes, reunidos na praça do Rocio, clamaram fosse jurada no Brazil a constituição tal qual a fizessem as côrtes em Portugal. O batalhão de caçadores foi um dos que tomou parte nesta effervescencia popular, marchando sem ordem superior ; porém encontrou diante de si um baluarte firme e inexpugnavel, o seu commandante, que, com risco da propria vida, expoz-se só a muitos ; era um peito para mil baionetas, um soldado para mil revoltosos. O rei premiou a coragem e energia do destemido militar, dando-lhe o governo de Santa Catharina, e pregando-lhe na farda a commenda de Christo.

Foi Thomaz Valente, na época da nossa independencia, um dos soldados da liberdade, merecendo pelos seus serviços que o primeiro imperador o nomeasse seu ajudante de campo ; dando-lhe a gran-cruz do Cruzeiro, e em 1825 o titulo de barão do Rio Pardo com grandeza ; conde em 1827, foi ministro em 1830, havendo

occupado o posto de commandante das armas da côrte e provincia do Rio de Janeiro, da provincia do Rio-Grande do Sul, e de presidente do Piaulhy.

Em 30 de Agosto de 1849 foi sepultado Thomaz Joaquim Pereira Valente, conselheiro, conde do Rio Pardo, vogal do conselho supremo militar, gentil-homem da imperial camara, grã-cruz do Cruzeiro, dignitario da Rosa, commendador das ordens de Christo, Torre e Espada e Aviz, condecorado com diversas medalhas de campanha, e o primeiro mestre de manobras militares do augusto fundador do Imperio.

## VI

Deixando o capitulo appropinquemo-nos de outro recinto onde, as naves sombrias, as abobadas silenciosas, as arcarias ennegrecidas, nos dizem que ainda estamos em uma habitação de mortos; é o claustro, o cemiterio do convento, o ultimo leito preparado para o religioso. Depois de levantarmos do tumulo um militar cujo nome o clero abençôa, e um artista que se distinguio pela inspiração e genio, veremos perpassar vultos revestidos de habitos negros que lhes serviram de mortalha na vida e na morte; são os religiosos. Com o dedo da historia iremos apontando aquelles cujos nomes merecem ser gravados pelo anjo da immortalidade no livro dos seculos.

Em 9 de Agosto de 1812 sepultou-se no claustro o irmão confrade Alexandre Dias de Rezende, instituidor do patrimonio dos clérigos pobres que ha nesta cidade.

Alexandre de Rezende, sargento-mór do terço dos pardos, cavalleiro da ordem de Santiago da Espada, homem virtuoso, bastante rico e irmão bemfeitor de quasi todas as confrarias e ordens religiosas estabelecidas nesta corte, desejou ser admittido como irmão secular na irmandade dos clérigos de S. Pedro ; porem estes o recusaram por ser elle pardo. Apesar da contumelia, que lhe atiraram os padres, não modificou Alexandre de Rezende seus sentimentos generosos a respeito dos clérigos, continuando a respeitá-los, e declarando que tinha grande dó dos sacerdotes, que, sendo pobres e estando doentes, não podiam celebrar. De feito, no testamento com que falleceu provou a sua piedade e dedicação ao clero, legando dous predios á irmandade de S. Pedro, para esta tomar conta delles, e fazer assistencia aos venerandos sacerdotes que se acharem enfermos sem poderem celebrar ; fazendo-lhes uma mesada ao arbitrio da mesma irmandade para sustentação dos ditos impossibilitados sacerdotes.

Sem indagar da pureza do sangue do morto, não vacillou a irmandade de S. Pedro em aceitar o legado ; fez mais, conduziu para sua igreja o cadaver de Alexandre de Rezende, e, depois do officio solemne de corpo presente,

acompanhou o feretro até ao convento de Santo Antonio; mais tarde mandou exhumar os ossos do seu bemfeitor e encerral-os em uma urna, e ultimamente ordenou fossem collocados em uma das paredes do arco, que sustenta o côro da igreja de S. Pedro. Em 1852 encarregou a irmandade ao artista nacional João Maximiano Mafra de retratar o sargento-mór Rezende, cujo retrato acha-se collocado na sacristia da sobredita igreja, onde todos os annos, no mez de Novembro celebra-se um officio solemne com missa pela alma do pio instituidor do patrimonio dos clérigos pobres.

Por este tão util e caridoso montepio são socorridos os sacerdotes pobres, ainda que não sejam irmãos de S. Pedro, uma vez que se achem neste bispado, e impossibilitados de celebrar o santo sacrificio da missa por enfermidade, prisão, suspensão de suas ordens ou outra qualquer causa que os embarace.

Ha quarenta e nove annos que chegou ao Rio de Janeiro uma colonia artistica contractada pelo governo de D. João VI para crear nesta côrte uma academia de bellas-artes. Um dos membros dessa familia de artistas era o architecto Augusto Henrique Victorio Grandjean de Montigny, antigo pensionista do governo francez em Roma, no reinado de Napoleão I; o qual, creada a academia das artes no Rio de Janeiro, foi nomeado lente de architectura; e tratando-se de erguer o palacio

da academia, foi elle encarregado de dar o desenho e plano de semelhante obra.

Neste trabalho patenteou Grand-jean a inspiração do seu genio, e os conhecimentos de sua arte; ergueu um bello edificio para o Rio de Janeiro, e para si um monumento de gloria. Além deste trabalho apresentou o desenho para a primeira praça de commercio que teve a capital do Imperio.

Este edificio, que serve actualmente de sala de abertura da Alfandega, é no seu genero a obra mais monumental que possuímos. Querendo D. João VI tributar homenagem ao grande architecto, auctor de tão bella obra, no dia em que foi inaugurada, permittiu ao artista sentar-se em sua presença, e deu-lhe o habito de Christo. Esta condecoração, recebida das mãos régias e obtida pela arte, conservou-a Grand-jean sempre pregada no panno da casaça.

Fez diversos trabalhos de decoração para as festas reaes no tempo de D. João VI; surgindo em 1825 a idéa de erigir-se uma estatua ao fundador do Imperio, foi elle o incumbido de dar a traça do monumento; é tambem trabalho seu o edificio da primeira praça de mercado desta côrte; deu o plano para um elegante predio que ha em frente do Passeio Publico e para outro do Engenho Velho, e fez um desenho para memorar o dia 7 de Abril de 1831. A febre amarella, que assolou pela primeira vez a nossa população em 1850, ar-



rebatou entre as victimas, em 2 de Março, o architecto Grand-jean de Montigny, que na hora extrema pediu ser sepultado onde jazia a sua esposa, no claustro do convento de Santo Antonio.

. Sejam estas nossas palavras, tristes goivos desfolhados nesse sepulcro, uma lembrança, uma saudade que a terra de Santa Cruz consagra á memoria de tão afamado artista.

Examinando os jazigos dos religiosos, contemplemos o primeiro. Alli foi sepultado um varão santo, religioso leigo, que durante trinta e sete annos serviu de enfermeiro aos frades, attendeu aos gemidos e ais dos agonisantes, consolou e resignou os afflictos, deu remedio e allivio aos enfermos; viveu junto ao leito dos seus irmãos doentes, tendo compaixão de todos, revestindo-se de paciencia e resignação para tudo soffrer por amor dos religiosos, seus irmãos; frei Fabiano de Christo personificou a caridade. Encerrado, na enfermaria tornou-se o companheiro inseparavel dos enfermos; todos iam pedir-lhe remedios para seus males, e a todos ouvia com piedade; paciente e resignado supportava as exigencias e impertinencias dos enfermos; placido e sereno ia preparar um segundo caldo para um doente depois deste haver-lhe atirado á face a primeira chicara de caldo por não estar ao seu paladar; e ficando com o rosto queimado e ferido ajoelhava-se pedindo ao prelado o perdão para o religioso que o offendêra!

Velava dia e noite na enfermaria, e se se ausentava era para orar a Deus pelos que soffriam; o povo o chamava de santo; e tanto era o conceito de que gozava este religioso que parecia tranquillisar o espirito a consolação que partia dos seus labios; tornava-se efficaz o remedio receitado por elle, e davam suas orações esperança e resignação á alma.

Natural do arcebispado de Braga, viéra muito moço para o Brazil, onde vestiu o habito de S. Francisco, fallecendo com 71 annos de idade em 17 de Outubro de 1747. Causou sua morte consternação em toda a cidade; o povo correu ao claustro, e os tres primeiros habitos, que revestiram o cadaver do digno servo de Deus, foram dilacerados pelos fieis, que desejavam possuir um pedacinho da mortalha do religioso para guardal-o como reliquia. O bispo frei Antonio do Desterro e o governador Gomes Freire de Andrade assistiram aos funeraes, e assignaram documentos que authenticam as virtudes e a piedade de frei Fabiano. Na parede fronteira á sepultura deste religioso collocou-se uma tarja de marmore com esta inscripção, que ainda se conserva:

Sepultura do servo de Deus

FREI FABIANO DE CHRISTO

fallecido em 17 de Outubro de 1747.

Exhumados os ossos, e encerrados em uma caixa, foram collocados na parede do cor-

redor que communica a enfermaria com a capella do Senhor dos Passos, estabelecida na antiga cella desse religioso ; indicando uma inscripção em latim gravada em chapa de cobre o lugar onde descansam os despojos de tão virtuoso varão, que não foi canonisado por faltarem aos franciscanos os recursos para emprehenderem tão dispendioso encargo.

Ha mais de um seculo que falleceu frei Fabiano, e seu nome é ainda lembrado com amor e veneração ; e do seu sepulcro, que ficou perpetuamente impedido, parece evaporar-se um perfume perenne, suave e delicioso; é que os anjos, adejando ao redor desse jazigo suas azas brancas e puras, bafejam continuamente as auras que o cercam.

Veu descansar no sexto jazigo o padre-mestre frei Antonio de Santa Ursula Rodovalho, cujo esboço biographico publicámos na revista do Instituto applaudindo o saber e as virtudes desse douto religioso, e pedindo á patria commemorasse seu nome, e venerasse seu tumulo.

No setimo veio repousar, em 14 de Julho de 1801, o padre-mestre frei Miguel de Santa Maria Frias, cujo nome é repetido entre os daquelles religiosos que ennobreceram o convento, e deram lustre e gloria á patria. Era o pregador das domingas de quaresma na igreja de S. Francisco de Paula, onde o povo o ouvia attento e o admirava. Quando falleceu

tão afamado orador, mandou a ordem terceira dos Mínimos fazer-lhe pomposas exequias em homenagem á memoria do digno religioso, que escolhera o pulpito dessa igreja para doutrinar o povo e propagar os preceitos da fé.

A esse mesmo jazigo desceu frei Antonio de Arrabida, bispo de Anemuria, fallecido em 10 de Abril de 1850.

Natural de Lisboa, onde nasceu em 9 de Setembro de 1771, deixou nos primeiros annos da vida, na época dos risos e prazeres, o mundo pelo claustro, a sociedade pela solidão, entrando para o convento de S. Pedro de Alcantara com quinze annos de idade, e professando no de Mafra.

Era ainda muito moço quando foi chamado ao serviço do principe D. João, que, admirando as virtudes e apreciando o saber do jovem frade, o escolheu para seu guia espirital.

Resolvendo o mesmo principe enviar como condestavel ao Brazil seu filho D. Pedro, ordenou o acompanhasse como secretario particular frei Antonio de Arrabida; mas, não se realizando essa viagem, e sim a de toda a familia real, quiz aquelle principe que frei Antonio viesse na mesma não que elle, escolhendo-o não só para seu confessor, senão para mestre do principe da Beira.

Recusando titulos e mercês de D. João VI

quando acclamado rei nesta cidade, apenas aceitou o modesto franciscano a pensão de quatrocentos mil réis, paga pelo bolsinho de el-rei para suas irmãs que ficaram em Portugal.

Frei Antonio de Arrabida não acompanhou o rei a Lisboa, porém ficando no Brazil, continuou a ser do principe D. Pedro o que fôra de D. João, amigo e confidente. Prezando aquelle principe as qualidades do seu velho mestre, nomeou-o, em 23 de Outubro de 1822, bibliothecario da bibliotheca publica e nacional, onde prestou relevantes serviços; pois encontrando o manuscripto da *Flora Fluminense* de Velloso, apresentou-o ao imperador com uma proposta e plano para a impressão dessa obra, o que foi approved pelo aviso da secretaria de Estado dos negocios do Imperio de 25 de Abril de 1825, ordenando que o texto fosse impresso aqui na typographia nacional, sob as vistas do mesmo bibliothecario e do Dr. João da Silveira Caldeira, e remettidos os desenhos para Pariz afim de serem lithographados na officina de Lasteirie, e que ficasse a direcção de todos estes trabalhos a cargo do referido bibliothecario, por lhe serem, accrescentava o aviso, muito louvaveis e muito analogos ao seu patriotismo.

E tantas provas dera frei Antonio do seu patriotismo e dedicação á causa publica, que o primeiro imperador encarregou-o de apresentar

um projecto de constituição, o qual foi considerado pelos distinctos brasileiros collaboradores da constituição que nos rege, sendo frei Antonio convidado e ouvido para as respectivas conferencias.

Nomeando-o bispo titular de Anemuria e coadjutor do capellão-mór, a estas honras acrescentou o imperador a de director dos estudos do principe destinado para ser o segundo imperador do Brazil; recebeu mais das mãos augustas de D. Pedro I a gran-cruz da imperial ordem da Roza.

Os acontecimentos politicos de 1831 exacerbaram as paixões, conturbaram os animos, degeneraram a imprensa e tornaram a opposição dos partidos uma luta em que eram armas o insulto e o bacamarte. O bispo de Anemuria, que se inclinára a um dos partidos, ia sendo victima de seus inimigos politicos; foi accommettido por assassinos em 15 de Julho daquelle anno, e difficilmente escapou, deixando a cella do convento de Santo Antonio, onde residia, para se refugiar em casa de um amigo.

Exonerado do lugar de bibliothecario, ficou o pobre bispo ou antes o pobre frade sem meios de subsistencia; e vendo-se em miseria fez entre seus amigos uma subscrição; e dentre aquelles que mais o favoreceram, é-nos agradavel recordar o nome de um illustre cidadão, cuja morte foi recentemente lastimada por todos, o marquez de Abrantes.

D. Pedro II, que transformou a caridade em um dos mais brilhantes raios que lhe illuminam o throno, mandou em 23 de Agosto de 1836 dar uma mensalidade ao desditoso bispo, a qual lhe foi paga até á sua morte. Naquelle mesmo anno concedeu-lhe a assembléa legislativa a pensão de 1:200\$000; e em 5 de Fevereiro de 1838 foi nomeado reitor do imperial collegio de Pedro II. Administrou em 1839 o Sacramento da Confirmação a D. Pedro II, havendo a coincidência de ter sido o padrinho de D. Pedro I no mesmo Sacramento. Teve a honra de assistir ao acto da coroação e sagração de D. Pedro II, pelo que recebeu a commenda da ordem de Christo; e creado o conselho de Estado foi nomeado, por decreto de 5 de Fevereiro de 1842, conselheiro de Estado extraordinario.

A instabilidade da fortuna é uma condição da vida humana. O antigo reitor e conselheiro de Estado viu-se privado dessas commissões e reduzido á sua mensalidade e pensão, que deixou de ser-lhe integralmente paga. Que fazer em tão penosa posição; recorrer aos amigos, pedir-lhes pão e asylo; e foi o que fez o bispo de Anemuria; os amigos ampararam-o, e entre elles acabou seus dias. Proximo á morte escreveu ao imperador, lembrando-lhe a dedicação com que servira os tres soberanos, ao avô, ao filho e ao neto, e pedindo perdão de suas faltas declarou-lhe que pela ultima vez beijava-lhe

a mão augusta, que para elle fôra mão da Providencia.

As palavras que o imperador mandou em resposta ao velho sacerdote serviram-lhe de consolação e allivio; ao ouvil-as pairou em seus labios desbotados e frios um sorriso, houve em seu rosto pallido e desfigurado a expressão da alegria; era a gratidão do moribundo ao monarcha, e logo após o bispo expirou.

Devíamos agora visitar os jazigos de frei Franciêco de S. Carlos, de frei Sampaio e o de Monte Alverne, mas o não faremos; não levantaremos as lages sepulcraes onde dormem o somno da eternidade esses tres philosophos e oradores que transformaram o habito de estamenha em manto de gloria; que do pulpito fizeram um altar, que os elevou á posteridade, e serviram a Deus e á patria, ao céo e ao mundo.

Os tumulos das antigas cathedraes gothicas eram magnificos, e nos ornatos e na architectura desses grandiosos monumentos podia lêr-se a historia dos mortos que nelles jaziam. O rei era representado no throno com diadema e sceptro; o guerreiro que morrêra vencedor no campo da peleja, era visto com a espada em punho, com capacete e um leão aos pés; o que perecera vencido, apparecia sem cota de armas, e com as mãos postas sobre o peito; o que morrera prisioneiro do inimigo, sem capacete, sem couraça e sem espada; a freira era vista



trazendo suspensas na cintura as madeixas dos cabellos cortadas no dia em que se consagrara a Deus; o anjo da morte sustinha corôas sobre a cabeça do menino, cujo passamento emmurchecera as esperanças de seus pais; mas os tumulos dos religiosos eram despidos de ornatos, uma simples pedra com o nome do finado e as palavras —*De profundis*— indicava o tumulo do religioso, ainda quando em vida tivesse elle presidido aos conselhos dos principes e ao destino das nações. Tambem os tumulos daquelles tres religiosos não têm relevos, nem ornatos, nem estatuas. O de Monte Alverne apresenta a seguinte inscripção:

O. M. R. P. M. Jubilado

Insigne orador

FREI FRANCISCO DE MONT'ALVERNE,  
fallecido em 2 de Dezembro de 1858.

Mas os dous ultimos nem têm impressos na lousa os nomes dos distinctos religiosos que alli descansam, e entretanto bastaria gravar-se nas caliginosas lages que os fecham os nomes de frei Francisco de S. Carlos e frei Francisco de Santa Thereza Sampaio, para estar feito o elogio desses brasileiros, que honraram e illustraram a nação.

## VII

Mais um passo, e teremos terminado esta peregrinação funebre.

Ha no claustro dez capellas, das quaes uma é dedicada a um dos passos da sagrada paixão de Jesus Christo, é a do Senhor da Canna Verde.

Este recinto estreito, sombrio, sem ornatos, com o pavimento coberto de tijolos, e tendo em uma das paredes o emblema da morte, encerra o tumulo de um principe.

Em 6 de Março de 1821 nasceu no Rio de Janeiro o principe D. João, que, parecendo pouco viver, por ser debil e enfraquecido, foi immediatamente baptizado por ordem de el-rei pelo capellão do paço conego José de Araujo Landim, cantando-se, na noite do dia em que nasceu o principe, um *Te-Deum* na capella da real quinta, ao qual assistiram o rei e sua augusta familia; no dia 9 houve pomposa festa na real capella por aquelle motivo, seguindo-se á missa uma oração gratulatoria, recitada pelo prégador régio frei Sampaio, e depois *Te-Deum*; compareceram á esta solemnidade a familia real, a côrte e o corpo diplomatico; e houve em seguida cortejo no paço. Não tendo o recém-nascido recebido as uncções dos Santos Oleos, marcou-se o dia 26 de Março para esta cerimonia; mas, sobrevindo grande trovoada, foi transferida para o dia seguinte, com a presença da familia real, cantando-se no *Te-Deum* um hymno composto pelo principe real D. Pedro, pai do recém-nascido.

Pouco viveu esse principe, que recebera no berço a herança de um throno.

Os acontecimentos políticos que ocorreram em Janeiro de 1822, a posição ameaçadora que tomou a divisão portuguesa sob o commando de Jorge de Avilez, e os boatos que se propalaram dos perigos que ameaçavam a família real levaram D. Pedro a afastar da côrte as pessoas de sua família, as quaes no dia 11 retiraram-se para a fazenda de Santa Cruz. A precipitação da viagem feita em dias calmosos aggravou os padecimentos do valetudinario herdeiro da corôa, de sorte que, quando a família real regressou á côrte em 19 de Janeiro, era assaz melindroso o estado do príncipe, que, apesar da solícitude de todos, veio a fallecer pelas 9 3/4 horas da manhã de 4 de Fevereiro. Embalsamado o corpo pelos medicos da camara, e vestido com calção e collete de seda branca, casaca de seda carmesim, luvas e meias de seda e sapatos de setim, foi encerrado em tres caixões, gravando-se na tampa do caixão de chumbo uma inscripção latina, que em vulgar quer dizer :

Aqui se acha collocado

D. JOÃO CARLOS, PRÍNCIPE DA BEIRA  
filho

De D. Pedro Príncipe Regente do Brazil  
E D. Maria Leopoldina, Archiduqueza de Austria  
neto

De D. João VI Rei de Portugal, Brazil  
e Algarves  
o qual

falleceu prematuramente  
Na cidade do Rio de Janeiro  
Aos 4 de Fevereiro  
Do anno do Senhor de 1822.

Conduzido o corpo para o paço da cidade, foi, depois das ceremonias do estylo, levado para o convento de Santo Antonio, e depositado na capella do Senhor da Canna Verde.

As visceras que haviam sido extrahidas para proceder-se ao embalsamento foram enterradas na referida capella.

Por aviso da secretaria de Estado dos negocios do Imperio, de 21 de Fevereiro de 1842, mandou-se construir um mausoléo para encerrar o cadaver do principe D. João, filho primogenito de D. Pedro I, e em 22 de Novembro de 1843 houve a trasladação para o respectivo mausoléo.

A' uma hora e trinta e cinco minutos da tarde do dia 23 de Fevereiro de 1845 a população do Rio de Janeiro encheu-se de jubilo, e saudou o nascimento de um principe herdeiro do throno do Brazil; cantou-se na capella imperial *Te-Deum* em acção de graças, e tres noites consecutivas illuminou-se toda a cidade.

O dia 25 de Março desse anno tornou-se duplicadamente memoravel, festejando-se nelle o anniversario da nossa organização politica e o baptisado do principe, que recebeu na pia o nome de Affonso, em memoria de D. Affonso, filho do mestre de Aviz, que lançou o fun-

damento á casa de Bragança. Foram padrinhos do recém-nascido o rei dos francezes, Luiz Filippe e a duqueza de Bragança; festejando o povo o acto da côrte com brilhantes luminarias, que se repetiram cinco noites consecutivas.

Mas é destino da casa de Bragança não occupar o primogenito o throno de seus avós; o primeiro principe que nasce vai apressado voando para o céo, trocando a purpura pelas azas dos cherubins. D. Affonso cujo nascimento fôra festejado com tanta alegria e regozijo, por ser um novo penhor de ordem e prosperidade para a terra de Santa Cruz, pouco viveu; deixou de existir ás 5 1/2 horas da tarde de 11 de Junho de 1847. O povo triste e silencioso viu passar o prestito funebre que acompanhou o corpo do principe no dia 14 ao convento de Santo Antonio; manifestando a consternação geral o amor e adhesão que os brazileiros tributam á familia imperial.

Em 19 de Julho de 1848, pelas 8 horas da manhã, nasceu um novo principe, que recebeu o baptismo em 4 de Outubro, tendo por padrinhos o imperador da Austria e a imperatriz viuva duqueza de Bragança. Mas o recém-nascido D. Pedro não estava destinado para empunhar o sceptro sustentado gloriosamente por seu augusto pai; Deus chamou-o cedo para o céo, destinando lugar entre os anjos para aquelle que o não tivera entre os reis.

Falleceu o principe prematuramente na fazenda de Santa Cruz, ás 4 horas e 20 minutos da manhã do dia 10 de Janeiro de 1850, e, depois das ceremonias usadas em taes actos, ficou depositado o corpo na capella da Sacra Familia no claustro do convento de Santo Antonio, onde dormia o somno dos anginhos o seu irmão.

Ainda se não tratou de fazer um mausoléo para encerrar os restos mortaes destes dous principes brasileiros.

Terminamos aqui o nosso funebre passeio ; no qual procurámos, tendo em uma das mãos o facho da historia, resuscitar os nomes daquelles que, pelos serviços prestados á patria, á humanidade, ás sciencias, lettras e artes, tornaram-se dignos de gozar da aureola de gloria que a posteridade destina aos grandes homens. Tivemos de passar sobre milhares de sepulcros, que nem uma idéa nos despertaram; ha homens cuja vida passa desapercebida nos annaes da humanidade, e quando morrem atravessam o Lethes, sua morte é o esquecimento ; outros ha porém que fallecendo deixam após de si uma sombra que nunca desaparece, um nome que fica escripto na pedra do jazigo para depois ser gravado no templo da gloria ; para estes a morte é a aurora da eternidade, e foi com estes que nos occupámos.

Não se colhem rosas nem cravos nos ne-

cropolos, não é á beira dos sepulcros que crescem flôres puniceas, porém tristes goivos e saudades; e foi o que pudemos colher. Não ha, pois, no nosso trabalho galas e louçanias de estylo; triste foi a peregrinação, inexperienced o romeiro, e se não cançou, se não se perdeu nesses recintos silenciosos e tetricos, em que só habitam mortos, foi por ser guiado por uma estrella refulgente —O Instituto Historico.

1865.

---

DIA 9 DE JANEIRO DE 1822

---

Aclarar os factos, apresentar estendidamente os acontecimentos, illuminal-os com reflexões, averiguar as noticias, fazer indagações aturadas e profundas, afastar as duvidas, romper as nuvens, as trevas que, envolvendo os factos, desfiguram-os e alteram-os; desvanecer os preconceitos, pesar as tradições aproveitando o que nellas houver de racional e consentaneo, apagar das crenças populares o que fôr falso e embusteadado, eis a missão do historiador que, allumiado pela luz da verdade, deve imparcial e desprevenido folhear os monumentos historicos, visitar os templos, os mosteiros, os edificios, os tumulos, viver nos archivos e cartorios, ser paleographo, antiquario, viajante, biblio-



grapho, tudo, como diz Alexandre Herculano, o douto historiador portuguez.

E na nossa historia muito ha que delucidar, mysterios a romper, sellos a quebrar, que guardam factos ainda não convenientemente conhecidos, ou turvados com noticias erroneas.

Em verdade, porém, somos os primeiros a reconhecer as difficuldades nesse caminhar de incertezas, duvidas e escuridades; e se nos não alentasse esse sentimento que faz vibrar as cordas sonoras da harpa do menestrel, agitar o pincel magico do pintor, inspirar ao musico harmonias divinas, mover o escopro do esculptor, brandir a espada do guerreiro, exaltar o animo do sabio, o coração do philosopho; se não fosse esse enthusiasmo que nos vivifica no meio da descrença e scepticismo que nos rodeia; se não fosse o amor patrio, certamente não seriamos quem ousaria levantar, com a fronte suarenta, a ponta do véo que esconde a noticia exacta de um facto hodierno, abrindo o discurso com palavras descoradas e despidas de atavios e esmaltes da eloquencia.

O titulo estampado no principio destas paginas declara que vamos tratar de um acontecimento que necessita de um só lustro para estar afastado de nós meio seculo.

Abicou a este porto ás 3 horas da tarde do dia 9 de Dezembro de 1821, o brigue de guerra *Infante D. Sebastião*, e não no dia 10

o brigue *Infante D. Miguel*, como diz o nosso illustrado consocio conselheiro Pereira da Silva, e as noticias que trouxe da metropole alertaram os espiritos e alvoraçaram os animos. Diziam os decretos 124 e 125 das côrtes portuguezas que o Brazil devia ser retalhado, privado de chefe no poder executivo, sendo o principe D. Pedro chamado á Europa para viajar afim de aprimorar sua educação; e, abolidos os tribunaes, devia passar o governo do Rio de Janeiro a uma junta, sendo-lhe entregue a administração em 10 de Fevereiro de 1822.

Destruíam estes decretos as instituições civis creadas pelo rei; apeavam o Brazil da sua categoria politica, roubavam-lhe as prerogativas de que gozára, e entregavam-no á mercê de aventureiros ou a lutas e guerras civis. Offendidos julgaram os brazileiros seus brios; receiaram-se os portuguezes da sorte do Estado americano, e magoou-se e resentiu-se o principe por lhe tirarem da mão o bastão da governança, demittirem-no do titulo e categoria conferidos por seu pai, e afastarem-no do paiz que regia á oito mezes, para ir estudar nas nações da Europa a arte da governação.

Tratava Portugal da recolonisação do Brazil; isto é, a terra de Santa Cruz devia voltar aos tempos de Thomé de Souza.

Era um menoscabo, uma injuria; o paiz aonde encontraram asylo seguro por alguns annos o rei, os principes e fidalgos portu-

guezes era agora privado de tudo, sem liberdades politicas, sem consideração social, e seus subditos para obterem justiça teriam de percorrer duas mil leguas, affrontarem mares encapellados antes de chegarem ás portas dos tribunaes de Lisboa.

Feriam os decretos das côrtes aos portuguezes e brasileiros; como ficariam os primeiros sem terem o apoio do principe, que nascera na mesma terra que elles, como o acompanhariam; retirando-se o principe ficava o Brazil sem um centro de unidade, com um governo sem força nem prestigio, e inteiramente dependente de Portugal; e podiam sujeitar-se os brasileiros a essa degradação politica? Assim pensavam os brasileiros, aos quaes unindo-se muitos dos portuguezes, começaram a conspirar, a formar clubs e lojas maçonicas: ligou-se o capitão-mór José Joaquim da Rocha com seu irmão o tenente-coronel graduado do batalhão de caçadores e com outros brasileiros, e fizeram elle e os seus continuas reuniões e conciliabulos, nos quaes trataram de sobrestar a partida do principe. Tornou-se a casa do lettrado Rocha, á rua d'Ajuda 137, esquina do becco do Proposito, o centro das reuniões politicas, frequentadas, entre outros, pelo coronel Francisco Maria Gordilho, depois marquez de Jacarepaguá, Luiz Pereira da Nobrega, Pedro Dias Paes Leme, depois marquez de Quexeramobim, e o franciscano, frei Francisco de Sampaio.

Escreveram os patriotas a alguns dos membros dos governos de S. Paulo e Minas, concitando-os a representarem ao principe sobre a necessidade que tinha o Brazil de sua presença, até que as côrtes portuguezas, allegando-se os inconvenientes dos decretos expedidos, approvassem medidas salutaes. Encarregaram ao coronel Gordilho de saber do principe se, vindo representações dos governos de S. Paulo e Minas, e havendo representações do povo e tropa do Rio de Janeiro, resolveria a sua ficada no Brazil.

Participando Nobrega ao Dr. José Mariano de Azeredo Coutinho seu projecto e de outros de obstar a sahida do principe, approvou este tão patriotica idéa, e pediu ser apresentado ao lettrado Rocha para combinarem no modo de fazer a representação do povo e tropa: de feito, reunidos na cella de frei Sampaio o lettrado Rocha, seu irmão, Luiz Pereira da Nobrega, Paes Leme, Azeredo Coutinho e frei Antonio da Arrabida, confessor do principe e depois bispo de Anemuria, discutiram as bases da representação, de cuja redacção incumbiu-se frei Sampaio. Feita e approvada, tiraram-se della cópias para serem remettidas ás estações publicas, aos corpos do exercito e armada, afim de serem assignadas pelos respectivos empregados e praças.

Enviaram os patriotas a S. Paulo com officios e cartas endereçados a Martim Fran-

cisco e a José Bonifácio, membros daquelle governo, e para informal-os dos negocios do Rio, a Pedro Dias, que, dando-lhe azas o patriotismo, transpoz em poucos dias a distancia que nos separa daquella provincia; e a Minas o tenente Paulo Barbosa da Silva, depois mordomo da casa imperial, ao qual disse o principe que, se fosse feliz nessa missão, ficaria seu amigo; tambem asseverára a Gordilho que, se as representações lhe fossem dirigidas convenientemente, assumiria a responsabilidade de desobedecer ás côrtes; e apesar de haver-lhe dito Paes Leme o fim que o levava a S. Paulo não estorvara D. Pedro sua viagem.

Moço, na idade em que o espirito mais se resente das offensas e mais altanado se mostra, vendo-se amado e festejado pelos brasileiros, e desrespeitado e insultado pelos decretos portuguezes, desejava D. Pedro desobedecer ás ordens das côrtes e permanecer no Brazil; e assim não só favorecia os planos dos que trabalhavam para elle não desamparar o paiz americano, senão nas cartas escriptas a seu pai começou a insinuar obstaculos e difficuldades em cumprir aquelles decretos. Na carta dirigida em 14 de Dezembro de 1821 dizia o principe:

« Faz-se mui preciso para desencargo meu seja presente ao soberano congresso esta carta, e Vossa Magestade lhe faça saber da minha parte que me será sensível sobremaneira se

fôr obrigado pelo povo a não dar o exacto cumprimento a tão soberanas ordens, mas que esteja o congresso certo que hei de fazer com razões, os mais fortes argumentos, diligenciando o exacto cumprimento quanto nas minhas forças couber. »

Na carta de 15 do mesmo mez escreveu:

« Torno a protestar ás côrtes e a Vossa Magestade que só a força será capaz de me fazer faltar ao meu dever. »

Na carta do dia 30 acrescentou:

« Tudo está do mesmo modo que expuz nas duas cartas anteriores a esta a Vossa Magestade; a differença que ha é que dantes a opinião não era geral, hoje é e está mui arraigada. »

Na do dia 2 de Janeiro de 1822 declarou:

« Farei todas as diligencias por bem para haver socego, e para ver se posso cumprir os decretos 124 e 125, o que me parece impossivel, porque a opinião é toda contra por toda a parte. »

Partira, como dissemos, o tenente Paulo Barbosa para Minas, e em oito dias chegára a Ouro-Preto. A primeira pessoa com quem se entendêra no lugar denominado Borda do Campo fôra o padre Manoel Rodrigues da Costa, que como preso da inconfidencia estivera em 1791 no carcere da fortaleza de S. José, na ilha das Cobras; promettêra-lhe esse sacerdote esforçar-se por obter da camara de

Barbacena uma representação pedindo a ficada do principe, o que conseguiu ; dalli dirigira-se Paulo Barbosa para Queluz onde abria-se com o padre Antonio Ribeiro de Andrada, letrado da villa, que influuiu sobre a camara para representar no mesmo sentido ao principe regente ; encontrára em Ouro-Preto opposição nos membros do governo que quizeram prendel-o e remettel-o á Bahia ; mas chegando ao lugar o tenente Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, emissario do governo de S. Paulo ao de Minas, aplainaram-se as difficuldades do negocio e houve representação ao principe ; ajudado em Marianna pelo coronel Fortunato obtivéra Paulo Barbosa representação da camara do districto, assim como das de Sabará e Caeté ; e regressando para S. João d'El-Rei favorecêra-o em sua missão o coronel Isidoro, appellidado o bispo, e alcançára representação do lugar ao principe regente. Além desses manifestos das municipalidades conseguiu o dedicado cidadão, encarregado de tão afanosa tarefa, muitas representações de coroneis e capitães-móres de ordenanças (1).

Não descansavam os brasileiros no Rio de Janeiro ; o patriotismo augmentava-lhes o ar-

(1) Falleceu Paulo Barbosa da Silva, com 74 annos de idade, em 28 de Janeiro de 1868, e sepultou-se no cemiterio de S. Francisco de Paula. Era natural de Minas, brigadeiro reformado, mordomo da casa imperial, e tinha diversas condecorações nacionaes e estrangeiras.

dor e a actividade, e os não detinham nem os perigos nem as fadigas.

Incumbiram-se Innocencio da Rocha Maciel, que ainda vive, filho do capitão-mór Rocha, e Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond de agenciar assignaturas para a representação que pelo senado da camara devia ser levada ao principe; e afim de apressar esse trabalho annunciou o capitão-mór que estava patente dia e noite em sua casa a representação para aquelles que quizessem assignal-a.

Apezar de se não oppôr abertamente a essas assignaturas, começou a tropa portugueza a manifestar descontentamento e a observar cautelosamente os patriotas; viram-se grupos de soldados portuguezes do batalhão 11 e de artilharia nas vizinhanças da casa do capitão-mór; do que tendo noticia o brigadeiro Vidi-gal, commandante da policia, enviou patrulhas do seu corpo para segurança do domicilio daquelle cidadão.

No dia 1 de Janeiro, e não no dia 31 como diz o afamado historiador Varnhagen, recebeu o principe a representação do governo de S. Paulo datada de 24 de Dezembro e assignada em primeiro lugar por João Carlos Augusto de Oeynhausén, depois marquez de Aracaty. Escreveu o principe no dia seguinte a seu pai nestes termos:

« Meu pai e meu senhor. Hontem pelas 8 horas da noite chegou de S. Paulo um proprio



com ordem de me entregar em mão propria o officio que ora remetto incluso, para que Vossa Magestade conheça e faça conhecer ao soberano congresso quaes são as firmes tenções dos paulistas e por ellas conhecer quaes são as geraes do Brazil. »

Reunindo o principe D. Pedro o ministério afim de consultal-o se devia ou não annuir ao pedido dos fluminenses para ficar no Brazil, votaram os ministros unanimemente que, em obediencia ás ordens do soberano congresso e do rei, devia o principe ir para Portugal; mas, levantada a sessão conta-se que o desembargador Francisco José Vieira, successor de Pedro Alvares Diniz no cargo de ministro do reino, pedira ao principe para ouvir-o em particular e dissera-lhe: « Senhor. Vossa Alteza Real já ouviu meu voto como ministro, agora quero dar-lhe a minha opinião como simples particular; não vá, fique que é o que convem a todos. »

Appareceu no dia 8 o seguinte annuncio publicado pelo lettrado Rocha:

« Como consta que a generalidade dos habitantes desta côrte, levados do verdadeiro espirito de liberalidade, do amor á inclyta nação portugueza, do mais ardente desejo do solido bem, perpetuidade e indivisibilidade do imperio portuguez, e do cordial affecto, respeito á real casa reinante, desejam assignar a representação que pelo Illm. senado da ca-

mara se dirige ao heroico e augusto principe real e regente do reino do Brazil, para que, interpretando justa e racionalmente as ordens que sobre este objecto ao mesmo real senhor foram ultimamente transmittidas, não deixe este reino, como unico e indispensavel meio de conseguir os importantissimos fins da união reciproca que foi proclamada, faz-se-lhe saber que quem quizer assignar a sobredita representação se dirija á rua da Ajuda n. 137, no dia de hoje, 8 do corrente, impreterivelmente, onde a lerá e achando-a digna assignará, sendo desses sentimentos. »

Attendeu o povo ao chamamento do patriota; mais de oito mil assignaturas cobriram a representação que tinha de ser dirigida ao principe real.

Em uns apontamentos colhidos pelo nosso distincto mestre, amigo e douto consocio Sr. Dr. Silva, os quaes foram-nos cedidos graciosamente e serviram-nos para ensartar os factos deste discurso, lemos o seguinte:

« Parece que o dia 9 de Janeiro foi o escolhido para dirigirem-se representações ao principe por terem chegado os decretos das côrtes em 9 de Dezembro. »

Vem corroborar essa idéa e convencer-nos de que previamente se determinára aquelle dia o que lemos na carta escripta no dia 2 pelo principe ao rei, e é o seguinte :

« Ouço dizer que as representações desta provincia são feitas no dia 9 do corrente. »

De feito ás 10 horas da manhã desse dia enviou o senado da camara o seu procurador ao principe pedindo-lhe uma audiencia; e marcando o principe regente a hora do meio-dia, sahiu ás 11 horas o senado do consistorio da igreja do Rosario, onde se reunia, e acompanhado dos homens bons, que tinham andado na governança da terra e de muitos cidadãos, caminhou processionalmente para o paço da cidade, e entrando e sendo apresentado ao principe dirigiu-lhe o presidente do senado, José Clemente Pereira, uma falla, finda a qual entregou-lhe as representações do povo, do corpo de negociantes e dos officiaes de ourives.

Obtendo a palavra o coronel do estado-maior ás ordens do governo do Rio-Grande do Sul, Manoel Carneiro da Silva e Fontoura, que pedira permissão ao senado para incorporar-se a elle, declarou serem iguaes aos dos fluminenses os sentimentos dos rio-grandenses; no mesmo acto apresentou João Pedro Carvalho de Moraes uma carta das camaras de Santo Antonio de Sá e Magé, nas quaes estavam exarados os mesmos votos.

Tendo resposta favoravel do principe, annunciou-a José Clemente ao povo de uma das janellas do palacio, e apparecendo D. Pedro em outra janella foi fervorosamente saudado; logo

que serenou o alvoroço popular exclamou o príncipe :

« Agora, só tenho a recommendar-vos união e tranquillidade. » (2)

Repetiram-se as acclamações ao erguer o presidente do senado vivas á religião, á constituição, ás côrtes, á el-rei constitucional, ao príncipe constitucional e á união de Portugal com o Brazil.

Findo o acto recolheu-se o senado aos paços do concelho, recebendo em seu trajecto continuas saudações e frequentes congratulações.

Na noite desse dia appareceu nos lugares publicos o seguinte edital :

« O senado da camara julga do seu dever annunciar ao povo desta cidade que hoje ao meio-dia pôz na presença de S. A. Real o príncipe regente do Brazil as representações que lhe dirigiu; e que o mesmo senhor se dignou annuir a ellas dando a resposta seguinte :

*« Convencido de que a presença de minha pessoa  
« no Brazil interessa ao bem de toda a nação por-  
« tugueza, e conhecendo que a vontade de algumas  
« provincias o requer, demorarei a minha sahida  
« até que as côrtes e meu augusto pai e senhor  
« deliberem a este respeito com perfeito conhecimento  
« das circumstancias que têm occorrido. »*

« E para que seja completa a gloria deste dia recommenda o mesmo senado a todo este

(2) Serviram estas palavras para denominar uma loja maçónica conhecida com o nome de Nove de Janeiro.

povo que descance de hoje em diante na sua vigilancia, e que deixe ao governo a disposição das providencias necessarias, porque, não podendo resultar de uma conducta contraria senão anarchia e desordem, virá a cahir nos mesmos males que pelo passo que acaba de dar deseja evitar.

« Rio de Janeiro, em vereação de 9 de Janeiro de 1822.— *José Martins Rocha.* »

No dia seguinte publicou a camara outro edital nestes termos :

« O senado da camara, tendo publicado hontem com notavel alteração de palavras a resposta que S. A. Real o principe regente do Brazil se dignou dar á representação que o povo desta cidade lhe dirigiu, declara que as palavras originaes de que o mesmo senhor se serviu foram as seguintes :

« *Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto ; diga ao povo que fico.* »

« O mesmo senado espera que o respeitavel publico lhe desculpe aquella alteração, protestando que não foi voluntaria, mas unicamente nascida do transporte de alegria que se apoderou de todos os que estavam no salão das audiencias, sendo tão desculpavel aquella falta, que todas as pessoas que acompanhavam o mesmo senado não tiveram duvida em declarar que a expressão do edital que se acaba de publicar fôra a propria de S. A. Real com alguma pequena differença.

« Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1822.—  
O juiz de fóra, presidente, *José Clemente Pereira.* »

Vêm estampadas estas peças officiaes nos annexos ás cartas do príncipe D. Pedro ao rei, seu pai, na collecção dos documentos publicados por ordem das côrtes em 1822, que acompanharam a participação dirigida ao governo pelo commandante da força expedicionaria, existente no Rio de Janeiro; o *Diário do Rio* transcreveu o primeiro edital na folha de quinta-feira, 10 de Janeiro, e o segundo na do dia seguinte; e ambos vieram a lume nesse dia no periodico *Espelho*.

Está, pois, authenticado que houve duas respostas ás representações do dia 9; mas qual a razão da affixação do segundo edital: que motivaria as duas edições diametralmente oppositas das palavras do príncipe: que acontecimentos se originaram da segunda resposta, em que D. Pedro decididamente e sem condição alguma annunciou a sua vontade em ficar no Brazil!

Eis o que vai occupar-nos no seguinte capitulo.

## II

E' de admirar que, tendo ido o senado da camara fazer uma petição ao príncipe, estando todos anciosos por ouvir as palavras deste, as quaes tinham de decidir os negocios publicos

e a situação do paiz, reinando silencio na sala do palacio, attentos e desejosos todos de adivinhar pelos movimentos dos labios do principe real qual a sentença que ia pronunciar, não fossem perfeitamente percebidas e não ficassem gravadas na memoria de todos as expressões do regente do Brazil. Tratava-se de negocio de alta magnitude, ia decidir-se a sorte do Brazil e lavrar-se a sua sentença: ou devia continuar como reino, com direitos iguaes e irmãos aos de Portugal, ou retrogradar, e ficar misera colonia; era uma questão de nacionalidade, de honra, de autonomia politica a que estava pendente dos labios do principe, cujas palavras ou haviam de ditar a condenação ou a salvação, a liberdade ou a escravidão do paiz americano. Toldados estavam os negocios publicos, obumbravam o horizonte politico nuvens caliginosas e esperava-se um *fiat*, cujo vocabulo devia ser pronunciado pelo principe. Como, pois, comprehender que foram mal ouvidas e mal interpretadas as expressões de D. Pedro; como crer que, tratando-se da conservação ou postergação de direitos e regalias dos brasileiros, se confundissem as palavras que tinham de aclarar estes factos; póde-se acreditar em ter-se confundido a primeira resposta, dubia, condicional, com a segunda, plena e absoluta, a resolução contemporisante e temporaria, enunciada na primeira resposta, com a decisão franca e explicita da

segunda ! Podia, é certo, haver equívoco em uma ou outra palavra ; mas a diversidade das expressões e do sentido entre a primeira e a segunda resposta faz crer o haver sido esta lavrada depois.

Os documentos coevos vêm em auxilio nosso.

Diz o periodico *Malagueta*, escripto por Luiz Augusto May, no seu numero 4 :

« Posto que, como fica dito, nenhum dos periodicos se propuzesse ao relatorio dos acontecimentos do dia 9, aconteceu que o *Diario* do dia 10 appareceu com a interessante resposta que o serenissimo Sr. principe regente se dignou dar ao senado da camara ; esta resposta, apezar de se não achar na *Gazeta Ministerial* do mesmo dia 10, mereceu o cunho de official por isso que ella se achava referendada pelo escrivão da camara ; mas qual foi o espanto de todos quando no *Diario* do seguinte dia (11) se annuncia a resposta de S. A. Real transcripta em palavras differentes da do dia precedente, e que para ter o cunho de maior orthodoxia vinha referendada pelo juiz de fóra, presidente ! Antes que appareça novo annuncio em que os vereadores e o procurador nos transmittam esta resposta em 3.ª e 4.ª fórma com respectivas assignaturas, peço desde já licença para intervir.

« Não será esta a primeira vez em occasião de alto cortejo e concursos diplomaticos e



municipaes, em que tenham havido equivo-  
cações na transmissão de discursos e respostas;  
mas é inquestionavelmente a primeira vez em  
que achando-se as tres potencias da alma sus-  
pensas, para o fim de receber impressões de  
palavras do mais vivo interesse, anciosamente  
esperadas por seis ou mais pessoas de uma  
respeitavel municipalidade; palavras que, pro-  
nunciadas, reinando um morno silencio, de-  
veriam ficar logo consignadas no protocollo da  
memoria de todos, appareça uma contradicção  
que forma um celebre contraste com a asserção  
que acabo de fazer acima sobre a digna atti-  
tude que o acto tomou desde a sahida da  
casa do senado até o momento da falla de  
sua alteza. »

Na participação que Jorge de Avilez dirigiu  
às côrtes lê-se :

« S. A. Real ouviu com agrado a solici-  
tação do senado da camara, que, na mesma  
noite de 9, publicou por um edital que S.  
A. Real demoraria sua sahida até que as  
cortes e seu augusto pai e senhor deliberassem  
com perfeito conhecimento das circumstancias  
occorridas.

« Ainda que parece difficil de comprehender  
como um grande numero de gente, reunido  
ao mesmo tempo em uma só sala, guardando  
todos um respeitoso silencio, não percebesse  
a resposta de S. A. R., a qual o senado  
fez publica pelo edital daquelle dia, viu-se

no seguinte outro edital que declara não ter sido aquella a resposta; e que, decididamente e sem condição alguma, S. A. Real annuncia sua vontade em ficar. »

No officio que o mesmo Avilez enviou em 18 de Janeiro ao ministro da guerra, Manoel Martins Pamplona, lê-se :

« Espalharam por toda a parte esta doutrina, que tomou tal vigor que obrigou a camara a dirigir a S. A. Real um requerimento precursor da independencia intentada, para que ficasse aqui; Sua Alteza annui, significando que ficaria até dar parte ás côrtes geraes e a seu augusto pai, nosso amado rei. Esta resposta não pareceu sufficiente aos interesses, e pediu-se se declarasse por um edital a absoluta resolução de ficar. »

Houve pois dualidade de resposta ás representações dirigidas ao principe; mas como explicar a segunda resposta, o apparecimento do segundo edital!

E' de crer que, comprehendendo o principe que a primeira resposta collocava-o em uma posição pouco conveniente e duvidosa, não só em relação ao congresso, como aos brasileiros, mandasse publicar a resolução clara e decidida contida no segundo edital. De feito, ficando temporariamente, desobedecia ás côrtes e não contentava aos brasileiros; ou aconselhado pelos patriotas, que lhe fizeram ver que a primeira resposta não preenchia as neces-

sidades publicas, á situação do paiz, nem satisfazia á expectativa popular; que, se não devia deixar o Brazil naquelle momento por não convir á nação portugueza, peor seria no futuro, mais perigoso e difficil tornar-se-ia seu regresso; que nada se devia esperar das côrtes, que haviam já manifestado a sua reprovação por haver elle ficado no Brazil como regente, excluindo-o da dotação; pesando estas razões no animo de D. Pedro, levassem-no a ditar as palavras do segundo edital, que para mais authenticidade e cunho official veio referendado pelo juiz de fóra, presidente do senado, José Clemente Pereira, foi o unico que appareceu na *Gazeta Ministerial*, o unico que veio consignado no termo da vereação da camara e o unico que o principe referiu na carta em que relatou esse acontecimento a seu pai.

Que a primeira resposta não satisfazia á situação politica, aos votos populares, prova-se pelas representações levadas ao principe, das quaes, se algumas pediam-lhe para ficar até ulterior decisão do congresso, declaravam outras que decididamente devia elle permanecer no Brazil.

Disse o representante da provincia do Rio Grande do Sul, no dia 9, ao principe regente:

« Não podemos de nenhum modo, nem por consideração alguma, consentir no decretado regresso de S. A. Real. »

Na falla endereçada pelos pernambucanos

a D. Pedro, e impressa mais tarde por ordem deste, lê-se :

« Sim, augusto senhor ; é no Brazil que V. A. Real deve fixar a sua residencia, nesta parte da monarchia é que Vossa Alteza póde sustentar illesos os sagrados direitos da corôa, em que um dia ha de succeder. »

Disséra em 1 de Janeiro, o clero de S. Paulo, pela bocca do seu prelado :

« Não se aparte Vossa Alteza do reino do Brazil, todos os brasileiros amam, estimam e reverenciam a Vossa Alteza e sobre todos os honrados paulistas, todos elles, eu e o meu clero estamos promptos a dar a vida por V. A. Real e pela real familia. »

Produziu a primeira resposta má impressão e desagradou ao povo; corrobora este aserto o que escreveu Jorge de Avilez ás côrtes e é o seguinte :

« E com effeito a opinião publica mostrou-se immediatamente com vehemencia que o desejo dos que subscreveram o memorial era de que, absolutamente e sem sujeitar-se nem ás côrtes nem ao monarcha, ficasse. Foi este o maior triumpho que conseguiram e que os armou para ulteriores passos. »

Causou a segunda resposta vivo contentamento e expansiva alegria aos brasileiros, que desde então idolatraram a D. Pedro, que, havendo desobedecido formalmente ás ordens do congresso, formára com elles um tratado de

alliança, como diz o nosso conterraneo amigo e illustrado consocio, Dr. Joaquim Manoel de Macedo. A cidade illuminou-se tres noites consecutivas, o theatro de S. João, hoje de S. Pedro de Alcantara, abriu suas portas, e aos espectaculos assistiu o principe real saudado frequentemente pelos vivas e applausos do povo, e pelos hymnos dos poetas.

Mas essas mesmas palavras, que encheram de jubilo os corações de um povo inteiro, exaltaram os animos dos soldados portuguezes.

Costumada a exercer a mais decidida influencia nos negocios publicos, a intervir directamente na marcha governativa e a exigir medidas de maior alcance e importancia, havendo obtido pelo seu pronunciamento que o rei jurasse em 26 de Fevereiro de 1821 a constituição que se estava fazendo em Portugal, e o principe D. Pedro prestasse juramento, em 5 de Junho do mesmo anno, ás bases da constituição portugueza, irritou-se a tropa de Portugal por ver que, sem consultal-a, sem haver obtido pelo menos o seu tacito consentimento, tomara o povo a deliberação de reter o principe no Brazil, acquiescendo este á vontade de seus subditos, annuindo a seus votos (3).

Exasperada por não haver exercido influencia na resolução do principe, e comprehendendo seu alcance politico, tratou a divisão portu-

(3) V. Compilador n. 4 de 27 de Janeiro de 1822.

gueza de intervir, e julgou ser tempo ainda de sopitar a vontade do povo e do filho do rei.

Declarando no dia 11 Jorge de Avilez Juzarte de Souza Tavares, general da divisão auxiliadora, que estava demittido do commando, revoltaram-se os soldados dos batalhões 11 e 15 e os de artilharia; enfurecidos percorreram de noite as ruas, quebraram as vidraças e apagaram as luminarias.

Constava a divisão auxiliadora do batalhão 11, aquartelado no largo do Moura, do batalhão 15, no quartel de Bragança, do de caçadores 3, em S. Christovão, e do 4.º de artilharia, na cavalharia do Paço.

Exaltados os animos, mostraram-se os officiaes portuguezes desabridos em suas palavras e acções. Estando o brigadeiro Francisco Joaquim Carreti na porta d'uma pharmacia á rua Direita, disseram-lhe os que rodeavam-no que o principe não iria mais para Portugal.

« Ha de ir, exclamou o brigadeiro, ainda que lhe sirva de prancha a folha desta espada. » E pegou da espada pendente do cinturão.

Encontrando-se no saguão do theatro na noite de 11 os tenentes-coroneis José Joaquim de Lima e José Maria do batalhão 11 de Portugal, disse este :

« Vocês foram nossos escravos, são e hão de continuar a sê-lo e vou dar a prova. »

O tenente-coronel Lima retirando-se retorquiu :

« Veremos isso. »

Referiu-nos o Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles, actual cirurgião-mór da armada, este facto, que vimos relatado em uma carta escripta pelo referido cirurgião-mór em 30 de Outubro de 1857, a qual vem impressa na memoria intitulada *Exposição Historica da Maçonaria no Brazil* pelo cirurgião-mór Manoel Joaquim de Menezes.

O Dr. Soares de Meirelles era naquella época cirurgião do 1.º batalhão de caçadores do paiz; mas por haver falta de cirurgião na divisão portugueza estava alistado no batalhão 11.

Eis como descreve elle na supracitada carta a altercação entre Lima e José Maria :

« Eu chegava ao theatro quando isto se passava; o commandante do 11, vendo-me, disse-me que o acompanhasse. Entrámos em casa do coronel João de Souza, com quem fallou em particular, e partimos para o quartel. Ahi estando, chegaram o mesmo general João de Souza, os generaes Carreti, Jorge de Avilez, Raposo e outros officiaes superiores. Pôz-se logo o batalhão em armas. Depois de alguns minutos de conferencia partiu o ajudante a galope para S. Christovão para fazer pôr em armas o batalhão 3 de caçadores de Portugal, e outro official para o quartel de Bragança e artilharia n. 4, para que esta e o n. 15 tambem se puzessem em armas.

« Como o commandante no furor em que estava não reflectiu que eu era brasileiro e não compartilharia os seus designios e dos seus, disse-me: « Como seus patricios não querem « ser livres, havemos de lhes dar a liberdade á « força, e o principe desobediente (foi outro o « termo de que se serviu) agora mesmo ha de « ser preso, pois vamos cercar o theatro e o ha- « vemos de levar pelas orelhas para bordo.»

« Como eu estava á paisana, pedi-lhe licença para ir á casa fardar-me. Parti immediatamente para o theatro, e fui ter ao camarote do major do dia, que era José Joaquim de Almeida, major do meu corpo. Tomando-o de parte contei-lhe o que havia; elle conduziu-me ao camarim do principe, e fel-o chamar para lhe communicar negocio gráve.

« O principe sahiu incontinenti e eu lhe referi o que havia; não voltando mais ao camarim, partiu immediatamente para S. Christovão.»

Divulgada repentinamente a noticia da violencia que os officiaes portuguezes queriam empregar contra o principe regente, irado correu o povo para as ruas e praças, e tratou de tomar armas de defesa; formaram os officiaes brasileiros uma guarda de honra para acompanhar D. Pedro até á quinta da Boa-Vista.

De character energico e destemido, se não aterrava facilmente o principe real D. Pedro; resolutos a resistir contra a divisão portugueza,



mandou armar os militares da segunda linha, e a guarnição da cidade; mas julgou conveniente enviar para a fazenda de Santa Cruz a sua familia, e essa viagem precipitada, feita em dias calmosos, aggravou os padecimentos do principe herdeiro, que contava pouco mais de dez mezes de idade.

Tocou-se a rebate; cidadãos de todas as classes apresentaram-se armados ou correram aos quarteis do campo de Sant'Anna para tomarem o mosquete e a patrona; officiaes reformados, sacerdotes, empregados publicos, negociantes empunharam armas e alistaram-se como simples soldados.

Apezar de se achar atacado da gota, tomou o marechal Joaquim de Oliveira Alvares o commando da força, e mandou vir da Praia Vermelha a bateria da artilharia montada, que foi conduzida por animaes da cavalharia do principe.

Arrombando um portão que dava para a praia de Santa Luzia, sahiram do arsenal de marinha alguns soldados e operarios, e foram reunir-se ao povo e tropa que cogulavam o campo de Sant'Anna.

Os raios brilhantes da lua, transformando a noite em dia, favoreciam os planos dos fluminenses, mostravam-lhes os caminhos, guiavam-os em suas excursões e alentavam-lhes na alma o amor da patria.

Occupando o morro do Castello e assestando

uma peça contra a casa do capitão-mór Rocha, tomou a divisão portugueza, ao amanhecer do dia 12, uma attitude hostil e ameaçadora; na cidade achava-se o povo armado, e pela effervescencia e movimento guerreiro podia prognosticar-se grave conflicto. Mas, receiando-se da resistencia que os fluminenses podiam apresentar-lhe, crendo nas noticias exageradas de meios de defesa artificiosamente espalhadas, vendo que, apesar de ficar em armas, se não movêra do quartel o batalhão de caçadores 3, e que não podia conservar muito tempo a posição occupada, resolveu Avilez, intimado pelo principe, capitular, conservando seus soldados as armas, e retirar-se para a Praia-Grande, na outra banda da bahia onde julgava poder permanecer até chegar a expedição esperada de Portugal; sendo então mais facil a resistencia e mais seguro o resultado da luta.

Era uma capitulação phantastica, e para proval-o abramos de novo a carta, já por nós citada, do Dr. Meirelles. Escreve elle:

« No dia seguinte appareci em o n. 11; tinham capitulado as tropas portuguezas, e iam para outra banda.

« Felizmente o commandante estava como na vespera, por isso disse-me que a capitulação era phantastica, e que a primeira companhia de caçadores 3 que chegasse á Praia-Grande iria occupar Santa-Cruz, que elles se fariam fortes, resistiriam ao principe até chegar a di-

visão auxiliadora ; e como me ordenasse que fosse arranjar as ambulancias, sahi e fui a toda pressa ao campo de Sant'Anna. Ahi chegando dirigi-me ao meu commandante, que estava com os marechaes Lino de Moraes, Geneli e outros, e lhes disse o que havia. O marechal Lino disse que sem tomarem o Pico não podiam tomar Santa-Cruz, que cincoenta homens fariam face a mil ; e não deram importancia ao que eu lhes dizia : « Pois, senhores, lhes tornei eu, no Pico ha um cabo e cinco soldados. » E fui para o general Curado, que estava á testa das forças patrioticas ; mal me ouviu, batendo-me no hombro, disse : « Tem razão, meu menino. » E mandou immediatamente um tenente com 60 homens occupar o Pico e reforçar Santa-Cruz.

« Não se tinha passado uma hora que chegára ao Pico a força mandada, quando a companhia de caçadores chegava tambem. Reconhecendo a força, retirou-se. » (4)

Descrevendo o embarque da divisão portugueza diz o erudito historiador Varnhagen:

« Antes que as ditas tropas portuguezas

(4) Falleceu o Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles em 13 de Julho de 1863 e sepultou-se no cemiterio de S. Francisco de Paula. Era medico da imperial camara, membro honorario da academia de medicina, official do Cruzeiro, commendador da Rosa, cavalleiro de Aviz, conselheiro, cirurgião-mór da armada, e tinha a medalha commemorativa do rendimento de Uruguayana. Occupou distincto lugar entre os medicos do paiz, e ainda mesmo nos tempos das lutas ardentes dos partidos soube ganhar e conservar amigos dedicados entre seus adversarios politicos.

passassem á outra banda atravessaram formadas algumas ruas da cidade, fazendo compassadamente com a marcha um tal ruido grave com os sapatos dos soldados cravejados de taxas, que o povo se lembrou de denominar-os pés de chumbo, alcunha que depois se estendeu a todos os filhos de Portugal, que, vendo nella affronta, disse julgaram vingar-se chamando aos filhos do paiz pés de cabra, alcunha que envolvia em si um verdadeiro insulto, que talvez contribuiu muito, senão a encarniçar a luta contra os europêos, pelo menos a arraigar odios que felizmente já quasi desapareceram com vantagem dos dous paizes. »

Transferida em embarcações de transporte a divisão portugueza, excepto o batalhão de caçadores que estivera em S. Christovão, não descansou D. Pedro; mandou reunir tropa e milicias no campo do Barreto para cortar á divisão a communição do interior do paiz; collocou em frente aos quarteis da Armação, occupados pelos soldados portuguezes, alguns navios de guerra; escreveu aos governos de S. Paulo e Minas pedindo-lhes reforço de tropa; fez uma representação ao povo e outra aos soldados de Avilez, que tambem publicou um manifesto justificando seu procedimento; ordenou que os soldados da divisão que reque-ressem baixa a tivessem, e desse indulto aproveitaram-se muitos, pelo que, representou Avilez ao principe, que não o attendeu, e que, talvez

para manifestar mais claramente sua adesão aos brasileiros, chamou ao ministerio a Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Joaquim de Oliveira Alvares e a José Bonifacio de Andrada e Silva, illustre brasileiro, que, collocado ao lado do regente do Brazil, aconselhou-o e guiou-o tornando-o heróe da liberdade, creador de um povo.

No dia 26 recebeu D. Pedro a deputação enviada pelo povo, clero e governo de S. Paulo pedindo-lhe para permanecer no Brazil; e em sua presença disse José Bonifacio:

« Digne-se V. A. Real, acolhendo benigno as supplicas de seus fieis paulistas, declarar francamente á face do universo que não lhe é licito obedecer aos decretos ultimos para a felicidade não só do reino do Brazil, mas de todo o reino unido. »

No discurso recitado em 15 de Fevereiro pela deputação de Minas, perante o regente do Brazil lê-se... « até que as côrtes, moderando a acceleração de suas decisões, providenciem legalmente, como é de esperar, o que for justo e de razão, menos sobre o regresso de V. A. Real, que jámais deixará de ser o centro commum da união e do poder executivo neste reino. »

Provam estas palavras e as proferidas por José Bonifacio que a idéa geral e fixa era que o principe não devia abandonar mais o Brazil.

Lembraram as representações de S. Paulo e Minas a conveniencia da convocação de uma junta de procuradores geraes ou representantes legalmente nomeados pelos eleitores de parochia juntos em cada comarca.

Razões tinha D. Pedro para achar-se molestado contra a divisão portugueza; tomando uma attitude revolucionaria, perturbando o socego publico, obrigára-o, em 5 de Junho de 1821, a alterar a fórma do governo legalmente eleito pelo rei; o que levou-o a chamar a essa tropa de insubordinada em carta dirigida a seu pai em 9 de Junho, na qual pediu-lhe a fizesse render quanto antes; acquiescendo á vontade dos brasileiros para ficar no Brazil, oppozera-se a divisão, armára-se, desrespeitára-o e ameaçára-o, assim como ao povo; e além disso magoára profundamente seu coração a morte do principe, seu filho, em 4 de Fevereiro, victima incruenta desse motim militar. Relatou a el-rei esse acontecimento nestas palavras:

« Meu pai e meu senhor. —Tomo a penna para dar a Vossa Magestade a mais triste noticia do successo que tem dilacerado o meu coração. O principe D. João Carlos, meu filho muito amado, já não existe.

« Uma violenta constipação cortou o fio de seus dias. Este infortunio é o fructo da insubordinação e dos crimes da divisão portugueza. O principe já estava incommodado quando

esta soldadesca rebelde tomou as armas contra os cidadãos pacíficos desta cidade; a prudencia exigiu que eu fizesse partir immediatamente a princeza e as crianças para a fazenda de Santa-Cruz, afim de as pôr ao abrigo dos successos funestos de que esta capital podia vir a ser o theatro. Esta viagem violenta, sem as commodidades necessarias, o tempo que era mui humido, depois de grande calor do dia, tudo emfim se reuniu para alterar a saude de meu caro filho, e seguiu-se-lhe a morte.

« A divisão auxiliadora, pois, foi a que assassinou o meu filho e neto de Vossa Magestade. Em consequencia, é contra ella que levanto minha voz. Ella é responsavel na presença de Deus e ante Vossa Magestade deste successo, que tanto me tem afflicto, e que igualmente affligirá o coração de Vossa Magestade. »

Não cabendo-lhe mais no peito os impulsos do seu rancor, esgotada a paciencia para supportar mais tempo o desrespeito e pertinacia da divisão portugueza, passou-se D. Pedro para bordo da fragata *União*, e em 9 de Fevereiro intimou a divisão para embarcar no dia seguinte, e, se o não fizesse, lhe não daria quartel e tratál-a-hia como inimiga. Quizeram os officiaes portuguezes procrastinar, vieram a bordo apresentar os inconvenientes de tão proxima partida; mas, ouvindo-os, respondeu-lhes o principe real:

« Já o ordenei, e se o não fizerem amanhã começo a fazer-lhes fogo. »

De feito dormiu a bordo, e deu ordens para entrarem os navios no dia seguinte em linha de combate.

Conhecia Avilez o caracter energico e decidido do principe, que um dia havia de ser seu rei, e por isso não reluctou mais; executou no dia 10 a ordem do regente do Brazil, e em 15 fez-se de vella elle e 1046 praças acantonadas em cinco galeras, seguindo nas aguas dessa esquadilha as corvetas *Liberal* e *Maria da Gloria* até certa distancia da costa.

Causou viva satisfação a partida dos soldados de Avilez; rigozizaram-se o principe e o povo; os cidadãos, que muitos dias conservavam-se de guarda nos edificios publicos, percorreram as ruas com os mosquetes enramados e ao som de instrumentos de musica; e o anjo da paz adejou suas azas brancas sobre a cidade, annunciando ao povo tranquillidade e segurança.

Procedêra mal Jorge de Avilez desobedecendo a D. Pedro, que, por sua conducta, só tinha que responder ás côrtes e ao rei seu pai; qualquer deliberação que tomasse, era delle a responsabilidade; não tendo autorização para não cumprirem as ordens do filho do rei, transformaram-se os soldados portuguezes em rebeldes, offenderam ao governo legal do paiz e



abusaram da força, arrogando a si direitos que não tinham.

Entretanto, em vez de censura, rendeu o congresso louvores á conducta de Avilez; mas diversamente procedeu com Francisco Maximiliano de Souza, vice-almirante da expedição, anciosamente esperada por aquelle general para apoiá-lo em suas pretensões.

Composta da não *D. João VI*, fragata *Carolina*, charruas *Oreste*, *Conde de Peniche*, *Princeza Real*, e dous transportes com 1190 praças de desembarque sob o commando do coronel Antonio Joaquim Rosado, chegou essa expedição ao Rio de Janeiro, e por ordem do príncipe regente fundeou fóra da barra em 9 de Março: na noite desse dia vieram á terra os commandantes, e assignaram um protesto sujeitando-se ás determinações do príncipe; no dia seguinte ancoraram os navios junto ás baterias da fortaleza de Santa Cruz, e providos de vitualhas sarparam no dia 26 para Portugal, excepto a fragata *Carolina*, cuja officialidade abraçara a causa do regente do Brazil. Chegando á Lisboa, foi o vice-almirante Francisco Maximiliano escuso do serviço em conselho de guerra; mas o conselho do almirantado o absolveu.

Escrevemos estas paginas para demonstrar que houve duas respostas ás representações dirigidas ao príncipe em 9 de Janeiro de 1822; a primeira foi contemporisante, palliativa, inde-

cisa, e não satisfaz ás necessidades publicas, á expectativa popular, o que levou o principe a mandar publicar a segunda, franca, decidida e resoluta; foi uma decisão final, e, pronunciando-a, operou D. Pedro uma revolução; passou o Rubicon, travou a luta com Portugal e aplinou, sem o pensar, o caminho que devia conduzi-lo ás margens do Ypiranga; apressou a libertação do Brazil, salvou-o da anarchia, das lutas civis, plantou na America a monarchia, tornou-se o centro dos partidos politicos, o chefe dos brasileiros, o supremo magistrado da nação; se não cortou logo os grilhões que prendiam a terra americana ao reino europeu, fez com que esses grilhões não roxeassem os pulsos, nem tolhessem mais os movimentos dos filhos do novo mundo; começou a ser brasileiro, como disse elle, respondendo dous annos depois á uma representação do senado da camara, e a ser considerado o primeiro defensor da terra de Santa-Cruz, e por isso ainda não tremulava em nossos baluartes o estandarte auri-verde, e já o povo offerecia ao herdeiro do throno portuguez o titulo de defensor perpetuo do Brazil, indicado pelo brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

Mas procedeu mal D. Pedro desobedecendo aos decretos das côrtes portuguezas?

Certamente não: offendidos seus brios pelos decretos das côrtes, insultado nas discussões do congresso por alguns deputados mais

exaltados; tendo recebido, como se propalou naquella época, insinuações de el-rei para não attender ás ordens das côrtes, e reconhecendo que, a sua partida traria a independencia inevitavel do Brazil, resolveu ficar para conservar unidos os Estados, dos quaes um dia havia de ser o soberano: não desejava que se separasse dos reinos de Portugal e Algarves o do Brazil, descoberto por portuguezes e colonisado e civilisado por elles; lhe não convinha deixar escapar do seu sceptro este vasto dominio; porém conhecia, como diz o distincto autor da *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro*, mais atilado que muitos portuguezes que se apregoavam de entendidos e experimentados pela lição do mundo, e provecos de idade, que se não podia perpetuar o continente americano, sob a dynastia de Bragança, sem que se lhe concedesse uma tal autonomia ou independencia administrativa, com um governo proprio no seu seio, e com instituições livres e adequadas aos interesses dos moradores e ás necessidades do paiz, bem que regido em nome do soberano de ambos os reinos. Previa que as tentativas de recolonização tenderiam a uma emancipação completa, a que se obstaría sómente com providencias prudentes e moderadas, e faculdades de reger-se no seu tanto como nação á parte e ligada apenas por conveniencias e laços de politica geral.

Foi portanto, para bem de todos seus

subditos da America e Europa, de toda a nação portugueza, que D. Pedro ficou no Brazil ; ainda se não tratava da independencia do reino americano ; dissera José Bonifacio no discurso pronunciado em presença do principe em 26 de Janeiro :

« Mas nós declaramos perante os homens e perante Deus, com solemne juramento, que não queremos nem desejamos separar-nos de nossos caros irmãos de Portugal ; queremos ser irmãos, e irmãos inteiros, e não seus escravos. »

Collocado, porém, D. Pedro á frente dos brasileiros no caminho da liberdade, teve de acompanhar os acontecimentos ; não pôde retrogradar ; a causa do Brazil tornou-se tambem sua : prestigioso pelo seu nascimento e direitos de rei, tornou-se immediatamente o chefe, o centro dos movimentos politicos do Brazil, facilitou as pretensões e realizou os desejos dos brasileiros : sem elle, o Brazil, libertar-se-hia talvez mais tarde ; porém a independencia, em vez de um triumpho rapido, seria uma guerra longa, e depois da victoria não seguir-se-hia a paz, mas as commoções da arbitrariedade, ou as violencias da democracia.

E', pois, duplicadamente memoravel o dia 9 de Janeiro, é a aurora da nossa independencia, como disse o visconde de Cayrú, é o marco da nossa liberdade, o dia da iniciação do nosso regimen governativo, o dia da liber-

dade, da ordem, do governo destinado ao Brazil ;  
o — fico, — foi o *fiat* pronunciado na America.

Assim como Guilherme Tell não comprimentando o barrete de Gesler libertou a Suissa e os habitantes de Boston alijando ao mar o chá dos navios inglezes iniciaram a guerra que deu independencia á terra de Washington e Franklin, assim o principe real D. Pedro pronunciando — fico — libertou o Brazil.

1867.

---

# A CONSTITUIÇÃO DO BRAZIL.

---

## I.

Lembrar a éra da instituição da lei fundamental do paiz, recordar os factos, reviver as noticias desse grande acontecimento politico, evocar os nomes dos obreiros desse livro monumental chamado Constituição, escripto por um principe magnanimo e por dez conselheiros, repetir em phrase chã e singela os factos, os titulos que recommendam á posteridade os nomes desses cidadãos, eis o que vamos expôr nestas paginas, dignas, é certo, de serem inspiradas por espiritos mais levantados e intelligencias mais robustas; porém a mesma magnitude do assumpto e a benevolencia dos que nos ouvem escudam-nos e alentam-nos a levantar a voz no seio desta academia.

Em 3 de Maio de 1823, ao som do hymno

da patria, ao troar da artilharia e no meio de vivas e entusiasticas acclamações, abria o fundador do Imperio a primeira assembléa nacional do Brazil. Dous dias depois nomeava esse corpo constituinte uma commissão encarregada de organizar o projecto das bases da constituição brasileira, a qual ficou composta dos seguintes deputados : Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, José Bonifacio de Andrada e Silva, Antonio Luiz Pereira da Cunha, Pedro de Araujo Lima, hoje marquez de Olinda, Manoel Ferreira da Camara Bittencourt e Sá, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada e padre Francisco Muniz Tavares.

Em 1.º de Setembro apresentou Antonio Carlos o projecto de constituição organizado pela supracitada commissão, e assignado com restricções por alguns membros, entre outros pelo deputado Araujo Lima, que divergiu em diversos pontos.

Quinze dias depois abriu-se a longa e calorosa discussão do projecto constitucional, ostentando na tribuna os primeiros oradores da assembléa a força dos seus argumentos e as galas de sua locução; mas um decreto do governo veio emmudecer os Lycurgos e cerrar as portas do novo areopago.

Dissolveu o decreto de 12 de Novembro de 1823 a primeira assembléa nacional do Brazil. Eis o decreto :

« Havendo eu convocado, como tinha direito

de convocar, a assembléa geral constituinte e legislativa, por decreto de 3 de Junho do anno proximo passado, afim de salvar o Brazil dos perigos que lhe estavam imminentes; e havendo esta assembléa perjurado ao tão solemne juramento que prestou á nação de defender a integridade do Imperio, sua independencia e a minha dynastia: hei por bem, como Imperador e defensor perpetuo do Brazil, dissolver a mesma assembléa, e convocar já uma outra na fórma das instrucções feitas para convocação desta, que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projecto de constituição que eu lhe hei de em breve apresentar, que será duplicadamente mais liberal que o que a extincta assembléa acabou de fazer. Os meus ministros e secretarios de Estado de todas as differentes repartições o tenham assim entendido e façam executar a bem da salvação do Imperio.

« Paço, 12 de Novembro de 1823, 2.º da independencia e do Imperio.— Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.— *Clemente Ferreira França.*— *José de Oliveira Barboza.* »

No dia immediato publicou-se a seguinte proclamação do Imperador aos brasileiros:

« Uma só vontade nos una. Continuemos a salvar a patria. O vosso Imperador, o vosso defensor perpetuo vos ajudará, como hontem fez, e como sempre tem feito, ainda que exponha sua vida. Os desatinos de homens alucinados pela soberba e ambição nos iam



precipitando no mais horroroso abysmo. E' mister, já que estamos salvos, sermos vigilantes qual Argos. As bases que devemos seguir, e sustentar para nossa felicidade, são: independencia do Imperio, integridade do mesmo e systema constitucional. Sustentando nós estas tres bases sem rivalidades, sempre odiosas, sejam porque lado encaradas, e que são as alavancas (como acabastes de ver) que poderiam abalar este colossal Imperio, nada mais temos que temer. Estas verdades são innegaveis, vós bem as conheceis pelo vosso juizo, e desgraçadamente as ieis conhecendo melhor pela anarchia. Se a assembléa não fosse dissolvida, seria destruida a nossa santa religião, e nossas vestes seriam tintas em sangue. Está convocada nova assembléa. Quanto antes ella se unirá para trabalhar sobre um projecto de constituição que em breve vos apresentarei. Se possivel fosse, eu estimaria que elle se conformasse tanto com as vossas opiniões, que nos pudesse reger, ainda que provisoriamente, como constituição.

« Ficai certos que o vosso Imperador a unica ambição que tem é de adquirir cada vez mais gloria, não só para si, mas para vós, e para este grande Imperio, que será respeitado do mundo inteiro. As prisões agora feitas serão pelos inimigos do Imperio consideradas despoticas. Não são. Vós vêdes que são medidas de policia, proprias para evitar a anarchia

e poupar a vida desses desgraçados, para que possam gozar ainda tranquillamente dellas, e nós do socego. Suas famílias serão protegidas pelo governo. A salvação da patria, que me está confiada, como defensor perpetuo do Brazil, e que é a suprema lei, assim o exige. Tende confiança em mim, assim como eu a tenho em vós, e vereis os nossos inimigos internos e externos supplicarem a nossa indulgencia. União e mais união, brasileiros; quem adheriu á nossa sagrada causa, quem jurou a independencia deste Imperio, é brasileiro.

« IMPERADOR. »

Ordenára o decreto de 17 de Novembro que se procedesse á eleição de deputados da nova assembléa geral constituinte e legislativa.

Exaltára os animos, irritára os partidos a dissolução da constituinte, e profunda sensação causou no espirito publico a prisão, ás portas da assembléa, dos deputados Antonio Carlos, Martim Francisco, Montezuma, hoje visconde de Jequitinhonha, Rocha, e o padre Belchior Pinheiro de Campos. José Bonifacio havia sido preso em sua casa. Todos elles foram desterrados para Europa. Procurou o Imperador diminuir a impressão má produzida por aquelle golpe de Estado; além da proclamação do dia 13, publicou um manifesto no dia 16, em que declarou que, se arduas e arriscadas circumstancias obrigaram-no a pôr

em pratica um remedio tão violento, cumpria observar que males extraordinarios exigem medidas extraordinarias, e que era de esperar e crêr que nunca mais seriam necessarias. (1) Além disto, para afastar de si qualquer desconfiança ou suspeita ácerca de suas vistas futuras, resolveu D. Pedro, aconselhado por politicos previdentes, apressar a organização do projecto que devia outorgar ao povo as garantias constitucionaes.

Alguns dias depois daquelle acontecimento politico appareceu estampado nos periodicos o seguinte decreto, creando o conselho de Estado, datado em 13 de Novembro, e não em 26 como escreve o nosso historiador general Abreu e Lima.

Diz o decreto :

« Havendo eu, por decreto de 12 do corrente, dissolvido a assembléa geral constituinte e legislativa, e igualmente promettido um projecto de constituição, que deverá, como tenho resolvido por melhor, ser remettido ás camaras para estas sobre elle fazerem as observações que lhes parecerem justas, e que apresentarão aos respectivos representantes das provincias para dellas fazerem o conveniente uso quando reunidos em

(1) Veja o manifesto que S. M. o Imperador dirigiu aos brasileiros no dia 16 de Novembro de 1823, com o objecto de aplacar a impressão causada pela dissolução da assembléa constituinte.

assembléa, que legitimamente representa a nação; e como, para fazer semelhante projecto com sabedoria e apropriação ás luzes, civilização e localidades do Imperio, se faz indispensavel que eu convoque homens probos e amantes da dignidade imperial e da liberdade dos povos: hei por bem crear um conselho de Estado, em que tambem se tratarão os negocios de maior monta, e que será composto de dez membros; os meus seis actuaes ministros, que já são conselheiros de Estado natos, pela lei de 20 de Outubro proximo passado; o desembargador do paço Antonio Luiz Pereira da Cunha, e os conselheiros da fazenda barão de Santo Amaro, José Joaquim Carneiro de Campos e Manoel Jacintho Nogueira da Gama, os quaes terão de ordenado 2:400\$ annuaes, não chegando a esta quantia os ordenados que por outros empregos tiverem.

« O ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio o tenha assim entendido, e faça executar, expedindo as ordens necessarias.

« Paço, em 13 de Novembro de 1823, 2.º da independencia e do Imperio.—Com a rubrica de S. M. o Imperador.—*Francisco Villela Barbosa.* »

Os seis conselheiros ministros da corôa eram: Marianno José Pereira da Fonseca, João Severiano Maciel da Costa, Luiz José de Carvalho e Mello, Francisco Villela Barbosa, Cle-

mente Ferreira França e João Gomes da Silveira Mendonça.

Corresponderam os dez conselheiros aos desejos do monarcha e da nação; aproveitaram o trabalho da constituinte dissolvida, discutiram-no, ampliaram-no, deram-lhe melhor forma, mais methodo e adequada redacção; colheram algumas idéas em um projecto de constituição publicado no *Correio Braziliense*, e estudando os codigos constitucionaes dos paizes estrangeiros dotaram seu paiz com a lei fundamental dos direitos e liberdades politicas; reunidos na casa n. 17 da praça da Acclamação, celebraram repetidas e longas sessões, animando-os e illuminando-os com seu voto nessas continuas conferencias D. Pedro I, o rei libertador e legislador.

Em quinze dias cumpriram os legistas a sua missão, elaboraram o codigo civil e politico do Brazil, assignaram-no em 11 de Dezembro de 1823, e alguns dias depois davam-lhe publicidade os prélos da typographia nacional, sob este titulo.—*Projecto de Constituição do Imperio do Brazil, organizado no conselho de Estado, sobre as bases apresentadas por S. M. I., o Sr. D. Pedro I.*

Remetteu-se o projecto de constituição ao senado da camara, que reconhecendo o desejo do povo de ver sanccionados seus direitos e garantias politicas, publicou em 20 de Dezembro o seguinte edital:

« O illustrissimo senado desta muito leal e heroica cidade do Rio de Janeiro, annuncia ao publico que, tendo recebido por portaria de 17 do corrente o projecto de constituição arranjado no conselho de Estado, sobre as bases offerecidas por S. M. o Imperador, para sobre elle fazer as suas reflexões, como o mesmo augusto senhor havia ordenado por decreto de 13 de Novembro do presente anno, o mesmo illustrissimo senado communica a todas as classes de cidadãos que, havendo lido e examinado o dito projecto, não achára reflexão alguma a fazer, antes encontrára uma prova não equivocada do liberalismo de S. M. Imperial, de seu ministerio e de seu conselho de Estado; que nestes termos o senado, por julgar ser conveniente á felicidade publica, e por evitar o grande intervallo de tempo que estariamos sem uma lei que nos regulasse; vendo ao mesmo tempo que não poderá haver constituição mais liberal que esta apresentada por S. M. Imperial do projecto, porque então seria a destruição do systema monarchico constitucional que abraçámos e de bom grado jurámos; vendo tambem que não podia ser menos liberal, porque então, encontrando a vontade geral dos povos, estes o não quereriam abraçar, mui principalmente estando como estão tão inteirados do liberalismo de S. M. Imperial; e vendo ultimamente que uma nova assembléa geral constituinte e legislativa nada mais poderia fazer do que aceitar

este projecto, ou discutindo-o fazer outro no mesmo sentido, mas por outras palavras, o que levaria pelo menos dous annos, e neste tempo correria risco a nossa segurança publica, pois que poderia apparecer a anarchia, o maior dos flagellos do mundo, além de que as outras nações não nos achando constituídos estariam em observação, e não reconheceriam, como muito convém, a nossa independencia, mui necessario este reconhecimento para consolidar este rico, fertil e vasto Imperio: tem resolvido que na sala do mesmo illustrissimo senado, dous dias depois de affixado este primeiro edital nos lugares do costume, existam dous livros em que todos os cidadãos, livremente e sem a mais pequena coacção, possam assignar, em um os que quizerem se jure este projecto e que fique approvado como constituição do Imperio, e no outro os que não forem deste parecer, para que o senado, conhecendo assim a opinião geral, esta guia dos governos coustitucionaes, e grande mestra do mundo, possa solemnemente pedir a Sua Magestade o Imperador, em nome do povo, que este quer que o mesmo augusto senhor mande executar aquelle projecto como constituição do Imperio, e que a assembléa que se haja de eleger pelos actuaes eleitores seja já na forma do dito projecto, que para sempre deverá ficar como constituição politica do Imperio. E para que chegue á noticia de todos se mandou lavrar o presente, que será publi-

cado e affixado em todos os lugares publicos desta cidade. »

Ouvio o povo a voz da municipalidade, attendeu ao seu chamamento, e mais de seis mil cidadãos declararam nos paços do concelho que por constituição jurada aceitavam o projecto elaborado no conselho de Estado; e reconhecendo o senado da camara qual era a opinião publica officiou, em 3 de Janeiro de 1824, ao ministro do Imperio, pedindo-lhe solicitasse do Imperador a graça de marcar o dia em que devia ser-lhe entregue a representação do povo para jurar-se aquelle projecto como constituição politica do Imperio. Respondeu o ministro que o monarcha receberia a deputação no paço da cidade ao meio-dia do dia 9.

No dia 5 appareceu nos lugares publicos o edital seguinte:

« O illustrissimo senado desta muito leal e heroica cidade do Rio de Janeiro communica ao publico que, tendo-se reconhecido de um modo não equivoco que a vontade geral do povo é que se peça a S. M. Imperial que mande jurar e observar, como constituição politica do Imperio, o projecto que o mesmo augusto senhor offereceu; o mesmo senado, tendo pedido a S. M. Imperial que lhe designasse o dia para em solemne deputação apresentar ao mesmo augusto senhor a sua representação, S. M. Imperial se dignou, annuindo aos votos do mesmo senado, assignar o dia 9 do corrente



ao meio-dia; o que participa o mesmo senado ao publico, para que todos os cidadãos que quizerem possam concorrer no mencionado dia aos paços do concelho, para dalli se dirigir á presença de S. M. Imperial; e o mesmo senado espera que o mesmo publico dê, como costuma em taes occasiões, os signaes de seu publico contentamento. E para que chegue á noticia de todos se mandou lavrar o presente, que será affixado nos lugares publicos desta capital. Rio de Janeiro, em vereação de 5 de Janeiro de 1824.—*Lucio Soares Teixeira de Gouvêa*. —*Antonio José da Costa Ferreira*.—*Luiz José Vianna Gurgel do Amaral e Rocha*,—Procurador, *Manoel Gomes de Oliveira Couto*.

« Está conforme.—*Francisco Pereira de Mattos*. »

Em 9 de Janeiro, anniversario do memoravel dia do—Fico—dirigiu-se ao palacio imperial o senado da camara, acompanhado de muitos cidadãos distinctos, do general das armas e toda a officialidade, e perante o soberano recitou o presidente do senado, Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, um patriotico discurso, em que declarou que o povo recebia, aceitava e queria se jurasse desde já, como lei fundamental do Imperio, o projecto de constituição apresentado ao paiz pelo monarcha. Em seguida o capitão de cavallaria de guarnição Lourenço Junior de Castro manifestou em um discurso serem identicos aos dos flu-

minenses os sentimentos do povo do Rio Grande do Sul.

D. Pedro respondeu ao senado nestas palavras :

« Folgo muito e me lisongeio sobremaneira vendo que esta provincia se agradou tanto do projecto de constituição, que quer que elle se jure, e que para sempre nos reja como constituição do Imperio. Eu sinto não poder immediatamente dar uma resposta definitiva, por ser por ora esta provincia unicamente a representante. Espero, porém, que os mesmos desejos appareçam em outras, e logo que estes se patentêem da mesma maneira expedirei as ordens necessarias para jurarmos o nosso pacto social.

« Esse dia será memoravel nos fastos da historia brasileira. O de hoje não o é menos por duas razões : a primeira por ser aquelle em que eu comecei a ser brasileiro e mostrei a confiança que tinha nos meus patricios, e a segunda por ser o em que elles mostram tão explicitamente a confiança que têm em mim. Jurado que seja o projecto, como constituição, passaremos do estado de convulsão ao de uma estabilidade inabalavel. Comtudo, para dar a esta provincia uma prova não equivoca do apreço que faço da sua representação, e a todas as outras da confiança que nellas tenho, e fiado em que Deus, que até hoje nos tem ajudado, jámais deixará de olhar

com suas benignas vistas para a terra de Santa-Cruz, passo já a mandar suspender as eleições para a assembléa constituinte. Naquelle projecto estão exarados os meus sentimentos constitucionaes, o meu amor pelo Brazil e a minha philantropia; elle seguramente é digno do monarcha e do generoso povo brasileiro, ao qual sempre darei provas, como até agora tenho dado, de quanto o desejo vêr livre, feliz e independente. »

Apressaram-se as camaras das cidades e villas do Imperio em adherir aos sentimentos do povo fluminense; representaram pedindo fosse o projecto constitucional adoptado como constituição; (\*) e acudindo o governo ao reclamo popular, marcou em 11 de Março, anniversario natalicio da princeza D. Januaria, o dia 25 desse mez para o juramento da nova constituição.

No dia 23 determinou o ministro do Imperio ao senado da camara que, havendo o Imperador ordenado, por decreto de 11, o juramento da constituição, tivesse o senado um livro nos paços do concelho para assignarem »

(\*) A camara municipal de Itú apresentou alterações ao projecto de constituição; entre outras que se fixassem annualmente as despesas publicas, as forças de mar e terra ordinarias e extraordinarias e que o senado fosse composto de membros vitalicios e temporarios durando estes por duas legislaturas. As alterações levadas ao conhecimento do Imperador, em officio de 1.º de Fevereiro de 1824, não foram aceitas (V. *Lições de Historia do Brazil* de Americo Braziliense pag. 148).

referido juramento os cidadãos que alli comparecessem, devendo o senado presidir a esse acto.

Convidaram-se os membros do desembargo do paço e aos altos funcionarios a apresentarem-se, ás 9 horas da manhã do dia 25, na capella imperial, para prestarem juramento á constituição; ordenou-se que nos dias 26 e 27 não haveria despacho de tribunaes, e deram-se outras providencias para tornar brilhante e solemne o dia do juramento do codigo fundamental do paiz.

As salvas das fortalezas e navios de guerra, as girandolas e os sinos dos campanarios saudaram a aurora do dia 25, que se devia tornar notavel nos fastos da historia do Brazil, como disséra o fundador da monarchia.

Commandada pelo tenente-general Joaquim Xavier Curado, depois conde de S. João das Duas Barras, formou a tropa em parada, e dividindo-se em tres brigadas, a primeira sob o commando do brigadeiro Labatut, a segunda do brigadeiro Lazaro e a terceira do brigadeiro Manoel da Costa Pinto, guarneceu a rua de S. Pedro da Cidade-Nova, a praça da Acclamação, a rua dos Ciganos, hoje da Constituição, e as ruas do Ouvidor e Direita, itinerario do cortejo imperial. A's 10 horas tres girandolas de foguetes, lançadas do alto do morro do Castello, annunciaram que o Imperador e a côrte haviam descido do palacio de S. Christovão, e ao meio-

dia entraram as pessoas imperiaes, seguidas de numerosa comitiva e dos altos funcçionarios, na capella imperial, ornada com sanefas de seda, cortinas de velludo franjadas de ouro, galões dourados, flôres, tapetes, lustres e arandelas.

Troou no mar a artilharia, rebentaram nas ruas e praças milhares de foguetes do ar, elevou o povo vivas entusiasticos, echoaram nas naves da igreja os sons harmoniosos de numerosa orchestra, e o incenso dos thuribulos envolveu em ondas de perfume as imagens, os anjos, os arabescos, os sacerdotes, o Imperador, a Imperatriz, os cortezãos, e todos de tão esplendida e distincta comitiva.

Começaram os hymnos sagrados, e logo que terminaram prestou o Imperador o juramento à lei fundamental do Estado; em seguida appareceu na varanda, construida ao lado direito do atrio, o alferes-mór do Imperio, barão de Itanhaem, depois marquez do mesmo titulo, e em voz alta leu ao povo o juramento pronunciado pelo monarcha, concebido nestes termos :

« Juro manter a religião catholica, apostolica, romana, a integridade e indivisibilidade do Imperio; observar e fazer observar, como constituição politica da nação brasileira, o presente projecto de constituição, que offereci e a mesma nação aceitou, e pediu que fosse desde logo jurado como constituição do Imperio; juro guardar e fazer guardar todas as leis do Imperio e provêr ao bem geral do Brazil quanto

em mim couber.—Rio de Janeiro, 25 de Março de 1824.—IMPERADOR constitucional e defensor perpetuo do Brazil. »

JURAMENTO DA IMPERATRIZ. — « Juro aos Santos-Evangelhos obedecer e ser fiel á constituição politica da nação brasileira, a todas as suas leis, e ao Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brazil Pedro I.—Rio de Janeiro, 25 de Março de 1824.—MARIA LEOPOLDINA, Imperatriz. (2) »

Terminada a leitura romperam vivas acclamações, salvaram as fortalezas e navios, estalaram milhares de girandolas, e ao ruido dos fogos artificiaes uniu-se o som festivo e alegre dos sinos de todas as igrejas.

Alegrou-se o povo, e tornou-se geral o regozijo ao saber-se que o primeiro cidadão prestara no altar da patria o juramento sagrado ao codigo da nação.

Em seguida o bispo, o cabido, o senado da camara, a côrte e os presidentes dos tribunaes sancionaram com o seu juramento a lei do Estado perante o Deus do céu e da terra.

Findo este acto houve *Te-Deum*, e logo após retiraram-se as pessoas imperiaes para S. Christovão. (3)

(2) Veja-se no archivo publico o livro encadernado em velludo verde no qual se acham lançados estes juramentos.

(3) Foi menos exacto o Sr. Conselheiro Pereira da Silva na sua *Historia da fundação do Imperio* quando asseverou que prestára o Imperador juramento á constituição nos paços do senado da camara.

Ao occultar-se o sol repetiram-se as salvas em terra e no mar, e á noite appareceram os soberanos no theatro, onde o Imperador foi o primeiro que levantou vivas á nova constituição, repetindo-os cinco vezes; os espectadores saudaram-n'o vivamente, a orchestra rompeu o hymno constitucional, composto pelo monarcha, e ainda echoavam na rotunda do theatro os sons desse hymno patriótico, quando soltou D. Pedro um grito enthusiastico—viva a nossa perpetua independencia!—que concitou o rigozijo popular e produziu repetidas acclamações.

Representou-se o drama sacro *Vida de S. Herenegildo*, e terminado o espectaculo, já depois de haverem-se retirado as pessoas imperiaes, ouviu-se no theatro o grito—incendio! O povo correu apavorado; as chammas ganharam alento, invadiram rapidamente todo o edificio, e com seu clarão sinistro illuminaram a cidade inteira. Voltou D. Pedro á praça da Constituição e viu a profunda impressão do povo, e do theatro as quatro paredes incandescentes e esboroadas pelo fogo.

Quizeram alguns vêr neste acontecimento uma trama politica contra a vida de D. Pedro I; outros um castigo por haver-se arrancado, para erguer-se o theatro, algumas pedras dos alicerces de um edificio destinado para igreja (4); mas proviera o incidente por exigirem os

(4) O actual edificio da escola central, coustruido a principio para Sé e Cathedral do Rio de Janeiro.

comparsas que o actor Antonio da Rocha, que fizera o papel de protagonista, pagasse patente por ser a primeira vez em que subira no baldaquino, imitando a ascensão do santo; escusou-se o actor, e, como não quizeram abaixar-lhe o baldaquino, saltou no palco, e com esse movimento impelliu o baldaquino de encontro a um panno pintado á agua-raz, que, levado junto ás luzes, ardeu e produziu o incendio. Falleceu o actor algum tempo depois, victima da queda que déra no tablado do theatro.

Prestara-se duas vezes juramento á constituição portugueza nesse theatro, que agora incendiado e destruido parecia haver querido protestar contra a perda de suas prerogativas; não tendo sido celebrada no seu recinto a solemnidade do juramento da constituição brazileira!

No dia seguinte, formada na praça da Acclamação em grande parada a força militar existente na cidade, sob o commando do tenente-general Joaquim Xavier Curado, e achando-se no palacete, alli erguido, a Imperatriz, montou o Imperador a cavallo e ordenou marchasse a força em columna cerrada á frente do palacete, onde prestou ella juramento á constituição, salvando após esse acto a artilharia com 101 tiros e mais tres descargas de mosqueteria, e em seguida, tendo o Imperador á sua frente, desfilaram os batalhões em continencia á Imperatriz.



Terminaram os festejos no dia seguinte com o cortejo e beija-mão no paço imperial, illuminando-se tres noites consecutivas toda a cidade.

Ordenou o decreto de 31 de Março aos ministros e ao chanceller-mór do Imperio que tomassem o juramento da constituição aos officiaes e empregados de sua repartição, lavrando-se dous termos do dito juramento para ficar um em cada repartição, e outro ser remettido á dos negocios do Imperio.

Sem sacrificios, sem ser agitado pela tempestade das paixões populares, sem ver convulso o corpo social, teve o Brazil a grande lei de 1824, constituição liberal e philosophica, apropriada aos interesses e necessidade do paiz.

Diversos povos, para obterem muito menos, têm derramado em ondas o sangue de seus filhos; nós, mais felizes, no remanso da paz, ao som festivos de vozes e hymnos de alegria, recebêmos de nossos maiores o codigo da estabilidade social: desde então entrou o Brazil na grande familia das nações civilisadas.

Mas, apesar do Imperador haver sanccionado com o seu juramento a constituição em que estavam exarados principios liberaes, se não mostrou satisfeito o partido liberal; a dissolução da constituinte havia exaltado os animos contra a realleza: ferira D. Pedro o principio da liberdade e da nacionalidade dando aquelle golpe de Estado. «*O acto violento da dissolução*

*da constituinte*, diz o distincto litterato Dr. Homem de Mello, *repercutiu dolorosamente em todo o reinado do primeiro Imperador. Nunca mais se atou o laço rompido da confiança nacional.*» (5)

De feito, dissolvida a assembléa constituinte, quebrou-se o mais forte vinculo que ligava a familia brasileira; e, apesar do juramento prestado de guardar o systema constitucional e as liberdades publicas, começou o povo a suspeitar do Imperador, que nunca mais pôde conciliar todos os brasileiros em redor de seu throno. Accresce que as circumstancias politicas não reclamavam remedio tão violento, como denominou D. Pedro o acto da dissolução da primeira assembléa do Brazil no manifesto publicado no dia 16; porque, se alguns deputados usavam de uma linguagem pouco commedida, de certa exaggeração nas phrases; se alguns manifestavam arrogante e irreflectido enthusiasmo, se outros protelavam as discussões com extensos discursos, e cheios de apprehensões embaraçavam a marcha governamental, a maioria mostrou-se desejosa de reformar o paiz, tinha intenções generosas, grandeza civica, e se não fez os bens que premeditára foi por inexperiencia, e não por espirito de anarchia. Procedeu, porém, avisadamente D. Pedro apressando-se em jurar o projecto de constituição elaborado no conselho de Estado;

(5) Veja *Escriptos Historicos e Litterarios* do Dr. Homem de Mello, pag. 49.

manifestou desse modo suas boas intenções, que esposára decididamente a causa do Brazil, e queria a lei e a liberdade, e não o arbitrio e o absolutismo.

## II

Não devem ficar occultos nas sombras da obscuridade os nomes dos legisladores da constituição; deve a historia repetil-os e a patria graval-os no livro da immortalidade como uma legenda perpetua e sagrada.

Formularam a grande lei de 1824 dez cidadãos, dos quaes, acordando-os em seus sepulcros, e afastando-lhes os sudarios, diremos os serviços que os recommendam á posteridade, e deram-lhes renome e gloria; mas não é uma galeria historica que ides percorrer, fraco é o pincel e desmaiadas as côres para empreza tão avantajada; são traços, perfis de bustos, que mãos mais habeis podem aproveitar e dar-lhes colorido e vida.

O primeiro dos signatarios da constituição foi João Severiano Maciel da Costa, primeiro visconde e primeiro marquez de Queluz, grande do Imperio, conselheiro de Estado, desembargador do paço, senador, e gran-cruz da ordem do Cruzeiro. Nascido em 1769 na cidade de Marianna, enviaram-no seus pais á universidade de Coimbra, onde se graduou em leis; e, ennobrecido e honrado na sciencia, abraçou a

carreira judiciaria, em que manifestou virtudes civicas e subido merito litterario.

Conquistada a Cayenna pelas armas do principe regente D. João, foi Maciel da Costa nomeado governador dessa possessão; oito annos exerceu esse cargo com habiliidade e energia, merecendo a estima e confiança do soberano, e a affeição dos subditos, que renderam justiça á sua administração e á integridade de seu character. (6)

Deve-se a este bom servidor da patria a introdução em varias capitancias do Brazil da noz moscada, do cravo, de diversas especiarias finas, da arvore do pão, e da canna de assucar de Cayenna, a qual augmentou consideravelmente o producto das fabricas de assucar, duplicando as rendas do Estado. (7).

Honrado com o titulo do conselho em 21 de Agosto de 1818, teve em 1823 a distincção de pertencer á assembléa constituinte, onde tomou assento em 4 de Agosto; nesse mesmo anno subiu ao ministerio; por ser um dos redactores da constituição, recebeu, assim como todos os outros conselheiros redactores dessa lei fundamental, a dignitaria da ordem imperial do Cruzeiro, por decreto de 4 de Abril de 1824; em 12 de Outubro de 1825 mereceu o titulo de visconde de Queluz.

(6) V. Varnhagen, *Historia do Brazil*, vol. 2.º pag. 331.

(7) V. Pereira da Silva, *Historia da fundação do Imperio Brasileiro*, vol. 2.º. pag. 73.

Eis o decreto que concedeu titulos honorificos aos dez conselheiros que redigiram a constituição :

« Attendendo aos singulares servivos prestados pelcs meus conselheiros de Estado, e ao patriotico empenho que mostraram de querer salvar a nação das desgraças da anarchia, concorrendo com illuminado zelo para a defesa e segurança do throno e conservação do systema constitucional, e querendo eu dar-lhes um testemunho de particular consideração, hei por bem fazer-lhes mercê com as honras de grandeza dos seguintes titulos, etc. »

Em 1825 regeu o visconde de Queluz com sabedoria e tino a provincia da Bahia; no anno seguinte teve o titulo de marquez, e foi escolhido senador pela Parahyba; em 1827 occupou o cargo de ministro da fazenda e de ministro de estrangeiros.

Illuminou esse cidadão a litteratura patria escrevendo diversas memorias: a primeira intitulada *Apologia que dirige á nação portugueza afim de se justificar das imputações que lhe fazem homens obscuros*, impressa em Coimbra em 1821.

Publicara esta exposição para obter a revogação do decreto das côrtes, pelo qual prohibiu-se a permanencia em Lisboa a elle e a outros que acompanharam D. João VI no seu regresso para Portugal, obrigando-os a escolher para residir sitios afastados da capital na distancia de dez e mais leguas. Trata

a segunda memoria da abolição da escravatura no Brazil, e do modo e condições em que essa abolição se deve fazer, assim como dos meios de remediar a falta de braços que della provirá. Intitula-se a terceira memoria—*Analyse e refutação do libello accusatorio que publicou o almirante barão do Rio da Prata, Rodrigo Pinto Guedes, contra alguns ministros de Estado*. A quarta e ultima tem por titulo —*Nú e Crú*— e é relativa a esse mesmo assumpto.

Falleceu o marquez de Queluz em 1834, havendo merecido a estima e confiança de dous soberanos; e ao recordar-se da affeição que D. João VI consagrava-lhe diz elle em uma de suas memorias:

« A estima com que Sua Magestade me honra é uma divida; os elogios e honrarias que publicamente me fazia eram aquelle genero de recompensa com que os reis sabem affagar os bons servidores. »

O segundo redactor da constituição foi Luiz José de Carvalho e Mello, primeiro visconde da Cachoeira, senador, grande do Imperio, conselheiro de Estado, dignitario da ordem do Cruzeiro, commendador das ordens de Christo e Conceição.

Serviu-lhe de berço a cidade de S. Salvador da Bahia, onde nasceu em 6 de Maio de 1764, sendo seus pais o negociante Eusebio João de Carvalho e D. Antonia Maria de Mello,

Terminado o estudo das humanidades, di-

rigiu-se o joven Luiz José de Carvalho á Athenas portugueza, e nas aulas da universidade alcançou dos mestres e discipulos o conceito de optimo estudante. Graduado em leis, obteve, em 12 de Novembro de 1789, a nomeação de juiz de fóra da Ponte de Lima em Portugal; dalli foi despachado desembargador da relação do Rio de Janeiro, e durante o exercicio desse cargo occupou as varas de ouvidor geral do crime e civil, juiz da corôa, juiz das despesas da relação e outras, assim como a de intendente geral da policia no vice-reinado do conde de Rezende e do seu successor; época em que escreveu uma memoria contra os enterramentos nas igrejas.

Encarregou-o o conde de Rezende de diversas commissões, como a do exame de navios estrangeiros, de averiguações complicadas sobre prezas e corsarios; bem como do cargo de superintendente da decima dos bens das ordens religiosas, de deputado secretario da junta da revisão da divida passiva da fazenda; e em tão penosos trabalhos patenteou zelo, intelligencia e dedicação merecendo repetidos gabos daquelle vice-rei.

Em 1800 desposou Luiz José de Carvalho a D. Anna Vital Carneiro da Costa filha do coronel e fidalgo da casa real Braz Carneiro Leão.

Creado o tribunal da casa da supplicação foi escolhido primeiro corregedor do crime da

côrte e casa; propoz a criação do lugar de juiz relator do supremo conselho de justiça militar; serviu de relator da junta do commercio, da qual foi diversas vezes vice-presidente interino; foi censor régio e deputado da mesa da consciencia e ordens.

Ouvio o governo seu parecer sobre o código penal militar, e se não decidia nos negocios graves da administração publica sem consultar o voto de tão distincto jurisconsulto. Chamado em 1808 á alta administração do Estado D. Fernando José de Portugal, depois conde e mais tarde marquez de Aguiar, para exercer o cargo de ministro, occupou muito tempo tres pastas, e durante a sua longa governação politica era o desembargador Luiz José de Carvalho quem examinava e dava parecer sobre todos os negocios da metropole e do Brazil, e a opinião de tão abalisado jurisconsulto era sempre seguida, porque pelos seus talentos, illibado character e dedicação pelo serviço publico grangeara a consideração e estima dos ministros e do rei.

Em 1816 obteve de propriedade o officio de juiz da alfandega; em 1818 recitou, no acto da acclamação de D. João VI, a falla em nome do clero, nobreza e povo; em 1821 foi preso com João Severiano Maciel da Costa e o almirante Rodrigo Pinto Guedes « *para subtrahil-os*, diz o decreto de 3 Março desse anno que ordenara a prisão, *a qualquer sinistro e ino-*



*pinado projecto de seus inimigos, que andavam suscitando por via de obscuras insinuações odios populares contra varias pessoas. »* O decreto de 16 de Março do referido anno restituiu a liberdade a esses cidadãos. (8)

Eleito deputado á assembléa constituinte, ostentou Luiz José de Carvalho na tribuna parlamentar erudição vastíssima; mas, receiando-se da attitude deste corpo legislativo, foi um dos conselheiros que lembraram a sua dissolução, sendo o autor do conhecido manifesto dirigido ao povo pelo Imperador após aquelle golpe de estado (9). Nomeado ministro de estrangeiros em 1823, mandou vir alemães para a colonia de Cantagallo; sustentou com energia e habilidade uma questão suscitada com a côrte de Roma, e assignou os tratados da independencia do Brazil.

Obteve em 1824 a dignitaria da ordem imperial do Cruzeiro, em 1825 o titulo de visconde da Cachoeira, que passou a seu primeiro filho, Luiz José de Carvalho e Mello Carneiro da Costa, por morte deste ao segundo Pedro Justiniano de Carvalho Carneiro e Mello, *em memoria*, diz o decreto, *dos mui abalisados e distinctos serviços prestados pelo primeiro visconde da Cachoeira*. Exerceu em 1826 o cargo de ministro da justiça e do imperio; foi es-

(8) V. *Gazeta do Rio* de 21 de Março de 1821.

(9) V. documentos em posse da familia.

colhido senador em 19 de Abril do mesmo anno, e redigio os primeiros estatutos organisados para as duas faculdades juridicas do Imperio, *um dos trabalhos*, diz o estimado historiador Dr. Homem de Mello, *mais severos e mais substanciaes que tenho visto*. (10)

Além de desempenhar com maior zelo e dignidade todos os empregos e commissões, honrou o visconde da Cachoeira as letras escrevendo duas memorias, uma contra os enterramentos nas igrejas, e outra sobre providencias contra o excesso de preço nos fretes dos generos de exportação.

Abriu á sua custa uma estrada de dezeseis leguas no termo da villa de Valença, comarca dos Ilhéos, na provincia da Bahia, desde a marinha daquelle sitio, atravessando o rio Una, até a povoação denominada Lage Larga; construiu na referida estrada diversas pontes para facilitar o transito por aquelles lugares, até alli não trilhados, e augmentar o commercio, a agricultura e as rendas publicas (11).

Ainda estava o Brazil sob o regimen colonial e já Luiz José de Carvalho e Mello gozava de muito apreço e distincta consideração; era vice-rei D. Fernando de Portugal quando foi representar o principe regente D. João no

(10) V. *Escriptos historicos e litterarios* do Dr. Homem de Mello pag. 156.

(11) V. Documentos, decretação de serviços, que se acham registrados na secretaria do imperio no livro 1.º que serve de registro de decretamento de serviços.

baptismo do primeiro filho daquelle distincto jurisconsulto, que teve por padrinho do segundo filho o Imperador Pedro I representado pelo conde de Belmonte. Em 6 de Junho de 1826 desceu ao tumulo esse dedicado servidor da patria e teve jazigo na igreja da ordem terceira do Carmo.

O terceiro signatario da constituição foi Clemente Ferreira França, primeiro visconde e marquez de Nazareth, grande do Imperio, conselheiro de Estado, desembargador do paço, dignitario da ordem do Cruzeiro, senador e ministro e secretario de Estado dos negocios da justiça.

Nascido na cidade da Bahia em 16 de Março de 1775, cultivou alli os primeiros estudos, e logo que completou-os dirigiu-se á universidade portugueza, onde patenteou tão notavel talento que mais de uma vez foi premiado; condecorado na sciencia, despachou-o a carta regia de 5 de Novembro de 1799 juiz de fóra de Aveiro, onde durante seis annos administrou a justiça muito a contento dos povos.

Eleito ouvidor de Pernambuco, por carta régia de 25 de Abril de 1806, prestou avantajados serviços por occasião da arribada das náos *Medusa* a Pernambuco e *D. João de Castro* á Parahyba, desgarradas da esquadra que conduziu á America a familia real de Bragança. Os seus merecimentos elevaram-n'o a um dos lugares de desembargador da casa da suppli-

cação, por carta régia de 3 de Novembro de 1808, a ajudante do procurador da corôa e fazenda, e a desembargador de aggravos da casa da supplicação por decreto de 21 de Janeiro de 1815. Honrou-o a carta régia de 14 de Abril de 1821 com a nomeação de desembargador do paço honorario, e deputado da mesa da consciencia e ordens.

Prestou Clemente Ferreira França valiosos serviços á causa da independencia, pelo que procurou o primeiro Imperador do Brazil distinguil-o e honral-o, nomeando-o procurador da corôa, soberania e fazenda nacional por carta imperial de 31 de Outubro de 1822, e ministro da justiça por decreto de 10 de Novembro de 1823.

Por ser um dos conselheiros de Estado que formulou a constituição que nos rege, mereceu a dignitaria da ordem imperial do Cruzeiro em 4 de Abril de 1824, o titulo de visconde de Nazareth com honras de grandeza em 12 de Outubro de 1825, e o de marquez do mesmo titulo em 12 de Outubro de 1823; obtivera em 1805 o habito de Christo e tença de 12\$400, e em 7 de Abril de 1821 a graça de fidalgo cavalleiro da casa real.

Foi um dos cincoenta senadores nomeados pelo primeiro Imperador em 1826; e, escolhido segunda vez para ministro da justiça em 15 de Janeiro de 1827, surprehendeu-o a morte á 1 hora da manhã de 11 de Março desse

anno no exercicio de tão honrosa e elevada commissão publica. (12)

O redactor da constituição Marianno José Pereira da Fonseca, filho do negociante Domingos Pereira da Fonseca e D. Theresa Maria de Jesus, nasceu no Rio de Janeiro em 18 de Maio de 1773.

Enviado aos 11 annos a Portugal, matriculou-se no real collegio de Mafra, e feitos os estudos das humanidades entrou na universidade de Coimbra, que lhe conferiu em 1793 o grão de bacharel em philosophia e mathematicas.

Regressou um anno depois á patria, e admittido por seus talentos e merecimentos litterarios na academia scientifica, que curta vida teve no vice-reinado do conde de Rezende, fundou com Manoel Ignacio da Silva Alvarenga e outros uma sociedade secreta, cujos estatutos declaravam que a sociedade occupar-se-hia da *philosophia em toda a sua extensão, comprehendendo tudo quanto podesse ser interessante.*

Cedo chegou aos ouvidos do vice-rei a noticia dessa associação, e exasperado, ardendo em ira e vingança, ordenou elle a prisão de diversos cidadãos, entre outros de Marianno da Fonseca, que, sendo preso em 4 de Dezembro de 1794, ficou incommunicavel por espaço de dous annos, sete mezes e quinze dias.

(12) V. *Diario Fluminense* de 14 de Março de 1827.

Restituído á liberdade por ordem régia, abraçou a vida commercial, em que seu pai deixára reputação legitima de homem probo; mas nessa época, pauperrima de homens habilitados para os cargos publicos, não podia Marianno da Fonseca ficar esquecido no balcão do negociante. Chamaram-no os negocios publicos, e o neophito na politica manifestou em todos os lugares administrativos que occupou muito zelo, grande actividade e alta intelligencia; foi eleito director thesoureiro da real imprensa, sem ordenado, administrador thesoureiro da fabrica da polvora, deputado thesoureiro do tribunal do arsenal do exercito, censor régio, lugar que occupou por mais de dous annos, deputado secretario da junta provisoria creada no Rio de Janeiro, e deputado da junta do commercio desde a sua instituição. Escolhido para occupar o cargo de ministro da fazenda em 13 de Novembro de 1823, fez parte do conselho de Estado que formulou a constituição que nos rege, pelo que obteve a dignitaria da ordem imperial do Cruzeiro em 4 de Abril de 1824, o titulo de visconde de Maricá em 12 de Outubro de 1825 e o de marquez em 12 de Outubro de 1826; nesse mesmo anno foi escolhido senador pelo Rio de Janeiro.

Nessa longa carreira politica e administrativa foi exemplo vivo de dedicação ao monarcha e ao povo; nunca affastaram-no do

dever os interesses de partido, nem as preferências de seu coração; mostrou-se zeloso e digno em todos os cargos que exerceu, e chegou a todas as honras e dignidades por sua probidade e intelligencia. Seus conselhos foram ouvidos em tres reinados. Se nos annaes politicos deixou reputação distincta, nos archivos litterarios perpetuou um nome que é uma gloria da litteratura nacional; publicou em treze annos seis volumes de maximas, pensamentos e reflexões, nos quaes a philosophia, a verdade, a religião e a moral vêem sancionados seus principios e admittidas suas leis; pura é a moral, profunda a philosophia e sã a lição que nos apresenta o pensador brasileiro em seus livros, monumentos da litteratura patria e monumentos de seu nome. A belleza do estylo, a grandeza dos pensamentos e a moral religiosa que se encontra em cada uma dessas reflexões, dessas maximas escriptas pelo sabio philosopho, o elevam entre os primeiros publicistas da sua época.

Pereceu o marquez de Maricá em 16 de Setembro de 1848, e deixou-nos em seus livros herança valiosa, *porque a herança dos sabios, como diz elle em uma das suas ultimas maximas, tem sempre maior extensão e perpetuidade que a dos ricos; comprehende o genero humano, e alcança á mais remota posteridade.* Era socio honorario do Instituto Historico. (13)

(13) V. *Bibliotheca Brasileira, biographia escripta peol*

O redactor da constituição João Gomes da Silveira Mendonça nasceu na provincia de Minas. Depois de haver completado os estudos abraçou a carreira das armas, e nella attingiu ao posto de brigadeiro; exerceu o cargo de director da fabrica da polvora do Rio de Janeiro, e deu principio ao jardim botanico da lagôa de Rodrigo de Freitas; foi deputado ás côrtes de Lisboa em 1821; pertenceu á assembléa constituinte; foi chamado para o elevado cargo de ministro da guerra em 19 de Novembro de 1823; por ser um dos redactores da constituição, teve a dignitaria da ordem imperial do Cruzeiro, o titulo de visconde do Fanado em 1825 e o de marquez de Sabará em 1826. Nesse mesmo anno occupou uma das cadeiras do senado, como representante da provincia de Minas, e falleceu em 1827.

Eis as insufficientes e escassas noticias que colhemos deste servidor do Estado, que, se não foi homem de intelligencia esclarecida, foi probo e mui dedicado ao serviço publico, tornou-se util á patria, e deixou um nome puro, que ha de ser lembrado por ser de um dos venerandos legisladores do codigo fundamental da nação.

Entre os redactores da constituição está Francisco Villela Barboza. Filho legitimo de Francisco Villela Barboza e D. Anna Maria da

Dr. Homem de Mello; e *Revista do Instituto*, tomo 15, pag. 527, relatorio do secretario Araujo Porto-Alegre.



Conceição, nasceu no Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1769.

Cedo viu-se só no mundo; o crepe da orphandade cobriu-lhe o berço roubando-lhe os carinhos e afagos maternos e cuidados e desvelos de um pai que o estremecia; mas o pobre orphão encontrou em uma tia e em sua madrinha amparo e protecção; tão piedosas parentas educaram-no, facilitaram-lhe o ensino dos primeiros estudos e tambem o do latim, rhetorica e philosophia, e para completarem a educação litteraria desse seu filho adoptivo enviaram-no á universidade de Coimbra, onde só pôde matricular-se um anno depois da sua chegada por lhe faltar o conhecimento do grego, cujo exame era exigido como um dos preparatorios.

Joven, na época das illusões e do fogo das paixões, dotado de imaginação viva e ardente, deixou-se Villela Barboza arrastar pelo coração, e sem consultar suas protectoras, nem ouvir os seus amigos, casou em Coimbra; o que veio difficultar-lhe a iniciação de sua carreira litteraria, pois suspendeu-lhe a madrinha a quantia que mensalmente lhe enviava.

E teria Villela Barboza despedido o gabi-nardo e deixado os bancos da universidade se o ex-reitor, bispo conde D. Francisco de Lemos, o não fortificasse com sãos conselhos e lhe não estendesse mão protectora e generosa.

Concluído com applauso e merecidos premios o estudo das sciencias exactas e naturaes, graduou-se em mathematicas; um anno depois era nomeado 2.º tenente da armada; e, tendo durante quatro annos atravessado os mares e percorrido diversos paizes, regressou a Portugal em 1801, época em que recebeu a nomeação de lente substituto da academia real de marinha. Transferido para o corpo de engenheiros com a patente de 1.º tenente, subiu pouco depois ao posto de capitão; como substituto regheu algum tempo a cadeira de astronomia e navegação; e nomeado lente cathedratico de geometria conservou-se no magisterio até 1822, em que jubilou-se. Era lente quando escreveu seu compendio de geometria dedicado á academia real das sciencias de Lisboa, que para premiar o autor dessa obra, cujas edições se têm esgotado, conferiu-lhe o titulo de socio, e mais tarde o elegeu seu secretario interino.

Além deste livro escreveu uma memoria sobre a correcção das derrotas de estima, premiada pela sociedade real maritima militar e geographica, que apressou-se em consideral-o seu socio.

Se nas sciencias positivas e exactas apresentou trabalhos que lhe abriram as portas das academias e sociedades litterarias, entregando-se ao cultivo das musas grangeou a reputação de poeta lyrico mavioso: as suas composições lyricas, as heroicas ao fundador do

Imperio, e a cantata a *Primavera* deram-lhe lugar notavel entre nossos poetas; outras produções podéra ter deixado se, arrastado por sentimentos severos de moral e mal entendida gravidade, não sacrificasse ás chammas, nos ultimos dias de vida, diversas poesias amorosas e epigrammaticas inspiradas pelo seu éstro poetico, brilho e riqueza de imaginação.

Eleito deputado ás côrtes geraes e constituintes do reino, patentou na tribuna parlamentar recursos oratorios; em 1823, logo depois da independencia do Imperio, retirou-se de Portugal apezar de achar-se elevado ao posto de major de engenheiros, e haver contrahido em suas segundas nupcias estreita alliança com uma das mais importantes familias de Lisboa. Chegado á sua patria foi recebido com enthusiasmo pelos seus compatriotas e pelo Imperador, que immediatamente o promoveu ao posto de coronel graduado do corpo de engenheiros; em 10 de Novembro de 1823 era chamado ao ministerio, e depois de occupar as pastas do Imperio e da guerra passou á da marinha, e nessa repartição conservou-se até 1827.

Mereceu por ser um dos redactores da constituição a dignitaria do Cruzeiro, em 1825 o titulo de visconde de Paranaguá com grandeza, nesse anno assignou o tratado da independencia do Brazil, teve a gran-cruz da ordem imperial do Cruzeiro, em 1826 foi con-

decorado com o titulo de marquez e teve uma cadeira no senado. Subiu mais duas vezes no primeiro reinado ao cargo de ministro da marinha, e exerceu interinamente o de ministro de estrangeiros. Apesar de quebrantado por annos e abatido por enfermidades, chamou-o o segundo Imperador ao ministerio em 1841, encarregando-o da repartição da marinha, em que esteve até 1843. Deve-se ao marquez de Paranaguá a iniciação da obra do dique imperial. Pereceu este estadista em 11 de Setembro de 1846. Era socio honorario do Instituto Historico.

Assignou a constituição o barão de Santo Amaro, José Egydio Alvares de Almeida, nascido na cidade de Santo Amaro, na Bahia, em 1 de Setembro de 1763.

Tendo recebido em collegios a instrucção elementar, passou-se ao mundo europeu, e enriquecido de novos principios matriculou-se na universidade de Coimbra; distinguio-se nos bancos da universidade entre seus condiscipulos, e terminado o curso das aulas obteve a graduação de doutor em leis.

A protecção de um seu tio, antigo ministro do regente D. João, guiou-o até o gabinete d'este principe, cujo foi secretario longos annos; acompanhou D. João ao Brazil, e durante o reinado desse soberano foi seu voto consultado em todas as questões graves, e muitas vezes seus conselhos illuminaram ques-

tões politicas, e alisaram difficuldades penosas para a época e para os homens. Por occasião da corôação de D. João VI, teve o titulo de barão de Santo Amaro, e no mesmo anno obteve o despacho de conselheiro do erario regio e da fazenda. Dedicava-lhe o rei particular estima e decidido affecto, e entre os diversos mimos recebidos das mãos do monarcha guardava o leal servidor uma caixa de rapé cravejada de brilhantes. Foi deputado da constituinte em 1823 e nesse anno eleito conselheiro de Estado; por haver sido um dos redactores da constituição, deu-lhe o Imperador em 1824 a dignitaria da ordem imperial do Cruzeiro, em 1825 o titulo de visconde, e o chamou para o ministerio; assignou como ministro de estrangeiros o tratado da independencia do Brazil; teve assento no paço do senado em 1826, e no mesmo anno o titulo de Marquez; encarregado de uma missão diplomatica na Inglaterra manifestou tino agudissimo e mestria nos negocios publicos.

O decreto de 18 de Outubro de 1829 diz:

«Tomando em consideração os importantes serviços que os marquezes de Queluz e Santo Amaro tem continuado a prestar com intelligencia e zelo pela publica prosperidade, e querendo mostrar-lhes por um novo testemunho de distincção quanto prezo seus merecimentos, hei por bem, honrando e elevando seus filhos João Tavares Maciel da Costa e José Carlos de Almeida, fazer mercê ao primeiro do

titulo de visconde de Queluz e ao segundo de visconde de Santo Amaro. »

Deve entornar no peito do cidadão intimo contentamento ver por seus serviços honrados e ennobrecidos seus descendentes ; e teve o marquez de Santo Amaro esse contentamento.

Acommettido no recinto do senado de uma apoplexia, falleceu 9 dias depois, em 12 de Agosto de 1832, e teve jazigo na capella capitular do convento de Santo Antonio.

Além dos altos cargos politicos que occupou, era gentil-homem da casa imperial e commendador das ordens de Christo, Conceição e Torre Espada.

E' ainda na provincia da Bahia que vamos encontrar o berço de outro redactor da constituição, Antonio Luiz Pereira da Cunha, nascido em 6 de Abril de 1760, filho de Bartholomeu Pereira da Silva e de D. Anna da Cunha Barba.

Na terra em que viu o primeiro hausto de luz abriu-se sua intelligencia aos primeiros estudos ; aos 21 annos embarcou para Portugal, e na capital do reino completou o estudo das humanidades ; em 1782 foi sentar-se nos bancos da universidade de Coimbra, de onde sahio em 1787 graduado em direito civil, tendo seguido com muito brilho os cursos mathematico e philosophico. Submettido a ler na mesa do desembargo do paço em 1788, foi despachado juiz de fóra de Torres Vedras

em 1789 ; em 1792 foi ouvidor de Pernambuco, e no anno seguinte desembargador da relação da Bahia ; em 1798 fez parte do triumvirato que governou a capitania de Pernambuco, por haver se ausentado para Lisboa o governador D. Thomaz José de Mello. Dirigindo-se a Portugal em 1800 teve o cargo de ouvidor da comarca do Rio das Velhas em Minas, e por competir-lhe um lugar na relação do Porto lavrou-lhe o rei a carta de desembargador dessa relação em 1802, com exercicio na ouvidoria de Sabará, de cujo cargo empossou-se em 4 de Fevereiro de 1803. Nomeado desembargador ordinario da casa da supplicação de Lisboa, voltou ao reino, onde esteve até 1808, época em que, obtendo licença para vir ao Brazil beijar a mão do rei chegou ao Rio de Janeiro, e logo alcançou o lugar de chanceller da relação da Bahia ; exercendo-o, foi um dos membros do governo interino, constituido por haver fallecido o governador e capitão-general da capitania João de Saldanha da Gama de Mello e Torres, conde da Ponte.

Na governação da capitania grangeou Pereira da Cunha a estima do povo e a confiança do monarcha, que, em remuneração de seus serviços, deu-lhe a commenda de Christo, havendo-lhe já concedido o habito de cavalleiro da mesma ordem. Completos os seis annos de exercicio na relação da Bahia, veio

occupar no Rio de Janeiro o cargo de conselheiro do conselho da fazenda; serviu em 1817 de membro adjuncto da commissão nomeada para compilar as ordenanças da marinha; em 1818 foi eleito deputado da junta do commercio, agricultura, fabrica e navegação, fiscal das mercês, deputado da mesa da consciencia e ordens; em 1821 fez parte da commissão, da qual eram membros João Severiano Maciel da Costa, Manoel Jacintho Nogueira da Gama, Mariano José Pereira da Fonseca, Luiz José de Carvalho e Mello, o barão de Santo Amaro e outros, encarregada de indicar as reformas que se deviam discutir, e applicar ao governo e á administração publica. Eleito intendente-geral da policia depois da sedição militar de Fevereiro de 1821, occupou esse cargo com muita dedicação; pagou dividas atrasadas, melhorou o expediente da repartição e supprimiu os espiões de policia, verdadeiros perseguidores naquelles tempos dos cidadãos honestos e socegados. Pertenceu á assembléa constituinte onde foi escolhido para a commissão que devia redigir o projecto da constituição; deu-lhe o Imperador um lugar no conselho de Estado em 1823; como redactor da constituição merecen a dignitaria da ordem do Cruzeiro e o titulo de visconde de Inhambupe em 1825; duas provincias elegeram-no deputado, e quatro offereceram-lhe uma cadeira no senado, onde



sentou-se em 1826 e do qual foi por vezes presidente; neste mesmo anno teve o titulo de marquez, e foi ministro dos negocios estrangeiros, e depois da fazenda e do imperio em 1831, época em que, por haver o Imperador abdicado, assumiu o cargo de regente do Brazil até á eleição da regencia permanente. Desde então o marquez de Inhambupe recolheu-se á vida privada, ao santuario da familia; só comparecia ao senado, cujos trabalhos dirigiu como presidente; e exercia esse elevado cargo quando desceu ao pó do sepulcro em 18 de Setembro de 1837.

Foi homem de virtudes civicas; prestou ao Estado assignalados serviços em dous reinados; celebrou como plenipotenciario o tratado de 23 de Novembro de 1826, abolindo o trafico de escravos africanos; gozou da confiança e estima de seus concidadãos, e na administração publica foi seu voto de muito valimento; na familia imitou os antigos patriarchas: casado duas vezes teve 30 filhos, criou e educou a todos com afago e carinho, repetindo-lhes por lição esta unica palavra — imitai-me.

O redactor da constituição Manoel Jacintho Nogueira da Gama, filho legitimo de Nicoláo Antonio Nogueira e D. Anna Joaquina de Almeida Gama, nasceu na cidade de S. João de El-Rei em 8 de Setembro de 1765. Deixou a patria aos 19 annos para ir estudar em Lisboa

os preparatorios da universidade de Coimbra; mas, ao pisar em terra estranha, viu-se cercado de difficuldades e privações por não receber, em consequencia de embaraços de communicações, o dinheiro enviado por seu pai; sem recursos, sentiu o pobre estudante a miseria bater-lhe á porta; porém copiando musicas e entregando-se a outros trabalhos pacientes e penosos adquiriu meios para alimentar-se.

Chegado a Coimbra matriculou-se nas faculdades de mathematicas e philosophia; mas novas privações o assaltaram; cahira-lhe sobre os hombros o manto da pobreza por achar-se a fortuna de seu pai compromettida na fiança de um arrematante do dizimo; o misero estudante experimentou as tenazes da fome; resolutu, porém, activo e intelligente, não desanimou; começou a leccionar aos condiscipulos as materias da universidade, e desse modo manteve-se, e até chegou a remetter á sua familia diversas quantias que sobravam de suas economias. Terminados os cursos de mathematicas e philosophia seguiu dous annos o de medicina, e ainda não havia despido o gabinardo de estudante quando, sem esperar, recebeu o decreto de 16 de Novembro de 1791 nomeando-o lente substituto da academia real de marinha; dous annos mais tarde era promovido a 1.º tenente da armada, em 1796 a capitão-tenente e em 1798 a capitão de fragata.

Dedicava-lhe D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, particular estima, de que serviu-se Manoel Jacintho mais de uma vez para proteger seus compatriotas, como a José de Rezende Costa, que, desterrado para Cabo-Verde por achar-se compromettido na revolução do Tira-Dentes, foi por intervenção sua perdoado, e mais tarde empregado no erario regio e condecorado.

Havendo fallecido seu irmão primogenito, que fôra com elle doutorar-se em Coimbra, e deixando em pobreza a viuva e seis filhos, amparou-os; enviou os sobrinhos para o Brazil e concedeu uma pensão á sua cunhada. Largou o professorado em 1801 para receber o despacho de inspector-geral das nitreiras e fabricas de polvora de Minas-Geraes, e deputado da junta de mineração e moedagem; promovido a tette coronel de engenheiros em 1802, veio nesse anno para o Brazil, onde foi nomeado escrivão do real erario; installada a real academia militar, foi escolhido para deputado da junta directora e inspector das aulas, cargos que exerceu gratuitamente até 1821; obteve a patente de coronel de engenheiros, em 1818 a de brigadeiro graduado, no anno seguinte a de effectivo, e em 1822 reformou-se em machal de campo.

Assistiu em 1821, como eleitor da freguezia de S. José, á sessão tumultuosa da praça do commercio, contra a qual reagiu violentamente

a força armada; foi deputado da constituinte e achando-se no ministerio resignou com seus collegas o cargo de ministro dous dias antes do golpe de Estado que dissolveu aquelle corpo legislativo.

Nomeado conselheiro de Estado, teve a mercê da dignitaria da ordem do Cruzeiro por ser um dos redactores da constituição, assim como o titulo de visconde de Baependy em 1825, tendo já o habito da ordem de S. Bento de Aviz, a commenda da mesma ordem, o titulo de conselheiro desde 1814 e o de fidalgo cavalleiro desde 1815.

Chamado ao ministerio da fazenda em 1826, foi no mesmo anno apresentado senador por duas provincias e escolhido pela de Minas, e elevado ao titulo de marquez; occupou no senado as cadeiras de vice-presidente e presidente, e por occasião da coroação de D. Pedro II recebeu a gran-cruz da ordem da Rosa. Pereceu em 15 de Fevereiro de 1847, e foi dormir o somno eterno nos jazigos da igreja de S. Francisco de Paula.

Descerremos o sepulchro em que descança o ultimo dos dez conselheiros redactores da constituição, José Joaquim Carneiro de Campos, natural da cidade de S. Salvador da Bahia, onde nasceu em 4 de Março de 1768. Destinando-o seus pais, José Carneiro de Campos, e D. Custodia Maria do Sacramento, á vida religiosa, admittiram-no na congregação de S.

Bento daquelle cidade; mas, por amor á sciencia e por desejar tornar-se lido nella, volveu o joven Carneiro de Campos seus passos para a universidade de Coimbra; matriculou-se no curso de sciencias physicas e mathematicas, e graduou-se em theologia. Não desejava seguir a vida monastica por julgar apertado o recinto de uma cella para expandir sua intelligencia e trabalhar pela patria; por isso secularisou-se, e, entrando no estudo do direito civil, recebeu em Coimbra o grão scientifico. Estava firmada a sua reputação de homem douto; consideravam-no lentes e condiscipulos pelo zelo e dedicação ás letras quando despedio-se dos bancos da universidade; a fama de erudito, adquirida no curso das aulas, acompanhou-o á Lisboa, e serviu-lhe de recommendação para penetrar até o palacio dos nobres e abrir-lhe a carreira dos empregos publicos; o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho procurou-o para mestre de seus filhos, e em gratidão e por apreciar seu cabedal scientifico deu-lhe, pouco depois, um emprego na secretaria da fazenda, lugar que Carneiro de Campos exerceu com muito zelo e intelligencia. Regressando ao Brazil occupou o cargo de official da secretaria do reino, e chegou a official-maior, em cujo emprego, por seus talentos, pratica de negocios, e character recto e energico, facilitou a administração publica, melhorou a marcha governamental, objurgou

os abusos, e foi dos ministros o mais valioso auxiliar e o mais illustrado guia; o proprio soberano o não ignorava, e diversas vezes lembrou aos que hesitavam em receber as rédeas da governação quanto lhes seria facil o encargo se confiassem e ouvissem ao official-maior Carneiro de Campos.

Em 17 de Dezembro de 1814 deu-lhe o rei a commenda de Christo, e por occasião do casamento do principe real D. Pedro com a archiduqueza D. Leopoldina enviou-lhe o imperador da Austria a commenda da ordem da Corôa de Ferro; por seus meritos litterarios mereceu em 1816 a nomeação de secretario da nova fundação dos estudos de Coimbra, de cuja universidade era o procurador nesta côrte; em 1818 teve o titulo de conselheiro; em 1820 o habito de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa e a carta de conselheiro honorario, e depois effectivo de capa e espada do conselho da fazenda.

Lembrado pelo principe D. Pedro, depois Imperador do Brazil, para membro da commissão incumbida de examinar as contas do thesouro nacional, envidou todo o zelo e actividade nessa difficil tarefa, e por esse serviço e outros assaz valiosos foi seu nome recebido com popularidade nas eleições para deputados da assembléa constituinte.

Em Julho de 1823 era ministro do Imperio e de estrangeiros, e nesse cargo prestou ao Bra-

zil assignalados serviços ; declarou ao conde do Rio-Maior, enviado do governo portuguez, que o não ouviria em conferencia sem o previo reconhecimento da independencia do Brazil por Portugal ; creado o conselho de Estado foi nomeado conselheiro « *por ser, diz o decreto, homem probo, amante da dignidade imperial e da liberdade dos povos.* »

Nas eleições que se procederam para a convocação de uma nova assembléa constituinte, que não chegou a reunir-se, foi Carneiro de Campos escolhido eleitor na freguezia do Sacramento, em que residia, e nas novas eleições para a primeira assembléa legislativa foi seu nome lembrado por mais de uma provincia ; em 1824 teve a dignitaria da ordem do Cruzeiro, em 1825 o titulo de visconde de Caravellas, em 1826 o de marquez ; no mesmo anno entrou na camara vitalicia dos senadores, subiu ao ministerio e occupou os cargos de ministro do imperio e da justiça ; foi de novo lembrado em 1829, em criticas circumstancias do paiz, para exercer as funcções de ministro do Imperio, por ser seu nome uma garantia de ordem e estabilidade ; e, como diz o conego Januario, « *nelle repousaram principalmente as esperanças dos verdadeiros amigos do Brazil ; Carneiro de Campos era como um iris de paz entre o throno e o povo.* (14) »

(\*) Veja *Revista do Instituto Historico*, vol. 3.º pag. 478.

Nessa época referendou o decreto que approvou e mandou executar os estatutos da sociedade de medicina, depois academia imperial de medicina, que, em reconhecimento, nomeou-o seu socio honorario, havendo sido já seu nome admittido em outras sociedades scientificas.

Em homenagem a seus merecimentos e serviços, nomeou-o a assembléa geral um dos regentes do Brazil depois da revolução de 7 de Abril de 1831 ; mas as molestias e os annos haviam-lhe esgotado as forças, e impossibilitado de exercer tão penoso encargo foi excluido na eleição da regencia permanente.

Como politico foi o marquez de Caravellas homem probo, conciliador e virtuoso ; como estadista foi justo e sabio, promoveu os interesses da patria, sustentou com firmeza e tino os principios constitucionaes : como jurisconsulto foi um dos mais rectos em suas sentenças, imparcial em suas opiniões e profundo em suas theorias ; muito deveu-lhe a patria, e depois de tanto servil-a morreu pobre em 8 de Setembro de 1836, descendo seu cadaver aos jazigos da igreja de S. Francisco de Paula.

Fallando deste habil politico e homem de Estado, diz o erudito historiador Dr. Homem de Mello :

« José Joaquim Carneiro de Campos era um jurisconsulto distincto e publicista consummado, largamente versado nos differentes ramos da administração em que desde muito se ini-



ciára. Espirito pratico, character moderado, sua palavra era ouvida com respeito, sellada sempre com o cunho da reflexão e madureza. (15)»

Estão esculpturados os vultos dos dez conselheiros que redigiram a constituição do Imperio, codigo liberal em que estão sancionados todos os direitos sociaes, que tem sido o penhor de todas as prosperidades, a garantia contra o arbitrio, o principio da estabilidade, da ordem, da felicidade publica, o laço de união entre os brasileiros, o escudo do cidadão contra os abusos, exclusões e proscripções; lei fundamental, consorcio da liberdade e do poder, consolidou a constituição as instituições politicas, garantiu a verdadeira liberdade, os direitos e fóros sociaes, debellou a anarchia, tornou inalienaveis e imprescriptiveis os direitos de todos os cidadãos, estabeleceu o equilibrio entre os deveres e direitos d'estes, entre os direitos e deveres do imperante e do povo; por isso tem resistido quasi meio seculo ás commoções, aos abalos e tempestades politicas do paiz.

E' de admirar que homens costumados ás leis pesadas e arbitrarías do governo absoluto, educados em uma sociedade em que o poder era a força e a lei um simulacro, em que se não pedia uma garantia sem despertar uma suspeita, formulassem lei tão liberal, em que uni-

(15) Veja *Escriptos historicos e litterarios* do Dr. Homem de Mello, pag. 9.

ram cousas julgadas até então incompatíveis, o poder e a liberdade. A constituição organizada por tão conspícuos varões satisfaz a quasi todas as exigencias, e uniu ao altar da patria quasi todos os brasileiros. Armitage diz :

« No todo a constituição é uma lei fundamental que preenche bem os fins a que se destina, e muito mais liberal em suas disposições do que se deveria esperar do character dos individuos que a compilaram. »

Mas qual dos dez conselheiros teve parte mais activa na confecção dessa grande lei? O illustre historiador Varnhagen diz :

« ..... havendo quem assevere haver sido exclusivamente escripta e meditada por José Joaquim Carneiro de Campos, ao depois marquez de Caravellas. E na verdade é bastante harmonicamente concebida para poder tê-lo sido por muitos. »

Disse-nos esse distincto litterato que vira essa sua opinião historica corroborada pelo testemunho de Odorico Mendes.

Escreve o conego Januario, biographo de José Joaquim Carneiro de Campos :

« Na distribuição dos trabalhos dessa redacção teve elle grande parte, e na discussão final desse monumento da nossa liberdade a elle foi attribuida a melhor e mais liberal doutrina de seus artigos, opinião esta que o seu posterior comportamento nas camaras decididamente confirmou. »

O conhecido escriptor conselheiro Pereira da Silva accrescenta :

« Não se demorou o conselho de Estado na feitura da constituição que lhe fôra incumbida. Deu por findos os seus trabalhos a 11 de Dezembro, correndo voz de que o mais efficaz collaborador havia sido Carneiro de Campos, posto alguns dos demais companheiros o tivessem proficuamente auxiliado para a grande obra do pacto social, destinado a reger o Imperio. »

Mas a grande lei de 1824 não immortalisou só a esses dez conselheiros ; entre elles ergue-se um vulto nobre e magestoso, cuja fronte cingiam-lhe a corôa de rei e os louros de libertador. E' o primeiro monarcha do Brazil, que em 1824 escreveu seu nome entre os daquelles dez cidadãos que a posteridade não deixará morrer. Animou com sua presença e com sua palavra aos legisladores de 1824, apresentou as bases para a confecção do código politico do paiz, lembrou certas idéas liberaes, que vêm exaradas nesse livro (16), sancionou com o seu voto os principios gravados pelos legisladores no código politico da patria, jurou em presença do povo essa lei fundamental ; desse modo fez D. Pedro I o que podia fazer pelo Brazil. Se abraçando a causa da indepen-

(16) Disse-nos o Sr. visconde de Sapucahy que foi D. Pedro quem lembrou os conselhos provinciaes quando se formulou a constituição.

dencia apressou o nascer do astro da liberdade no céu da terra do Cruzeiro; se erguendo-se entre os libertadores da patria afastou os perigos, as lutas, as tempestades politicas, que podiam abalar o paiz no momento de começar a ter existencia como nação separada e independente, no momento em que, como um só corpo social, principiava a sentir por si, a constituir-se, a ter sentimentos e recordações suas, formulando e sancionando a constituição, consolidou sabia e convenientemente a sua obra da regeneração politica do paiz, adquiriu titulos sagrados á estima e admiração dos brasileiros, porque plantou a grande arvore, a cuja sombra devemos todos abrigar-nos; deu-nos em 1824 o que só oito annos depois outorgou a Portugal; sancionou o destino do Brazil, segurou seu futuro e preparou sua prosperidade.

1868.

---

# SEDIÇÃO MILITAR DE JULHO DE 1831

NO

RIO DE JANEIRO.

---

Se em 1831 a nação ergueu-se, sustentou a sua autonomia, protestou pelas liberdades publicas; se o patriotismo expandiu-se, se os brasileiros resolutos, firmes, inflammados de amor patrio reagiram contra a marcha governamental, tambem cahiu o paiz na anarchia, e houve conflagração de idéas e de sentimentos que originaram contendias, lutas e sedições.

Levado pelo impulso da época, arrastado pelas idéas do tempo, dividiu-se o partido que fizéa a revolução de 7 de Abril; de um lado ficaram os moderados, do outro os exaltados, que constituindo o partido exaltado,

ufanos por acreditarem que suspenderam a patria do abysmo, mostraram-se exigentes, ativos e dominadores, ultrapassaram a lei, perturbaram a ordem, a segurança publica, zombaram de tudo e de todos; julgando que só delles podiam provir a felicidade e a grandeza do paiz, e que se havia patriotismo, liberdade e independencia era só em seu estandarte que liam-se estes principios.

A imprensa que desde os ultimos annos do reinado do primeiro imperador tornára-se inconveniente, indecorosa, esquecendo a reserva e gravidade dos primeiros tempos, cahira depois da revolução de 7 de Abril, na licença, no desfaçamento, e de dia para dia mais fel e peçonha foi derramando no corpo social; transformou-se o jornal em pasquim, e substituiam aos argumentos as injurias, aos raciocinios os insultos; em vez de educar a imprensa pervertia ao povo, e não assemelhava-se á pomba da arca de Noé, mas á cruz de fogo dos escossezes, que sempre annunciava destruição e sangue.

Circulavam na côrte e em algumas provincias periodicos exaltados que, prégando a anarchia, consideravam meios uteis de debellar o partido contrario, as ameaças, as injurias, a deportação, o bacamarte e o punhal.

Publicavam-se em Pernambuco o periodico exaltado intitulado a *Bussola*; na Bahia a *Sentinella do forte de S. Pedro* e o *Echo da Liberdade*.

dade; em S. Paulo o *Observador Constitucional*, e no Rio de Janeiro a *Nova Luz*, o *Exaltado*, a *Voz da Liberdade* e o *Jurujuba*.

A força militar indisciplinada, arrogante, crendo ser a espada o sceptro da lei, que tudo devia decidir-se pelas armas, pela vontade dos soldados; orgulhosa por ver que desde 1821 satisfizera suas exigencias, e conspicuo papel representára nos negocios publicos, deixára de ser a depositaria da ordem, da tranquillidade publica; em vez de garantir os cidadãos debellava-os; já não era um elemento de ordem, um sustentaculo da lei, mas um corpo anarchico que alçava a cabeça logo que havia um motim, quando não era o primeiro a atear o facho da rebellião.

E tão desorganizada e dissoluta andava a corporação militar que qualquer tribuno alliava soldados, e levava-os de espingarda ao hombro a commetter desatinos, a desrespeitar a lei, a perturbar o socego, e a levantar exigencias que, quando não cumpridas, eram o cartel de desafio, a iniciação de sedições repetidas, perigosas e sanguinolentas.

Fallando da tropa que se reunira nos dias 14 e 16 de Julho de 1831, na praça da Constituição, diz o deputado Vieira Souto :

« Os corpos que vieram em socego e obediencia se deixaram seduzir pelos anarchistas. »

Se conservaram-se alguns batalhões fieis á

lei e á patria, se não conflagrou-os o espirito de insurreição, foram os esforços e os brios militares de seus commandantes que os contiveram.

Não só na côrte, mas em algumas provincias do norte do Imperio hasteou-se o estandarte da rebelião e da anarchia; reúnem-se na cidade da Bahia alguns homens no forte de S. Pedro, e fazem d'alli as requisições mais violentas, que põem em coacção o governo, e não sendo obedecidos em seus votos, porque a população sensata agglomerada em outro ponto lh'os impediu, calumniam, ultrajam e perseguem aos bons cidadãos. Dão-se tambem perturbações na Parahyba; mas a firmeza, e a prudencia do governo geral restabelecem a ordem, a confiança e a união social.

Estamos em Julho de 1831, e é na tropa que se origina a insurreição que a côrte presenciou nessa época; a qual, como disse a regencia na participação aos presidentes das provincias, derramou a consternação e o susto nos pacíficos habitantes, e pôz em risco, por sua exaltação de momento, a dignidade nacional, as propriedades, honras e vidas dos cidadãos.

Na noite de 12 de Julho de 1831 o batalhão 26, commandado pelo major Liberato José, aquartelado no mosteiro de S. Bento, insubordinou-se; ouviram as rondas proximas quatro ou cinco tiros de espingarda, que pare-



ciam trazer bala, e por isso apitaram pedindo reforço; chegaram os avisos ás parochias circumvisinhas, e dentro de uma hora achavam-se postados na rua Direita, aguardando as ordens das autoridades competentes, mais de seiscentos cidadãos, guardas municipaes.

Relatára o major Liberato ao commandante das armas a sedição que rompêra no batalhão, e ordenando-lhe o general que se dirigisse ao ministro da guerra para prevenil-o do occorrido, apressou-se o mesmo general em levar ao conhecimento da regencia a noticia do facto; determinou esta o embarque do batalhão para a provincia a que pertencia; mas em quanto preparavam-se o transporte e meios necessarios para a viagem, resolveu, afim de conservar o batalhão dividido, incumbil-o da guarda da cidade no dia 13. No dia seguinte embarcou o batalhão para a provincia da Bahia. Na noite desse dia, das sete para as oito horas, revoltou-se o corpo de policia aquartelado na rua Nova de S. Bento, e logo após outros corpos; e essa tropa insubordinada, voltada contra a autoridade e a lei, commetteu desatinos e crimes; disparou tiros com balas, praticou roubos, perpetrrou assassinios, e espalhou a consternação e o terror, obrigando muitas familias a emigrarem para os arrabaldes da cidade, e para os navios ancorados no porto. Acompanhado do major Reis, e do capitão Feliciano Firmo Monteiro, primeiro e

segundo commandantes do corpo de policia, dirigiu-se o commandante das armas, José Joaquim de Lima e Silva, depois visconde de Magé, ao ministro da guerra, que sciante da sedição, ordenou se empregasse a força para debellar a anarchia dos soldados da policia.

Reunindo a força militar sob seu commando, tratou o commandante das armas de dividir-a em tres columnas, que diviam marchar ao mesmo tempo: a primeira pela rua da Quitanda, a segunda pela da Candelaria, e a ultima pela rua Direita até a do Sabão, onde postar-se ia; d'outro corpo, dividido em duas columnas, uma devia occupar o largo da Prainha e a outra a rua do mesino nome, e duas companhias estanciarem na ladeira de S. Bento, contiguo ao quartel dos amotinados.

Cercado o quartel pela tropa assim disposta, resolvéra o commandante das armas intimar aos não culpados que depuzessem as armas, e sahissem do quartel, sob pena de atacar e fazer fogo sobre os rebeldes, que não attendessem á ordem militar. Mas formada a força militar na praça da Constituição, á espera da ordem para marchar, amotinou-se o povo e começou a seduzir os soldados, e em breve échoaram gritos clamando:

— Venha a policia, desembarque o batalhão 26, soltem-se os presos; não queremos mais sipoadas, fóra o general!

Deixando o quartel veio o corpo de policia unir-se ao povo e a tropa na praça da Constituição.

Tão grave successo levou a assembléa geral a entrar em sessão secreta no paço da cidade, onde achavam-se o imperador ainda menor e as princezas suas irmãs, durando a sessão desde ás tres horas da tarde do dia 14 até ás 11 1/2 horas da manhã seguinte.

Dirigiu a regencia no dia 15 uma proclamação á tropa censurando acremente seu procedimento e rebeldia; no mesmo dia a camara dos deputados, tendo por presidente José Martiniano de Alencar, publicou uma proclamação convidando os fluminenses a confiarem no governo, nos representantes da nação e nas leis do Estado; e tambem em uma proclamação fallou a camara municipal ao povo, lembrando-lhe que devia considerar seus defensores a constituição, a assembléa geral e o governo.

Eram então vereadores Bento de Oliveira Braga, presidente, Henrique José de Araujo, João José da Cunha, José de Carvalho Ribeiro, Antonio José Ribeiro da Cunha e Francisco Luiz da Costa Guimarães.

Marcharam os rebeldes, cidadãos e soldados, para o campo da Honra, hoje praça da Acclamação, onde estrugiram os gritos:

— Abaixo a regencia, abaixo a assembléa geral, queremos constituinte.

Chegou a sedição ao seu auge; excessiva

tornou-se a confusão, extraordinario o alarido; houve tiroteios entre a força militar, e delles resultaram ferimentos e a morte de um soldado do 3.º batalhão. A morte desse soldado atçou o odio, a vingança de seus companheiros d'armas, que chegaram a empunhal-as para atacar aos corpos rebeldes com quem a pouco conspiravam.

Palavras imprudentes de alguns exaltados e as bebidas alchoolicas que estes haviam repartido pelos soldados inflammaram de tal modo a estes, que praticaram desordens, ultrajaram as rondas municipaes, repelliram os cidadãos pacíficos, tentaram tirar armas dos arsenaes, e cercar o paço imperial com uma attitude ameaçadora.

Alguns cidadãos rebeldes, acompanhados de soldados indisciplinados, e excitados pelo vinho e pela aguardente, penetraram no palacete que se erguia no campo da Honra, e endereçaram ao governo a seguinte representação rubricada por 441 assignaturas:

« Senhor.—O povo e tropa da capital do Rio de Janeiro é de novo reunido para pedir a expulsão para fóra do Imperio dos acerrimos inimigos da nação brasileira, que tantos males lhe hão causado, que são incançaveis em tramar solapadamente a sua ruina; convém, pois, senhor, que taes homens, nocivos ao nosso bem estar não continuem a viver no meio de nós !

« O povo e tropa desta capital, incansaveis pelo bem da sua patria, tem a honra de apresentar a lista dos inimigos da nação brasileira, sua independencia e constituição, e esperam que sejam quanto antes apartados para longe de nós, afim de que jamais possam perturbar sua tranquillidade.

« O povo e tropa, senhor, deseja não largar as armas da mão sem o cumprimento do seu pedido, protestando a obediencia devida ás autoridades constitucionaes que nos rege. Campo da Honra 15 de Julho de 1831. »

Pedia-se nessa representação a deportação de 89 pessoas, das quaes sete eram senadores do Imperio.

A regencia enviou esse papel á assembléa geral, que continuou em sessão permanente até ás 8 horas da noite do dia 16.

Mas em tão penosas e graves circumstancias manifestou-se o patriotismo dos bons cidadãos, que reprovando a rebeldia dos soldados e os excessos do partido exaltado, aproximaram-se da causa da lei e tomaram armas para defender a patria. Officiaes superiores de todas as patentes e de todos os corpos constituiram um batalhão chamado dos soldados da patria, commandado pelo general José Manoel de Moraes, e de espingarda ao hombro foram guardar as estações publicas que podiam ser investidas pelos rebeldes.

Relevantes serviços prestou este corpo á

segurança publica, deu prestigio ás ordens do governo, afastou das fileiras dos rebeldes muitos cidadãos, e cooperou energicamente para o restabelecimento da ordem social. Elogiando-o disse o ministro de justiça padre Feijó :

« Estes bravos da patria cingiram as patronas sobre as bandas ; elles deram o primeiro exemplo de patriotismo. »

Acrescenta um periodico do tempo.

« O brigadeiro, o chefe de esquarda passeiam contentes de espingarda ao hombro, e vão fazer a sua guarda. »

Promptas e energicas providencias partiram do governo da regencia para abafar a insurreiçãõ militar ; embarcou no dia 16 para as fortalezas de Villegaignon e S. João, o corpo de policia, que, extinto por decreto do dia immediato, foram remettidos os soldados no brigue *Flôr do Rio* e no patacho *Doze de Outubro* para differentes provincias afim de serem aggregados aos corpos do exercito ; modificou-se no mesmo dia 16 o gabinete ministerial, entrando para o ministerio da fazenda Bernardo Pereira de Vasconcellos, para o do imperio o Dr. José Lino Coutinho e para o da guerra o coronel Manoel da Fonseca Lima ; e por decreto de 17 foi nomeado commandante geral das guardas municipaes o deputado Sebastião do Rego Barros, pelo que dispensou-o a assembléa dos trabalhos legislativos.

No recinto da representação nacional leu

e apresentou o deputado Hollanda Cavalcante o seguinte projecto de lei :

« Art. 1.º Ninguem será perseguido pelos acontecimentos dos dias 14, 15, 16 e 17 (até ás 11 horas do dia) na cidade do Rio de Janeiro.

« Art. 2.º A tropa da guarnição da cidade do Rio de Janeiro será removida para districtos arredados da cidade pelo menos cinco leguas de distancia, prestando-se-lhes todos os auxilios necessarios á sua marcha regular, subsistencia e bom aquartelamento.

« Art. 3.º A municipalidade desta cidade tomará de accordo com os juizes de paz dos differentes districtos della as medidas necessarias para a guarda da mesma cidade, sendo para isso auxiliada do governo naquillo que ella requer.

« Os empregados das differentes repartições publicas farão as guardas destas repartições segundo requererem seus respectivos chefes.

« Art. 4.º De hora em diante a entrada de força armada para dentro da cidade, sem precedencia de licença da municipalidade, é considerada como acto de rebellião da mesma força.

« As medidas mencionadas na presente resolução poderão ser applicadas á administração das provincias por accordo dos conselhos do governo nas mesmas provincias.

« Ficam revogadas, etc. »

Este projecto, que depois de remettido á commissão de justiça criminal e constituição,

que contra elle lavrou parecer, foi rejeitado pela assembléa, patenteia o receio que havia da força militar cuja influencia era perniciosa nos motins populares; do exercito nascia a anarchia, lavrava nas fileiras militares a demoralisação, e já se não podia dizer com o antigo imperador romano:

— Confiai nos soldados e zombai de tudo mais.

Se lisongeando a força militar, impellindo-a á revolta, tramavam os exaltados contra o governo; se de braço alçado e voz arrogante faziam requisições imprudentes; se para atemorizar a autoridade rodeavam o paço da camara dos deputados, e invadiam-no com attitudo e vozes ameaçadoras, porfiavam os cidadãos pacíficos, em offerecer seus serviços á regencia, em pugnar pela tranquillidade publica, em respeitar as leis, e salvar a patria.

Em 16 de Julho mais de mil e quinhentos cidadãos enviaram uma representação á camara dos deputados, na qual offereciam seus serviços e vidas afim de sustentarem o systema constitucional e o governo legal. No mesmo dia chegou á assembléa um officio do commandante, officiaes e cadetes do corpo de artilharia de marinha manifestando seus votos de adhesão ás leis e ao governo; e de igual modo procedeu o 1.º corpo de artilharia montada do exercito declarando-se fiel aos principios da ordem e da legalidade.



Para galardoar o merito e premiar serviços deliberou a camara dos representantes da nação inserir na acta de suas sessões o ; nomes dos commandantes e officiaes que haviam protestado sustentar os deveres de defensores da patria; e ordenou a regencia se publicassem os nomes desses officiaes e de todos os cidadãos, que apresentaram seus serviços em defesa das leis e poderes constituídos.

Resolveu a assembléa em sessão do dia 16 que fosse devolvida a representação que enviaram-lhe a tropa e o povo, pois, por inconstitucional e absurda, não podia ser objecto de deliberação; e o governo, resolutos a firmar a segurança e a paz mandou prender muitos cidadãos pelos acontecimentos dos dias 14 e 15 de Julho, e recolher-os ás fortalezas de Villégaignon e Santa Cruz; lavrou baixas de muitos soldados de batalhões diversos; dimittiu, reformou e transferiu muitos officiaes para differentes corpos e provincias do Imperio.

Em 20 de Julho officiou o ministro da justiça ao desembargador corregedor do crime da côrte e casa para que passasse a indagar quaes os complicados dos motins de 14 e 15 de Julho, afim de proceder-se a corpo de delicto, e dar-se principio à devassa.

Estava abatida a anarchia, repellidos os sediciosos, mas tranquillo não era o somno da paz em que adormecia o povo: tramavam os conspiradores nas trévas, e depois de deixarem

o cacete e o punhal, quizeram servir-se do fogo. Eram os demagogos que ensaiavam as scenas que os communistas deviam representar em nossos dias com mais horror e descaro; propalou-se que pretendiam alguns anarchistas lançar fogo á alfandega pela parte do mar, e por isso providenciaram as autoridades para evitar essa calamidade, ordenando que os empregados daquella repartição permanecessem debaixo de armas.

Em 20 de Julho officiou o ministro do imperio Lino Coutinho aos presidentes das provincias relatando os acontecimentos que haviam occorrido na côrte, e tambem o restabelecimento da ordem, da confiança e união social.

Dous dias depois declarou o ministro da justiça á camara dos deputados estar extinto o movimento revolucionario, e a regencia proclamou ao povo annunciando-lhe que, debellada a anarchia, voltava a cidade ao remanso da paz e do socego.

Nesses dias de odios, de lutas intestinas, em que a imprensa representava distinctamente os dous partidos que pugnavam na arena publica, se os periodicos moderados louvavam os esforços do governo em prol da tranquillidade e segurança sociaes, os exaltados injuriavam seus adversarios politicos, e arrastados pelas paixões e lutas propunham medidas que nem sempre eram consentaneas com a razão e com o direito.

Censurando o procedimento do governo contra os revolucionarios de Julho de 1831, escreveu o *Exultado* :

« Povos do universo conhecei e ficai sabendo que no Brazil em Julho de 1831 se considera anarchia pedir ao governo que livre a patria dos seus inimigos. »

Mas animavam aos bons cidadãos, aterravam aos máos, e faziam entrar em seus deveres áquelles que haviam sido fascinados pelas illusões ou pelas paixões, os periodicos a *Asiréa*, o *Tempo*, o *Independente* e a *Aurora*, cujo redactor ao terminar um artigo concitando seus amigos politicos dizia :

« Se perecermos na luta ao menos acabaremos com honra e com a convicção de haveremos cumprido o nosso dever como cidadão, como escriptor livre e como membro da assembléa legislativa. Viva a liberdade e a lei. »

Acordou o patriotismo de muitos cidadãos de diversos municipios das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas a noticia da sedição militar operada na côrte; offereceram-se muitos a tomar armas para debellar a anarchia, e as camaras municipaes de Itú, de Santos, de Caeté, de S. João d'El-rei, da Campanha da Princeza, de Arêas e outras manifestaram á regencia seus sentimentos por occasião dessa alteração da ordem publica, e agradeceu-lhes a regencia essa demonstração patriótica.

Assignalados serviços prestou á patria nesta e em outras crises politicas o ministerio de 16 de Julho de 1831; Feijó, Vasconcellos e Lino Coutinho salvaram os principios da lei lutando com a anarchia e a dissolução social; em quanto repelliam os motins dos exaltados, abatiam a soldadesca indisciplinada e revolta, sustentavam o credito nacional, erguiam o prestigio do poder, mantinham a paz e a segurança geral; notaveis estadistas pugnavam pela lei e força moral da autoridade, e nautas peritos nesses tempos tempestuosos, salvavam a nação que era dilacerada e arrastada pela revolução; foram elles os paladinos que, no meio da commoção social, sustentaram sobre seus hombros o paiz, mas o paiz todo e unido, na sua integridade e autonomia.

---

# OS TIROS NO THEATRO

## MOTIM POPULAR NO RIO DE JANEIRO.

---

Effectuára-se a revolução de 7 de Abril de 1831; um soberano descêra sábia e prudentemente do throno, e o povo, jubiloso, entusiasmado, saudou a iniciação do reinado de um príncipe brasileiro, que, ainda nas faxas da infancia, recebeu acclamações, ouviu os vivas dos seus compatriotas, e foi reconhecido como o sustentaculo da monarchia, o herdeiro de um imperio, representante legitimo de uma nação que pugnava pelas suas garantias, pela ordem, pela paz e pela liberdade.

Esse acontecimento pareceu congraçar todos os brasileiros, despertar o amor patrio em todos os peitos, porque se acreditou que uma época feliz, regeneradora, ia começar; que o

paiz, alando as azas, ia avoejar em horizontes mais extensos: morrêra um periodo e alvorecêra outro em que a energia, os grandes commettimentos, a actividade, o trabalho, iam operar em campo mais largo; pareceu o paiz dar um passo agigantado na ordem social; o espirito nacional expandiu-se, e o povo, tendo conhecimento da sua força, considerou a revolução, como um movimento reformador.

Mas entre aquelles que haviam cooperado para a revolução julgaram alguns que podiam ir para diante, caminhar progressivamente, e, em vez de se compenetrarem de um espirito prudente e reflectido, em vez de prégarem a concordia, a conciliação e a tolerancia, exaltados pelas idéas do tempo, embriagados pelo triumpho, não depuzeram as armas da victoria: ergueiram-se, e de golpe quizeram reformar o paiz, destruir todos os embaraços, modificar as ideas sociaes, e dar uma marcha nova aos sentimentos, á politica, ás leis, á ordem social.

Mas não pensou assim o partido moderado que sustentava o poder; julgou conveniente parar no ponto que se chegára; que avançar mais um passo era approximar o paiz do abysmo, e assim tratou de oppôr-se ás idéas, aos planos, ás reformas dos mais exaltados, e dessa opposição nasceram o desasocego, a conflagração, os tumultos, a luta, a guerra civil.

E' essa a historia da humanidade; depois da morte de Carlos I veiu a tyrannia de Crom-

wel; depois do supplicio de Luiz XVI veio o governo do terror, porque a marcha dos acontecimentos constitue uma cadêa, cujos elos, rompidos rapidamente, lançam estilhaços que derramam a luta, a confusão, o sangue na sociedade.

Oppondo-se aos excessos do partido contrario mostrou-se o partido dominante moderado e conciliador; procurou ligar todos no empenho da felicidade e salvação da patria; préguou a concordia e a paz, e apresentou resistencia, para manter a ordem social, aos exaltamentos do partido adverso, que, considerando essa opposição, esse antagonismo, como um ostracismo politico, mais se exasperou, mais reagiu, e exagerado e vehemente se mostrou: dahi nasceram as desavenças, os perigos e lutas civis que experimentou a nação.

Entregue a imprensa a declamações vagas e turbulentas, como era moda, excitava os animos e concorria para a effervescencia das idéas, para o fogo das paixões e lutas dos cidadãos.

Havia tambem a força militar indisciplinada, arrogante, exigente, altiva, que manejava a espada de Brenno, e acreditava que na marcha dos negocios publicos devia a balança pender sempre para seu lado.

Tudo isso pareceu tornar deficiente, contradictoria e anarchica a revolução de 7 de Abril porque se paralygara o commercio, fi-

nara-se a industria, escaceara o trabalho, os jornaleiros reclamavam pão, desappareceram a segurança e a tranquillidade, as esperanças transformaram-se em receios, o regosijo em consternação, a paz em desasocego; e assim pensou-se na restauração do antigo governo, na volta do ex-imperador, por julgar-se que só desse modo se restabeleceriam a ordem, a paz, a concordia, a acção regrada e energica das leis.

Mas não nos devemos admirar hoje das lutas em que ardeu o paiz, dos sentimentos diversos que então preoccuparam os nossos maiores; estava a nação em uma época de transição e formação social: a liberdade apalpava os passos no caminho que seguia; a nação se levantava, e na energia do despertar experimentava essas convulsões, esses estremecimentos e abalos que eram o prenuncio da vida, o movimento dos primeiros passos de um paiz, que sentia necessidade de expandir-se e engrandecer-se.

Assim o anno de 1831 é aquelle em que os acontecimentos se succedem com mais rapidez; é um periodo de luta e de patriotismo, de movimento e interesse social, em que se vêem o triumpho da nacionalidade e a consolidação da monarchia.

Antes, porém, de firmados estes principios houve obstaculos a vencer-se, lutas a profligar-se, e se não chegou ao porto da salva-



ção senão depois de se presenciar scenas violentas, em que a patria viu o sangue correr do peito de seus filhos.

Tendo os olhos nos documentos da época vamos narrar um dos acontecimentos desastrosos do anno de 1831, o qual nos dispertou essas reflexões incompletas, apoucadas e talvez mal cabidas, que abriram este discurso.

Representava-se em 28 de Setembro de 1831 no theatro de S. Pedro, que nesse anno foi denominado Theatro Constitucional Fluminense, o drama *O Estatuario*, em beneficio do actor Manoel Baptista Lisboa.

Desde o começo do espectáculo notou-se grande inquietação e motim nos espectadores; o que não era de estranhar nessa época de agitação, em que toldados andavam os animos politicos, e facilmente estrugiam gritos, originavam-se disturbios em qualquer reunião de cidadãos.

« Desde alguns mezes que um punhado de facciosos, diz Evaristo da Veiga, occupava quasi constantemente o theatro, e d'ahi bannia o cidadão honesto, o homem tranquillo que procurava innocente recreação; era mister verdadeira coragem para que alguns destes ousassem ir expôr-se aos ultrages mais violentos, e esperar os effeitos de clamores sediciosos em que as autoridades e as leis eram a cada momento menoscabadas. »

Concorrêra para azedar os animos, nesse

dias de Setembro, a soltura de alguns individuos, presos em virtude da devassa feita sobre os acontecimentos do mez de Julho.

Reinavam no theatro muita vozeria e inquietação, e ás 10 horas vieram chamar o juiz de paz da freguezia do Sacramento, Saturnino de Souza e Oliveira, que presidia o espectáculo, para aquietar uma desordem que havia no largo, junto aos arcos do theatro, entre o tenente Antonio Caetano e um official de estado-maior, chamado Paiva; queixando-se este de que aquelle o investira com mais seis companheiros, tirara-lhe a espada e despedaçara-lhe as corrêas do talabarte. Dizia Antonio Caetano que Paiva accomettera-o com a referida espada, entregando-a depois a um camarada seu.

Deu o juiz ordem de prisão a ambos, e ordenou a uma patrulha de rondas municipaes de cavallaria os conduzisse á guarda principal; mas vociferou Antonio Caetano, declarando que iria preso, porém não pela patrulha, visto como era official. Attendeu o juiz a essa reclamação, e pediu ao commandante da guarda do theatro que levasse o preso; submetteu-se o tenente Caetano.

Immediatamente echoou entre a multidão um grito unisono contra a prisão de Antonio Caetano, apesar de declarar elle que se achava preso e cumpria-lhe obedecer á disciplina militar; no meio do tumulto desapareceu o official

Paiva, constando mais tarde ter-se ido entregar á prisão na guarda principal ; mas a fuga desse militar atçou mais a colera dos turbulentos, e ouviram-se vozes repetidas clamando que se prendera o brasileiro Antonio Caetano e se facilitára a evasão do portuguez Paiva. Este official era brasileiro adoptivo.

Em vão protestou a autoridade que prendera a ambos, e providenciaria officiando ao commandante das armas para ser recolhido ao xadrez o official Paiva ; porém o povo, arrastado pelo phrenesi do momento, se não aquietava facilmente, nem ouve a voz a mais autorisada, que lhe brada moderação e ordem : é como o rio, que, encontrando embaraços em sua corrente, embravece e se despeña furioso sobre as fragas da rocha que por momentos o detiveram.

Arrebatado pela onda popular foi Antonio Caetano levado para o recinto do theatro, e repercutiu na rotunda do edificio um grito estridente.

— Estamos trahidos, bradaram todos ; creceu o alarido, ferveu a confusão, e ferinos insultos, pesadas injurias e imprudentes ameaças atiraram-se á autoridade, repetindo-se que por causa de um estrangeiro achava-se preso um nacional.

Ordenou o juiz ao commandante da guarda do theatro que effectuasse a prisão de Antonio Caetano, que era o causador do tumulto ;

porém protestaram diversos cidadãos contra a ordem da autoridade, e responderam que não podia ser preso esse official, porque se oppunha o povo, que era soberano e absoluto.

Afastou-se Saturnino de Souza e Oliveira do saguão do theatro, e determinou que as rondas municipaes, attrahidas ao lugar pela vozeria e tumulto do povo, se conservassem na distancia de tres braças da arcaria do edificio.

Contavam essas rondas mais de duzentos homens, e eram commandadas por Antonio Luiz Pereira Araujo, que, depois de haver prestado assignalados serviços nesses dias calamitosos, tendo feito parte em 1817 da expedição enviada a Pernambuco, viu-se tolhido do rheumatismo, e morreu pobre e esquecido em 3 de Dezembro de 1869.

Das arcadas e vestibulo do theatro romperam os amotinadores em insultos ás rondas municipaes, afrontando-as com os mais grosseiros epithetos e provocadoras ameaças.

Se tentava o juiz prender os mais violentos occultavam-se estes no interior do theatro; e no emtanto se não descuidava a autoridade em conter os guardas municipaes que raivosos ouviam os apodos que lhes atiravam os facciosos.

Mandou o juiz de paz fechar o theatro, do qual já se haviam ausentado quasi todos os espectadores, e comparecendo o ex-comman-

dante-geral Sebastião do Rego Barros opinou que se prendessem áquelles que vilipendiavam a força publica, pelo que enviou Saturnino quatro guardas ao saguão do edificio afim de aprisionarem os primeiros que os provocassem, e logo após destacou outros; mas um individuo, approximando-se de um desses guardas, que fôra sargento de brigada, arrebatou-lhe a arma e com ella fez fogo para fóra.

Uma descarga de trinta espingardas foi a resposta dada áquelle tiro.

Irritadas como se achavam as rondas municipaes, e crendo-se investidas pelos amotinadores, dispararam as armas sem ninguem lhes ordenar (\*).

Os tiros afugentaram os facciosos, mataram a tres individuos, e feriram a diversos turbulentos e á alguns guardas municipaes.

Dos fallecidos um era natural da provincia de Pernambuco, outro da do Maranhão e o ultimo um portuguez que, tendo vindo ao theatro pela primeira vez, saltára no tablado na occasião do motim, entrára na scena por um dos lados do panno que já estava descido, e demorando-se em examinar a pintura do scenario foi alcançado pela bala que atravessou o panno e cravou-se-lhe na cabeça. Abriram-se sepulturas na igreja da Lampadosa para eses tres cadaveres.

\*) Asseverou-nos isto Antonio Luiz Pereira Araujo commandante das rondas municipaes.

Dispersára-se todo o povo, mas continuaram as rondas municipaes a affluir para a praça da Constituição, marcharam contingentes de diversas freguezias, de sorte que á meia-noite havia na praça mais de mil e quatrocentos guardas municipaes, e em toda cidade mais de tres mil em armas.

Espalhando-se o boato que marchava do quartel de Barbonos o batalhão de grana-deiros para atacar as guardas municipaes, collocaram-se vedetas na rua do Piolho, hoje da Carioca; porém já estavam serenados os animos, e nada mais occorreu, debandando-se a força municipal ás quatro horas da manhã.

Receiando o juiz de paz Saturnino ser victima de alguma traição, pediu a Antonio Luiz Pereira Araujo, commandante de esquadra, cargo semelhante ao de inspector de quarteirão, que viesse com alguns guardas municipaes pernoitar em sua residencia.

Procedeu o juiz de paz ao corpo de delicto nos mortos e feridos, e officiou ao ministro da justiça padre Diogo Antonio Feijó relatando-lhe os acontecimentos da noite de 28 de Setembro, e referindo-lhe que se oppuzeram o major Miguel de Frias, assim como outros officiaes, á prisão de Antonio Caetano.

Em uma allocução que endereçou aos guardas municipaes da freguezia do Sacramento louvou o juiz de paz a conducta e a prudencia desses seus camaradas, e profligou a força de

primeira linha que fizera guarda no theatro, « a qual, accrescenta Saturnino, não só não me tinha coadjuvado para sustentar a ordem, e mostrava-se indifferente espectadora dos ultrajes que se nos faziam, mas até se nos mostrara hostil, calando baionetas ao primeiro reforço que chegou á entrada do saguão; era portanto de receiar um violento ataque de baioneta no pequeno espaço do saguão, aonde muitas vidas se perderiam, e eu empregarei sempre todos os meios de não comprometter a vida de um só guarda municipal. »

O tenente do 1.º batalhão de caçadores Candido Monteiro, que commandara a guarda de primeira linha postada no theatro na noite do motim, publicou uma correspondencia refutando as censuras que lhe fizera o juiz de paz da freguezia do Sacramento; mas este officiou ao commandante interino das armas o coronel Francisco Carlos de Moraes para que fosse responsabilisada a força de primeira linha que fizera a guarda do theatro na noite de 28 de Setembro

Dirigiu o governo no dia seguinte um aviso ao commandante interino das armas ordenando que fossem recolhidos presos á fortaleza de Santa Cruz os alferes Francisco Joaquim Bacellar e José Alexandre, á da Lage o major Miguel de Frias e Vasconcellos, á de Villegaignon os tenentes Honório José Ferreira e Antonio Joaquim Bacellar, e á de S. João

o tenente Leopoldo Frederico Thompson e o alferes João do Rego Marques para serem julgados legalmente, segundo o resultado da devassa que se procedesse « pois era notorio pela parte official do juiz de paz da freguezia do Sacramento, resa o aviso, o facto da assuada, motim e resistencia á justiça occorrido no theatro nacional, na noite de 28 de Setembro, no qual tiveram grande e não duvidosa parte esses officiaes. »

Determinou o ministro da justiça, em aviso de 30 de Setembro, que se procedesse á devassa dos factos occorridos em 28 e 29 do mesmo mez, « convindo, diz o aviso, que os perturbadores da ordem publica e os principaes autores de taes desordens sejam processados pelos meios legaes, para que de sua impunidade se não siga a renovação de tão tristes acontecimentos que tanto concorrem para o desasocego desta capital. »

Os periodicos do partido exaltado, excitados pelas paixões politicas, exageraram a narração dos factos occorridos no theatro; inventaram incidentes, ennegreceram as circumstancias, e para impressionar vivamente o publico tornaram feia e horrorosa a descripção de semelhantes acontecimentos.

Publicou a *Nova Luz* que quando o povo e familias quizeram sahir acharam o edificio circulado por guardas municipaes, as portas todas tomadas, prohibindo-se a sahida a quem



estava dentro; procurou insinuar que eram portuguezes os cidadãos guardas municipaes que estavam em frente do theatro na occasião do motim; que no numero dos mortos contava-se uma senhora, e accrescentou:

— Os vandalos de fardeta e boné fizeram fogo pelas portas da frente e oculos lateraes do theatro.

Outro periodico elevou o numero dos mortos á mais de vinte, e o chamado *Juru-juba* escreveu o seguinte:

« O sangue brasileiro foi derramado por mãos de assassinos que fazem alarde de seu crime. O monstro Saturnino, etc. »

Não demorou-se a sociedade defensora da liberdade e independencia nacional em remetter uma carta em 4 de Outubro ao juiz de paz Saturnino de Sousa e Oliveira, louvando seu civismo e circumspecção na occasião do motim.

De feito mostrou-se esse cidadão prudente e firme nessa noite de confusão e desordem, soube sustentar a dignidade de seu cargo, sem abusar da força que estava sob seu commando; não foi além de seus deveres, conservou-se nos limites da lei, e conseguiu restabelecer a ordem e o socego.

O theatro Constitucional Fluminense que se fechára por ordem do governo desde o dia do motim, reabriu suas portas com o drama o *Aldeão Magistrado* em 2 de Dezembro, dia de

regosijo publico, de festejo nacional, anniversario natalicio do imperador, que contou nesse dia um lustro e um anno de existencia.

---

## SEDIÇÃO MILITAR NA ILHA DAS COBRAS

---

Realizára-se a revolução de 7 de Abril, e se estabelecêra sem combate uma nova forma politica. A prudencia de um principe que, para salvar um principio abdicou a corôa de um imperio, a união e a moderação dos partidos fizeram o paiz atravessar essa crise tão violenta sem scenas de sangue e lutas da anarchia; mas passado o enthusiasmo que sempre produzem essas commoções populares, desapareceram a prudencia e a moderação, e em vez das palavras de perdão e legalidade, da unanimidade de desejos, hasteou cada partido seu pendão, extremou cada um suas opiniões, e começaram os odios politicos a prégar a perseguição, o banimento e o exterminio. Lavrou a anarchia, tornou-se violenta e intolerante a imprensa, e discursos exaltados, reuniões clandestinas, e sociedades politicas

entornaram na sociedade idéas perniciosas e subversivas.

Se procurava um partido firmar-se na lei e lançar um véo de esquecimento sobre os erros anteriormente commettidos, mostrava-se o outro violento e sem treguas, julgava servis e traidores áquelles que não admittiam suas idéas, não approvavam seus planos, e nem tinham como uteis violencias e perseguições. Eram para os moderados anarchistas e revolucionarios os que se não curvavam a todos os actos do governo, e não louvavam a linguagem deste ou daquelle periodico alistado entre os defensores dos ministros. Irritados assim os partidos, accesos os odios politicos, nasciam dessa conflagração ameaças, injustiças e perseguições reciprocas.

Se separados como se achavam pugnassem os partidos politicos pelas suas idéas, defendessem seus principios, podia essa luta da imprensa trazer desenvolvimento moral ao paiz, esclarecer as opiniões, dar vida ao systema governamental e firmar as bases do direito e da justiça. Mas assim não aconteceu.

Cada partido, cada facção tratava de exterminar a facção, o partido contrario; era a luta de protestantes e catholicos, da fogueira e do punhal.

Esforçava-se cada partido por extinguir o outro; eram monstros, malvados aquelles que se achavam alistados na seita dissidente e

devia a patria livrar-se delles; se não deviam poupar os inimigos, antes aniquilal-os todos para felicidade presente e futura da nação; e deste modo ateava-se na capital do Imperio o facho da discordia e da anarchia.

Além desta linguagem vehemente excitava os espiritos a questão da nacionalidade; era motivo para intrigas, rivalidades e odios o haver nascido no Brazil ou em Portugal.

Accresce que a força militar, pela influencia e vantagem que adquirira nos negocios publicos desde 1821, assumira certa preponderancia que se tornou em breve perigosa e fatal; tudo se devia decidir pelo peso da espada, e não eram completos os acontecimentos politicos sem a intervenção do exercito.

Nasceu dahi um antagonismo entre militares e paisanos, que começaram a considerar áquelles como oppressores e despoticos.

Costumado a executar as ordens do poder absoluto tornára-se o exercito soberbo e exaltado, e, quando viu que queriam sopitar-lhe a influencia, atirou-se á luta e mostrou-se violento e indisciplinado.

Todos estes elementos, os partidos exacerbados, as aspirações illegaes, as paixões violentas, as questões de nacionalidade e a insubordinação militar lançaram em diversos pontos do Imperio a licença, e produziram commoções, sedições e lutas civis.

Nas ruas, nas praças, theatros, e quarteis

da capital do Imperio levanta a anarchia seu collo altivo; inflammados pelas calumnias e vehemencias da imprensa gritam, clamam os cidadãos, e atacam as rondas municipaes na cidade nova; no theatro exaltam os espiritos, excitam os brios nacionaes, desobedecem e insultam a autoridade; uma turba desenfreada corre aos quarteis, desarma alguns guardas municipaes, e subleva os soldados contra o povo; encerrados nos muros de uma fortaleza, dispondo de munições, soldados indisciplinados reclamam violentamente um de seus officiaes, preparam-se para atacar a cidade e fazem fogo sobre ella.

Felizmente a lei triumphava dessas commoções, são dispersos os ajuntamentos, presos os sediciosos, e subjugada a tropa rebelde; a ordem recupera seu imperio, o patriotismo do povo inutilisa os planos dos ambiciosos, que esperavam triumphar nas trevas e no erro, e que, como diz Montesquieu, quando querem pôr em pratica seus projectos trabalham por introduzir na republica uma especie de anarchia; a energia do governo, nesses tempos agitados e revoltos, extirpa os males, salva a patria, prestes a despenhar-se nos horrores da anarchia, e afasta a luta civil que traz sempre comsigo a immoralidade, a pobreza, a desordem, a desolação e a morte.

Corria na cidade, á mais de mez, o boato de que breve rebentaria uma sedição no corpo

de artilharia de marinha aquartelado na ilha das Cobras; indicavam-se alguns officiaes, e especialmente o capitão José Custodio e o alferes Camillo José Ribeiro como chefes da sublevação, patenteando a linguagem livre e desenvolta dos soldados que lhes inflammava alguém os animos e excitava-os á revolta. Pareciam não tocar essas atoardas os ouvidos do ministro da marinha, que se não apressava em lavar a baixa de soldados de quatro, seis e mais annos de serviço, os quaes, era sabido e notorio, desejavam voltar contra o povo as armas recebidas para defensão da patria; e declarando necessitar de gente para guarnecer os navios e a presiganga deixava o ministro em mãos dessa tropa insubordinada um deposito de tres mil armas, muito cartuxame e algum dinheiro.

Por decreto de 16 de Setembro de 1831 dimittira o ministro da guerra do serviço do exercito diversos officiaes, transfirira muitos de uns para outros corpos, e só poucos dias antes de romper a sedição removera o ministro da marinha o armamento da ilha, concedera algumas baixas, mandára prender a diversos officiaes, e afastar outros da côrte. Recebeu ordem de recolher ao brigade *Pirajá* o segundo tenente de artilharia de marinha Camillo José Ribeiro, mais tarde de apresentar-se preso na fragata *Constituição*; porem declarando-se doente teve baixa para o hospital de marinha, d'onde,

consta, não deixou de insuflar a sedição militar.

Foi também instigador desse movimento o Dr. Cypriano José Barata de Almeida, que se achava detido na ilha, e que mais tarde foi removido para a provincia da Bahia. Ardente e exaltado em suas opiniões politicas, redactor do periodico *Sentinella*, ateou esse cidadão mais de uma vez o fogo das paixões, e a vehemencia dos odios nas lutas dos partidos.

Ordenára o governo que o capitão José Custodio se ausentasse da côrte no dia 7 de Outubro, e se distribuíssem pelas embarcações diversas praças do corpo de artilharia de marinha.

Mas divulgadas estas ordens começou-se a espalhar na cidade, na noite do dia 6, que estava revoltado o corpo de brigada, reclamava seu capitão José Custodio, e que deixando os presos entregues a si proprios, haviam os soldados partido da presiganga para se unirem a seus camaradas da ilha. De feito, corridos alguns instantes, desembarcava no arsenal de marinha uma deputação da ilha pedindo o capitão supracitado que foi remettido na esperança de aquietar os animos dos soldados; mas produziu esse acto de fraqueza e condescendencia funestos resultados; agitou e fortaleceu a sedição, animou aos timidos, e provocou a ousadia dos exaltados que ás dez horas despejavam fogo de fuzilaria sobre a cidade.



Ouviu-se então tocar a rebate na cidade, retiniu nas ruas o som estrondoso das matracas, e empunhando armas correram os guardas municipaes a guarnecer as praias e diversos pontos no centro da povoação.

Receiava-se que chegados a terra, excitassem os soldados revoltados aos facciosos, chamassem a si a gleba social, os presos, e causassem serios motivos de susto e tambem sacrificios de vidas.

Mas, nas lutas civis, nos abalos sociaes quasi sempre encontram a justiça e a lei defensores devotados; alli é um João Maillard que assassina o preboste dos mercadores e salva a capital da França; é um bispo que sobe ás barricadas, admoesta o povo e, se cahe trespassado de balas, exprimem suas ultimas palavras paz e concordia; aqui é o capitão tenente Faustino que requisita alguns guardas municipaes, colloca-se á frente de trinta cidadãos, corre ao arsenal de marinha, e sem lembrar-se que ia apresentar o peito ás balas dos revoltosos, levantando vivas á lei e á patria, respondem elle e seus companheiros com fogo vivissimo aos tiros dos sediciosos; move rapidamente a pequena força que commanda de um para outro ponto, e por essa astucia e tactica militar intimida aos inimigos da lei, que já embarcavam dirigindo-se á cidade, onde se chegassem, talvez se déssem scenas tristes e desastrosas. Mas julgando-se investidos por

milhares de combatentes aterram-se, deixam alguns cair as armas, outros quedos não sabem resolver-se, estes pensam em fugir e aquelles abandonam as canôas e occultam-se apressados por trás dos altos muros da fortaleza.

Dirigidos por seus commandantes e pelos juizes de paz agglomeram-se os guardas municipaes na cidade, guarneceem os pontos de desembarque, percorrem as praias, e sustentando armas em defesa da patria, permanecem uma noite inteira, noite chuvosa e lugubre, que parecia favorecer semelhantes acontecimentos. A' meia noite chegava ao arsenal o ministro da marinha e expedia providências que mais cedo deveriam ter sido ordenadas.

Rompeu o dia 7 e longe de entregarem-se, persistiam os sediciosos em suas exigencias; e por isso já era tempo de mostrar o governo que não transigia com rebeldes, e que tendo por si os cidadãos e a lei, podia restaurar a ordem e manter a tranquillidade publica.

O patriotico batalhão de officiaes avulsos de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha que, em defesa da lei e da patria trocára as bandas pelos cinturões e as espadas pelas baionetas, apresentou-se formado; e reunido aos cidadãos conduziu seis canhões ao morro de S. Bento.

Tres vezes enviou o governo emissarios aos rebeldes intimando-lhes a rendição, que, depositas as armas, esperassem embarcados ou in-

dulgencia ou castigo, conforme a decisão dos poderes competentes; mas pertinazes tres vezes recusaram, e traduzindo a prudencia por fraqueza, ousaram propôr indecorosas condições, entre outras que seu amigo, seu pai e companheiro o capitão José Custodio pudesse retirar-se livremente com seus filhos e amigos.

Immediatamente ordenou o governo embarcasse para a ilha uma força sufficiente para bater e sujeitar os rebeldes.

Nomeado em 29 de setembro commandante dos guardas municipaes o marechal José Maria Pinto Peixoto, e collocado á frente de 600 desses guardas e do batalhão de officiaes soldados, determinou ao coronel João Paulo dos Santos Barreto organisasse as columnas de assalto á fortaleza da ilha, as quaes ficaram assim dispostas: a primeira de meio batalhão de officiaes e 186 guardas municipaes, a segunda de outra metade do mesmo batalhão e 180 guardas municipaes, e a terceira de 200 guardas nacionaes e de uma reserva de 150 dos referidos guardas.

Commandava a primeira o coronel João Paulo, a segunda o major Luiz Alves de Lima, hoje duque de Caxias, e a ultima o cidadão Manoel Antonio Airoso.

Postadas estas columnas junto ao portão do arsenal ordenou-se ás cinco e meia horas da tarde, que a bateria assestada no adro do mosteiro de S. Bento despejasse fogo contra os

sublevados, e tambem os navios de guerra dispostos convenientemente e commandados pelo chefe de divisão João Taylor.

Ao som dos primeiros tiros dos canhões embarcou em lanchas a primeira columna, e abicou á ilha sem a menor resistencia; postada na ponte do desembarque deitara a guarda dos sediciosos uma descarga sobre as lanchas; mas respondendo-se ao fogo, fugira apressadamente.

Na frente da columna estendeu o coronel João Paulo uma linha de atiradores, mandou os officiaes soldados protegerem a retaguarda, e com velocidade e intrepidez ganharam elle e os seus a esplanada da fortaleza pela frente do porto.

Apezar de occuparem uma posição vantajosa, donde podiam causar grande damno aos cidadãos que os acommettiam, fizeram os insurgidos um fogo interrompido e mal sustentado, e cercados pela força atacante retiraram-se dos parapeitos que defendiam.

Desembarcou a segunda columna, circumdrou a ilha pelo lado esquerdo sem encontrar maior resistencia, approximou-se da fortaleza e cercou-a nesse ponto.

Reconhecendo não ser necessario enviar mais força, embarcou o marechal Pinto Peixoto, dirigiu-se ao primeiro ponto investido, e percebendo no parapeito da fortaleza alguns soldados, entre os quaes um com a bandeira

nacional desfraldada, intimou-lhes abrissem o portão da praça e se rendessem, como já lhes havia exigido o coronel Barreto; mas elles não attenderam, e aproveitando-se da cessação do fogo dispararam traiçoeiramente alguns tiros, dos quaes um matou o guarda municipal Estevão de Almeida Chaves, que se achava na esplanada junto ao fosso.

Antes de ferir mortalmente a este guarda varou a bala o boné do alferes José da Victoria Soares de Andrea, hoje marechal de Campo.

A morte do destemido cidadão excitou os brios dos que combatiam pela lei, e inflamados pela ancia da vingança lançaram uma descarga cerrada que amedrontou os sediciosos e afastou-os dos parapeitos.

Appropinquaram-se do portão da fortaleza o coronel Barreto e varios officiaes, e tentaram arrombal-o a couce d'armas; mas por ser impossivel tal operação, resolveu-se trazer do arsenal um obuz para romper e despedaçar o portão da praça; e se não se empregou esse meio foi por que o tenente-coronel Jacintho Pinto de Araujo Corrêa, escalando as muralhas, firmando-se na fragosidade das pedras, galgou sem escada o parapeito; e logo, após elle, um guarda municipal e varios officiaes praticaram tão arriscada acção; dobados alguns minutos servia-se de uma escada de mão o coronel Barreto para chegar ao espaldão assim como outros officiaes, e tambem o marechal

Pinto Peixoto que, intimando rendição aos revoltosos, sujeitaram-se estes formando-se na praça dos quarteis e depondo as armas.

Nessa occasião entrava pelo lado opposto o major Luiz Alves de Lima á frente da sua columna, havendo abatido o portão, onde encontrára pouca resistencia daquelles que defendiam-no, aprisionando antes as sentinellas do dique e de outros pontos.

Subiram a 200 os sublevados aprisionados, exceptuando os presos que haviam sido por elles soltos e se achavam occultos, estando escancaradas as prisões.

Escoltados por guardas municipaes foram os rebeldes removidos para o navio presiganga, cuja guarnição, como vimos, pegára em armas, desprezára os presos e corrêra a unir-se a seus companheiros da ilha. Regressaram á côrte as columnas atacantes, excepto o batalhão de officiaes, sob as ordens do coronel Barreto, que ficou encarregado de sobreroldar a fortaleza, capturar os rebeldes e presos homisiados nos matos e casas adjacentes.

Denodo e civismo patentearam o batalhão de officiaes e companhias de guardas municipaes que assaltaram a fortaleza; além do guarda municipal morto por uma bala, que bateu-lhe logo abaixo do pescoço, ficaram feridos e contusos tres officiaes, não contando os sediciosos nem uma victima, e só mui poucos feridos. Preencheu dignamente o marechal Pinto

Peixoto a missão de que encarregou-o o governo, mostrou-se activo e prudente, e soube poupar sangue, que sempre é doloroso ver derramado em luta de irmãos.

Dirigiu-lhe o conselho da sociedade defensora da liberdade e independencia nacional o seguinte officio :

« Cidadão Commandante Geral das Guardas Municipaes. — Expôr a vida e o sangue para salvar a patria é sem duvida praticar um acto de sublimado patriotismo ; mas reunir ainda a isso o respeito ás leis da humanidade e compadecer-se daquelles mesmos que as não reconhecem, é tocar o limite das virtudes sociaes. Eis o que fizeram esses que no dia 7 deste mez correram a desalojar a anarchia do seu derradeiro baluarte. E tanta bravura e heroicidade não podiam ser consideradas sem o mais vivo transporte de gratidão pelo conselho da sociedade defensora da liberdade e independencia nacional. Vós, pois, cidadão, que fazeis parte desta sociedade recebei não já só nossos puros e unanimes agradecimentos pela coragem e illustrado amor da patria, de que nos haveis dado exemplo, senão igualmente os parabens pela gloria que vos coube de commandar os bravos que por seu denodo e virtudes civicas firmaram para sempre a liberdade e ventura dos nossos compatriotas.

« Deus vos guarde, cidadão, por muitos

annos no gozo da consideração e estima publica que vos rodeiam. »

Appareceu publicado na *Aurora Fluminense* e consagrado aos bravos do batalhão de officiaes soldados e guardas municipaes, que atacaram a fortaleza da ilha das Cobras, o presente soneto:

D'entre os bastardos filhos de Mavorte  
Traição surgiu, horrores se encetáram,  
Êm negros antros tetricos juráram  
A' bella Nictheroy sanguinea sorte.

Do povo aos gritos, civico transporte  
Inflamma os bravos; subito voaram  
Aos muros, onde os monstros decretaram  
O roubo, o estupro, a confusão e a morte.

Não soffre inulto o cidadão valente  
Que o collo altêe a furia da anarchia,  
Em circulo postada armi-potente.

Convulso, ao vél-o, eis cede á valentia,  
Exulta Nictheroy, e o brado ingente  
Louva dos filhos seus a galhardia.

O juiz de paz da parochia de Santa Rita, Manoel Teixeira da Costa Silva, enviou ao commandante geral dos guardas municipaes da referida freguezia, o cidadão Joaquim José Pereira de Faro Filho, este officio :

« Illm. Sr. —A' vista dos acontecimentos que tiveram lugar nesta cidade em a noite de 6 e dia 7 do corrente, bem como dos brilhantes



serviços que prestaram os nossos comparochianos, cidadãos da guarda municipal, pois privando-se de todas as commodidades, correndo às armas, expuzeram as vidas a bem da sociedade ameaçada por uma força de rebeldes, eu não posso deixar de manifestar a admiração e reconhecimento de que me acho penetrado para com tão bravos e dignos membros da associação brasileira. Foi sob as immediatas ordens de V. S. e debaixo da sua judiciosa direcção que os nossos comparochianos, cidadãos da guarda municipal, ganharam o laurel de gloria que pertence áquelle que na sociedade preenche arduos deveres, e salva a patria da sanha de seus inimigos; é pois por intermedio de V. S. que eu desejo cheguem os meus vivos agradecimentos aos Srs. commandantes de esquadra (1) afim de que estes o levem tambem ao conhecimento dos briosos compatriotas do seu respectivo commando. Com taes cidadãos a ordem publica nada tem que receiar dos perturbadores e ambiciosos, e o systema monarchico representativo e as liberdades de cada um não soffrerão abalo que comprometta a sua estabilidade. »

Manifestaram patriotismo nos acontecimentos dos dias 6 e 7 o batalhão de officiaes soldados, os guardas municipaes e muitos cidadãos; e entre aquelles que mais se distinguiram notam-

(1) Commandante de esquadra, era nm emprego semelhante ao de inspector de quartelão.

se o official de marinha José Joaquim Faustino que, á frente de poucos guardas municipaes e cidadãos, simulou pelos movimentos e tactica militar dispôr de força numerosa, de modo que amedrontou os rebeldes; e o tenente coronel Jacintho Pinto de Araujo Corrêa, o primeiro em subir os muros da fortaleza.

Jacintho Pinto se distinguira em 1826 na colonia do Sacramento; em 1827 abordára e tomára uma escuna de guerra da republica de Entre-Rios, levando a esta empreza 30 homens desarmados, e como simples soldado fizêra a campanha da independencia.

Em uma descripção em verso dos successos de 6 e 7 de Outubro de 1831, publicada nessa época, por um mineiro, guarda municipal, estão estampados estes versos dedicados a Jacintho Pinto :

E tu, Jacintho illustre, a quem a sorte  
Na frente collocou da brava gente,  
Que o mal seguro pé sobre a muralha  
O primeiro firmaste... Ah! não, não temas  
Que a mãe nova adoptada por teu gosto (2)  
Ingrata mãe se esqueça do seu filho,  
Do heróe que nas acções é brasileiro.

Votou a assembléa legislativa louvores aos guardas municipaes, ao batalhão de officiaes soldados, e aos juizes de paz; e a regencia, em nome do imperador, mandou elogiar-lhes

(2) O Brazil sua patria adoptiva.

e agradecer-lhes a maneira heroica e legal com que se comportaram na noite de 6 e no dia seguinte.

Na falla com que a regencia encerrou a assembléa geral, em 1 de Novembro de 1831, lêem-se estas palavras que merecem escriptura:

« O Brazil se recordará sempre grato dos relevantes serviços prestados pelos guardas municipaes, officiaes soldados e outros bravos militares; estes dignos brasileiros tem arrostado por toda a parte os maiores perigos, esquecidos de si, e só tendo por diante o que lhes merece a sua patria. »

Esses elogios exagerados, levantados pelo governo e o partido dominante, manifestam a exacerbação das idéas da época; procuravam os que dominavam a situação lançar a odiosidade sobre o partido contrario, engrandecer seu triumpho para se aproveitarem dos negocios publicos e dirigirem o paiz abatendo e aniquilando o partido vencido.

Sepultára-se no dia 8, na igreja de S. Francisco de Paula, o cidadão Estevão de Almeida Chaves.

Precedido de numeroso concurso de cidadãos e guardas municipaes, sahira da rua de S. Pedro, onde residira o finado, o ataúde sustentado pelo marechal de campo Pinto Peixoto e juizes de paz de differentes parochias da cidade; mais de cinco mil pessoas atopejavam o largo de S. Francisco, desejando al-

guns por curiosidade, porém muitos por vivo interesse, assistir a esse acto solemne e patriótico.

A presença dos companheiros do morto, testemunhas de sua intrepidez no assalto da fortaleza, a lembrança dos perigos que estiveram imminentes sobre a cidade, a gravidade do acto, a numerosa concurrencia de cidadãos, a assistencia dos membros da regencia e de muitos funcionarios de subida jerarchia davam ao espectáculo um aspecto melancolico e imponente, que cumpungia os corações e exaltava os espiritos.

A igreja estava colgada de preto, guardava no centro pomposo catafalco, e recolhia no côro grande e escolhida orchestra.

Ainda se não vira no Rio de Janeiro tão grande multidão em taes actos funebres, e todas as despezas destas exequias correram por conta de uma subscrição popular.

Estampou a *Aurora Fluminense* em suas paginas este soneto, em honra á memoria de Almeida Chaves:

Votado á guerra, Chaves destemido,  
Fervendo-te no peito o duro Marte,  
Montas, qual raio, o forte baluarte,  
Que é do Janeiro um ôlho ennobrecido.

A vencer ou morrer, já decidido  
Prodigas a aggressão com força e arte:  
E o teu sem par valor por toda a parte  
Confunde os tramas do feroz partido.

Porém, oh dor! em meio da vïctoria  
Tiro certo as fauces te vulnera,  
Perdes a vida onde ganhaste a gloria.

Nome deixando na terraquea esphera,  
Sobes laureado ao templo da memoria,  
Em novo ser de eterna primavera.

Em outra poesia dedicada a esse cidadão,  
lê-se :

Não receies que o tempo estragador  
Desfaça os louros que colheste herôe :  
Pôde a parca ao destino submettida  
Os teus dias cortar tão sem piedade,  
Mas não pôde riscar teu nome illustre,  
Dos fastos do Brazil agradecido.

Ordenou o governo, por decreto de 12 de Outubro de 1831, que a camara municipal inscrevesse no livro destinado a transmittir á posteridade os grandes acontecimentos o nome d'este cidadão declarando ser o primeiro guarda municipal que, em 7 de Outubro, déra a vida em defesa da lei, da patria e da liberdade, atacando os rebeldes da fortaleza da ilha das Cobras.

Eram merecidas essas honras tributadas ao homem que acabára em defensão da ordem e da liberdade publicas, que se sacrificára pelo socego e ventura da patria, e que deixára a seus concidadãos em sua morte um exemplo de patriotismo, e em seu tumulo um monumento de gloria.

Mandou o governo instaurar conselhos de investigação e de guerra para julgar os sediciosos da ilha das Cobras, e remetteu ás sociedades politicas, dedicadas ás doutrinas da ordem e da legalidade, o relatorio fiel dos acontecimentos de 6 e 7 de Outubro de 1831, que os periodicos *Nova Luz*, *Jurujuba*, *Exaltado*, *Sentinella da Ilha das Cobras* e a *Voz da Liberdade*, levados pela fermentação das idéas da época e pelo fogo das paixões politicas, alteraram e desfiguraram, atirando insultos á regencia, aos officiaes soldados, aos guardas municipaes e á memoria de Estevão Chaves por ser brasileiro adoptivo, mas que se sacrificara no sacrosanto altar da lei.

Desarmados e presos os insurgidos da ilha, estabelecida a observancia das leis e a ordem publica, cessaram alguns daquelles jornaes exaltados sua publicação; deixou de apparecer a *Nova Luz*, e interromperam sua marcha regular o *Jurujuba* e o *Exaltado*.

Qual seria o motivo que teriam de commum essas folhas com os sublevados da ilha; se não foram os jornalistas e redactores perseguidos, como deixaram de bater-se na arena da liberdade; seria uma simples coincidencia, ou recuaram perante o triumpho da lei pelo espirito civico?

Que esses periodicos excitavam paixões violentas, aspirações illegaes e produziam commoções, diz-nos o ministro da justiça, padre

Diogo Antonio Feijó, no aviso que, em 7 de Outubro de 1831, dirigiu á assembléa geral pedindo providencias em favor da paz e segurança publica :

« Quatro periodicos, échos desse partido anarchico, entretem e conservam no espirito da população a insubordinação, o desprezo das leis e nenhum caso das autoridades, e por consequencia a verdadeira anarchia. Não é ao governo que compete punil-os. A lei e os jurados são insufficientes. O codigo criminal é em muitos casos irrisorio pela leveza das penas; o nosso processo eterno, cercado de mil tortuosidades, abre a porta á impunidade; e quando a agitação tem chegado ao termo actual não são medidas ordinarias que pódem salvar o Estado; o governo já tem proposto algumas medidas, mais seriam propostas se esperança houvera de serem attendidas, e se já semelhantes não fossem desprezadas. »

Não foi um simples movimento de soldados amotinados a sedição da ilha das Cobras; os boatos de sublevação espalhados ha mais de mez, as cartas vindas de S. Paulo e Minas annunciando-a, as censuras despertadas pelas medidas do governo sobre a retirada da ilha do deposito de cartuxame e armamento, as relações que os facciosos entretinham com a tropa insubordinada, a linguagem ardente da imprensa fazem crêr que houve um plano vasto e que se tramara contra a lei e a patria sinistra

conspiração. Tentaram os sediciosos um desembarque na cidade, e se não contavam encontrar partidários, se não sabiam que haviam de seguil-os os presos do Aljube e a força de linha aquartelada no campo de Sant'Anna, na qual, não tendo o governo confiança, a não enviara contra a fortaleza da ilha, se não esperavam ser apoiados pelo vulgo ignobil, se não tinham algum plano, algum designio, como explicar-se o motivo que os trazia á terra!

E nessa época de effervescencia popular, em que a imprensa, as sociedades politicas hasteavam o archote da desordem e anarchia, dolorosas scenas presenciaria o povo, se desembarcasse em uma cidade populosa e despida de meios de defeza, essa tropa indisciplinada; felizmente a promptidão e civismo dos cidadãos abafaram em sua origem essa sedição, e salvaram a patria da anarchia, do despotismo e da guerra civil (3).

---

[3] *Diario do Governo* do mez de Outubro de 1831. Legislação Brasileira de Nabuco, mez de Outubro de 1831: *Aurora Fluminense* ns. 541 a 558 e Discripção em verso dos successos da noite de 6 e dia 7 de Outubro de 1831 por um mineiro, guarda municipal, impressa no Rio de Janeiro.



## MOTIM POLITICO

DE 3 DE ABRIL DE 1832 NO RIO DE JANEIRO.

---

A pedra rolou do alto da montanha, e não se sabe onde irá parar, disse Evaristo da Veiga, fallando da revolução de 7 de Abril ; de feito passara o paiz por uma crise violenta ; dera-se profunda alteração na administração superior do Estado ; cahira um imperador, e o espirito nacional, alando as azas, cantava a victoria de seu triumpho e saudava o anjo da liberdade que avoejava no céu do cruzeiro do sul ; estavam os brasileiros unidos no altar da patria, e immenso era o regosijo porque nem uma nodoa de sangue tingia o estandarte da liberdade ; não se contavam victimas, e esplendida era a victoria ; a nação erguera-se, e protestando contra o passado determinaram os brasileiros apagar os odios, esconder os resentimentos, esquecer as

vinganças, e unirem-se todos pelos laços da nacionalidade e do patriotismo.

No meio da agitação publica elegeu-se uma regencia provisoria que resolveu regenerar o paiz, plantar a confiança, abafar as paixões, guiar a nação no caminho do progresso, e dar vida e esplendor á nacionalidade; os empregados de confiança do antigo governo foram substituidos por aquelles que nas provincias mais opinião e conceito publico mereciam: attendeu o novo governo ao voto nacional; não quiz dar um passo que não fosse approvedo pela opinião publica; inspirado de nobre patriotismo cuidou em fazer o maior bem á nação, e tornou-se justo e energico.

Mas a camara dos deputados, que tivera parte directa na revolução e representava o voto popular, talvez levada pelo principio mesmo de sua organização, arrastada pelas paixões que tinham-na creado, tornou-se violenta em suas discussões, começou a fazer ao governo uma opposição systematica para tudo transtornar, tudo paralisar; e assim suspendeu-se o progresso que a nação poderia ter operado em poucos annos; medidas salutaras haviam sido propostas, mas encontraram firme e decidida opposição na representação nacional, e por isso foi preciso adiar a conclusão de muitos trabalhos uteis.

Travada estava a luta; a pedra rolara do alto da montanha, e não se sabia onde

iria parar ; despertaram-se os odios, ardeu o ciúme, lavrou a discordia, e após uma administração util e prudente, teve a regencia provisoria de ceder o governo á regencia permanente.

A eleição do novo governo originou maior conflagração de idéas e opiniões ; renhida tornou-se a luta politica, as ambições despertaram-se, houve vencedores e vencidos, contentes e descontentes ; todos que haviam desejado os primeiros lugares e não alcançaram-n'os formaram um partido para lançar por terra o governo. Constituiram-se então os dous partidos moderado e exaltado ; Evaristo, Feijó, Vasconcellos, Vergueiro, Lino Coutinho e outros alistaram-se no partido moderado, que organisou a sociedade defensora da independencia nacional.

Pugnava o partido opposto pela republica ; desejava estabelecer nova organização politica, clamava pela liberdade, mas não pela ordem ; não queria o termo da revolução ; julgava que era preciso solapar e destruir tudo para reorganizar uma nova ordem de cousas ; alçava o facho da revolução em todas as provincias, e creava a sociedade federal.

Entre seus chefes o mais ousado e talentoso era o ex-deputado ás côrtes de Lisboa, Cypriano José Barata de Almeida, redactor da *Sentinella da Liberdade*.

Aconteceu que estes partidos, animados

ambos pelo desejo de melhor servir a patria, julgaram assignalado feito a ruina de seu adversario; e por isso tratou cada um de acolher em suas fileiras homens, cuja conducta anterior tornava-os suspeitos; os moderados erigundo o labaro do perdão procuraram alistar em seu gremio individuos que não lhes eram devotados; porém, o que desejavam era mais gente, mais numero para vencer e destruir o adversario; praticou o mesmo o partido oposto, e assim ambos inflammaram-se de ciumes e odios, e viva e ardente correu a luta. Constituíram-se os dous grupos politicos, um pugnando pela ordem, pela estabilidade, o outro pela liberdade, pelas garantias sociaes, mas a liberdade sem limites, as garantias sem termo; e se ambos excederam-se na discussão das idéas e das crenças, deve o historiador reconhecer que de qualquer lado havia homens de boa fé, que bem guiados se não entregariam ao frenesi das paixões, pois só almejavam a felicidade da patria.

A fermentação dos animos, os motins politicos e militares que se tinham seguido ao acontecimento de 7 de Abril, a exacerbação da imprensa, a animosidade que começou a apparecer contra os partidarios de D. Pedro I, e a proposta lida na camara, a qual foi regeitada, para que fossem aposentados ou reformados os empregados suspeitos, deram causa a que surgisse um novo partido chamado

caramurú, por ser assim appellidado o periodico que era seu órgão. [Ostentou este partido pugnar pela constituição tal qual, mas guerreando o governo, comparando o Brazil antes e depois de 1831, elogiava a governação do ex-imperador, e almejava a sua volta ou como regente ou como soberano. Creou esse partido a sociedade conservadora em 1832, e entre seus chefes contava o marechal José Manoel de Moraes.

Os acontecimentos de 14 e 15 de Julho de 1831 atearam o odio e ciume dos partidos politicos; um julgou-se victorioso e o outro derrotado, e desde então, sob frivolos pretextos do bem publico, travaram encarniçada luta; surgiu viva rivalidade, multiplicaram-se os órgãos da imprensa, crearam-se sociedades politicas, e por fim approximou-se o partido caramurú do partido exaltado, e combinaram ambos derribar o governo constituido.

Dizia-se que iam rebentar motins; fallava-se em revolução; propunham-se em reuniões secretas, em clubs politicos, tramas ousados contra o governo, e desde Janeiro de 1832 correram mais frequentemente boatos de proxima revolta contra a regencia; assustaram-se as familias, muitas retiraram-se da cidade, as apolices baixaram de preço, e o commercio paralysoou-se.

Propalava-se que o motim romperia na noite de 2 para 3 de Abril; que seriam assassinados

alguns membros da regencia e do ministerio ; que a um signal dado reunir-se-iam os revoltosos no Campo da Honra, hoje praça da Acclamação, e dalli enviariam grupos de homens armados a impedir que podesse formar a guarda nacional, cujo apoio blasonavam os facciosos de possuir ; declaravam que não fariam mal á pessoa alguma, e que só almejavam a instituição de um governo forte que garantisse o repouso e direitos dos cidadãos.

Usando de uma linguagem audaciosa, esforçava-se a imprensa por exaltar os animos, e sustentava uma luta na qual nem media as palavras, nem pesava os insultos que atirava ás autoridades constituídas.

Dirigindo-se á assembléa legislativa, dizia nessa época o padre Feijó :

« Povos ainda ignorantes, uma mocidade fogosa, cujos annos vão despontando no horizonte de uma liberdade ainda mal firmada e pouco esclarecida, abraçam com precipitação, e sem o menor exame, tudo quanto pelo prestigio da imprensa se offerece á sua inexperta razão. Qualquer homem sem letras e sem costumes espalha impunemente principios falsos, ataca a vida particular e publica do cidadão honesto, inflamma as paixões e revolve a sociedade. »

Era altivo o tom em que escreviam o *Carijó* e o *Caramurú*, e em represalia respondiam-lhes o *Tempo*, o *Independente*, o *Grito da*

*Patria, a Verdade, o Brasileiro, a Aurora* e outros que muitas vezes não usavam de menos paixão e ardor.

Sabia-se que em varias casas da cidade nova, na corte, reuniam-se moços de idéas exageradas, e gente do vulgo aos dez, quinze, e trinta, contando já com o triumpho da causa que defendiam.

Superexcitados andavam os animos, e receiando grave alteração na ordem social, tornou-se o governo infatigavel em providenciar tudo que podesse garantir a paz e direitos dos cidadãos.

Retiniram as matracas, reuniu-se a tropa, postaram-se guardas nos edificios publicos, convocou-se a guarda nacional, que havia sido creada por decreto de 18 de Agosto de 1831; concorreram á casa do ministro da justiça, padre Feijó, todas as autoridades civis e militares e concordaram em manter a ordem publica; e a regencia e o ministerio, conferenciando na noite de segunda feira 2 de Abril, no arsenal de marinha, expediram ordens convenientes para repellir qualquer ataque dos facciosos contra a segurança dos cidadãos.

Na noite do dia 2 espalharam os farroupilhas ou jurujubas, denominações que emprestavam os moderados aos do partido exaltado, uma proclamação que não indicava o nome da typographia em que fôra impressa; fallava-se alli

em nome do povo e tropa, e clamava-se que os membros da regencia e do ministerio por ella escolhido e nomeado haviam perdido inteiramente a confiança publica e não podiam continuar a presidir por mais tempo aos destinos do Brazil, sem grave perigo da nação; que por actos positivos praticados contra a constituição do Imperio e mais leis existentes, tinham os ministros de estado, principalmente o da justiça e o da fazenda, incorrido na execração publica; accusava-se a regencia pelo insensato desprezo com que tratava a noticia de que o ex-imperador intentava obter a intervenção de algumas potencias da Europa para rehaver o throno, o que officialmente havia sido referido pelos ministros brasileiros residentes nas côrtes de Londres e Pariz; que a regencia não cuidava em reparar as fortalezas; que tinha na camara dos deputados uma maioria connivente, e que as rendas publicas haviam diminuido; e lembrava o manifesto, para sanar os males publicos, a necessidade de derubar o governo da regencia, devendo ser nomeados para ella Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, João Pedro Mainard e Manoel de Carvalho Paes de Andrade; que dissolvida a camara dos deputados se convocasse uma assembléa constituinte.

Despontou o dia 3 sem que se realisassem as previsões aterradoras que se haviam propagado; a cidade acordou tranquilla, e não houve



indício de trama revolucionário, talvez porque as energicas e promptas medidas do governo fizessem recuar os facciosos, ou a desharmonia dos chefes fizesse abortar os planos sinistros que estes premeditavam.

Mas alguns militares, que se achavam recolhidos ás fortalezas de Villegaignon e Santa Cruz pelo motim e desordem que haviam praticado no theatro em 23 de Setembro de 1831, capitaneados pelo major Miguel de Frias e Vasconcellos, sublevaram as guarnições e os presos dessas fortalezas, apossaram-se de uma peça e vieram desembarcar na praia de Botafogo ás seis horas da manhã do dia 3 de Abril.

Além do major Miguel de Frias vinham no grupo o capitão de caçadores Salustiano Antonio de Senna, o tenente de engenheiros Honorio José Ferreira e o tenente de artilharia Antonio Caetano da Silva.

Dirigindo-se pelas ruas do Cattete, da Lapa, das Mangueiras, dos Arcos e Lavradio chegaram os revoltosos ao campo da Honra, onde em numero de cento e tantos a duzentos, postaram-se junto do palacete que então erguia-se nessa praça, e fizeram frente para o quartel do campo, donde julgavam romperia o ataque.

Eram nesses tempos tão audaciosas as tentativas dos facciosos, e tal o estado de anarchia em que vivia a cidade, que qualquer tribuno, empunhando armas, cercado de alguns assalariados, apresentava-se nas ruas e praças e

com arrogante voz formulava uma exigencia, ou de braço armado travava luta. Os revoltosos de 3 de Abril de 1832 ousaram atravassar grande parte da cidade com uma peça de artilharia, concitando o povo a unir-se a elles. Chegados ao campo começaram a clamar que convinha depôr o governo da regencia, estabelecer um governo republicano, e convocar uma assembléa constituinte.

Tendo noticia desse movimento, ordenou o ministro da justiça que marchasse do quartel o corpo de permanentes para bater os rebeldes.

Havia sido o ministro Diogo Antonio Feijó quem em 30 de Agosto de 1831, apresentára á camara dos deputados a proposta da creação do corpo de municipaes permanentes, expondo aos representantes da nação o seguinte :

« Augustos e dignissimos senhores representantes da nação.

« A' excepção da artilharia de marinha e de posição que com as baixas vão ser consideravelmente diminuidas, a capital está quasi sem tropa regular. As mesmas milicias acabam-se com as guardas nacionaes ; não é possível que o patriotismo destas possa crescer a ponto de encarregarem-se das guardas e policia da cidade permanentemente ; entretanto guardas e policia são indispensaveis. »

« Um corpo regular bem escolhido e bem pago é a quem os cidadãos podem confiar a segurança de suas pessoas e seus bens. »

Approvado o projecto pela camara dos deputados, e levado ao senado em 8 de Outubro, foi nesse mesmo dia discutido, remettido á sanção e sancionado a 10, como constou por officio lido a 12 do mesmo mez.

Organisou-se o corpo com duas companhias de infantaria e uma de cavallaria, contendo esta 23 homens, e foram nomeados para commandante geral interino o tenente-coronel Theobaldo Sanches Brandão, e para major Luiz Alves de Lima, hoje duque de Caxias.

Asseverou-nos o Sr. duque de Caxias que recebêra por lettra do proprio ministro da justiça um aviso em 3 de Abril de 1832, ordenando-lhe que sem perda de tempo assumisse o commando do corpo de permanentes e com elle marchasse para o campo da Honra, afim de dispersar a ferro e fogo todos os grupos armados que alli encontrasse. Vem isso tambem referido na necrologia do senador Diogo Antonio Feijó, escripta pelo conego Geraldo Leite Bastos e publicada pelo Dr. Mello Moraes; accresce que todas as testemunhas do tempo, que consultámos, asseveraram-nos ter sido o major Luiz Alves de Lima quem dirigiu a força de permanentes; e a ordem do dia do commandante das armas, Antero José Ferreira de Brito, publicada no *Diario do Governo*, declara que o major Lima commandava a infantaria e Theobaldo a cavallaria; o que deve ser tido

como certo, pois pertencia este official á arma de cavallaria.

Examinado-se, porém, os periodicos do tempo vê-se mencionado o nome de Theobaldo como commandante dos municipaes permanentes que marcharam contra os rebeldes, e lê-se uma ordem do dia em que esse official elogia o denodo de seus soldados; o que não é cousa de estranhar, porque era elle o commandante legal do corpo.

A infantaria de permanentes, então composta de cento e tantos homens, commandada pelo major Luiz Alves de Lima, tendo nas fileiras os capitães Elisiario Garcez Araujo e Espinho, o tenente Jorge Castrioto e o ajudante Magano, avançou pela rua dos Ciganos, hoje da Constituição; e a cavallaria sob o commando de Theobaldo ou do capitão Mello, como escrevem alguns periodicos, contando-se entre os officiaes o tenente Eduardo, investiu de espada desembainhada pela rua do Alecrim, hoje do Hospicio. Ao entrar na praça deu a infantaria uma descarga, e calando baionetas atacou a ferro frio os revoltosos; estes dispararam a peça, mas cercadós pela infantaria e cavallaria fugiram em debandada, occultando-se muitos nos portões e casas que encontraram abertas, desaparecendo outros pela rua do Areal, diversos foram presos, e mais de noventa renderam-se. Perseguiu o major Lima ao major Miguel de Frias que homisiou-se em uma casa

da rua do Areal, embarcando alguns dias depois para os Estados Unidos.

Renderam-se o capitão Salustiano que ficara ferido, sendo recolhido á prisão, e o tenente Antonio Caetano ; sendo preso pelo major Lima o tenente Honório, como elle proprio declara em uma correspondencia publicada nos periodicos da época, e recolhido á prisão da ilha das Cobras.

Dos revoltosos morreram dez, e alguns ficaram feridos ; do corpo de permanentes pereceu um soldado e ficaram feridos tres.

Dizem alguns jornaes do tempo que o plano abortou porque o major Frias antecipou-se apresentando-se no campo antes do que devêra.

No mesmo dia da revolta publicou a regencia a relação dos acontecimentos que se haviam dado, e dirigiu ao povo a presente proclamação :

« A paz e a tranquillidade que com tantos sacrificios haveis chegado a firmar entre nós, foi de novo perturbada por um punhado de miseraveis ambiciosos ; não era já só contra o governo legalmente constituido que os inimigos da ordem publica travaram seus negros planos ; os representantes do povo haviam incorrido no odio da caballa ; contra estes se dirigiam tambem seus sacrilegos anathemas, nesse manifesto que tão ousada quão impudentemente publicaram, ressumbram os perfidos designios de desorganisar nossa bella patria para sobre ella estabelecerem a mais detestavel tyrannia.

« A vossa coragem e patriotismo, as virtudes cívicas que tantas vezes tendes patenteado, vieram desta vez ainda, graças á Providencia que sempre nos tem protegido, salvar a nação do abysmo que lhe cavavam filhos degenerados, e mostrar ao mundo inteiro que os brasileiros são dignos da liberdade de que gozam.

« Cidadãos ! O procedimento heroico que até agora haveis mostrado, e pelo que em nome da nação vos tributamos os mais cordiaes agradecimentos, dá tambem a nossos compatriotas o direito de esperar de vós a continuação dos serviços, á vista dos quaes haveis tanto concorrido para fundar a prosperidade da patria e a ventura de seus filhos.— Rio, 3 de Abril de 1832. Viva a constituição. Viva a assembléa legislativa. Viva o Sr. D. Pedro II.— *Francisco de Lima e Silva.*— *José da Costa Carvalho.*— *João Bráulio Muniz.*— *Diogo Antonio Feijó.* »

As fortalezas de Santa Cruz e Villegaignon, que haviam adherido ao movimento revolucionario, chegaram a assestar peças contra a cidade; mas na noite de 3 de Abril o valente capitão Manoel Luiz Tipiti Albuquerque Maranhão preparou uma contra-revolução na fortaleza de Santa Cruz, prendeu o tenente Cabral que se fizera governador, e por tres tiros de canhão annunciou que a ordem estava alli restabelecida.

A fortaleza de Villegaignon foi cercada, e

intimando-se aos rebeldes a entrega da praça, ou no caso de resistencia a destruição della e a morte de todos que alli fossem encontrados, capitulou na tarde do dia 4, sendo os revoltosos remettidos presos para a ilha das Cobras, excepto o commandante José Custodio Rodrigues da Silva, que foi recolhido á fragata *Imperatriz*.

Na mesma hora e no mesmo dia em que esses cidadãos eram arrastados ás prisões por se haverem revoltado contra o governo e a lei, perturbado o socego das familias e a paz publica, presenciava a cidade um espectáculo triste, porém imponente; um prestito funebre percorria as ruas; acompanhavam de tochas accesas o esquife de um morto guardas nacionaes, officiaes e soldados, municipaes permanentes e cidadãos de todas as classes; o caixão estava alastrado de flôres roxas, de saudades e perpetuas, saudades da patria e dos cidadãos pelo cidadão que sucumbira em defesa da nação.

Sahiu o enterro do quartel do corpo de permanentes, na rua dos Barbonos, e encaminhou-se para a igreja de S. Francisco de Paula, cujas paredes vestiam luto, assim como os membros da regencia, os ministros, os cidadãos que alli estavam para assistir aos funeraes do guarda municipal permanente Florentino José Lopes, que cahira morto pelejando pela lei, pela ordem, pelo governo legitimo do seu paiz.

Por decreto de 25 de Abril de 1832 concedeu o governo aos paes de Florentino Lopes uma pensão de 18\$000, mensaes.

A peça de artilharia dos rebeldes, munição, armamento e corrêame foram os trophéos que da luta colheram os municipaes permanentes, companheiros de Florentino Lopes, sendo essa a primeira vez que se apresentaram em peleja.

Apressou-se o governo em elogiar os serviços prestados á ordem publica pelo corpo municipal permanente, á armada imperial pela attitude que assumira no dia da revolta, e ao batalhão de officiaes soldados que, creado nos dias de Julho de 1831, cooperára para manter a ordem.

Era então esse corpo commandado por João Paulo dos Santos Barreto que, havendo prestado assignalados serviços relatados em sua fé de officio, attestado de honra, patenteado esclarecida intelligencia na cadeira de lente, e tino administrativo na categoria de ministro de estado, falleceu marechal do exercito em 1 de Novembro de 1864.

Officiou o ministro da guerra, Manoel da Fonseca Lima e Silva, depois barão de Suruhy, ao commandante das armas, ordenando-lhe a prisão do tenente general José Manoel de Moraes que se julgava não ser extranho á revolta, do major Miguel de Frias e de outros militares que achando-se presos nas



fortalezas, dalli marcharam para a cidade á testa da guarnição e presos que revoltaram.

Em officio dirigido em 5 de abril aos presidentes de provincia referiu o ministro da justiça o movimento revolucionario que se déra na côrte, e recommendou-lhes que, dobrando de energia, conservassem seguras as provincias.

Entre os officiaes de cavallaria do corpo de permanentes que marcharam contra os rebeldes, mencionámos o capitão Mello.

Era seu nome Antonio Manoel de Mello, cidadão que por seus talentos e serviços chegou a cingir a espada de brigadeiro; distinguio-se no magisterio e na carreira administrativa; foi mathematico, astrónomo e guerreiro; soldado da independencia empunhou na idade de 63 annos a espada em desafronta da patria, e foi combater os paraguayos, semelhante a Gonçalo Mendes da Maia que, já muito velho, se não esquivava a marchar contra os mouros; mas no campo da guerra a molestia prostrou Antonio Manoel de Mello, e o mestre de manobras, como appellidavamos, não voltou mais á patria.

Ha entre os heróes da guerra do Paraguay dous vultos que se assemelham, Antonio Manoel de Mello e o cirurgião Manoel Feliciano Pereira de Carvalho. Ambos cheios de cans e rugas, ambos carregados de annos, ricos de sciencia, fecham os livros, despem as

vestes pacificas do magisterio, e vão alistar-se nas fileiras do exercito; e lá permanecem estes velhos até morrerem; Manoel de Mello expira no hospital de campanha e o Dr. Manoel Feliciano, deixando moribundo os hospitaes de sangue, dos quaes era o chefe, chega á patria e succumbe.

Quatro dias depois do movimento politico que narramos, raiou o dia 7 de Abril; era o primeiro anniversario desse acontecimento, e por isso houve *Te-Deum* na capella imperial, cortejo no paço ao imperador ainda menor; a sociedade defensora da liberdade e independencia nacional celebrou um *Te-Deum* na igreja de S. Francisco de Paula, e deu esplendido baile nas salas da secretaria da guerra, no campo da Honra, começando o festejo pelo hymno do dia cantado por Domingos Alves Pinto e algumas senhoras; improvisaram discursos Francisco de Salles Torres Homem hoje visconde de Inhomerim, e Evaristo Ferreira da Veiga; o poeta Gonçalves de Magalhães recitou cantos enthusiasts de sua primorosa lyra, e Manoel do Nascimento Castro Silva, presidente da sociedade, offereceu em nome desta um ramo de flôres a Manoel da Fonseca Lima e Silva pelos serviços prestados a 7 de Abril, imitando assim o exemplo dos romanos com os seus celebrisados heróes. Apezar dos boatos que se haviam espalhado de rusgas e motins, correu o dia calmo e

socegado, e mostraram-se todos jubilosos, parecendo haver concordia e estarem reatados os laços communs; mas por poucos dias suspenderam os partidos as hostilidades, como veremos em outro trabalho que tencionamos trazer a esta academia.

A carta de lei de 8 de Outubro de 1833 autorizou o governo a conceder annistia a todos os crimes politicos, segundo pedisse o bem do Estado; e em virtude dessa lei Miguel de Frias voltou para a patria; e arrefecido com os annos o fogo das paixões, mais calmo e reflectido em suas acções, apesar de não renegar jamais suas idéas liberaes, se não afastou dos deveres de bom cidadão; começou a prestar uteis serviços ao paiz; nomeado inspector das obras publicas concorreu para o abastecimento d'agua á cidade, e lembrou a conveniencia de collocar-se nas esquinas das ruas marcos fontenarios; e grato o povo por esses beneficios elegeu-o presidente da municipalidade. Na carreira militar attingiu Miguel de Frias ao posto de brigadeiro; e referendou-lhe essa patente o ministro da guerra, que era o major de 1832, Luiz Alves de Lima, porém já então marquez de Caxias, e hoje duque, brasão de honra sem igual no Imperio, conferido a esse distincto cidadão por seus valiosos serviços.

Assim louvores ao governo de 1833 pela lei de 8 de Outubro, lei equitativa e sábia, que rehabilitou muitos cidadãos que haviam con-

spirado contra o regimen legal na côrte e nas provincias; louvores ao governo de 1833, que em vez de usar da vingança que torna os partidos irreconciliaveis, prégou o perdão, a misericordia para com os vencidos, e concorreu assim para acabar com o periodo da agitação e desordem, e iniciar o da ordem e do socego.

1873.

---

# MOTIM POLITICO DE 17 DE ABRIL DE 1832

NO

## RIO DE JANEIRO.

---

No dia 7 de Abril de 1831 abdicára o imperador D. Pedro I, e seis dias depois deixára o Brazil que não tornaria mais a ver; constituiu-se o governo da regencia por ser menor o herdeiro do throno; e entrando o paiz em uma época agitada, excitados os espiritos, tornaram-se violentas e exaltadas as idéas politicas.

Collocados á testa do governo os mais denodados paladinos do movimento de 7 de Abril, procuraram conter os animos e plantar a concordia; mas prégando os exaltados a soberania popular, as liberdades, o direito da resistencia ao poder, começaram a clamar, a travar a discussão e a luta. Accresce que aquelles que

havia sido afastados dos cargos e dignidades, por se haverem mostrado fieis ao antigo governo, descontentaram-se, reagiram e conspiraram.

Lêem-se nas paginas da historia factos semelhantes; não ha governo que se constitua que não traga descontentes, que preconizando o regimen que acabou, e comparando-o com o que começa, lançam-se na opposição, e procuram derribar a autoridade constituida para restaurar aquella que julgam poder satisfazer suas ambições e predominio.

Algum tempo depois do movimento de 7 de Abril começou a organisar-se um partido favoravel a D. Pedro I; em Março de 1832 fundou esse partido a sociedade conservadora, e em igual data David da Fonseca Pinto creou o periodico *Caramurú*, que, incumbindo-se de elogiar a governação do ex-imperador, deu seu nome ao partido que sustentava; não tardou a apparecer outro periodico intitulado o *Carijó* militando nas mesmas idéas.

Além do partido moderado havia os dous partidos: o exaltado e o restaurador ou *caramurú*; e tão veridica era sua existencia que, em 7 de Março de 1832, o ministro da justiça mandou pesquisar de um partido que tendia a proclamar a federação já e já, e do outro que preparava a restauração de D. Pedro I.

A desordem que contaminou o seio social, a anarchia que com seus braços fataes parecia

querer enlaçar o paiz para precipital-o no abysmo, aterrou a muitos que, levados por verdadeiro patriotismo, alistaram-se no partido restaurador, que almejava o regresso do ex-imperador quer como regente, quer como soberano ; julgando que só assim constituir-se-hia um governo estavel, proprio para debellar a anarchia e sustentar o paiz unido e fôrte.

Resoluto a guerrear o partido caramuru, o partido dominante, autor da revolução de 7 de Abril, excedeu-se na linguagem da imprensa, expôz á opinião publica os erros verdadeiros e falsos do antigo regimen, atacou-o sem piedade nem decencia ; e em represalia a imprensa contraria molhou a penna na taça da calumnia e da intriga. Descrevendo o movimento da imprensa em 1832 diz Evaristo da Veiga :

« A maior parte dos jornaes que possuímos, (e nesta parte também nos confessamos culpado ou arrastado pela força da torrente) mais invectivam do que argumentam ; os nomes proprios e não as doutrinas enchem quasi de todo as suas paginas. Conhecemos que este vicio é ainda mais notavel nas folhas que pertencem á communhão exaltada, porém não são isentos de tal censura os periodicos da moderação. A razão é clara: a polemica enceta-se, as personalidades apparecem, o amor proprio se interessa na luta, julga-se fraqueza o deixar de reagir, e muito é se acaso a vida privada e a decencia são respeitadas.»

Foi o anno de 1832 a 1833 um daquelles em que a imprensa assumiu entre nós maior gráo de exaltação; sahiram dos prelos em 1832 trinta e cinco periodicos, dos quaes quatorze sustentavam o governo, e vinte e um faziam-lhe guerra aberta, sem medida, nem treguas; foi em 1832 que feriram, em 5 de Novembro, com um tiro de pistola, a Evaristo Ferreira da Veiga, redactor da *Aurora Fluminense*, por polemicas da imprensa; por igual motivo o redactor do *Investigador* na Bahia assassinou ao do *Jornal do Commercio* da mesma cidade, em 7 de Novembro de 1833.

Além do *Caramurú* e do *Carijó* começára a *Malagueta* a advogar a causa do partido restaurador; em 1832 prégava este periodico a nullidade da abdicação de D. Pedro, e reclamava seu regresso para se pôr termo ás nossas misérias, para se impedir a desunião do Brazil.

Havia nas provincias adeptos do partido da restauração. Tomando por pretexto a abdicação forçada do ex-imperador, collocára-se Pinto Madeira, em 14 de Dezembro de 1831 na villa do Jardim, no Ceará, á frente dos descontentes, e proclamára a autoridade de D. Pedro; e quando rompeu na côrte o motim de 17 de Abril de 1832, era Pernambuco agitado pelo tenente-coronel Francisco José Martins, que, sustentando a autoridade de D. Pedro, apoderou-se do bairro do Recife, ao



mesmo tempo que a guarnição da fortaleza do Brum pronunciava-se por esse movimento.

Chamados ao jury pelo ministerio, em 22 de Março de 1832, alguns numeros do *Caramurú* e do *Carijó* foram julgados com criminalidade; e tendo sido condemnado a prisão o redactor da *Matraca*, em virtude de ter sido considerado criminoso no segundo artigo da lei da imprensa, desapareceu.

Emmudeceram com este periodico todas as folhas do partido exaltado, e em campo hostile ao governo só ficaram as da opposição restauradora.

Exasperou os espiritos a severidade do governo contra a imprensa, e cooperou para que se dêsse a união dos partidos exaltado e caramurú, que, com o soccorro da anarchia, procuraram atacar o novo regimen.

Discutindo a falla do throno em 1832 disse o deputado Henrique de Rezende :

« Era sabido e notorio em Pernambuco, que dous partidos diametralmente oppostos se tinham dado as mãos, no Rio de Janeiro, para dar com o governo e com a regencia em terra; contava-se com isto como cousa certa, e eu fui instado para que não viesse, assim como me consta o foram alguns dos outros meus collegas de Pernambuco. »

Felizmente foi debellado o motim de 3 de Abril; foram repellidos os exaltados, e sahindo vencedor dessa luta civil, firmou o go-

verno a paz, e afastou o paiz das scenas tristes e perigosas, que se poderiam originar mais tarde do ciume e ambição desses partidos agora conciliados.

Tratando desse acontecimento acrescenta o padre Henrique de Rezende:

« Se estes partidos tão oppostos e encontrados tivessem conseguido derribar a regencia, onde estaríamos nós, senhores! Eu appello para a convicção e testemunho de todos os que me ouvem, appello para o Brazil inteiro que o diga. Se elles o tivessem conseguido, depois o que se julgasse mais forte e vencedor faria uma guerra de exterminio ao outro, porque, tendo elles fins diametralmente oppostos, não podiam estar por mais tempo em harmonia. Cada um arrastaria atraz de si uma grande massa de cidadãos; esta capital seria alagada em sangue, e elles levariam a desolação e a morte á todas as partes do Imperio. »

Depois do motim de 3 de Abril fallava-se que o partido caramurú ia tambem entrar em luta aberta com o governo. A *Malagueta* havia escripto nas cartas dirigidas ao Imperador:

« Deixe V. M. Imperial passar mais alguns dias, e terá de ver patenteado o segredinho da abelha da revolta do Frias. »

Para agitar os animos os periodicos *Caramurú* e *Carijó* molhavam a penna, que manejavam, no fel da calumnia; propalava o *Carijó*

que a regencia pretendia fugir levando comsigo D. Pedro II.

Havia susto e inquietação na cidade; dizia-se que no paço da Boa-Vista reunia-se gente armada, pelo que ordenou o ministro da justiça, que o juiz de paz do Engenho Velho fosse á quinta de S. Christovão tomar conhecimento judicial da força alli reunida, e por ordem de quem se pegava em armas; dirigindo-se o juiz ao paço, informaram-lhe que não eram exactos os boatos espalhados e que não se pegava em armas alli, senão por ordem do delegado daquelle lugar.

O governo requisitou do tutor do Imperador a entrega de duas peças de artilharia que havia na quinta imperial; mas recebeu em resposta que essas peças de calibre 1, e que haviam servido de recreio aos principes D. Pedro e D. Miguel, estavam sem prestimo, sem valia.

Para tranquillisar os animos e destruir as atoardas de seus adversarios, aconsellhou a regencia ao Imperador a transferencia de residencia para o paço da cidade; e de feito em 14 de Abril deixaram D. Pedro II e suas irmãs o palacio da quinta da Boa-Vista.

Expedira o governo mandado de prisão contra o impressor responsavel pelo *Caramurú*; o que tendo de produzir a cessação do periodico, que de feito interrompeu sua publicação, comprehenderam os restauradores a necessidade

de comparecer quanto antes em campo para não haver desanimo no partido; e por isso forjaram planos, travaram conspirações, e planejaram ataques mais ou menos audaciosos.

Na tarde do dia 16 de Abril de 1832 tres individuos do partido caramurú foram seduzir a guarda do arsenal de marinha para entregar o arsenal depois da meia noite; a guarda, que era do batalhão da freguezia da Candelaria, oppôz-se, relatou ás autoridades o occorrido, e immediatamente foi preso um, e fugiram dous daquelles sediciosos.

Prevenidos os commandantes dos corpos e das companhias, acautelou-se o governo das ciladas e tramas dos conspiradores, que, á meia noite do referido dia, em numero de quatro, embarcaram no caes da Gloria em uma falúa, e dirigiram-se á fragata *Imperatrix*.

Os conspiradores eram Conrado, Tota, Bricio e o capitão-tenente Machado, que, servindo-se de um papel em que havia a assignatura do chefe Taylor, formulou uma ordem, em nome desse official, requisitando 50 marinheiros; subiu a bordo da fragata, apresentou a ordem e levou os marinheiros armados em uma lancha, indo elle e os outros conspiradores na falúa, singraram para a praia da Gloria, onde tentaram desembarcar, para marchar sobre o arsenal de guerra e tomal-o de surpresa.

Suspeitando alguma traição por ter vindo em falua e não em escaler o individuo que

fizera a requisição, officiou o commandante da fragata *Imperatriz*, ás duas e meia horas da manhã ao governo, noticiando-lhe a ordem que recebera e cumprira; immediatamente o governo providenciou; mandou vigiar os arsenaes; collocar avançadas de municipaes permanentes em diversos pontos, e avisar a guarda nacional e ao batalhão de officiaes soldados para que a primeira voz estivessem promptos.

Não conseguiram os sediciosos abicar ao caes da Gloria, porque repelliu-os o batalhão da freguezia de S. José sob as ordens do juiz de paz José Alves Pinheiro; fizeram-se ao mar, e reconhecendo os marinheiros e dous officiaes, que com elles mandara o commandante da fragata, que eram illudidos, abandonaram a falúa e navegaram para bordo; mas perseguidos por uma barca com gente armada entregaram-se, e indo a barca em perseguição da falua, que buscara a direcção de Nitherohy, apprehendeu-a, sendo os quatro conspiradores recolhidos á fortaleza da Lage.

Estava premeditado o ataque em diversos pontos; enquanto tentavam alguns assenhorear-se dos arsenaes, reuniam-se outros na quinta da Boa-Vista, e na madrugada do dia 17 arregimentavam-se, formavam uma força de 250 homens, composta de criados da casa imperial, de guardas nacionaes do Engenho-Velho, S. Christovão e Bemfica, de alguns estrangeiros e officiaes brasileiros, e marchavam para a ci-

dade sob o commando do barão de Bulow, arrastando consigo duas peças de artilharia encontradas no paço da Boa Vista.

Traziam esses revoltosos um laço vermelho no peito, como os companheiros de Camillo Desmoulins na revolução franceza, que, para se reconhecerem e defenderem, collocaram no chapéo uma folha de castanheiro; chegaram até o Rocio da cidade nova, hoje praça Onze de Junho, dando vivas a D. Pedro I e clamando — *abairo o governo*.

Estava a força de linha formada no quartel; a guarda nacional postada no campo da Honra; e incumbira-se o major Manoel Antonio da Fonseca Costa, hoje barão da Gavea, de conduzir, na noite de 16, do quartel de Mataporcos para a cidade, o corpo de cavallaria de Minas, para não deixal-o exposto aos ataques dos rebeldes.

Informados da attitudo energica do governo retrocederam os revoltosos, e chegando ao campo o batalhão da freguezia do Sacramento, que por ordem superior se dirigira ao cões da Gloria, recebeu aviso para marchar pela rua Nova do Conde e Mataporcos, afim de tomar a retaguarda aos facciosos, que caminhavam em retirada pelo Aterrado.

O batalhão commandado pelo tenente-coronel Dr. Saturnino de Souza e Oliveira seguiu sob as ordens do instructor major Luiz Alves de Lima, hoje duque de Caxias,

*cuja bravura e conhecimentos militares, diz a Verdade periodico desse tempo, muito animavam o commandante e o batalhão, que nelle puzeram a mais plena confiança.*

Marcharam sobre o inimigo pelo Aterrado a cavallaria da guarda nacional, a de permanentes e os oitenta homens do esquadrão de Minas, commandados pelo capitão Peçanha. Reunidos esta força e o batalhão do Sacramento carregaram contra o inimigo, que se postara na chacara do Siqueira, onde, ha poucos annos, houve um collegio dirigido pelo conego Fonseca Lima; sustentou a cavallaria o primeiro choque, disparando o inimigo as peças; e fazendo a cavallaria alguns passos á retaguarda para a infantaria poder operar, mandou o major Luiz Alves de Lima avançar o batalhão e fazer fogo; e após um tiroteio de um quarto de hora, a cavallaria e os primeiros pelotões do batalhão do Sacramento desbarataram os rebeldes, dispersaram-nos, aprisionaram alguns, fugindo muitos favorecidos pelo lusco-fusco da madrugada e pelo fumo da pólvora, e mataram dez ou vinte, tendo conseguido fugir o barão de Bulow, o redactor do *Caramuru*, e diversos officiaes de altas patentes.

Das forças leaes ficaram feridos o capitão Peçanha da cavallaria de Minas, o anspeçada do 1.º corpo de cavallaria Luiz Antonio de Azevedo, e um municipal permanente.

Terminado o tiroteio marchou a guarda na-

cional até o largo do Paço, onde saudou com entusiasticos vivas ao Imperador, que se achava em uma das janellas do palacio, sendo acolhida nas ruas, que transitou, com grande jubilo, e ao som de vivas a D. Pedro II e á regencia.

Consultando os monumentos historicos da época, escriptos pelos que tinham o poder, e outros pelos que guerreavam o poder, ouvindo as testemunhas coevas, procurámos descrever este motim politico com simpleza e verdade, servindo-nos de bom cabedal o que vem exposto no supplemento n. 24 da *Verdade*, periodico que deve ser tido como exacto em sua exposição, pois, era escripto pelo Dr. Saturnino de Souza e Oliveira e outros que presenciaram este acontecimento.

No dia 18 publicou a regencia a seguinte proclamação:

« No dia 3 mostrastes vosso amor á ordem, vosso respeito á lei, dispostos a combater os conspiradores que tentaram depor a regencia, derribar o governo, e proclamar uma assembléa constituinte. No dia de hoje vosso patriotismo acaba de esmagar esses perversos, que insolentes atreveram-se a proclamar D. Pedro I.

« Acabaes de desenganar a esses perfidos, que jamais dareis um passo além do dever e da honra, e que os inimigos da patria vos terão em campo no momento em que ousarem offendel-a. Quando se está a frente de cidadãos



como vós sois, uma nobre ufania se apodera dos que se acham encarregados de executar a vontade nacional. Viva a nação brasileira, digna da liberdade que goza! Viva a constituição do Imperio! Viva a assembléa geral! Viva o senhor D. Pedro II, unico Imperador do Brazil! Vivam os cidadãos armados e os militares, que os têm coadjuvado na defesa da patria!»

No mesmo dia appareceu impressa a presente ordem do dia do Dr. Saturnino de Souza Oliveira, que, além de outros cargos, chegou a exercer mais tarde o de ministro de Estado:

« Camaradas!—De novo tenho de agradecer-vos a conducta denodada e heroica com que haveis desempenhado o vosso juramento contra a nova especie de anarchistas, que ousaram attentar contra o senhor D. Pedro II e o seu governo. Cidadãos! O enthusiasmo com que marchastes e atacastes os rebeldes, a vossa bravura e coragem no fogo deram-vos um lugar distincto entre os batalhões dos defensores da patria e da liberdade, e a mim tanta gloria e ufania por commandar-vos, que só ella me compensa todas as fadigas.

« As peças que tomámos aos facciosos ficaram pertencendo ao nosso batalhão, e com ellas marcharemos sempre que tomarmos as armas para defesa da patria, e servir-vos-hão de estímulo para novas victorias, que nos darão a paz e a liberdade, unicos premios que ambicionamos. »

Convem também ser transcripto o officio dirigido pelo ministro da justiça, padre Feijo, no dia 19, aos presidentes de provincia.

« Tendo communicado a V. Ex. os acontecimentos do dia 3 do corrente, não tardou muito que os restauradores não se julgassem habilitados para tentarem proclamar a D. Pedro I, reunidos na quinta da Boa-Vista, na madrugada do dia 17; constando a força principal de criados da casa imperial e de alguns guardas nacionaes do Engenho Velho, acompanhados de duas peças de pequeno calibre, que havia na mesma quinta, de alguns estrangeiros e de officiaes brasileiros, tão destituídos de sentimentos de honra, que, apesar de suas altas patentes, sujeitaram-se ao commando do intitulado barão de Bulow, deste infame aventureiro, mendigo, foragido e criminoso, marcharam até ao Rocio da cidade nova, donde retrocederam á vista da nossa força, que se dirigia sobre elles.

« A guarda nacional, sempre interessada na defesa da patria, e incapaz de commetter indignidades, coadjuvada pelo batalhão de municipaes, que ainda não desmentiu a boa opinião de que goza, auxiliada por benemeritos militares, depois de alguns minutos de resistencia, os desbaratou completamente, sendo muitos os mortos e prisioneiros, escapando o resto pelas matas e quintas vizinhas; ficando um municipal mortalmente ferido, e um ca-

pitão da cavallaria de Minas com o braço e perna estragados.

« Estes perfidos, espalhados por differentes pontos da capital, seduzindo a uns e atraíçoando a outros, pretenderam atacar-nos ao mesmo tempo por diversos lados; mas, apercebidos os que pretendiam desembarcar, foram rechaçados e presos quatro officiaes, entre estes o celebre Conrado, e os mais são perseguidos; nem é possível que a ingratição unida á perfidia possa jámais escapar ao rigor da justiça.

« Manda, portanto, a regencia, em nome do Imperador, que V. Ex., desconfiando inteiramente desses hypocritas politicos, bem conhecidos por haverem em outros tempos sacrificado a prosperidade do Brazil aos seus caprichos e interesses, e que hoje estarão sem duvida ligados com estes ingratos, redobre de vigilancia, que tanto maior deve ser, quanto são elles os mais encarniçados inimigos das liberdades politicas.

« E quando não possam ser processados, mas hajam sómente suspeitas de sua conducta contraria aos interesses nacionaes, dê parte circumstanciada para tomarem-se sobre elles as medidas que a salvação publica exigir. Deus guarde, etc. »

Em 24 de Abril foi preso pela policia o barão de Bulow encontrado occulto em uma furna de taboas na chacara do Maxwell em

Andarahy; achou-se no mesmo escondrijo um bahú tendo dentro uma farda de brigadeiro.

Este aventureiro, chamado Augusto Hugo auf Honser, era natural do Hanover; se pasára da Europa para Buenos-Ayres, e dalli para o Rio de Janeiro no paquete do capitão Anderson; começou a entremetter-se na politica collaborando nos periodicos *Americano* e *Carijó*.

Depois de ter estado alguns dias occulto na livraria da quinta da Boa-Vista, da qual era bibliothecario o francez Lasserre, tomára a direcção dos revoltosos no dia 17 de Abril. Levado ao jury em 9 de Novembro de 1833, juraram no processo numerosas testemunhas; descobriu-se que duas patrulhas de cavallaria foram apprehendidas, na noite de 16 de Abril de 1832, pelo réo presente á testa d'um piquete de mais de vinte homens, e por elle obrigadas a juntarem-se á força rebelde. Dous advogados defenderam o réo, que leu uma apologia de si proprio, memorando seu nascimento, titulos e serviços prestados ao Brazil; estendeu-se o processo até quasi meia-noite, e sahiu o réo condemnado a dez annos de prisão com trabalho. Appellaram os advogados, mas a relação confirmou a sentença que, por decreto de 7 de Maio de 1834, foi commutada em banimento para fóra do Imperio.

Pesada condemnação lançara o jury sobre o culpado, o que não é de admirar, pois, em tempos de revolução, os partidos não reflectem,

guerrearam, e o vencido é esmagado pelo vencedor. Assim, alguns mezes depois, era condemnado á galés perpetuas, em 18 de Janeiro de 1834, o pardo Joaquim José que, assalariado pelo odio politico, causara ferimentos léves em Evaristo Ferreira da Veiga e em outros individuos reunidos na loja d'uma casa da rua da Quitanda.

O capitão Antonio Joaquim Mascarenhas Peçanha, que, no tiroteio de 17 de Abril, havia sido ferido no braço direito e na coxa esquerda, teve de soffrer no mesmo dia a amputação do braço, e no dia 30 a da coxa praticadas pelo Dr. Christovão José dos Santos, director do hospital militar; mas apezar dessas operações pereceu levando para o tumulto as bençãos da patria.

No dia 2 de Maio sahiu o cortejo funebre do quartel do campo da Honra, e, chegado á igreja de S. Francisco de Paula, trasladaram o caixão do coche, em que fôra conduzido, para a eça erguida no recinto da igreja os membros da regencia, o ministro da guerra, o commandante das armas e o commandante superior da guarda nacional; grinaldas de folhas de café enramavam o ataúde do bravo soldado, sobre cujo cadaver espargiu flores um menino postado na porta do templo.

Era essa criança o anjo da patria a abençoar o morto, e eram essas flores as saudades, as lagrimas e as recompensas do povo.

Mascarenhas Peçanha, natural de Lisboa, encetára a carreira militar em 1819 em Minas, e por seu merecimento e bravura alcançara as divisas de capitão ; tendo morrido em desaggravo da lei e da ordem concedeu o governo á sua viuva e filhos a pensão annual de 800\$000 ; e ordenou que fosse promovido a furriel o anspeçada do primeiro corpo de cavallaria Luiz Antonio de Azevedo que, apesar de duas feridas recebidas em combate, jámais desamparara no momento do perigo ao seu capitão Mascarenhas Peçanha.

As 8 horas da manhã do dia 24 de Abril o ajudante do intendente da policia, dando busca no palacio de S. Christovão, apprehendeu em diversos quartos 26 patronas, 10 cinturões com bainhas, 35 bayonettas, 11 talabartes, 38 guarda-fechos, 80 cartuxos embalados, 1 barril de polvora, 30 clavinas, 34 bandoleiras, 290 balas de espingarda, 34 pederneiras e varios outros objectos de munição.

A apprehensão dessas munições de guerra no palacio da Boa-Vista, o terem os rebeldes conduzido comsigo as duas peças que existiam alli, e a presença de muitos criados da casa imperial entre os facciosos despertaram graves censuras na imprensa contra o tutor do Imperador, conselheiro José Bonifacio de Andrade e Silva.

Em vão publicou um empregado da quinta imperial que, desde Março de 1832, por ordem

do tutor do Imperador, da gente do serviço do paço, se armára uma força para rebater qualquer insulto inesperado que podesse acontecer, e que essa força conservara-se sob a direcção do delegado do juiz de paz da freguezia, que era tambem o administrador da quinta da Boa-Vista ; a opinião publica desprezou semelhante justificação, e atiraram-se pesadas censuras, insultos ferinos ao conselheiro José Bonifacio, apezar de sua idade, serviços e elevada posição sua e de seus irmãos na camara dos deputados.

Entre os epigrammas que appareceram então contra os Andradas, indicados pela opinião publica como favoraveis ao partido restaurador. le-se este :

Chamam servis os Andradas  
E' calumnia, é falso, é peta,  
São liberaes a matar,  
E que o diga a *Malagueta*.

Ninguém ha tido o coração mais brasileiro do que José Bonifacio, que á patria consagrou seus talentos e seus serviços ; mas, a anarchia que desde 7 de Abril de 1831 despertára violenta no Brazil, as dissensões, as discordias, as lutas civis, a lamentavel licença da imprensa, que não respeitava nem a vida domestica, nem o sagrado das familias, nem o pudor do sexo, fizeram-n'o crer, assim como a outros

brazileiros illustres, que o Brazil ia desmembrar-se, perder sua grandeza e unidade, e caber-lhe por sorte o destino das republicas hespanholas da America, e que só podia afastal-o de tão nefando caminho um governo forte, instituido pelo duque de Bragança que, com o prestigio de seu nome, arredaria as ambições, e plantaria a paz e a segurança. Era além disso José Bonifacio verdadeiro amigo do ex-imperador, como este o confessára no decreto em que o nomeou tutor de seus filhos ; por isso se não conspirou pela sua volta, não se oppôz, e até desejou-a ; mas esse pensar alienou de si por algum tempo o favor publico, sendo um anno depois apedrejada sua casa pelo povo, o que não deve causar reparo, porque mostra-se este ingrato desde que deixam de servil-o a seu modo.

1875.

---



DIA 30 DE JULHO DE 1832.

---

Depois da revolução de 7 de Abril de 1831 entrou o paiz em uma situação anomala; surgiram desordens nas provincias; no Pará é deposto o presidente; a comarca do Rio Negro revolta-se e separa-se daquella provincia; no Maranhão os rebeldes guiados por Antonio João Damasceno commettem depredações; no Ceará ha a revolta de Joaquim Pinto Madeira; em Pernambuco as sedições de 14 de Setembro e 15 de Novembro de 1831, e 14 de Abril de 1832; a provincia das Alagoas é assolada e despovoada pela guerra civil de Panellas; na Bahia proclama-se a ephemera republica de S. Felix em Fevereiro de 1832, e na propria capital do Imperio, em presença do governo geral, subleva-se a força militar em Julho de

1831; ha o motim do theatro em Setembro, a sedição da guarnição da ilha das Cobras em Outubro do mesmo anno, os motins de 3 e 17 de Abril de 1832, e todas as horas, todos os dias levantam-se novas ameaças, novas desordens, temores, preocupações e perigos.

Desde Julho de 1831 occupava o padre Diogo Antonio Feijó o cargo de ministro da justiça, incumbido de velar na segurança publica, na tranquillidade do Imperio.

Homem de vontade energica e acção prompta, expedito, resoluto, infatigavel no trabalho, severo em suas medidas, impassivel ás queixas dos descontentes, forte e ousado, conseguira Diogo Feijó suffocar a insurreição da ilha das Cobras, dissolvêra os regimentos indisciplinados, creara na côrte o corpo de municipaes permanentes para manter a ordem publica, subjagara os rebeldes de 3 e 17 de Abril de 1832 e propuzera a suspensão do tutor do Imperador, como medida conveniente para abater as facções; mas cahindo esta proposta no senado por um voto, retirou-se do ministerio em 27 de Julho de 1832.

O estado de agitação em que estava o Imperio, o futuro triste e nebuloso que se vaticinava, os males proximos que se previam e a marcha progressiva do espirito revolucionario assustaram a muitos patriotas que, exaltados em seus sentimentos, opinaram empregasse o partido dominante medidas vio-

lentas, remedios fortes e promptos para salvar a patria, e ousaram affirmar que não seriam superadas as difficuldades, afastados os obstaculos, sem um golpe de Estado.

Reunidos em casa do padre José Custodio Dias, na chacara da Floresta, á rua da Ajuda, propuzeram, de acôrdo com os regentes, que estes e o ministerio se demittiriam, a regencia enviaria sua exoneração á camara dos deputados, que, levada pelas urgencias da situação, se converteria em assembléa nacional, decretando nova constituição que seria votada por aclamação.

Para isso já havia sido elaborado um projecto de constituição, fazendo amplas concessões ao principio liberal para tirar aos partidos contrarios o pretexto da luta. Essa nova constituição fôra impressa em Pouso Alegre, na typographia do *Prégoeiro Constitucional*, fundada pelo senador padre José Bento Ferreira de Mello, sob o seguinte titulo:

*« Constituição politica do Imperio do Brazil, reformada segundo os votos e necessidade da Nação. »*

Nas reuniões nocturnas do club revolucionario apresentou Honorio Hermeto Carneiro Leão, mais tarde visconde e marquez de Paraná, opinião franca e decidida contra o arriscado e terrivel plano, e combateu a opinião daquelles que, como Saint-Just, diziam : — « Vós nada tendes que transigir com os inimigos da nova ordem de cousas. »

Evaristo Ferreira da Veiga também declarou-se contra esse acto imprudente e pernicioso; porém, decidida a questão pela maioria de seu partido, mostrou-se coherente com seus principios politicos, sujeitou-se, e na camara votou a favor do golpe de Estado.

Tudo estava preparado pelos espiritos exaltados do partido dominante.

Esses mesmos homens que, sentados outr'ora entre os sustentadores da tranquillidade publica, calmos e impavidos, haviam affrontado as tormentas, as revoltas, os perigos, e tinham sido sentinellas firmes e dedicadas da constituição, das instituições sociaes, levados agora pelas proprias idéas que queriam subjugar, talvez habituados ás lutas que haviam combatido, pensavam em revolucionar o paiz, em instituir uma dictadura; queriam ser anarchistas para debellar os anarchistas, e, esquecidos da constituição e da liberdade, não comprehendiam que podiam levar a nação á ruina em vez de salvá-la.

Espalham-se pela cidade noticias aterroradoras: propalam uns que o partido restaurador, não vendo quem se lhe opponha, vai apparecer; outros que uma facção tenciona exigir a reintegração do ministerio, e sob a pressão desses boatos abre-se em 30 de Julho a sessão da camara dos deputados. Immediatamente recebe o presidente o officio da regencia da mesma data, communicando a re-

tirada do ministerio e dando-se igualmente por demittida. Remette-se o officio á uma commissão especial, composta dos representantes Gabriel Mendes dos Santos, Manoel Odorico Mendes, Gervasio Pires Ferreira, Candido Baptista de Oliveira e Francisco de Paula Araujo e Almeida, e declara-se a camara em sessão permanente por proposta de Paula Araujo.

O mesmo faz o senado á espera das liberações da assembléa temporaria.

Na tarde do mesmo dia a commissão especial apresenta seu parecer, concluindo nestes termos :

« Que esta angusta camara se converta em assembléa nacional para então tomar as resoluções que requer a crise actual, e que isto mesmo se participe ao senado. »

Requereu o deputado Ferreira de Mello para ser votado sem discussão o parecer ; porém o deputado Antonio Pereira Rebouças conseguiu, após um discurso vehemente e politico, que o autor do requerimento o retirasse ; a camara votou, e quando Rebouças sentou-se já a opposição estava em maioria.

Encetada a discussão do parecer da commissão especial, atacaram-no vigorosamente Martim Francisco, Ernesto Ferreira França, Miguel Calmon, ulteriormente visconde e marquez de Abrantes, e Montezuma, depois visconde de Jequitinhonha.

Evaristo, José Bento, Costa Ferreira, Paula

Araujo e Candido Baptista defenderam a moção.

Honorio Hermeto offereceu uma emenda para que se dirigisse uma mensagem á regencia, convidando-a a conservar-se no posto a que fora elevada legalmente pelos votos da assembléa geral, assegurando-lhe que esta passava a tomar medidas aptas e conducentes a salvar a patria da crise actual; que se convidasse ao senado por uma outra mensagem a que se declarasse em sessão permanente, e ajudasse a camara dos deputados a tomar com brevidade medidas aptas a manter a segurança publica. Propoz tambem que a commissão já nomeada apresentasse emendas ao código criminal, formulasse um código de processo e todas as mais leis que parecessem convenientes para manter a liberdade e a segurança publica, as quaes, adoptadas immediatamente, seriam remettidas ao senado com recommendação de urgencia; e ao senado se pedisse a remessa das emendas por elle feitas ao projecto de reformas constitucionaes.

Propôz Hollanda Cavalcanti que se respondesse á mensagem da regencia por uma deputação da camara, em que se lhe assegurasse que essa assembléa fará todos os esforços para coadjuval-a no alto desempenho das attribuições de que se achava a mesma regencia revestida, na fórma da constituição.

Formularam Martim Francisco e Rebouças

uma emenda em que se declarasse á regencia que a camara dos deputados, fiel à constituição, não podia aceitar a demissão offerecida, e para assim lhe significar, se lhe dirigisse uma deputação.

Prolongou-se a discussão até ás onze horas da noite, em que se interrompeu para continuar na manhã seguinte.

Nesse dia pronunciou um longo discurso o deputado Rebouças; enviaram emendas á mesa os deputados Barros, Evaristo e Lessa; Paula Araujo leu outro parecer, modificando o primeiro, que foi retirado; ás quatro horas suspendeu-se a sessão, que, continuada meia hora depois, deliberou-se que fosse approvada a primeira parte do primeiro periodo do parecer da commissão, concebida nestes termos :

« Que se dirija uma mensagem á regencia, convidando-a a permanecer no sen posto, por não reconhecer nem na assembléa, nem na regencia autoridade para uma dar e a outra aceitar semelhante demissão, e que nomêe um ministerio de confiança publica. »

Uma deputação composta de Miguel Calmon, Muniz Barreto e Rebouças foi incumbida pelo presidente de entregar á regencia a seguinte mensagem :

« Senhor.— A camara dos deputados. depois de considerar attentamente a mensagem que lhe fôra enviada pela regencia, em nome de V. M. Imperial, dando a sua demissão, re-

solheu mandar-nos em deputação ante o throno de V. M. Imperial para termos a honra de exprimir o seu voto franco e leal ácerca da mesma mensagem.

« A camara dos deputados, Senhor, longe de entender conveniente á causa publica que a regencia do Imperio deixe o leme do Estado, que lhe fôra confiado, convida a mesma regencia a permanecer no honroso posto a que fôra elevada pela livre escolha da assembléa geral, verdadeiro orgão da nação brasileira. E a par deste convite sincero e patriotico a camara dos deputados, Senhor, encarregou-se de assegurar a V. M. Imperial que ella empregará todos os esforços para sustentar e coadjuvar a regencia em nome de V. M. Imperial, afim de que possa exercitar, a despeito de quaesquer facções, as altas attribuições de que se acha revestida pela constituição e pela lei.

« Tal é, Senhor, o voto respeitoso, e, podemos dizer unanime, da camara que representamos. »

Respondeu a regencia, que agradecia á camara dos deputados a confiança que nella tinha, que faria os ultimos esforços para se manter em seu posto, e que em nenhum caso o deixaria sem o consentimento da assembléa geral.

Levantou-se a sessão depois das cinco e meia horas da tarde; e assim passou essa



crise politica, porque a maioria, abalada, fraccionada pelos eloquentes e energicos discursos de varios deputados, vendo defendidas pelos membros da opposição as instituições, a ordem, que acreditava serem atacadas, vacillou, perdeu-se no terreno da discussão, e não conseguiu reunir votos.

Os regentes continuaram em seus lugares de honra, e em 3 de Agosto chamaram para o ministerio a Pedro de Araujo Lima, mais tarde visconde e marquez de Olinda, Hollanda Cavalcanti, depois visconde de Albuquerque, e Bento Barroso Pereira, homens moderados que julgavam encontrar nas leis apoio sufficiente para reprimirem a sanha dos partidos; mas pouco durou esse governo de transição, pois, pedindo o ministro da fazenda um credito de tres mil contos de reis, sendo-lhe recusado, retirou-se, e com elle seus collegas do ministerio, que foi chamado dos quarenta dias pela curta duração até 10 de Setembro, época em que recuperou o partido dominante a antiga influencia.

A crise constitucional de 30 de Julho de 1832 foi um erro politico. Não confiando nos recursos legaes, o governo quiz ser arbitrario, e tentou um meio que assustou aos verdadeiros amigos do regimen constitucional. Os homens da lei descreram da lei, julgando que só podiam vencer seus adversarios com as mesmas armas com que estes os acommettiam,

e sem attenderem que lhes estava confiada a sorte da patria, bem como a grandeza e integridade do Imperio, prepararam um acontecimento que podia destruir a ordem publica. Felizmente no momento decisivo cada deputado esqueceu suas convicções politicas, interesses de partido, e ambições, e só ouvindo a voz da patria, porque era a da razão e da legalidade, levantou valente brado contra o acto do governo; nenhum ousou afastar-se do terreno da legalidade, nenhum ousou tocar a arca santa das instituições patrias.

Beferindo-se a este acontecimento, diz o douto barão Homem de Mello:

« Cada deputado, seguindo o pendor de suas idéas, só considerou na gravidade do golpe; diante de seus olhos estava a imagem da patria, não o interesse do partido. Nessa conjectura não houve maioria nem minoria. Arrastado por uma inspiração subita e espontanea, o maior numero repelliu o golpe. Os chefes do plano recuaram em face desse susto. A tentativa havia falhado. » (1)

A camara dos deputados ouviu as representações que lhe dirigiram os juizes de paz das freguezias da côrte e a guarda nacional, pedindo-lhe energicas providencias para o bem do paiz; mas conservou-se em attitude honrosa, constituiu um unico partido, o do senso

(1) V. *Escriptos Historicos [e Litterarios]* de F. J. M. Homem de Mello.

público, o da ordem, e desse modo conseguiu terminar em paz e com jubilo público essa revolução parlamentar. Mencionando este dia da história pátria diz o *Constitucional*, periódico publicado em 1862:

« O Imperio, prestes a descambar, foi sus-tido como por um milagre á borda do abysmo. Dia nenhum assomou tão iracundo nos horizontes do paiz, e terminou cercado de tão vividos esplendores como o dia 30 de Julho de 1832. »

Tratando deste acontecimento, Evaristo Ferreira da Veiga escreve na *Aurora Fluminense* o seguinte :

« O dia 30 de Julho, esse thema eterno das declamações da opposição, imprudente como foi, e quanto a nós pernicioso, será, não obstante, algum dia apreciado no seu devido valor, e o Brazil, conhecendo a pureza dos motivos que determinaram alguns patriotas a assentirem ás idéas que então appareceram, e á perfidia com que se tem convertido seus pensamentos e designios, far-lhes-ha toda a justiça que merecem. Verá, se erraram, que ao menos a sua intenção estava despidá de considerações de interesse pessoal, que o seu fim era salvar a pátria, cujos perigos pareciam formidaveis, e ainda hoje não são pequenos. Cinco mezes apenas têm decorrido, e já muitos daquelles, que se procurou intimidar com os receios da república, estão persua-

didos de que a sua boa fé fôra então sorprendida por espertos intrigantes; deixemos passar mais alguns mezes, e então fallaremos friamente ácerca do 30 de Julho, do qual comtudo estamos longe de ser partidista. »

Semelhante juizo corrobora nosso asserto quando nos referimos ao distincto publicista, mencionando seu modo de pensar sobre este facto da historia patria.

A guarda nacional da côrte se postára em armas, emquanto a camara dos deputados permaneceu em sessão permanente; mas não foi preciso manobrar, porque o povo não teve um insulto, nem uma ameaça para affrontar qualquer cidadão; comprehendendo que ninguem tratava de atraiçoar a patria, porém salval-a dos perigos que pareciam formidaveis, como diz Evaristo, conservou-se quieto, calmo, nobre no meio das ameaças e intrigas politicas; guiado pelo instincto do dever e da ordem, ensinou ao governo que se deviam acatar sempre as instituições patrias e consagrar profundo respeito á constituição do Estado; assim o bom senso popular foi nesse dia sublime razão.

---

# MOTIM POLITICO DE 1833

NO

RIO DE JANEIRO.

---

O TUTOR DO IMPERADOR.

---

Abdicando a corôa do Brazil, nomeou D. Pedro I para tutor dos principes, seus filhos, ao conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva; mas a assembléa legislativa não confirmou a nomeação do ex-imperador, pelo que despeitado José Bonifacio lavrou, em 17 de Junho de 1831, o seguinte protesto:

« José Bonifacio de Andrada e Silva crê do seu dever e honra declarar á face do Brazil e do mundo inteiro que, inhibido pela força de uma decisão da maioria da camara dos

Srs. deputados, que denega ao Sr. D. Pedro de Alcântara o direito de nomear tutor a seus filhos, decisão esta que o abaixo-assignado julga injusta e illegal, apesar da fonte donde emanou (pois que o justo não provém dos homens, mas sim da lei moral gravada por Deus no coração e entendimento humano), que não pôde, sem faltar, como disse, ao seu dever e á sua honra, cumprir com a palavra dada ao ex-imperador de cuidar na tutoria dos desgraçados orphãos que lhe tinha commettido.

« O abaixo-assignado pelos motivos acima expendidos julga não estar mais obrigado a satisfazer a promessa feita logo que não valha a nomeação paterna, que tinha aceitado por sensibilidade e em agradecimento á honrosa confiança que nelle puzera o ex-imperador. »

Determina a constituição que será tutor do Imperador durante sua minoridade, quem seu pai lhe tiver nomeado em testamento; mas tendo D. Pedro abdicado, julgou a assembléa legislativa que não lhe competia semelhante direito e sim á representação nacional; de feito, convocada a assembléa geral, em 30 de Junho de 1831, para proceder á eleição do tutor, obtiveram em segundo escrutinio sessenta e dous votos o conselheiro José Bonifacio, trinta e dous o senador Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, e vinte e um o marquez de Caravelas; recahindo a escolha da assembléa no mesmo individuo designado pelo ex-imperador;

e assim exerceu ella um direito que julgou ser-lhe privativo.

Marcou a lei de 12 de Agosto desse anno as attribuições do tutor, e determinou que este fosse tambem das princezas, irmãs do Imperador.

Quer pelas sympathias que deixára D. Pedro, quer pelo desejo que tinham de subir os que estavam debaixo, porque jámais tem o poder falta de candidatos, começou a apparecer, logo depois do acontecimento de 7 de Abril, um partido favoravel á restauração daquelle soberano; installou-se no morro do Castello, em casa do general Antonio Manoel da Silveira Sampaio, a sociedade restauradora, destinada a destruir o que se fizéra em 7 de Abril e a chamar ao Brazil o ex-imperador. Celebradas as primeiras sessões, resolveu-se enviar á Europa Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, munido de um numeroso nós-abaixo-assignados, rogando a D. Pedro seu regresso á America; e para as despesas da viagem deu cada socio 200\$000.

Cuidando, como outros brasileiros, que a patria estava em perigo, e só por meio do antigo regimen podia salvar-se, mostrou-se José Bonifacio partidario da restauração de D. Pedro I, pelo que começou a opinião publica a indicar o paço de S. Christovão como o ponto de reunião dos restauradores ou caramurús. De feito, apresentando-se em campo, em 17 de Abril de

1832, o partido restaurador, sahiram do paço da Boa-Vista os soldados que atacaram o governo; nas fileiras dos rebeldes alistaram-se criados da casa imperial; serviram-se os revoltosos de duas peças de artilharia, guardadas no palacio de S. Christovão, para investirem contra as tropas leaes, e no recinto imperial foram acolhidos muitos individuos que haviam entrado na luta.

Ao povo pareceu manifesta a tolerancia do tutor com os rebeldes, e irritado, exaltado em seus sentimentos, apedrejou a casa do velho servidor do Estado.

Provavam os factos a existencia do partido restaurador; a imprensa clamava e indicava o palacio da Boa-Vista como o castello feudal onde se erguia o estandarte desse partido; pelo que desejando acalmar a opinião publica resolveu a assembléa remover o tutor, cuja dedicação por D. Pedro I. tornava-o suspeito; submittida a questão á commissão de justiça criminal e de constituição da camara dos deputados, apresentou esta, em 28 de Junho de 1832, este parecer :

« A commissão de justiça criminal e de constituição, tendo maduramente reflectido sobre a parte do relatorio do ministro da justiça relativa ao tutor de S. M. o Imperador e de suas augustas irmãs, e tendo em vista o art. 3.º da lei de 12 de Agosto de 1831, é de parecer que, removendo-se o tutor, se proceda á nomeação de outro, e



que para isso se officie ao senado afim de que marque o dia em que, reunidas ambas as camaras, tenha lugar a nova nomeação.—Paço da camara dos deputados, 28 de Junho de 1832.—*João Candido de Deus e Silva.*—*Antonio Maria de Moura.*—*Francisco de Paula Araujo.*—*Honorio Hermeto Carneiro Leão.* »

Lavrou o deputado Manoel Alves Branco o seguinte parecer separado :

« Eu entendo que, antes de qualquer resolução, deve a camara ouvir o tutor de S. M. o Imperador sobre as arguições que lhe fez o ministro da justiça em seu relatorio. »

Levantou vivo e caloroso debate o parecer da remoção do tutor, por ser uma questão que interessava ambos os partidos, ao liberal e ao restaurador; era uma luta de bandeira contra bandeira, de principios e idéas oppostas; a camara dividiu-se em dous grupos, e se um bradava contra José Bonifacio, repetindo que o palacio da Boa-Vista se tornára refugio de conspiradores, de criminosos, de gente armada, o outro louvava o tutor, lembrava seus merecimentos e serviços e accusava seus adversarios. Das galerias ouvia o povo os debates, que lhe interessavam, por ser a questão capital, tratando-se de aniquilar um partido, e tambem um homem que pelo seu cargo e prestigio era apontado como chefe desse partido, quer fosse ou não, pois necessita cada época de alguem que sirva de chefe.

Discutia o deputado Carneiro da Cunha a questão e sustentava como medida necessaria a remoção do tutor, quando lhe arremecaram da galeria do lado da cidade uma moeda de cobre; produziu esse insulto violento alarido e muita confusão; e disposta a tomar immediatamente providencias regimentaes, ordenou a camara que todo o espectador que quizesse assistir ás sessões devia apresentar-se decentemente vestido de casaca ou sobrecasaca.

Em sessão de 9 de Julho approvou a camara por quarenta e cinco votos contra trinta e um o parecer da remoção do tutor; mas, levada ao senado a questão, depois de renhido debate, foi regeitada, por um voto, em 26 de Julho de 1832.

No dia seguinte o ministro da justiça, padre Diogo Antonio Feijó, e com elle todos seus companheiros deixaram o ministerio.

Chegara a nação a um estado deploravel; a sociedade mostrava-se abalada em seus fundamentos; desejava o partido exaltado prolongar a luta para sustentar-se, porfiava em vencer e sobrepujar ao partido contrario; antepondo sua salvação á lei, á humanidade, conspirava, prégava doutrinas subversivas, revolucionava a nação e repetia as palavras de Saint-Just: *A liberdade deve vencer seja por que preço fôr*. Procurava o partido caramurú restaurar o antigo regimen, e para triumphar ateava a anarchia, exaltava os animos, exasperava as

paixões, e acreditava na necessidade indeclinavel da volta do antigo systema, sem attender que nas revoluções se não póde retrogradar. Viviam em luta diversas provincias, e parecia que prestes a chamma da rebellião invadiria todo o paiz.

Em tão tormentosa crise entendeu o partido moderado, que occupava o poder, que só a reforma da constituição poderia tranquillisar os animos e tirar aos partidos contrarios o pretexto da luta; combinou então o golpe de Estado de 30 de Julho; demittidos a regencia e o ministerio, assumiria a camara dos deputados o character de assembléa nacional, com poderes especiaes para reformar a constituição.

Chegado o dia 30 a regencia communicou á camara sua demissão e do ministerio; immediatamente o corpo legislativo, camara dos deputados e senado, declarou-se em sessão permanente; mas ao apresentar o deputado Paula Araujo o parecer de que fôra relator, para converter-se a camara em assembléa nacional, comprehendeu cada um deputado a gravidade da situação, o golpe politico que ia soffrer a nação, e, abjurando odios de partido, encarou só na imagem da patria e protestou; o autor do requerimento pedio para retiral-o; approvou a camara, e enviou uma deputação á regencia, convidando-a a conservar-se em seu posto; a regencia ficou, mas constituiu-se novo ministerio.

Crescera, porém, o partido caramuru; animara-o o senado regeitando a remoção do tutor, e surgiram na imprensa novos órgãos para sustental-o; ferina e violenta tornou-se a linguagem desses periodicos que atacavam o governo; não havia limite nos ultrages; tornaram-se licitos a diffamação, a intriga, o insulto, e commum o abuso da expressão de pensamento; em Setembro de 1832 propalou a imprensa restauradora que o governo pretendia roubar o joven monarcha, e fallando dos individuos que cercavam a este, escreveu o ministro da justiça Chichorro da Gama: —Panicos medos se imprimiram em seu espirito, discursos e phrases assustadoras se repetiam diante de sua candida minoridade (1).

Partiu para a Europa Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, e jornaes da Inglaterra e da França annunciaram a qualidade de sua missão. Uma folha de Liverpool, o *Albion* de 12 de Agosto de 1833, disse:

« Os ministros occupam-se em um ecôrdo para a volta de D. Pedro ao Brazil. Têm já havido varias conferencias entre Mr. Talleyrand e lord Palmerston a este respeito. Foi enviado um agente por um partido influente no Brazil, onde tudo se acha em confusão, e chegou já a este paiz, de caminho para Portugal, encarregado de tratar com D. Pedro o

(1) Veja o relatorio de 1834 do ministerio da justiça.

seu regresso ao Brazil, para que alli reassumisse a sua imperial autoridade.»

Propalava-se que o palacio de Boa Vista era o conventiculo de ambiciosos, forasteiros e bandidos; fallava-se que se tencionava corromper a fidelidade de alguns corpos de linha e de guardas nacionaes, e que já se havia distribuido cortuxame embalado (2).

Raiou o dia 2 de Dezembro de 1833, anniversario natalicio de D. Pedro II; houve cortejo no paço, onde em nome do corpo diplomatico, orou o ministro da França, conde de S. Priest; a sociedade defensora da liberdade e independencia do Brazil enviou como seu orador, para felicitar o monarcha, o socio Antonio Felix Martins, e compareceram em numero maior de setenta os alumnos das escolas e officinas do arsenal de guerra, dos quaes um, chamado Feliciano Porfrio, exposto da santa casa da Misericordia, e que teria pouco mais ou menos a idade do Imperador, recitou um discurso de saudação, e em nome de seus companheiros offereceu diversas obras por elles feitas nas officinas do arsenal, as quaes podiam servir de brinquedos a D. Pedro II e de indicios de seus talentos, aproveitados pelo governo em beneficio de sua orphandade e da nação. De noite, apesar da copiosa chuva, houve espec-

(2) Veja o relatorio de 1834 do ministerio do imperio.

taculo de gala no theatro Constitucional Fluminense, presidido pelo juiz de paz José Ignacio Coimbra.

Findo o espectáculo, capacitado o povo de que na frente da casa da sociedade militar creada em 11 de Agosto de 1833, estava, entre as figuras dos officiaes das differentes armas, o retrato do duque de Bragança, pediu e obteve que o quadro fosse d'alli tirado, e depositado em casa do juiz de paz; arreado o painel, e, procedendo-se sobre elle o competente auto de exame viu-se que havia o seguinte :

A figura de um anjo com um distico que dizia : *E' o meu Deus que me alumia e salva: quem temerei? O meu senhor protege a minha vida; que fatal perigo pôde assustar-me?*

Sobre um pedestal erguia-se um escudo com a côroa imperial na parte superior; no meio, sobre um campo verde, *Pedro II*; logo abaixo um livro aberto que dizia : *Constituição politica*, com uma bandeira de cada lado; da parte direita levantava-se uma figura que mostrava ser de um official de cavallaria; logo adiante um dito da guarda nacional e na frente a de um militar com o fardamento do estado-maior, chapéo armado com arminhos, botas a rusilhana, esporas, cinto amarello e encarnado, figura esta que, vista ao longe, demonstrava o todo do duque de Bragança, porrem de perto nada se parecia no semblan-

te, e nem se lhe acharam insignias que indicassem ser o ex-imperador.

Do lado esquerdo apparecia um official de marinha, logo adiante um dito do batalhão de Pedro I, e na frente um da artilharia montada, o qual, com o outro que occupava o primeiro plano do lado direito, tinha as mãos postas sobre a carta constitucional.

A exhibição desse painel, no qual lobrigára o povo a figura do duque de Bragança, pareceu ser uma provocação do partido restaurador; além disso um dos órgãos desse partido ousou publicar que as moças das famílias brasileiras se ufanavam de preferir em casamento os portuguezes, e que era isso o maior brasão dessas famílias.

Na manhã do dia 5 appareceu um annuncio, declarando que a sociedade militar ia reunir-se para objecto de muita consideração, e vieram mais superexcitar os animos pequenos editaes que se espalharam por toda a cidade com a seguinte proclamação :

« Brasileiros !— Hoje se reúne o conselho da sociedade restauradora, que se encobre com o nome enganoso de militar. Trabalham contra nossa liberdade e para entregar-nos ao jugo do principe portuguez que nos opprimiu por dez annos. Até quando soffreremos que se aggreguem, que deliberem os conspiradores que querem escravisar-nos e derrubar do throno o senhor D. Pedro II ? Até quando, Brasileiros !

A vossa paciência já toca o extremo do aviltamento. Reunamo-nos, exaltados, moderados, em face dessa associação de malvados, de traidores á nossa querida patria, e sem faltar ao respeito que se deve ás leis e ás autoridades, ahí mesmo formemos um requerimento em que se peça ao governo a dissolução deste ajuntamento inimigo de nossa patria. Brasileiros ! Quando vêmos o paiz ameaçado por vis restauradores a indiferença é um crime. Não hesitemos um momento. Vamos.— *Um patriota.* »

Não se realizou a sessão annunciada, mas reuniu-se o povo na tarde do dia 5 no largo de S. Francisco de Paula ; do que, tendo noticia o juiz de paz José Ignacio Coimbra, dirigiu-se para alli, e, vindo ter comsigo diversos cidadãos, denunciaram-lhe que constava existirem armas na casa das sessões da sociedade militar, e requereram se dêsse busca. Acompanhado do juiz de paz do segundo districto, de seu escrivão, de dous officiaes de justiça e de quatro a seis pessoas para servir de testemunhas, penetrou Ignacio Coimbra na casa indicada, actualmente occupada pelo escriptorio da companhia de bonds de S. Christovão ; porém nada encontrou, nem tinteiros, e só alguns bancos, cadeiras e mezas.

Emquanto se procedia á busca, invadiu o povo a casa, arremessou á rua alguns trastes, e da frente das janellas do segundo andar



arrancou a taboleta que indicava o nome da sociedade em letras de ouro sobre campo azul ferrete.

Mais de mil pessoas, que atopetavam a praça, declararam que queriam representar á regencia pedindo a dissolução da sociedade militar e a demissão do tutor por pertencer ao partido caramurú, e ser connivente com seu irmão Antonio Carlos. Assignaram a representação no proprio largo, e exigiram que o juiz de paz se encarregasse de leval-a ; annuiu esta autoridade, e regressando annunciou que a representação, acolhida benignamente pelo governo, seria tomada em consideração. Geral enthusiasmo despertou esta noticia ao povo, que levantou vivas a D. Pedro II, ao dia 7 de Abril, á constituição, á regencia, ao ministerio, e insultou e apupou os individuos do partido restaurador.

Levados pela exaltação do momento, excitados por alguns chefes, que ousam crear conspirações para terem o direito e o merito de punil-as, como diz Segur, dirigiram-se diversos individuos á typographia do *Diario*, onde se imprimiam os periodicos caramurús, intitulados *A Trombeta*, *Arca de Noé*, *Verdadeiro Caramurú e Pedro I*, e á typographia *Paraquassú*, de David da Fonseca Pinto, redactor do *Caramurú* e espalharam os typos, quebraram as caixas, inutilisaram os impressos e arremessaram-os á rua ; não satisfeitos, não

saciados em seu vandalismo, apedrejaram as casas de alguns influentes do partido restaurador, como as do marquez de Baependy, Huet Bacellar, e generaes Moraes e Nobrega Botelho, sendo estes dous ultimos directores da sociedade militar. Concorreram para exacerbar os animos as proclamações do partido restaurador impressas no periodico *Fado dos Chimangos*, que, como diz outro periodico da época, *poz remate a tudo quanto á ousadia, a impudencia e a torpeza de escriptores anarchicos têm até hoje vomitado*, e tambem ás inseridas no periodico *Esbarra*. Eis uma dessas proclamações :

« Com effeito o sanguinario governo da regencia, composto dos mais abjectos dragões, que todas as furias do inferno poderiam produzir, desafia cada vez mais contra si a execração do povo, que pasmado admira a audacia e insolencia com que elle o acomette ! Não é possivel encontrar-se um composto tal de malvadez e bestialidade ! Mais estupidos do que selvagens, e mais ferozes que tigres, os nossos capoeiras governantes só attendem ás suas particulares paixões e a uma incomprehensivel cabeça ! Orgãos e escravos da ladra facção chimanga, a vontade desta é a primeira das leis ; embora se comprometta a nação e se percam o repouso e prosperidade publica !

« A medonha e tenebrosa perspectiva da anarchia nenhuma sensação produz nos malvados sanguinocratas, que, affeiçoados aos

crimes e aos roubos, nenhum attentado ha de que não sejam capazes de perpetrar. Não sabemos, com ingenuidade o dizemos, em que se estribam os monstros para tanto abusarem da paciencia do povo, que os despreza e detesta. Porém o nosso coração palpita de jubilo com a lembrança de que breve está o termo das nossas amarguras; o raio da vingança nacional cedo deve vibrar sobre os salteadores, piratas, alcoviteiros, pelintras, sevandijas, bandalhos e estupidos embusteiros, petulantes, incestuosos e malcriados camellos. Nenhum chimango, ainda o mais desprezível, deixará de ser castigado como merece; não haverá a minima contemplação com os renegados, descarados, sem vergonhas, adoptivos patifes, e nescios que até contra seus conterraneos conspiram. Essa trempe de facto, monstruoso parto da mais negra e abominavel traição, que para bem do Brazil julgou o corpo legislativo ter nomeado, mas que sómente para roubar tem trabalhado, seja a primeira complice a castigar-se; mas como? Se Luiz XVI, innocente e virtuoso monarcha, amante do povo francez, foi guilhotinado, como devem ser punidos larrageiras desprezíveis e tyrannos? Do mesmo modo? Não; de uma maneira exemplar.»

De um passaro que ha na provincia do Rio Grande do Sul derivou-se o nome de chimango, dado a principio a um corpo militar que alli existiu, applicado depois por analogia aos ad-

didos á guarda municipal permanente do Rio de Janeiro, e empregado por fim pelos caramurús para denominar os homens do partido moderado.

Tratando-se em época de eleições ácerca do direito de votar, attribuido ou recusado aos soldados addidos á guarda municipal permanente, appellidados chimangos, sustentaram os moderados esse direito, allegando terem os chimangos a renda exigida pela constituição; mas ponderaram os caramurús que taes homens não tinham parochia e por consequencia em nenhuma dellas era-lhes permittido votar; vencidos, porém, nesta contestação, começaram a denominar indistinctamente chimangos a todos seus contrarios, fosse qual fosse a modificação do credo politico destes.

Em 6 de Dezembro a regencia proclamou ao povo nos seguintes termos :

« Brasileiros! — Tende confiança no governo que eminentemente patriótico não consentirá jamais que prevaleça qualquer partido hostil ao Brazil; mas cumpre que vós sejais os primeiros a respeitar as leis e as autoridades constituídas, e a obedecer aos seus mandados; do contrario cahiremos na mais hedionda anarchia de que todos seremos victimas; recolheivos ás vossas casas, e esperai tranquillos que o governo obre como fôr de justiça e o bem geral exija; é ao governo que, sciente das verdadeiras necessidades da patria, cumpre

tomar medidas justas e prudentes para manter a segurança individual, e fazer respeitar a constituição, o throno do nosso augusto monarcha brasileiro o Sr. D. Pedro II e as leis; o governo está vigilante; descançae sobre elle e não vos mancheis com actos que vos podem desdourar, e dar razão e força aos inimigos da prosperidade do Brazil.

« Brasileiros. Confiai no governo; recolhei-vos ás vossas casas, e estai tranquillos, assim vol-o ordena a regencia em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II.

« Viva a religião, viva a nação brasileira, viva a constituição politica do Brazil, viva o Sr. D. Pedro II! — *Francisco de Lima e Silva.* — *João Bráulio Muniz.* — *Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.* »

Por aviso de 7 de Dezembro de 1833 prohibiu o governo aos militares de 1.ª e 2.ª linha e ordenanças fazerem parte da sociedade militar, sob pena de serem castigados como desobedientes e infractores da disciplina.

Se o partido restaurador conspirara e commettêra excessos, tambem praticara-os o partido dominante; o proprio governo entregava-se a pequenas intrigas, e procurava servir-se de todas as occasiões de desordem que as circumstancias apresentavam-lhe para atacar e destruir o partido contrario, pois em tempos de paixões não sabem os partidos conciliar-se e só desejam vencer e aniquilar os adversarios.

Fallava-se que o partido restaurador premeditava uma nova revolta; correria no dia 14 que se distribuíra cartuxame pelos agentes da conspiração, e, ou houvesse verdade nesta noticia ou fosse pretexto, reuniu-se o ministerio na noite desse dia em casa do ministro da justiça Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba, e ahi durante um sarão assignou os decretos suspendendo o tutor e nomeando para substituil-o o marquez de Itauhaem.

Eis os decretos:

« A regencia permanente, considerando os graves males que devem resultar de que o conselheiro José Bonifacio de Andrada continue no exercicio da tutella de S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II e de suas augustas irmãs, ha por bem, em nome do mesmo Senhor, suspendel-o do indicado exercicio, emquanto pela assembléa geral legislativa se não determinar o contrario. Antonio Pinto Chichorro da Gama, ministro e secretario de estado dos negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Dezembro de 1833, duodecimo da independencia e do Imperio.— *Francisco de Lima e Silva.*— *João Bráulio Muniz.*— *Antonio Pinto Chichorro da Gama.*»

« A regencia permanente, tendo attenção ás distinctas e bem notorias qualidades que caracterisam o marquez de Itanhaem, ha por

bem, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II e enquanto pela assembléa geral legislativa se não determinar o contrario, encarregal-o da tutela do mesmo Senhor, e de suas augustas irmãs, de cujo exercicio foi suspenso por decreto desta data o conselheiro José Bonifacio de Andrada. Antonio Pinto Chichorro da Gama, ministro e secretario de estado dos negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Dezembro de 1833, duodecimo da independencia e do Imperio.— *Francisco de Lima e Silva.*— *João Bráulio Muniz.*— *Antonio Pinto Chichorro da Gama.*»

Convocados no dia seguinte pelo juiz de paz do terceiro districto da freguezia de S. José, João Silveira do Pilar, os juizes de paz das outras freguezias, dirigiram-se por ordem da regencia á quinta da Boa-Vista, com cento e vinte homens de infantaria e igual força de cavallaria do corpo de permanentes, e, depois de dividirem essa força em patrulhas para rondarem as circumvizinhanças e guardarem as saídas, penetraram no paço e apresentaram ao tutor o decreto da regencia; José Bonifacio reagiu, declarou que não cumpria a ordem, que se não dava por suspenso do exercicio de tutor, commettendo, levado pelos assomos de seu genio que ás vezes irrompia violento, um acto inconveniente, uma desobediencia á lei, & autoridade. Vendo sua reluctancia retiraram-se

os juizes de paz para uma casa proxima, onde residia Joaquim Moreira da Costa, e participaram o occorrido á regencia. Officiou José Bonifacio ao ministro do Imperio nos seguintes termos :

« Tendo de responder ao officio de V. Ex., que acompanhava o decreto da regencia de 14 do corrente, digo que não reconheço na mesma o direito de suspender-me do exercicio de tutor de Sua Magestade e de suas augustas irmãs.

« Cederei á força, pois que a não tenho, mas estou capacitado que nisto obro confôrme a lei e a razão, pois que nunca cedi a injustiças, a despotismos, ha longo tempo premeditados e ultimamente executados para vergonha deste Imperio. Os juizes de paz fizeram tudo para me commoverem, porém a tudo resisti, e torno a dizer que só cederei á força. »

Sciante a regencia do que lhe expuzeram os juizes de paz, ordenou-lhes que prendessem immediatamente o conselheiro José Bonifacio, fazendo-o embarcar para a ilha de Paquetá em escaler do arsenal de guerra para esse fim ancorado na praia de S. Christovão, e enviou ao meio-dia as palacio da Boa Vista os brigadeiros José Joaquim de Lima e Silva e Raymundo José da Cunha Mattos, em companhia do novo tutor marquez de Itanhaem, incumbidos de pedirem ao Imperador a transferencia de sua residencia para o palacio da cidade, e intimarem ao conselheiro José Bonifacio a sua suspensão. Officiou a Francisco Maria Telles



da Silva, aio de D. Pedro II, que no caso de recusar José Bonifacio cumprir as ordens que lhe fossem intimadas, dando-se com isso alguma inquietação de espirito do Imperador, velasse sobre este, e o conduzisse com suas irmãs para o paço da cidade, se porventura não se apresentasse antes o marquez de Itanhaem; e se por não ter inteira e religiosa observancia essa recommendação experimentasse o joven principe qualquer incommodo, delle aio seria a responsabilidade.

Intimada de novo a ordem do governo accedeu José Bonifacio, e, entrando na sege de um dos juizes de paz, encaminhou-se para o cões de S. Christovão, onde embarcou para a ilha de Paquetá, em companhia do capitão João Nepomuceno Castrioto, encarregado de conduzi-lo, e de seu sobrinho o capitão Gabizo, que quiz acompanhá-lo até sua casa.

Em uma allocução convidou o brigadeiro Cunha Mattos a D. Pedro II e ás princezas para estabelecerem sua residencia por algum tempo no paço da cidade, ao que annuiram o Imperador e suas irmãs; e, deixando o palacio de S. Christovão ás 4 1/2 horas da tarde, foram recebidos no campo da Acclamação, e acompanhados até o paço pelos regentes e ministros de Estado. De noite illuminaram-se os edificios publicos, muitos cidadãos percorreram as ruas entoando, ao som da musica, e de vivas ao monarcha e á regencia, o hymno de

7 de Abril; porém na effervescencia dos animos, pela viva rivalidade então existente entre brasileiros e portuguezes, dos homens do partido sahiram sicarios que feriram com punhal ou estoque cinco ou seis individuos na rua da Quitanda.

No mesmo dia 15 de Dezembro publicou a regencia esta proclamação

« Brasileiros ! A tranquillidade, a ordem publica são ainda uma vez ameaçadas por individuos, que devorados de ambição, de orgulho, nada poupam para levar a effeito seus intentos detestaveis, embora com isso sacrificuem os destinos e prosperidade nacional. Uma conspiração acaba de ser pelo governo descoberta, a qual tem por fim deitar abaixo a regencia, que em nome do Imperador governa, e quiçá destruir a monarchia representativa na terra de Santa Cruz. No proprio palacio de S. Christovão, nas immedições deste, e em outros pontos se forjaram os planos; armamento e cartuxame foram já distribuidos, e os scele-rados só aguardam o momento destinado para lhes dar execução. Brasileiros ! a regencia está vigilante, e tem tomado todas as medidas ao seu alcance para frustrar as insidias dos conspiradores, havendo entre ellas lançado mão de uma que julgou indispensavel para desalentar as criminosas esperanças dos perturbadores da ordem. Ella acaba de suspender o tutor de Sua Magestade Imperial e de suas

augustas irmãs, o Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva, o homem que servia de centro e de instrumento aos facciosos, havendo nomeado para substituí-lo, enquanto pela assembléa geral legislativa se não determinar o contrario, o marquez de Itanhaem, brasileiro distincto, e que tão dignamente já exercêra a mesma tutoria quando della encarregado. Brasileiros, confiai no governo; a paz publica será mantida, e conservado inabalavel o throno nacional do joven monarcha, ingente penhor da prosperidade e gloria do Imperio, idolo dos brasileiros, que se honram de pertencer á briosá nação de que somos membros. Viva a nossa santa religião, viva a constituição, viva o nosso joven Imperador o Sr. D. Pedro II. — *Francisco de Lima e Silva.* — *João Bráulio Muniz.* — *Antonio Pinto Chichorro da Gama.*»

No dia seguinte remetteu a regencia uma circular aos presidentes de provincia, relatando o que occorrêra na côrte, e recommendando vigilancia e cuidado na manutenção da ordem publica. Nesse dia o juiz de paz do segundo districto da freguezia do Sacramento, Luiz Francisco Pacheco, foi ao paço de S. Christovão, e dando busca encontrou em um quarto, por baixo do torreão novo, 33 armas quasi novas com feixos e uma sem elles; 15 bayonetas, 36 pederneiras, 10 balas soltas, 334 cartuchos de pistola e 40 de espingarda, assim como os individuos seguintes, que foram

remettidos presos para o quartel de Mata-porcos : tenente-coronel José Ricardo da Costa, brasileiro adoptivo; sargento-mór Caetano Cardoso de Lima, idem; tenente Manoel Joaquim Pereira Braga, idem; tenente reformado Antonio de Araujo Silva, idem; Miguel José Tavares, brasileiro; Innocencio José de Menezes, idem; José Marty Mavignard, francez; José Pereira Ayas, portuguez; Francisco José Ribeiro Bastos, idem; Francisco Joaquim Pinto, idem; José Dias de Faria, idem; Antonio Manuel de Sousa, idem; Francisco José de Sousa, idem; Antonio Pereira, idem.

Prenderam-se na quinta da Joanna tres individuos, dos quaes dous eram portuguezes e um francez, official militar que servira de ajudante de ordens do brigadeiro Labatut. Arrombada a casa do feitor encontraram-se pistolas carregadas, cartuxos embalados, um embrulho com uma quantidade de quartos de bala, bayonetas, e uma dellas encravada em um pão, uma clavina carregada, com bayoneta, e um cavallo que um preto confessou pertencer a um individuo que na noite antecedente conferenciára com o feitor e fugira com este

Ao juiz de paz do segundo districto da freguezia de Santa Anna remetteu o ministro da justiça este officio :

« Havendo o governo descoberto uma conspiração que se tramava para os fins de-

clarados na proclamação que fez publicar hon-tem, e tendo-se encontrado no paço da Boa Vista, depois de haver delle sahido S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, algum armamento, cartuxame e varios individuos complices daquella conspiração, assim como outros muitos que se evadiram, como foi o coronel Theobaldo Sanches Brandão, que se conheceu distinctamente no momento da fugida, ordena a regencia, em nome do mesmo augusto senhor, que vossa mercê dê todas as providencias para ser capturado o dito Sanches, e proceda ás mais escrupulosas pesquisas afim de vir no verdadeiro conhecimento dos individuos do seu districto, que entraram nessa trama, bem como aonde existe o armamento e cartuxame que se distribuiu pelos conspiradores; procedendo criminalmente contra todo aquelle individuo, que encontrar incurso em semelhante delicto, do que dará conta por esta secretaria de estado.

«Deus guarde a Vmcê. Paço, em 16 de Dezembro de 1833.—*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho*.—Sr. juiz de paz do segundo districto de Santa Anna.»

Foram recolhidos à fragata *Paraguassú* quatorze officiaes accusados de complices na conspiração da quinta da Boa-Vista. Por determinação da regencia dispensou o novo tutor do serviço do paço a certos individuos, e encarregou do exercicio de camareira-mór

D. Marianna Carlota de Verna, que desvelada e judiciosamente dirigira a educação do joven Imperador até ser desviada desse encargo ; mas, admittida de novo no serviço do paço, mostrou-se solícita e dedicada, e mereceu ser condecorada com o título de condessa de Belmonte no dia da coroação do segundo Imperador do Brazil.

Alguns dos individuos encontrados occultos na quinta de S. Christovão na ocasião da remoção do tutor, e por isso suspeitos de quererem oppôr-se ás ordens do governo, foram soltos por alvará do jury ; porém outros foram pronunciados á prisão e livramento, como o conselheiro José Bonifacio, que continuou a residir em sua casa da ilha de Paquetá ; e quanto a seu sobrinho, o capitão Gabizo, foi remettido á fragata *Paraguassú* e mais tarde teve a cidade por menagem até ser julgado pelo jury.

Em 27 de Maio de 1834 officiou o marquez de Itanhaem ao ministro do Imperio, participando haverem sido encontrados enterrados no jardim da quinta da Boa-Vista cinco espadas com bainhas de ferro, uma patrona com cartuxame, e algum cartuxame embalado e estragado pela humidade.

Encetada nesse mez de Maio a discussão da remoção do tutor, pronunciaram-se contra José Bonifacio diversos deputados, como José Pedro, que asseverou ter-se achado cartuxa-

me no quarto do Imperador, e terem-se occulto no recinto do paço os sediciosos fugitivos de Minas.

Em 28 de Maio leu-se o seguinte parecer da commissão de constituição:

« A commissão de constituição, a quem foi remettido o relatorio do ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, apresentado na actual sessão, observa que a primeira medida que elle dá conta á assembléa geral pela sua merecida importancia é a que na fórmula do decreto de 14 de Dezembro de 1833, suspendeu ao cidadão José Bonifacio de Andrada e Silva do cargo de tutor de S. M. Imperial e das princezas suas augustas irmãs. Esta medida, sendo ha muito tempo reclamada, logo que foi patente a ingerencia do mesmo tutor em negocios politicos, contra o disposto no art. 2.º da lei de 12 de Agosto de 1831, por actos que compromettiam essencialmente os interesses do seu augusto pupillo, servindo de centro e de apoio á facção estrangeira, que ainda não desanimou de restabelecer no Brazil o dominio do duque de Bragança, tornava-se absolutamente necessaria e indispensavel á conservação do throno constitucional de 7 de Abril no momento em que o governo della lançou mão para fazer abortar o plano vasto, concertado, e que já começava a executar-se, contra as liberdades publicas, a autoridade do

Sr. D. Pedro II e a existencia do governo legalmente estabelecido.

« Os factos que comprovam esta asserção são muitos e incontestaveis, e foram com geral escandalo praticados dentro e fóra do Imperio, na presença de todos, para que seja mister enumeral-os; ninguem ha que os ignore, ninguem que com justiça possa contestal-os. Os processos judiciais, que derradeiramente se intentaram a tal respeito, não podem augmentar os grãos de convicção e de certeza, que cada um deve ter adquirido sobre a connivencia ou ineptidão do tutor, segundo a expressão apropriada de um ministro patriota; apenas poderão elles ter contribuido para dar maior evidencia á primeira parte desta alternativa.

« Accresce que a medida de que se trata não é opposta á lei de 12 de Agosto de 1831, posto que nella não se ache expressa, e parece muito conforme aos principios geraes da legislação que regulam a remoção dos tutores suspeitos.

« Nestes termos a commissão, tendo em vista a referida lei de 12 de Agosto de 1831, e convencida não só da conveniencia, senão mesmo da necessidade de ser removido o tutor, propõe á consideração da camara a seguinte resolução:

« Artigo unico. O cidadão José Bonifacio de Andrada e Silva é removido do cargo de



tutor de S. M. o Imperador e das princezas suas augustas irmãs.

« Paço da camara dos deputados, em 27 de Maio de 1834. —*Oliveira.*—*Mello.*—*Limpo de Abreu.* »

Aberta a discussão sobre este parecer foi approved depois de longo debate em 10 de Junho, por cincoenta e sete votos, recolhendo-se trinta e um contra, tendo sido nominal a votação. Em 21 de Julho votou o senado o mesmo parecer por vinte e tres votos, havendo quinze contra; e reunidas em assembléa geral as camaras, no paço do senado, em 11 de Agosto, sahiu eleito tutor por setenta e tres votos o marquez de Itanhaem.

Citado em Fevereiro de 1835 para comparecer perante o tribunal do jury, escreveu José Bonifacio ao juiz de paz nestes termos:

« Illm. Sr. juiz de paz. — Accuso a recepção de sua carta de 20 do corrente em que V. S. me participa que no dia 2 de Março tenho de comparecer no tribunal do jury.

« Duvido muito que o estado da minha saude me permita ir á côrte; porém como todo o cidadão honrado não póde hoje duvidar que a minha remoção do lugar de tutor, e depois o processo informe e ridiculo a que se procedeu e por fim a declaração de minha criminalidade, são todos effeitos de uma cabala pueril, eu, confiado na justiça e luzes dos meus juizes, não preciso da formalidade

de defender-me ou pessoalmente ou por advogados. Os crimes que eu commetti são de outra categoria, em que muito amor proprio gratuito se offendia; mas perante a lei nunca foi crime. Não preciso, portanto, de defesa que não seja o negar positivamente o de que sou accusado em um processo irregular, injusto e absurdo. Se, porém, para não demorar o livramento de outros meus chamados co-réos, é de absoluta necessidade que eu tenha advogado, então nomeio a todos aquelles homens de probidade, que queiram officiosamente encarregar-se da minha defesa, bem curta e facil.

« Deus guarde a V. S. —Paquetá, 24 de Fevereiro de 1835. —Illm. Sr. Antonio Luiz Pereira da Cunha. —*Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva.* »

Constituido o jury em 14 de Março serviu de promotor o Dr. José Maria Frederico de Souza Pinto, tendo-se recusado a fazerem o libello diversos advogados e juizes, como o promotor publico João Antonio de Miranda, o bacharel José Moreira Barbosa e Guilherme Bandeira de Gouvêa; presidiu a sessão o Dr. Justino José Tavares; José Bonifacio não compareceu, mas apresentou-se para defendel-o o desembargador Candido Ladisláo Japiassú. O povo atopetava o recinto do tribunal, não por julgar que José Bonifacio e outros seriam condemnados; pois, tendo fallecido em

1834 em Portugal o duque de Bragança, desapparecêra no Brazil o partido restaurador, mas só por curiosidade; e estando arrefecida a luta desejavam todos socego e uma nova ordem de cousas.

Recolhido o conselho de jurados á sala secreta, voltou algum tempo depois, lendo o presidente Luiz Affonso de Moraes Torres a absolvição de vinte e um individuos, entre os quaes estava o conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva; e na sessão de 8 de Abril foram absolvidos sete que restavam.

Os amigos e entusiastas de José Bonifacio deram-lhe um baile em 9 de Maio, onde saudaram as musas de alguns vates ao sabio, ao poeta e ao politico, e ao som desses hymnos recolheu-se ao seu domicilio em Nictheroy, o Francklin brasileiro, onde pouco esperou pela morte, legando á patria seu nome illustre.

Depois do acontecimento de 7 de Abril entrára o paiz em uma phase nova; inexperientes na luta politica tornaram-se os partidos, que então se organisaram, imprudentes e precipitados; mais de uma vez conspirára o partido restaurador, e o moderado que debellava-o excedêra-se algures em suas perseguições, e pintára aquellas conspirações com um character mais assustador do que haviam tido. Reprovaram os Andradas o movimento de 7 de Abril, e em politica, especialmente em

época de effervescencia, consideram-se inimigos e traidores os que sustentam opinião contraria á que predomina; começaram os Andradas a ser mal vistos pelo governo; abraçara Antonio Carlos, o partido restaurador (3), e José Bonifacio, ou por sympathisar com a idéa da volta do antigo systema, ou por fraqueza de animo, se deixara apresentar como chefe dos caramurús, por necessitarem estes do prestigio de seu nome para propagarem suas crenças politicas; assim escudados foram até ao paço imperial, até junto do Imperador; conspiraram, reuniram gente, accumularam armas, munições de guerra, transformaram em fortaleza, em torre de refugio a residencia imperial; e José Bonifacio, que tantos serviços prestara á independencia, á organização do novo imperio, deixou-se arrastar por um partido, por uma idéa anti-nacional como era a restauração do governo do ex-imperador; antepondo o coração á razão, fraqueou e quiz pugnar por um principe que a nação afastara, sem se lembrar de que não só violentava a vontade nacional, como das graves e funestas consequencias que esse procedimento poderia trazer á causa publica.

Ainda que, mudada a época em que uma medida foi concebida, ella é desfigurada, todavia vê-se que mesmo em 1834 era a res-

(3) Veja o relatorio do ministerio do Imperio de 1834.

tauração de Pedro I um erro politico, e aquelles que nisso pensaram, conspiraram contra a lei, contra o verdadeiro soberano acclamado pela vontade nacional e contra a nação, que admittira outros principios e outra ordem social.

---

# DECLARAÇÃO

## DA MAIORIDADE DO IMPERADOR

### EM 1840.

---

Abdicando D. Pedro I a corôa do Brazil, e sendo menor o herdeiro do throno, passou o leme do Estado ás mãos de uma regencia, que teve de superar graves difficuldades.

Em 7 de Abril a nação quebrou os ultimos anneis da corrente que parecia trazêl-a ainda presa ao reino europeu; a monarchia nacionalisou-se, os estadistas brazileiros começaram a trabalhar, tendo só em vista os negocios do novo Imperio; despertou-se o espirito publico, a nação entrou em nova phase de organização, constituíram-se os partidos politicos, que vieram substituir os partidos liberal e absolutista, separados pelo antagonismo das nacionalidades; houve effervescencia de idéas, de sentimentos,

choque de partidos, luta de vencedores e vencidos, do governo e da opposição, e dos partidarios do novo regimen contra os do que findára.

A imprensa desenvolveu-se e procurou repetir ao povo os axiomas da liberdade; o patriotismo inspirou medidas salutaes; engrandeceram-se as virtudes civicas, e um partido forte e poderoso cercou o throno do joven Imperador, que ainda dormia em berço dourado.

Valiosos serviços prestaram os estadistas na época da regencia. O acto addicional, o codigo do processo, a ordem judiciaria e financeira, a creação da guarda nacional, a organização das provincias e a conservação da integridade do Imperio, para só notar os mais salientes, foram os serviços que attestam os actos e conducta daquelles que regeram a nação durante o periodo que separou o primeiro do segundo reinado.

O partido moderado, que ganhára o poder no dia da revolução de 7 de Abril, soube conservar-o durante quatro annos; em sua marcha procurára manter a paz, a segurança, a felicidade e integridade da nação, e chegára ao termo da viagem com prestigio e gloria; tivera uma carreira semeada de perigos, mas ao carro do Estado déra sabia direcção. Se a ordem publica estremecêra em todo o Imperio, o governo não vacillára e plantára a paz, firmando as bases do futuro desenvolvimento

da nação. Se um partido pretendeu restaurar o antigo regimen foi promptamente esmagado; assim, ao mesmo tempo que mantinha a liberdade, combatendo os restauradores, mantinha o partido moderado a ordem, combatendo os anarchistas. Mas, vencidos os perigos, fatigado do mando, começou esse partido a fraccionar-se.

Diz Evaristo da Veiga, o festejado redactor da *Aurora Fluminense* :

« D. Pedro havia fallecido; com elle desapareceram os temores da restauração, e quatro annos de poderio e de mando tinham occasionado divisões nas fileiras do partido dominante. Acabado o perigo que recommendava a união como salvadora, introduzida a discordia entre alguns dos antigos influentes da moderação, fraccionou-se a antiga maioria da camara dos deputados. »

Além dos partidos moderado e exaltado nasceu um terceiro, cujos elementos pouco a pouco foram-se condensando.

Nascido no seio da representação nacional, sustentado na imprensa pelo periodico *Sete de Abril*, pugnou esse partido pelas fórmulas monarchicas, que acreditava comprometidas pelas exagerações populares: declarou-se eminentemente monarchico, o symbolo do justo meio, o pensamento da verdadeira moderação, a ancora da salvação do Estado.

Vem em nosso auxilio o redactor da *Aurora Fluminense*. Diz elle:



« Desde Outubro do anno passado que um jornal (o *Sete de Abril*), tratando sem piedade um e outro partido, de que então a camara dos deputados se compunha, mostrou o desejo da formação de um terceiro, no seio da camara, cuja organização ultimamente declarou infallivel (1).»

Estas combinações politicas não podiam deixar de ser fataes á marcha governamental, e por isso tornou-se esteril a sessão legislativa de 1835.

E' ainda a Evaristo da Veiga que vamos pedir expressões para sustentar nossas idéas.

« Nestas circumstancias, diz elle, não admira que o corpo legislativo se sentisse entorpecido em sua marcha; a formação de um terceiro partido em uma camara pouco numerosa, e onde as maiorias, desde 1831, nunca excederam de dez a quinze votos, não pôde deixar de ser funesta, e de pôr obstaculos ao andamento regular dos negocios.»

Os grupos politicos romperam a guerra contra o governo, declararam-se hostis á administração, que, se queria pugnar pela ordem, pela paz e segurança, reconhecia-se fraca; se reclamava medidas efficazes ao poder legislativo, este, dividido, fraccionado, procrastinava e nada decidia.

(1) Vide *Aurora Fluminense* de 20 de Julho de 1835.

Descrevendo a situação do paiz nessa época, narra o Dr. Justiniano Rocha:

« Quotidianamente o ministerio, o regente, ao dirigirem-se ás camaras, reclamavam, exigiam dellas a força necessaria para defender a sociedade, conter e dissipar os germens da anarchia, que já por toda a parte fructificavam.

« A camara exigia que lhe apresentasse o governo os projectos de lei que suppunha necessarios para dar-lhe essa força; o governo não lhe podia responder, porquanto elle proprio ignorava de onde lhe provinha a sua fraqueza, o que, pois, devia remover, de onde lhe resultaria a força, para onde, pois, devia dirigir-se.»

Em mais de uma provincia espalhava o facho da anarchia seu clarão sinistro.

« O vulcão da anarchia ameaça devorar o Imperio, applicae a tempo o remedio», dizia o regente dirigindo-se ao corpo legislativo em 1836.

As instituições publicas pareciam vacillar; de dia para dia diminuia o respeito e obediencia ás autoridades, o cidadão vivia receioso e assustado, e o governo sem força nem prestigio e nem meios de attender ás necessidades publicas.

Cansado o povo do governo regencial, vendo que semelhante governo era incapaz de satisfazer á vontade nacional, de pugnar pela

ventura e prosperidade da nação, julgou-o fraco e inepto, porque, qualquer que seja a regencia, manifesta-se fraca e impotente desde que se prolonga.

Todas essas causas haviam firmado a convicção de que nada se poderia esperar do governo provisório que regia a nação; e, almejando nova ordem de cousas, acreditou-se que para afastar o Brazil da situação anormal em que vivia e remediar os males publicos convinha anticipar a época da maioridade do Imperador.

Em 1835 formulára o deputado Luiz Cavalcanti um projecto para que a maioridade do Imperador fosse declarada aos quatorze annos.

Depois das tres leituras marcadas pela constituição do Imperio essa proposição não fôra julgada objecto de deliberação.

No mesmo anno surgira a idéa de entregar-se a regencia á princeza D. Januaria, que acabara de ser reconhecida princeza imperial, em consequencia de haver perdido o direito de successão á corôa do Brazil a princeza D. Maria II, acclamada rainha de Portugal.

O periodico *Sete de Abril*, redigido por Bernardo Pereira de Vasconcellos, fôra o primeiro que iniciára esse projecto.

Hostilizando a regencia do padre Feijó, collocára-se Vasconcellos á frente do terceiro partido nascido no seio do corpo legislativo, e,

para tirar o poder das mãos do seu adversario, pensára Vasconcellos em transferir-o á princeza imperial. Evaristo Ferreira da Veiga, que sempre inscreveu seu nome entre os propugnadores da ordem e da lei, combatendo a doutrina de Vasconcellos, disse :

« O *Sete de Abril* assevera que do norte ao sul, do poente ao oriente, uma só voz se ouve, e que esta voz reclama a regencia de uma menina de quinze annos, como se alguém podesse acreditar, depois de alguma reflexão, que a regencia nesse caso é conferida de facto á joven e interessante princeza (2). »

Em 20 de Maio de 1837 formulou o deputado Vieira Souto um projecto declarando maior o Imperador, que ainda não contava doze annos; mas, apesar de apoiado por nove deputados, o projecto não encontrou maioria de votos e foi rejeitado.

O Dr. Francisco de Souza Martins declarou ao regente que havia em 1837 um club no Ceará, na casa do senador Alencar, no qual se trabalhava pela maioridade do Imperador.

Em sessão de 19 de Agosto de 1839 o deputado Montezuma opinou para que se declarasse maior o Imperador.

Em 1840 reviveu a mesma idéa, e, sustentada como questão politica, como principio de hostilidade de um partido contra outro, teria de triumphar. Diz Justiniano Rocha :

(2) Vide *Aurora Fluminense* de 27 de Julho de 1835.

« A opposição que tanto se distinguira na sustentação das conquistas democraticas constituiu-se em odio ao governo regencial, a grande promotora da maioridade. »

Além disto acudiu esta idéa ao espirito do povo, que ambicionava uma nova éra de paz e concordia; e era essa idéa do pequeno numero daquellas, como diz Justiniano Rocha, que uma vez aventadas não podem mais retrahir-se.

Em 7 de Maio de 1840 o deputado Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, como relator da commissão, apresentou o projecto á falla do throno, na qual lia-se o periodo seguinte:

« A camara, Senhor, profundamente convencida da importancia do consorcio das augustas princezas, sobre o qual tem V. M. Imperial grande interesse, pela natureza e pela lei, e vendo com prazer approximar-se a maioridade de V. M. Imperial, assegura a V. M. Imperial que se occupará opportunamente com toda a solitudine deste objecto, que o throno se dignou offerecer á consideração da assembléa geral. »

Cinco dias depois, aberta a discussão do voto de graças, impugnou Honorio Hermeto Carneiro Leão, mais tarde visconde e Marquez de Paraná, aquelle periodo, propondo a seguinte emenda:

« Supprimam-se as palavras: sobre o qual

tem V. M. Imperial grande interesse pela natureza e pela lei, e vendo com prazer approximar-se a maioria de V. M. Imperial. »

Suscitou essa emenda longa e animada discussão, que se prolongou dias e dias. No dia 13, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque leu no senado estes projectos :

« A assembléa geral legislativa decreta :

Artigo unico.—O Sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, é declarado maior desde já. Paço do senado, 13 de Maio de 1840.— *Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.*— *José Martinião de Alencar.*— *Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.*— *José Bento Leite Ferreira de Mello.*— *Antonio Pedro da Costa Ferreira.*— *Manoel Ignacio de Mello e Souza.* »

« A assembléa geral legislativa decreta :

Artigo unico.—Logo que o Sr. D. Pedro II fôr declarado maior nomeará um conselho, que se denominará conselho privado da corôa, composto de dez membros, que terão os mesmos ordenados que tinham os antigos conselheiros de estado. »

Estava assignado por aquelles mesmos senadores.

A assembléa provincial do Rio de Janeiro apresentou logo um projecto de representação á assembléa legislativa, congratulando-se pela idéa do projecto do senador Hollanda Caval-

canti, que queria que a assembléa geral declarasse maior desde já o Imperador.

Apresentada claramente pela opposição a idéa da maioridade, tornou-se o governo vigilante e activo, disposto a aparar os golpes dos adversarios, a sustentar luta renhida e porfiada, e a resistir com firmeza á conquista que o partido opposto desejava realizar no paiz. Mas convinha ser forte, porém prudente, e não parecer usar de uma politica egoista, declarando-se abertamente contra a idéa. Era preciso guerrear, mas de viseira descida, e empregar, em vez de franqueza, as tricas politicas. Assim procedeu o governo; procurou procrastinar a questão e firmar-se no código constitucional, esforçando-se por provar que semelhante projecto era contrario á lei fundamental da nação.

Inspirado pelas idéas ministeriaes, leu Carneiro Leão, em sessão de 18 da camara dos deputados, o seguinte projecto :

« A assembléa geral legislativa decreta :

Artigo unico.— Os eleitores dos deputados para a seguinte legislatura lhes conferirão, nas procurações, especial faculdade para reformar o art. 121 da constituição, afim de que S. M. o Imperador actual, o Sr. D. Pedro II, possa ser declarado maior antes da idade de dezoito annos completos. Paço da camara dos deputados, aos 18 de Maio de 1840.— *Honorio Hermeto Carneiro Leão.* »

Para sustentar seu projecto declarou Carneiro Leão que julgava perigosa a decretação da maioria desde logo; que qualquer intelligencia contraria ao artigo onde se diz que o Imperador não possa entrar no exercicio de suas attribuições senão depois de dezoito annos completos offende á constituição; que uma lei ordinaria não pôde annullar um artigo do código constitucional, e convinha o monarcha assumir o governo de harmonia com este.

Consultada a camara sobre o projecto, e apoiado este pela terça parte dos membros presentes, participou o presidente que ficava sobre a mesa para ser lido por tres vezes, com o intervallo de seis dias de uma á outra, conforme prescreve a constituição.

Estava travada a luta sobre a maioria: pelo governo fallára o partidario mais notavel e mais arrojado; estavam marcadas as posições: de um lado o partido liberal, desejoso de assumir a direcção dos negocios, pugnava por uma idéa que parecia aceita pela nação; do outro, firmado no terreno da legalidade, jurava o partido moderado resistir aos adversarios.

Encetada a luta na tribuna sobre o projecto de Carneiro Leão, requerem uns que vá á commissão de constituição para sobre elle lavrar parecer; clamam outros que, exercendo o governo predominio nas eleições, se esforçará por eleger seus candidatos que ou combate.



rão a reforma, ou a tornarão irrisoria. Repetem alguns que é illusoria e inutil a reforma : illusoria por haver sido habilmente lembrada para deixar a regencia terminar o tempo de seu governo, e inutil por ter já o senado proposto a maioria do Imperador por uma lei ordinaria.

Entrando no dia 20 em discussão o projecto de Hollanda Cavalcanti nenhum senador tomou a palavra, nem levantou-se para impugnal-o ou defendel-o ; conservou-se a assembléa silenciosa e passiva ; mas, passando a presidencia ao vice-presidente, conde de Valença, ergueu-se o marquez de Paranaguá que, eloquentemente advogou o projecto, e pediu fosse discutido com calma, serenidade e sem prevenções ; mas sua voz pouco conseguiu ; o projecto cahiu por dezoito votos contra dezeseis.

Transmittida á camara dos deputados a noticia dessa votação, regosijaram-se os militantes do poder ; pediram immediatamente o encerramento da discussão do voto de graças, que foi aprovado, assim como a emenda de Carneiro Leão supprimindo as palavras : « E vendo com prazer approximar-se a maioria de V. M. Imperial. »

O triumpho do governo irritou a opposição, da qual alguns membros julgaram-se vencidos na luta ; outros afastaram-se da assembléa vociferando, como Martim Francisco, que, ao retirar-se, bradou :

« E' porque nesta camara de deputados de uma monarchia constitucional é crime desejar a maioria do monarcha.»

Era a idéa da maioria o pomo de discordia entre os representantes do paiz, entre o governo e a opposição ; desta era o programma e daquelle a questão que devia ser combatida com todo esforço, e assim de todas as armas, de todos os meios, teriam de servir-se os adversarios nessa grande luta politica.

Em sessão do dia 21 Francisco Alvares Machado e Vasconcellos accusou o governo de desejar aterrar a população, propalando que se pretendiam empregar meios violentos para transferir a direcção do Estado ao joven principe ; que conservava-se tranquillo o povo ; mas se os agentes do poder levassem ás provincias a noticia de que se tencionava usar de força para entregar a governação ao Imperador, poderia haver alteração da ordem publica, apesar de desejar o povo a maioria : e, para que a camara ficasse informada do que resolvêra a regencia sobre este assumpto, leu o presente requerimento :

« Requeiro se peça ao governo a cópia do aviso do ministro da justiça, pelo qual recomendou ultimamente ao chefe de policia que vigiasse acuradamente sobre a manutenção da tranquillidade publica na actual conjunctura.»

Negou o ministro que se tivesse expedido

pela secretaria da justiça ordem alguma ao chefe de policia.

Discutidor habil, descobriu Alvares Machado um argumento forte para atacar a regencia e advogar a idéa da maioria. Em sessão de 3 de Julho demonstrou a illegalidade do governo desde 11 de Março, em que D. Januaria, princeza imperial e herdeira presumptiva da corôa, completára dezoito annos e como tal deveriam ser-lhe entregues desde aquella epoca as redeas do governo, em virtude do art. 126 da constituição, que diz :

« Se o Imperador, por causa physica ou moral evidentemente reconhecida pela pluralidade de cada uma das camaras da assembléa, se impossibilitar para governar, em seu lugar governará como regente o principe imperial, se fôr maior de dezoito annos. »

O discurso desse orador produziu viva impressão ; sua argumentação cerrada e logica contrariou a seus adversarios politicos que mais de uma vez procuraram cortar-lhe a palavra ; porém, animado e apoiado pelos seus partidarios, continuou Alvares Machado na tribuna.

Na sessão seguinte propoz Carneiro Leão urgencia de seu projecto de reforma constitucional sobre a maioria ; a camara approvou que fosse este discutido, com exclusão de qualquer outra materia, logo que findasse a segunda discussão da fixação das forças de terra.

Entrando em ordem do dia aquelle pro-

jecto, ouviu-se a voz eloquente e energica de Andrada Machado, que o declarou inconstitucional, inutil e illusorio, e não ser mais do que um recurso strategico de que servira-se o autor para inutilisar o projecto lido no senado, declarando desde logo a maioria; que, levantada a questão se essa medida era ou não constitucional, quizera o autor embaraçar os senadores, e desse modo conseguira matar o projecto alli iniciado.

Na sessão seguinte defenderam o projecto de Carneiro Leão os deputados Ferreira Penna, Nunes Machado, Souza Franco, Carneiro da Cunha e Angelo Custodio.

Expondo de um modo elegante e facil seus argumentos, abriu Souza Franco o livro constitucional, e comparando o art. 121 com o 178, disse:

« Art. 178: — E' só constitucional o que diz respeito aos limites e attribuições respectivas dos poderes politicos, e aos direitos politicos e individuaes dos cidadãos.

« Diz o art. 121:

« O Imperador é menor até a idade de dezoito annos completos.

« O projecto tende a declarar-o maior antes desta idade; declarar maior antes da idade o Imperador é fazel-o entrar por meio de uma lei no gozo das attribuições de poderes politicos; logo, o artigo que priva o Imperador menor de attribuições de poderes politicos, a

lei que lh'as pretende dar são constitucionaes e estão na letra do art. 178 da constituição, e esta proposição é tão evidente que não exige mais demonstração. »

Continuando, acrescentou o illustrado orador, que já então manifestava essa facilidade de expressão, essa energica dialectica que havia de tornar-o o Hercules na tribuna, quando dez annos depois teria, elle só, de combater contra o governo, constituindo o que se chamou unidade opposicionista :

« A alteração do art. 121 só póde ser feita constitucionalmente, porque com a maioridade entra S. M. o Imperador no gozo de todos os direitos politicos e individuaes do cidadão, e o que a elles diz respeito é constitucional, art. 178. S. M. o Imperador é brasileiro, porque se o não fosse não podia ser Imperador, art. 119 da constituição ; se, pois, é brasileiro é tambem cidadão brasileiro. A conclusão é portanto que, como a maioridade lhe traz o pleno gozo de todos os direitos politicos e individuaes do cidadão, e o que diz respeito a estes é constitucional, só constitucionalmente se póde fazer esta alteração, esta dispensa. »

Argumentando sobre os mesmos principios ponderou Ferreira Penna que parecia ser mais curial e prudente sustentar-se que tudo que está na constituição é constitucional do que pôr em duvida a constitucionalidade de artigos ca-

pitaes, como querem alguns deputados, asseverando que não é constitucional o art. 121, porque não diz respeito senão a uma condição de tempo e não versa sobre divisão e limites de poderes.

« A constituição exige, por exemplo, continuou o orador, uma idade determinada para o exercício do direito politico de eleitor; exige uma idade determinada para o exercício do direito politico de deputado, o mesmo para senador; o mesmo para conselheiro de Estado; marca a idade em que os membros da familia imperial devem exercer taes e taes direitos; e uma vez que votarmos que não é constitucional o art. 121, creio que corremos o perigo de vêr a constituição destruída em todos os seus artigos; póde haver quem, nomeado senador, tendo trinta ou trinta e cinco annos, e estando em duvida sua eleição, peça a dispensa de idade para tomar assento no senado; e, assim como podemos dispensar neste caso, no exercício do direito politico de ser chefe do Estado, podemos dispensar na idade que se exige para todos os outros cargos.»

Nas sessões de 13 e 14 de Julho esforçou-se Alvares Machado em provar que não era constitucional o art. 121; que a constituição diz que só é constitucional aquillo que diz respeito ás attribuições e limites dos poderes politicos do Estado e aos direitos politicos individuaes dos cidadãos; que tudo mais póde ser

reformado por leis ordinarias ; que a elevação do Imperador á direcção suprema do Estado era uma necessidade, e que em muitas nações civilizadas não havia lei constitucional marcando a época da maioridade do rei ; acontecendo terem assumido a governação do paiz principes menores.

Na sessão seguinte outro deputado, o padre Marinho, que nesse mesmo anno teria de receber a mursa de conego, mostrou-se partidario da maioridade, e com a eloquencia, que havia de tornal-o notavel na cadeira da Igreja, combateu o argumento de que se servira outro orador, dizendo que, se a assembléa geral podia decretar a maioridade antes dos dezoito annos prescriptos pela lei, tambem podia decretar que a camara dos deputados fosse vitalicia e o senado temporario; mas, observou o padre Marinho, que esse caso envolve privação de direitos e direitos que entram na constituição daquelle corpo: em uma das hypotheses a camara dava direitos a quem não tinha, em outra usurpava direitos a quem tinha; porém na questão da maioridade apenas se tratava de um suplemento de idade, de uma circumstancia accidental para que aquelle que tem a plenitude de direitos entre no exercicio delles.

Em outra sessão, subindo á tribuna o deputado Limpo de Abreu, hoje visconde de Abaeté, tratou de demonstrar que por uma lei ordi-

naria se podia alterar o art. 121; que a fixação da idade não é cousa arbitraria; que é determinada pela capacidade que tem o individuo de obrar livremente e racionalmente; ora, se a capacidade é um facto independente da lei, e que a lei não póde crear, reconhecer esta capacidade, a lei não póde dizer que não existe.

Com a logica e patriotismo que ha manifestado em sua longa vida parlamentar, continuou o orador nestes termos :

« Se o corpo legislativo reconhece que o Sr. D. Pedro II tem a capacidade necessaria para bem dirigir os negocios do Estado, iniqua será toda a decisão que tender a retardar o momento em que Sua Magestade deve entrar no exercicio de todos os direitos magestáticos, porque neste caso o corpo legislativo, reconhecendo por um lado a capacidade intellectual, capacidade que, segundo os melhores estadistas, é o que confere direitos, diz por outro lado que elle não deve entrar no exercicio desses direitos.

« Um artigo da constituição determina que nenhum cidadão brasileiro possa ser senador sem ter, entre outros requisitos, a idade de quarenta annos; se se iniciasse no corpo legislativo uma medida para reduzir a trinta annos ou menos a idade legal para senador, teriamos de applicar o principio geral da capacidade á generalidade de todos os cidadãos



brazileiros. Esta consideração, esta differença na applicação de um principio, pôde mudar essencialmente o estado da questão, e eu creio que não poderia ser accusado de contraditorio se, votando hoje que o art. 121 da constituição não é constitucional, votasse amanhã que o artigo sobre a idade legal para senador ou sobre a idade legal dos deputados é artigo constitucional. »

Deduzindo outras razões, o orador comparou o Brazil em 1840 com Portugal em 1834, onde por uma lei ordinaria foi D. Maria II declarada maior.

De feito D. Pedro I, depois de haver pelejado com muito valor e muita gloria, depois de haver firmado a lei, a ordem, a constituição em Portugal, sentiu em si a molestia que breve teria de afastal-o do mundo; recolhida á bainha sua espada de soldado, percebeu que suas mãos, já bafejadas pelo halito frio da morte, não podiam sustentar mais o peso da governação do Estado, e por isso resignou a regencia.

Recebendo a mensagem do libertador da patria, tratou a representação nacional de deliberar sobre a suprema direcção do reino, e a camara dos deputados nomeou uma commissão para dar parecer, que foi promptamente apresentado, no qual, considerando que era de interesse geral da nação dar-lhe desde já, na pessoa escolhida para a reger e governar,

uma garantia da estabilidade do governo representativo, da paz e da tranquillidade publica; considerando que, ainda quando o presente caso se ache diversamente providenciado na carta constitucional, não é comtudo esta uma daquellas disposições que não possa ser alterada ou dispensada pelas côrtes geraes: considerando que a actual rainha, pelo completo desenvolvimento de todas suas faculdades phisicas e moraes, se acha sufficientemente habilitada para começar desde já a tomar sobre si o governo do reino, é de parecer que S. M. a Rainha Sra D. Maria II seja havida e declarada por maior para entrar immediatamente no exercicio dos poderes que pela Carta lhe competem.

Foi este parecer votado unanimemente sem discussão, e após ligeiras observações de alguns membros da camara dos Pares passou nessa assembléa por vinte e cinco votos contra seis.

Era o dia 16 de Setembro de 1834; a rainha declarada maior recebeu a corôa que seu pai lhe firmara na fronte, depois de vencedor de uma luta longa e gloriosa, em que conquistara a liberdade de Portugal, como seculos antes conquistára D. João I a independencia; e passados apenas oito dias foi repousar nos jazigos de S. Vicente de Fóra o cadaver do descendente do Mestre de Aviz.

As scenas de 1834 em Portugal repetiam-se no Brazil em 1840; desejava-se elevar á

plenitude do poder um príncipe que tinha quasi a mesma idade que sua irmã quando cingiu a corôa de Affonso Henriques.

Em sessão de 17 de Julho o deputado Navarro declarou-se a favor da maioria; Maciel Monteiro arvorou estandarte contrario, e Theophilo Ottoni, o denodado tribuno, sempre franco e sempre arrojado, abraçando a idéa da maioria, exprimiu-se assim:

« Para aproveitar-se uma occasião fugitiva de fazer o bem do paiz, diz Jefferson, é lícito ir além da constituição. Nestes casos os representantes da nação, se interpretam bem as necessidades publicas, devem prescindir de subtilezas metaphysicas, e, arriscando-se como fieis mandatarios, pedir depois á soberania nacional um *bill* de indemnidade. Se o facto practicado é verdadeiramente util e honesto, a nação não desaprovará o procedimento de seus mandatarios, e o *bill* de indemnidade, tornando mais salientes os traços da separação da linha dos poderes, longe de enfraquecer, consolidará a constituição.

« Nestas circumstancias, eu, posto aqui por meus constituintes para velar na guarda da constituição e das leis, tomo sobre mim esta responsabilidade de emittir um voto, não no rigor dos meus principios, não muito de accordo com os meus principios, mas porque as circumstancias da nação o exigem. »

Emquanto a câmara electiva occupava-se

com esta discussão, regeitava o senado a resolução que adiava as eleições da futura legislatura, e assim nullificava o projecto da reforma constitucional, que se discutia naquella assembléa. Carneiro Leão apressou-se em retirar-o. Mas a idéa da maioridade já estava geralmente admittida. Diz Justiniano Rocha :

« Ia-se generalizando uma como aspiração pelo dia em que, chegando o Imperador á maioridade, ficasse constituído o poder nas grandes bases constitucionaes. »

Referindo-se á regeição do adiamento no senado, fallou Ottoni do seguinte modo :

« Sr. presidente, os nobres defensores do projecto parece que hoje tomam o conselho que Filippe II dava aos estadistas: dizia este monarcha que o homem politico devia constantemente voltar as costas para o alvo a que pretendia chegar, e que devia proceder como os remadores, que, sentados em seus bancos, voltam as costas para onde a força de seus braços impelle a embarcação. Sem duvida, á vista do successo occorrido na outra camara de se regeitar o espaçamento das eleições, á vista da impossibilidade em que estamos de que tenha lugar pela fórma exigida no projecto a maioridade, é evidente que os defensores do projecto fazem como Filippe II aconselhava aos estadistas; procedem como os remadores, voltam as costas para o alvo a que pretendem attingir; mas remam para elle? Os nobres defen-

sores do projecto voltam prudentemente a cara para S. Christovão, mas remam para a rua dos Arcos. (3) »

Occupando a tribuna, ponderou Alvares Machado que, visto ter Carneiro Leão retirado seu projecto, devia proclamar-se a maioria, pois a camara parecia decidida a concordar com este voto da opposição; levantou-se, porém, Limpo de Abreu e observou o inconveniente da precipitação em questão tão grave e importante, e pediu o adiamento da materia para a sessão seguinte.

Foi virulenta a sessão do dia 20; regor-gitavam de povo as galerias, e nem o proprio recinto dos deputados foi respeitado; e invadindo todos os lugares quizeram os espectadores ter intervenção indebita na discussão.

Limpo de Abreu leu a indicação seguinte:

« Indico que se nomêe uma commissão especial, composta de tres membros, para se oferecer á camara com urgencia a medida que lhe parecer mais conveniente sobre a maioria de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II. »

Varios deputados impugnaram essa indicação como inutil e prejudicial: inutil por parecer que estavam todos sufficientemente esclarecidos sobre o objecto, e prejudicial porque á vista do estado critico do paiz, era um mal não anticipar o tempo da maioria.

(3) Residia o regente na rua dos Arcos.

Como additamento á indicação apresentada, leu Martim Francisco as seguintes indicação e resolução :

« A assembléa geral legislativa do Brazil resolve :

« Art. 1.º — O Sr. D. Pedro II é declarado maior desde já.

« Art. 2.º — Ficam derogadas todas as leis e disposições em contrario. »

« Indico que a commissão de constituição seja encarregada de submeter á approvação da camara o officio que se deve dirigir ao senado, pedindo a reunião de ambas para juntas deliberarem sobre o modo mais expedito de collocar S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II no throno, e desta arte, como verdadeiros representantes da opinião publica, pôrem termo á crise actual, e satisfazerem ao enthusiasmo e vontade pronunciada do povo. — *Ribeiro de Andrada.* »

O deputado Galvão enviou á mesa este requerimento :

« Requeiro que por acclamação se decrete desde já a maioria de S. M. o Sr. D. Pedro II, Imperador constitucional do Brazil. »

A discussão tornou-se agitada ; diversos deputados repetem expressões insultuosas ; o povo ora applaude, ora reprova ; ha confusão e tumulto, e se não respeita a liberdade da tribuna. Acenando com o lenço dá o deputado Navarro vivas á maioria, que, repetidos

nas galerias, no salão e corredores, contribuem para augmentar o rumor, perturbar as deliberações e exaltar os espiritos ; difficilmente o presidente restabelece a ordem, e submette á approvação a indicação de Limpo de Abreu, que, sendo approvada, são nomeados para a commissão especial os deputados Ramiro, Gonçalves Martins e Nunes Machado.

No dia seguinte Antonio Carlos formulou e remetteu á mesa o seguinte projecto, que foi approvedo :

« A assembléa geral legislativa resolve :

« Artigo unico. S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II é desde já declarado maior. »

Pediú Alvares Machado urgencia para esta indicação entrar logo em ordem do dia ; mas comparecendo um dos membros da commissão especial leu o presente requerimento :

« A commissão especial encarregada de offerecer á camara, e com urgencia o que lhe parecer conveniente sobre a maioridade de S. M. o Imperador, Sr. D. Pedro II, entende que, sendo a materia de que tem de occupar-se sobre todas grave e ponderosa conviria sem duvida ser coadjuvada por uma commissão da camara vitalicia, como em algumas circumstancias tem sido observado ; e em consequencia é a commissão de parecer que com urgencia seja o senado convidado a nomear de seu seio uma commissão especial, que tenha de occupar-se, com a desta camara, de

um objecto de maxima importancia. Paço da camara dos deputados, 21 de Julho de 1840.

—*Ramiro.*— *Gonçalves Martins.*—*Nunes Machado.* »

Consultou o presidente a Andrada Machado se concordava em retirar seu requerimento de urgencia, afim de começar a discussão do parecer da commissão; e sendo attendido, discutiu-se o parecer, empenhando-se no debate Lopes Gama, Montezuma, Alvares Machado e Oliveira contra, e a favor Nunes Machado, Ramiro e Souza Franco.

Requeru Theophilo Ottoni que se restabelesse a urgencia da resolução de Andrada Machado, e se adiasse o requerimento da commissão para ser considerado depois da decisão da maioridade.

Continuava a discussão, quando em sessão de 22 leu o secretario dous decretos, o primeiro nomeando para ministro do Imperio a Bernardo Pereira de Vasconcellos, e o segundo adiando a assembléa geral para o dia 20 de Novembro, concebido nestes termos:

« O regente, em nome do Imperador o Sr D. Pedro II, tomando em consideração a exposição que pelos ministros e secretarios de estado das differentes repartições lhe foi feita ácerca do estado de perturbação em que actualmente se acha a camara dos deputados, e attendendo a que a questão da maioridade de S. M. Imperial, que nella se agita, pela sua gravidade e pela alta posição e importancia da



augusta pessoa a que é relativa, sómente póde e deve ser tratada com madura reflexão e tranquillidade, ha por bem, usando da attribuição que lhe confere o art. 101, § 5.º, da constituição do Imperio, adiar a assembléa geral para o dia 20 de Novembro do corrente anno. Bernardo Pereira de Vasconcellos, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar. »

Apresentou o secretario mais este documento :

« Senhor.—Tratando-se na camara dos deputados da tão melindrosa quanto importante questão da maioria de V. M. Imperial, e havendo as discussões, em lugar do character sisudo, reflectido e prudente que lhes convinha, em attenção á gravidade da materia, tomado outro muito diverso, chegando não só a perturbar-se a ordem dentro da mesma camara, mas tambem a promover-se a agitação no povo desta capital, julgamos do nosso rigoroso dever submeter á consideração de V. M. Imperial a necessidade de uma medida, que, restabelecendo novamente a tranquillidade, ponha naquella camara os espiritos em estado de poderem, com a necessaria circumspecção e madureza, deliberar e decidir sobre tão importante materia.

« Esta medida, Senhor, não póde ser outra senão o adiamento da assembléa geral legis-

lativa por aquelle tempo que se julgar restritamente indispensavel para se conseguir aquelle fim ; nós, pois, o propomos á alta consideração de V. M. Imperial, afim de que se digne resolver sobre este assumpto como em sua sabedoria julgar conveniente. Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1840.—*Bernardo Pereira de Vasconcellos*.—*Paulino José Soares de Souza*.—*Caelano Maria Lopes Gama*.—*José Antonio da Silva Maia*.—*Salvador José Maciel*.—*Joaquim José Rodrigues Torres*. »

Desde dias que se fallava no adiamento do corpo legislativo, assim como na nomeação de outro tutor, que convidaria o Imperador para residir temporariamente na fazenda de Santa Cruz.

A questão da maioridade foi um acto intempestivo, revolucionario, que agitou o paiz sem necessidade ; por isso o que teria sido feito de um modo calmo e tranquillo, entre as galas da côrte e os applausos do povo, pela harmonia dos partidos, o desejo e apoio de todos e pelo sentimento unanime da nação, foi perturbado pela vertigem politica ; o odio dos partidos maculou uma idéa grandiosa e anticipou uma época, que, em vez de alvorecer no meio dos raios brilhantes da paz, surgiu entre nuvens escuras da revolução. Mas encetada a discussão sobre a maioridade, despertada a opinião publica em seu favor, considerada como a lei da necessidade, não era

possível fazer parar todo esse movimento, porque a idéa da maioridade era, como diz Justiniano Rocha, do pequeno numero das que uma vez aventadas não podem mais retrahir-se.

A leitura daquelles decretos causou profunda agitação no recinto da assembléa: houve tumulto, levantaram-se protestos, fizeram-se recriminações ao governo; muitos deputados pediram a palavra; diversos declararam illegal o decreto de adiamento; outros proclamaram que o governo conspirava contra as liberdades publicas, contra o throno constitucional, e nas galerias, nos corredores, nos salões e na rua echoaram vivas ao Imperador.

A agitação não dava lugar á deliberação: as iras das paixões abafavam os raciocinios, e dir-se-hia que a revolução ia apparecer no recinto da camara e nas ruas, repetindo-se as scenas de Paris no tempo de Carlos X.

Antonio Carlos que ouvindo ler os decretos do ministerio disséra:— E' um traidor, é um infame o actual ministerio...; quero que estas palavras fiquem gravadas como protesto; Antonio Carlos, cuja eloquencia era como a de Mirabeau, que iniciou uma revolução, vendo os representantes da nação indignados, porém indecisos, ergueu-se e clamou:

« Quem é patriota e brasileiro siga comigo para o senado. Abandonemos esta camara prostituida. »

E muitos deputados deixaram o recinto da assembléa, os espectadores as galerias, e deputados e povo encaminharam-se para o paço do senado.

Era Scipião Africano que, accusado por Cação o Censor, arrastava consigo ao capitolio povo, juizes e accusadores.

Os promotores da maioridade procuraram precipitar os acontecimentos desde que a regencia manifestou vigorosa opposição á essa idéa, que era a morte de seu poder.

Havia sido mandado a S. Christovão o Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles encarregado de saber do Imperador a sua ultima palavra ácerca da maioridade e participar-lhe a vinda de uma deputação.

Em um opusculo de Theophilo Ottoni, escripto em 1860, lê-se:

« O distincto medico tinha tambem a missão de saber de Sua Magestade, se Sua Magestade esperaria pela deputação, ainda que o governo nomeasse outro tutor, como se dizia, e este convidasse a Sua Magestade para ir temporariamente residir em Santa Cruz.

« A resposta não foi demorada. Sua Magestade não iria em caso algum para Santa Cruz, e esperava a deputação. »

O Imperador, que, segundo diz o conego Fernandes Pinheiro, não mostrára durante sua longa minoridade desejo algum de governar ; que, entregue a seus estudos e folguedos de

menino, era estranho ás lutas politicas, e indifferente assistia á essa longa discussão em que se repetia a todo o momento seu nome, e por elle gladiavam-se dous partidos, não praticou acto algum em que transpirasse o desejo e a ambição de empunhar cedo o pesado sceptro do governo.

Não se póde indicar alguém a quem o principe, ainda tão joven, manifestasse vontade de assumir o supremo poder.

Quando se discutiu no senado o projecto da maioridade, Candido José de Araujo Vianna, mais tarde tão conhecido e celebrisado pelo titulo de marquez de Sapucahy, e que desde 11 de Janeiro de 1839 era mestre do joven principe, votou contra aquelle projecto que vimos cahir sómente por dous votos.

Vendo, porém, a exaltação dos animos, que a questão da maioridade chegára ao ultimo apuro; que se repetiam solicitações dos homens eminentes na politica para que essa mudasse de chefe, o joven Imperador deu seu assentimento á idéa, que tinha a adhesão da nação, do povo e do exercito.

Reunidos muitos deputados e alguns senadores no paço do senado, notando-se entre os primeiros o douto bispo D. Manoel, mais tarde conde de Irajá, que para alli se dirigira revestido das vestes pontificaes, enviaram uma deputação ao Imperador para expôr-lhe as graves circumstancias da nação e pedir-lhe assumisse o governo do Estado.

Conduzida a commissão á presença do Imperador, leu o relator este memorial :

« Nós abaixo assignados, senadores e deputados do Imperio do Brazil, crendo que o adiamento das camaras no momento em que se tratava de declarar a maioridade de V. M. Imperial é um insulto feito á sagrada pessoa de V. M. Imperial, é uma traição ao paiz, commettido por um regente, que na nossa opinião não o é de direito desde o dia 11 de Março do corrente anno; e reconhecendo os graves males que de semelhante adiamento se podem seguir, já á tranquillidade da capital, como á das provincias, onde os inimigos da paz e tranquillidade publica se podem acobertar com este acontecimento para com elle dilacerarem as entranhas da mãe patria, vêm reverentes aos pés de V. M. Imperial a rogar a V. M. Imperial, para salvar-nos e ao throno, tome desde já o exercicio de suas altas attribuições.— Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1840. — Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.— Conde de Lages.— Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.— José Martiniano de Alencar.— Martin Francisco Ribeiro de Andrada.— Francisco Gê Acayaba de Montezuma.— Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti. »

Vendo a attitude energica dos representantes da nação, a anciedade geral, a agitação do povo que cercava o paço do senado, assim

como estudantes das academias e batalhões da guarda nacional, e que o governo da regencia recebera golpe certo com a resistencia da camara a seus decretos, seguiu para o paço de S. Christovão o regente Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda, acompanhado do ministro Joaquim José Rodrigues Torres, ulteriormente visconde de Itaborahy, e expôz ao Imperador que adiaras as camaras com o fim de dispôr toda a solemnidade para em 2 de Dezembro, anniversario natalicio do monarcha, celebrar a acclamação da maioridade; mas que, tendo-se reunido na casa do senado alguns senadores e deputados, notando-se no povo certa agitação, vinha saber se queria ser acclamado no dia 2 de Dezembro ou já. Respondeu D. Pedro II que estava disposto a fazer o que as circumstancias do paiz exigissem (4).

Interpretando essas palavras por um completo consentimento a seus desejos, fizeram os membros da commissão com que o regente revogasse o decreto do adiamento das camaras, convocando-as de novo. Quiz o regente convocar-as para domingo; mas, prevalecendo-se do pronunciamento do povo, conseguiu a commissão que fossem reunidas para o dia seguinte.

(4) Em sessão do Instituto Historico de 3 de Julho de 1863 declarou o Sr. D. Pedro II que, quando foi consultado em 1840 para aceitar a corôa, não disse — eu quero já.

Sabida no senado a resposta do Imperador, houve vivas e applausos e diversos deputados propuzeram se tornasse permanente a reunião dos representantes do paiz á espera dos decretos da revogação do adiamento da assembléa geral e da convocação para o dia seguinte.

O senador José Martiniano de Alencar, em cuja casa se iniciara a idéa de levar a effeito a maioria, reunindo-se alli diversas vezes seis senadores e oito deputados, opinou que se enviasse uma commissão ao regente, rogando-lhe que se apressasse em formular o decreto da convocação do corpo legislativo; approvou-se a indicação, e ás quatro horas regressou a commissão com o seguinte decreto:

« Tendo sobre vindo ao decreto que adiou a assembléa geral para o dia 20 de Novembro circumstancias extraordinarias, que tornam indispensavel que se reuna quanto antes a mesma assembléa geral, ha por bem o regente, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, convocal-a para o dia 23 do corrente. Bernardo Pereira de Vasconcellos, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Julho de 1840, decimo-nono da independencia e do Imperio, *Pedro de Araujo Lima.*—*Bernardo Pereira de Vasconcellos.*»

Immediatamente declararam os representa-



tes da nação, que se achavam presentes, reconhecerem o Sr. D. Pedro II no gozo de seus direitos para desde já assumir a governação do Imperio; e o padre José Bento Ferreira de Mello, um dos seis senadores signatarios do projecto da maioridade, lido no senado, apresentando-se em uma das janellas do edificio desta camara, fallou ao povo annunciando a maioridade do Imperador.

Como os companheiros de Bailly que juraram não se separar em quanto não dessem uma constituição á França, resolveram os senadores e deputados brasileiros não deixar o recinto da assembléa enquanto não expirasse o governo da regencia e surgisse o do Imperador; queriam ver o throno occupado, o sceptro erguido e uma nova época, uma nova situação iniciada por elles.

Os estudantes, cercando o paço do senado, davam vivas á maioridade do Imperador, e no meio do enthusiasmo popular entoavam o seguinte hymno:

Suba ao throno o joven Pedro,  
Exulte toda a nação;  
Os heróes, os pais da patria  
Approvarão com união.

Vista a seda, traje a purpura,  
Exulte toda a nação;  
Os heróes, os pais da patria  
Approvarão com união.

Foi abaixo a camarilha  
De geral indignação;  
Os heróis, os pais da patria  
Approvarão com união.

Deliberando-se no modo de realizar a acclamação do Imperador, propôz o marquez de Paranaguá que o presidente de cada uma das camaras legislativas convocasse os membros respectivos para que em assembléa geral approvassem por acclamação a maioria do segundo imperador, enviando-lhe uma deputação afim de saber o lugar e hora em que prestaria o juramento, segundo o art. 103 da constituição.

Na noite do dia 22 a cidade illuminou-se, bandas de musica percorreram as ruas ao som de vivas á maioria, conservou-se toda a noite aberto o palacio do senado, e junto desse edificio os estudantes, o povo, a guarda nacional, esperaram anciosos que terminassem os ultimos momentos do governo regencial e fulgissem a aurora do reinado do principe brasileiro.

Aberta no dia seguinte a assembléa geral pronunciou o presidente este discurso:

« Eu, como orgão da representação nacional em assembléa geral, declaro desde já maior a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, e no pleno exercicio de seus direitos constitucionaes. Viva a maioria de S. M. o Sr. D. Pedro II! Viva o Sr. D. Pedro II, Imperador Constitu-

cional e Defensor Perpetuo do Brazil ! Viva o Sr. D. Pedro II !»

Corresponderam a todos estes vivas os representantes da nação, os espectadores das galerias e o povo.

Nomearam-se diversas commissões: uma para redigir a proclamação que a assembléa geral teria de dirigir á nação, outra para saber do Imperador dia e hora de seu juramento, e outras para recebê-lo á porta do senado e também ás princezas.

Voltando do paço de S. Christovão o senador Mello Mattos, relator da commissão, leu o seguinte discurso, recitado perante o Imperador :

« Senhor. — A assembléa geral legislativa, unico e legitimo orgão dos sentimentos da nação, convencida de que nenhum outro remedio mais conviria aos males que a opprimem, nas circumstancias actuaes, que a immediata acclamação da maioridade de V. M. Imperial, e a sua exaltação ao throno do Brazil, e em consequencia a entrega do deposito sagrado das redeas do governo nas augustas mãos de V. M. Imperial, nos envia em deputação a annunciar a V. M. Imperial a maneira solemne por que V. M. Imperial acaba de ser por ella declarado maior, no meio do geral regozijo, e a rogar a V. M. Imperial que, dignando-se acolher com benignidade aquella expressão dos sentimentos nacionaes, haja por

bem completar seus actos, prestando-se ao juramento solemne exigido pelo art. 103 da constituição do Imperio, no paço do senado, onde a assembléa geral reunida aguarda a augusta presença de V. M. Imperial. Assim Deus ajude a V. M. Imperial, acolhendo os fervorosos votos que os fieis subditos de V. M. Imperial não cessam de dirigir-lhe pela prosperidade e diuturnidade do reinado de V. M. Imperial.»

Respondeu o Imperador que ás tres horas se acharia no paço do senado; de feito compareceu á hora indicada, e, recebido com o ceremonial determinado para esta solemnidade, prestou este juramento:

« Juro manter a religião catholica apostolica romana, a integridade e indivisibilidade do Imperio, observar e fazer observar a constituição politica da nação brasileira, e mais leis do Imperio, e prover ao bem geral do Brazil quanto em mim couber. »

Seguiram-se os vivas do presidente á maioria; salvaram as fortalezas e navios de guerra; exultou o povo de alegria, e festiva e jubilosa mostrou-se a cidade que por seu monarcha saudava a um brasileiro.

Vieram para o paço da cidade o Imperador e as princezas, suas irmãs, e á vista da familia imperial e da côrte desfilou a tropa em continencia.

Antonio Carlos redigiu a seguinte proclamação da assembléa geral:

« Brasileiros !

« A assembléa geral legislativa do Brazil, reconhecendo o feliz desenvolvimento intellectual de S. M. I. o Sr. D. Pedro II, com que a Divina Providencia favoreceu o Imperio de Santa Cruz ; reconhecendo igualmente os males inherentes a governos excepcionaes, e presenciando o desejo unanime do povo desta capital; convencida de que com este desejo está de accordo o de todo o Imperio, para conferir-se ao mesmo Augusto Senhor o exercicio dos poderes que pela constituição lhe competem, houve por bem, por tão ponderosos motivos, declarar-o em maioridade para o effeito de entrar immediatamente no pleno exercicio desses poderes como Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil. O Augusto Monarcha acaba de prestar o juramento solemne determinado no art. 103 da constituição do Imperio.

« Brasileiros. Estão convertidas em realidade as esperanças da nação; uma nova era apontou; seja ella de união e prosperidade; sejamos nós dignos de tão grandioso beneficio. Paço da assembléa geral, 23 de Julho de 1840. »

Nesse mesmo dia cahiu do poder o partido conservador para reconquistal-o no anno seguinte.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, que assignára o ultimo decreto do regente, e receioso de alguma perturbação na ordem publica, em consequencia da exaltação dos espiritos, julgára atalhar o mal, aconselhando o adiamento da assembléa geral, publicou uma exposição dos acontecimentos occorridos, na qual declarou que as nove horas desse seu ministerio foram as mais gloriosas de sua vida.

Este acto energico, porém tardio, do habil estadista manifestou coragem, e fôra tentado para impedir a inconveniente discussão que durante dous mezes escandecêra os animos. Mas era tarde.

A realisação da idéa desvairou o partido contrario; o ministro decahido foi ameaçado; quizeram assaltar-lhe a casa, quebrar as vidraças e os moveis se não o encontrassem. Tisnaram-lhe a reputação, e dirigiram-lhe pasquins, entre outros o seguinte:

De bronca loquacidade  
E' Bernardo sem questão,  
Dizidor de bernardices,  
Impondo de sabichão.

Dez annos depois fallecia esse distincto brasileiro, deixando nos annaes legislativos do Imperio nome invejado e immorredouro.

Fallando de tão douto politico, diz o illustre escriptor Dr. Joaquim Manoel de Macedo:

« Foi o principal legislador e o estadista sem competidor e sem emulo, digno de com-

paração, que o Imperio do Brazil póde apresentar ao mundo desde a época gloriosa de sua vida. »

A declaração da maioridade foi uma verdadeira revolução. Desde 1835 que se aventára essa idéa; e descrevendo este acontecimento, diz o douto escriptor conego Fernandes Pinheiro:

« Ha muito que alguns homens politicos, conhecendo praticamente os perigos dos governos regenciaes, haviam cogitado na possibilidade de declarar-se maior o menino Imperador, cujo prematuro desenvolvimento intellectual era de todos conhecido e apreciado. »

Resuscitada essa idéa em 1840 pelos adversarios do poder, tentou o governo oppôr ao voto de seus contrarios a constituição; mas esse plano falhou, porque haviam aquelles conseguido desvairar a opinião publica, e o voto de um partido tornou-se o voto da nação.

Desde que o regente Feijó vira-se obrigado a resignar o poder pela opposição da camara, organisou-se nova ordem de cousas. Bernardo Pereira de Vasconcellos, autor dessa mudança politica, só pensou então em fortificar a autoridade, em reconstruir a monarchia; para afastar do poder seu adversario, padre Feijó, chegára a lembrar a transferencia da regencia para a princeza D. Januaria. Nessa época tornou-se Vasconcellos o arbitro da situação, creador e chefe de um partido, e teve as honras do poder e os elogios de todos os homens do Es-

tado, dos quaes o mais activo e estudioso era talvez elle.

Despertada a idéa da maioridade em 1840, quiz Vasconcellos oppôr-se ao projecto de seus inimigos politicos, mas foi vencido e vilipendiado, e a idéa do partido liberal realizou-se; sendo entregue o governo do Imperio ao principe que ainda não completára dezoito annos.

O mesmo déra-se em Portugal, como vimos, em 1834, sendo declarada maior a princeza que ainda não attingira a idade legal de dezoito annos.

Mas se em Portugal a idéa da maioridade da rainha foi discutida com calma, prudencia e reflexão, no Brazil a excitação dos partidos, o odio politico tornou a discussão dessa medida violenta e anormal; felizmente, porém, nessa revolução politica, a nação conservou-se solidaria, firme, pacifica, e D. Pedro II empunhou o sceptro, no anno em que se completavam dous seculos que o fundador da casa de Bragança conquistára a corôa e a liberdade de Portugal, usurpadas pelos soberanos da Hespanha.

---



# O COMBATE DA ILHA DO CABRITA.

---

Ainda marcham pelas planícies do Paraguay, transpõem as cordilheiras, marinham os despeñhadeiros, atravessam os pantanos, vadeam os rios os soldados brasileiros guiados por um príncipe, que já em outro continente, nas aridas regiões da Africa, fez reviver com sua espada os caracteres da historia que recordam as glorias de seus antepassados; ainda se não fecharam os tumulos que devem receber as ultimas victimas dessa guerra longa, difficil e gloriosa; ainda se não viu adejar sobre os estandartes das nações alliadas o anjo de azas brancas annunciador da paz; essa luta, essa guerra gigantesca, terrivel, perigosa e afamada, que se tem ferido na metade da America que habitamos, ainda não chegou ao seu termo; mas os grandes combates, os feitos guerreiros, as acções de valor, os actos de heroismo que se

hão praticado, pertencem já á historia; por isso nós reunidos neste palacio, onde archivamos os factos da historia patria, esforçarnos-hemos por lembrar um dos feitos mais gloriosos dessa campanha, que, se nos tem custado afflicções, lagrimas e difficuldades de summa gravidade e peso, em compensação tem elevado nosso exercito e armada á altura da fama em que estão os exercitos e armadas das nações que se dizem as primeiras do mundo.

Ainda não julgamos chegado o tempo de averiguar os acontecimentos dessa guerra que sustentamos nos limites meridionaes do paiz, sua marcha e direcção, pesar os erros e profligar a sua prolongação.

Através do prisma das preocupações nacionaes, arrastados por um enthusiasmo de momento, podiamos tornar-nos parciaes e sacrificar a verdade historica; é necessario que o tempo afaste de nós os factos para commettermos a empreza de consideral-os.

O historiador deve ser como o anatomico, que só leva o escalpello da dissecção ao corpo morto; assim a critica da historia só póde apparecer depois que pesa sobre os acontecimentos a mortalha do tempo.

Mas não podemos deixar de responder desde já a uma censura que é quasi geral.

A guerra se tem prolongado muito tempo, grita-se, clama-se.

Se algumas faltas, alguns erros têm corrido para isso, convém confessar que a guerra tem ido além do tempo que todos prevíamos, porque se não conhecia o solo em que ella se desenvolveu, nem as forças e recursos do inimigo.

De feito, se reflectirmos que um exercito numeroso teve de mover-se em um terreno desconhecido, inhospito, coberto em muitos lugares de bosques seculares e impenetraveis, em outros de arroios, pantanos, cujas exhalações entorpecem o cerebro, produzem a febre de vomito negro, envenenam o sangue; de lutar já com os rigores do estio, já com as congelações do inverno, com as nuvens de insectos, com as privações da campanha, com os abataztes, os fossos, as torrentes dos rios, e com tenaz e desesperada resistencia do inimigo; se considerarmos nos preparativos que durante annos accumulára o Paraguay para esta luta, tão grandes, que, sem encontrar resistencia, pôde seu exercito abrir caminho pelo territorio argentino, invadir o Brazil, occupar algum tempo a cidade de Uruguayana, e ameaçar com seus navios a capital da confederação argentina; se attendermos ás inexpugnaveis fortificações armadas de pesada artilharia levantadas pelo inimigo em lugares apropriados; se pensarmos nas difficuldades de abrir estradas em terrenos movediços, alagados, como esse do Chaco, onde foi necessario derrubar arvores,

solidificar o solo, supprimir os arroios, aterrar os banhados, fabricar pontes, lutar com as enchentes do rio Paraguay, que em um momento destruia as obras de muitos dias; se lembrarmos dos remoinhos, barrancos, torpedos, correntes de ferro e das numerosas bocas de fogo assestadas nas margens desses rios do sul da America, ver-se-ha que tem sido preciso dispôr de muita perseverança, energia, actividade, trabalho e coragem para debellarmos inimigo tão audaz, forte, destimido e astuto.

Alli um palmo de terra nos tem custado combates; a conquista de uma fortaleza se não tem feito sem deixar alastrados as campinas e banhados de milhares de cadaveres; vultos heroicos, illustres cabos de guerra, têm apparecido e repellido com a valentia dos antigos gregos e romanos as cohortes numerosas e aguerridas do inimigo, mas por fim têm cahido mortos nas ameias das fortalezas, ou soterrados nos paúes mortiferos desse paiz barbaro; o que patentêa as difficuldades, os perigos, as peripecias dessa guerra longinqua e demorada.

Mas no meio das cordilheiras, sobre os desfiladeiros, nas serras, nos valles do Paraguay, já se ouve o echo que nos annuncia a victoria nessa guerra civilisadora; as phalanges inimigas fogem diante do estandarte alliado, as povoações abraçam o pavilhão da liberdade que um principe lhes apresenta; as familias, os velhos, as mulheres, as crianças, se abrigam

sob as armas das tres nações que vieram libertal-os; e o dictador, como esses antigos devastadores da idade media, perseguido, errante, atacado nas cavernas como uma fêra, encurralado no deserto, vai abandonando os manjares opiparos, os vinhos deliciosos, as riquezas que accumulara em seus acampamentos, e, sem ousar voltar o rosto aos guerreiros que o perseguem, caminha, foge; marcando sua passagem com os cadaveres de milhares de victimas sacrificadas á sua obediencia e ambição.

Um dos primeiros e mais importantes combates dessa guerra provocada pelo despota do Paraguay foi o da ilha do Cabrita.

Ha no rio Paraná uma ilha quasi circular, de duzentas e cincoenta braças de diametro, plana, coberta de vegetação rasteira, e cujo nivel acima da superficie das aguas varia e chega a desaparecer quando a corrente caudalosa do rio traz maior cópia d'agua; e essa ilha desconhecida, sem nome, sem importancia, tornou-se o theatro de um combate memoravel.

Acampára o nosso exercito na margem esquerda do rio, e na margem opposta achava-se o inimigo, que já uma vez viera surprender-nos no proprio acampamento; mas essa audacia foi castigada com a derrota, e com a morte de muitos daquelles que ousaram praticar tal feito; o inimigo, porém, com as baterias do seu acampamento, e principal-

mente com as do forte de Itapirú, metralhava continuamente as forças alliadas, respondendo-lhe os navios da esquadra brasileira, cujos tiros já haviam abatido das ameias do forte o estandarte da republica.

Afim de facilitar a passagem do exercito alliado para o territorio paraguay, e mais favoravelmente bater o forte de Itapirú, ordenou-se a occupação daquella ilha de que fallámos, a qual dista trezentas braças da margem direita do rio.

De feito a commissão de engenheiros sob a direcção do tenente-coronel Dr. José Carlos de Carvalho embarcou no noite do dia 5 de Abril de 1866 para a referida ilha, e dando principio immediatamente aos trabalhos de fortificação preparou e confeccionou um massiço de salchichões e saccos de arêa para assestar uma bateria de quatro canhões raiados, calibre doze, e mais outra de quatro morteiros (1).

Não estava concluido o plano de fortificação quando no dia seguinte rompeu o inimigo vivo fogo do forte de Itapirú; responderam-lhe os nossos, erguendo-se neste momento pela primeira vez o estandarte brasileiro em territorio paraguay.

Acompanhara á commissão de engenheiros uma força de novecentos homens, composta dos

(1) Veja a ordem do dia de 12 de Abril de 1866 do capitão Antonio Tiburcio Ferreira de Souza, commandante da bateria de morteiros.

corpos 7.º de voluntarios, sob o mando do tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca ; 14.ª de infantaria de linha, commandado pelo major José Martini ; guarnição da 1.ª bateria do 1.º batalhão de artilharia a pé, commandada por Francisco Antonio de Moura, e um contingente do batalhão de engenheiros, guiado pelo capitão Brazilio de Amorim Bezerra, marchando essa brigada sob as ordens do tenente-coronel João Carlos de Villagran Cabrita.

Eram brasileiros todos os soldados enviados a occupar esse posto militar, e foram elles os primeiros que pisaram no territorio inimigo.

De posse da ilha sem que os paraguayos o presentissem, trataram os nossos, como vimos, de fortifical-a, de levantar trincheiras e abrir fossos, de sorte que essa pequena ilha, esse banco de arêa coberto de rara vegetação, tornou-se em breve um reducto, um baluarte, um posto militar levantado a tiro de fuzil do forte de Itapirú.

O inimigo, que viéra provocar-nos no nosso proprio abarracamento, considerou ousadia a occupação dessa ilha sob as abas das muralhas do seu forte, e desde a manhã do dia 6 começou a despejar grossa metralha contra os soldados de Villagran Cabrita; mas a nossa bateria respondeu galhardamente com 164 tiros no dia 6 ; no dia seguinte continuou o bombardeamento, destruíram-se todos os merlões do forte e ficou desmontado um canhão de 68;

a bateria da ilha despediu 54 tiros; no dia 8 a nossa bateria deu 46 tiros, que abriram uma grande brecha no forte; no dia 9 soltou a bateria 54 tiros, que escalaram o forte em outra posição (2).

Reconheceu o inimigo a necessidade de desalojar-nos daquelle reducto; de feito ás quatro horas da manhã do dia 10 enviou uma força de mais de mil e duzentos homens da melhor gente de seu exercito, e cento e oitenta e seis praças de degoladores para investir de surpresa, tomar e aniquilar a guarnição da ilha.

Favorecida pela escuridade da noite e pela cerração, desembarcou a força paraguaya, e procurou envolver a nossa linha fortificada, fazendo avançar os soldados pelos flancos.

Os nossos correram a postos e a luta começou.

Villagran Cabrita subiu ás trincheiras, e comprehendendo o plano do inimigo, encarregou da defesa de todo o flanco esquerdo ao capitão Tiburcio de Sousa, mandou occupar o centro os batalhões 14.º de linha e 7.º de voluntarios, e dirigiu-se ao flanco direito, de onde tambem observava o centro (3).

Aproveitando-se da distancia em que se achava o inimigo, ordenou o tenente-coronel

(2) Veja a ordem do dia de 11 de Abril de Francisco Antonio de Moura.

(3) Veja a parte official do capitão Antonio Tiburcio Ferreira de Souza de 12 de Abril de 1866.



Cabrita que se abrisse uma canhoneira no ângulo direito da bateria da direita e se despejasse dous tiros de metralha, e como, occultos nas sarças que vestem a ilha, evitassem os paraguayos os tiros de fuzilaria que partiam das nossas trincheiras, determinou o mesmo tenente-coronel uma carga de baioneta (4).

Tomou então o combate um aspecto medonho; com as armas em punho avançaram os nossos, e em breve encurtou-se ou antes desapareceu o espaço que separava os guerreiros; desejosos de conservar o posto militar que haviam occupado, combatiam os soldados brasileiros com tenacidade e heroismo, os não detendo nem os gemidos dos feridos, nem o arquejar dos moribundos, nem os cadáveres daquelles que cahiam em defesa da patria; como leões raivosos precipitavam-se contra os paraguayos apontando-lhes as baionetas aos peitos. Ficou a terra ensopada em sangue, que espadanava dos soldados inimigos que, apesar de terem combatido com tenacidade indomita, tiveram de recuar, precipitando-se muitos nas aguas do rio, onde alguns conseguiram galgar ás canoas e outros succumbiram afogados.

Villagran Cabrita manifestou a maior energia durante a acção, dirigiu o ataque com sangue frio e destreza, e indifferente aos perigos foi o mais valente entre os valentes.

(4) Veja a parte official formulada segundo as notas do tenente-coronel Villagran Cabrita.

Iam apparecendo os primeiros clarões do dia e ainda a luta continuava, quando o commandante do vapor *Henrique Martins*, Jeronimo Francisco Gonçalves, tomando uma resolução prompta e decidida, deixou o ancoradouro em que estava a 3.ª divisão da esquadra, interpoz-se entre a ilha e o forte, e perseguiu tenazmente debaixo do fogo de duas baterias occultas no matto não só ás embarcações inimigas que vinham com reforços, senão aquellas que fugiam para a outra margem.

Atravessado por balas de canhão, manobrando em um lugar onde facilmente podia encalhar e ir a pique, prestou o vapor *Henrique Martins*, dirigido por aquelle habil e corajoso official, grande auxilio aos combatentes da ilha; e sem essa defesa muito mais difficil seria a victoria.

Os commandantes dos vapores *Greenhalgh* e *Chuy* imitaram o procedimento heroico de Jeronymo Francisco Gonçalves, desbarataram completamente o inimigo, de sorte que suppõe-se que nem um só dos soldados paraguayos voltou ao seu acampamento (5).

A's 6 horas estava o combate concluído, havendo durado duas horas; recolheram os nossos como tropheus mais de setecentas es-

(5) Veja a parte official do combate da madrugada do dia 10 de Abril de 1866, formulada segundo as notas do tenente-coronel Cabrita, e a parte official do tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca.

pingardas com avultada munição nas patronas, grande numero de espadas, quatorze canoas sendo muitas outras levadas pela correnteza do rio com os cadáveres dos que haviam morrido dentro dellas; deixou o inimigo no campo de batalha 642 mortos, além dos que pereceram nas canôas e afogados no rio, sendo arrastados pelo marulho das aguas; grande numero de feridos e prisioneiros, e entre estes o capitão João Romero, chefe da expedição, e commandante dos quatrocentos homens que tentaram invadir o flanco direito, tendo sido morto, logo no principio da acção, o chefe da força que atacara o flanco esquerdo (6).

Tivemos fóra de combate cento e quarenta e nove homens distribuidos pelo modo seguinte: batalhão de engenheiros cinco soldados mortos e um sargento ferido; bateria de morteiros dous soldados mortos e quatro feridos; 1.<sup>a</sup> bateria do 1.<sup>o</sup> batalhão de artilharia a pé, morto um cadete e ferido um soldado; 14.<sup>o</sup> batalhão de infantaria, mortos dous sargentos, um cadete, um cabo, um anspeçada, um particular, um corneta e vinte e dous soldados, e feridos cincoenta e sete, incluindo o major do batalhão, um capitão e dous alferes; 7.<sup>o</sup> corpo de voluntarios, mortas doze praças e feridos um capitão, um tenente e trinta soldados (7).

(6) Veja o relatório do ministerio da marin ha de 1866

(7) Veja a parte official do combate da madrugada

Declarada a victoria, houve no acampamento um contentamento geral; estrugiram de todos os lados brados de saudação e de jubilo.

— Viva a patria, viva o Imperador, viva o tenente-coronel Cabrita! Eis as saudações repetidas e entusiasticas que echoavam no campo da batalha.

Villagran Cabrita e aquelles officiaes que mais se distinguiram eram vivamente aclamados e festejados pelos soldados, que, apesar de ameaçados pelas baterias do forte de Itapirú, erguiam-se nas trincheiras, e bradavam:

— Viva a nação brasileira!

Officiaes e soldados portaram-se com denodo e valentia; entre todos excedeu-se Villagran Cabrita, cuja coragem e intrepidez se não desmentiram no transe mais arriscado e perigoso do combate; apesar de ver cahir morto junto a si o cabo Joaquim Francisco da Conceição, e de ser ferido no rosto, continuou a expôr-se ás balas, desejoso de conquistar gloria e renome para a patria e para si (8).

Pelejaram com extremado valor o tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca, o major José Martini e os capitães Antonio Ti-

do dia 10 de Abril de 1866, formulada segundo as notas do tenente-coronel Villagran Cabrita.

(8) Veja a parte official do capitão Brazilio de Amorim Bezerra, commandante do batalhão de engenheiros.

burcio Ferreira de Souza, Francisco Antonio de Moura e Brazilio de Amorim Bezerra (9).

Mostrou coragem e sangue frio o capitão Felicio Ribeiro dos Santos Camargo, que achando-se nos postos avançados, fez frente a uma columna inimiga de 400 homens, tendo só 84 praças.

Patenteou grande valentia o capitão Fortunato dos Santos Freire, que combateu corpo a corpo com um official paraguayo, e matou-o; ficando levemente ferido em uma perna (10).

Quando estava mais renhido o combate saltou a trincheira o 2.º tenente Luiz Carlos de Mourão Pinheiro; á frente de alguns soldados, repelliu o inimigo até ao rio, e seria victima do seu denodo se a bravura e abnegação de tres soldados o não salvassem dos golpes certos dos paraguayos.

O tenente ajudante Francisco Antonio Carneiro da Cunha, que, tendo ido em serviço ao acampamento, regressara á ilha sob um chuveiro de balas lançadas do forte inimigo, mostrou durante o combate muito valor e intrepidez, sendo ferido na acção (11).

Manifestou decidida coragem o 1º sargento

(9) Veja a parte official do tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Paes de 10 de Abril de 1866.

(10) Veja a outra parte official do referido tenente-coronel de 12 de Abril de 1866.

(11) Veja a parte official do capitão Brazilio de Amorim Bezerra, de 10 de Abril de 1866.

Joaquim da Graça e Silva, que, ferido mortalmente durante a acção, morreu no trajecto para o hospital de sangue.

Achando-se nos postos avançados o 2.º sargento Telesphoro Ricardo da Silva, foi o primeiro que carregou sobre o inimigo em seu desembarque, e apesar de ferido continuou a bater-se nas trincheiras.

Falleceu no assalto o 2.º cadete Antonio Joaquim Rodrigues Torres.

O menino Torres, como o chamavam, foi um dos mais corajosos e intrepidos nas horas do combate; onde a luta era mais incarniçada e terrível apresentava-se elle, e com grande abnegação e coragem indomita expunha o peito ás lanças inimigas. Consta que foi um dos primeiros que percebeu o desembarque dos paraguayos na ilha, bradando: — Ah! estão os paraguayos! Affirmo-o, porque já matei a um delles.

Consta tambem que salvou dous officiaes do seu corpo, matando mais dous inimigos; e apesar de gravemente ferido continuou a pelejar até que, penetrando-lhe no peito uma bala, cahiu lavado em sangue, exclamando:

— Viva a nação brasileira!

O menino Torres nasceu no municipio de Itaborahy em 24 de Agosto de 1849; teve seu berço na mesma terra que conta entre seus filhos o eminente estadista que dirige actualmente as finanças do imperio, o festejado litterato Dr. Joa-

quim Manoel de Macedo, e o desconhecido escriptor destas paginas. Permitti que o diga, não por orgulho proprio, mas por vangloriar-me de haver nascido na mesma terra em que abriram os olhos á vida o visconde de Itaborahy, o poeta Joaquim Manoel de Macedo, e o valenteguerreiro, o menino Torres; e além disto pulsa-me o coração no peito lembrando-me neste momento que alli nasceram meus pais, e os entes que mais tenho estremecido; não foi pois um lampejo de orgulho que dictou-me estas palavras, mas sim a voz do coração.

Dedicou-se o menino Torres ao serviço da patria na idade em que outros se entregam a passatempos futeis, e pereceu na aurora da vida conquistando pelos seus feitos nos campos de combate o nome de heróe; viveu pouco para o mundo, mas viveu muito para a historia.

Estando na chata que devia servir-lhe de tumulo, lembrou-se Villagran Cabrita do menino Torres, e, pronunciando seu nome ergueu-se com tal enthusiasmo que bateu com a cabeça no tombadilho, exclamando:

Morreu como um leão! (12).

Morreu como um leão, repetem os zefiros que pairam sobre o sepulcro do menino Torres, cavado nas margens do rio Paraná.

Merecem louvores os cabos Luiz Pinto de Sousa Rangel, Dario Fortunato Azambuja de

(12) Veja *Apontamentos biographicos para a historia da campanha do Uruguay e Paraguay*, pag. 79.

Souza e Antonio de Moura ; houve-se o primeiro com tanto denodo que matou á bayoneta dous paraguayos que atacaram-no ; o segundo, sorprendido por um official inimigo e alguns soldados, matou o official e repelliu os soldados ; e atacado o ultimo por diversos paraguayos matou a um delles e afugentou os mais (13).

Divulgada a victoria da ilha, mandou o general Osorio, depois barão do Herval, comprimentar ao tenente-coronel Villagran Cabrita, e o general Mitre felicitou em ordem do dia ás armas alliadas por esse glorioso triumpho, escrevenão :

— Honra e gloria aos valentes da ilha em frente ao Itapirú !

Dirigindo-se em ordem do dia ao tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca, disse o capitão Francisco Antonio de Moura : « E' minha opinião inabalavel que não houve nunca soldado que mais fizesse do que os da guarnição desta ilha ; soldados que depois de quatro dias de bombardeamento vivo, supportando toda a sorte de incommodos e privações, acabrunhados de fadigas, elevam tão alto a bandeira nacional, merecem toda a consideração e respeito dos seus concidadãos. Eu direi sempre com orgulho que commandei uma bateria

(13) Veja a parte official do commandante do 7.º batalhão de voluntarios da patria.



no dia 10 de Abril de 1866, na ilha de Itapirú» (14).

O governo condecorou e concedeu postos aos guerreiros que mais se distinguiram na heroica defesa da ilha; e deu as insignias da ordem do Cruzeiro ás bandeiras dos corpos 7.º de voluntarios, 14.º de infantaria e de engenheiros.

O combate desta ilha foi um feito de armas heroico e glorioso; immortalizou os guerreiros que alli pelejaram, fez o inimigo comprehender que tinha de lutar com um povo forte e destimido, e levantou os animos de nossos soldados, porque foi uma das primeiras victorias que illustraram as armas do Imperio nessa prolongada guerra. Mas Villagran Cabrita, o heróe da acção, não tinha de sobreviver muito tempo aos louros conquistados nessa ilha do rio Paraná.

Recollendo-se a uma chata collocada entre a ilha e o nosso acampamento com seu secretario o alferes Woolf, ajudante o tenente Carneiro da Cunha, e o major Luiz Fernandes de Sampaio, que em um pequeno vapor viéra felicitá-lo pelo triumpho alcançado, redigia Villagran Cabrita, inebriado de alegria, a ordem do dia que devia commemorar o feito que o immortalisára, quando uma bomba, dis-

(14) Veja a parte official de Francisco Antonio de Moura, commandante da 1.ª bateria do 1.º batalhão de artilharia a pé.

parada do forte, penetrou na chata e matou-o instantaneamente, decepou as pernas ao alferes Woolf, despedaçou o corpo do major Sampaio, e feriu gravemente no rosto e na cabeça ao tenente Carneiro da Cunha, que, levado moribundo para o hospital de sangue, padeceu muitos mezes dôres cruciantes, mas por fim se restabeleceu, sendo o unico que escapou dessa hecatombe horriavel.

Morreu Villagran Cabrita no momento em que os sorrisos pairavam-lhe nos labios, as esperanças tumultuavam-lhe o cerebro e as alegrias expandiam-lhe o coração; no instante em que, extasiado de prazer, pensava nas condecorações que a patria havia de pregar-lhe ao peito da farda, e nas divisas e dragonas do posto de accesso, conquistadas por sua espada no quadro do exercito; no momento em que considerava no enthusiasmo com que sua mulher, seus filhos, e amigos haviam de saudal-o depois de tão glorioso triumpho, nos louros que ainda podia colher, nos postos a que podia assumir, e nas glórias militares que ainda podia alcançar; morreu quando, ao lançar o ultimo olhar para essa ilha, onde com sua espada escrevêra o feito mais brilhante e heroico de sua vida, sentia arfar-lhe o peito pela patria, pela familia; quando ia pronunciar a palavra que lhe agitava o coração, preocupava-lhe o cerebro, quando ia repetir gloria; e seus labios tremulos e empallescidos pelo sôpro da morte balbucia-

ram essa palavra, e logo após cahiu o guerreiro fulminado pelo tiro de metralha junto á sua espada.

A chata afundou-se, assim como o pequeno vapor em que viéra o major Sampaio, do qual apenas se pôde tirar do fundo do rio um braço, que se reconheceu ser o seu pelas divisas da farda.

Villagran Cabrita e o alferes Woolf foram sepultados na margem esquerda do rio Paraná, collocando-se sobre seus jazigos algumas pedras para servirem de marco; mas as enchentes successivas do rio destruíram esses vestígios, de sorte que se não sabe hoje qual o lugar onde adormeceram do somno dos fôrtes esses heróes da patria.

Em homenagem ao heroismo de Cabrita, ou por mostrar magnanimidade de character e sentimentos religiosos, logo que soube da morte desse distincto cabo de guerra, mandou o dictador Lopes celebrar uma missa no Passo da Patria, á qual assistiu com todo o seu estado maior. Esta noticia foi-nos referida pelo capitão Carneiro da Cunha, testemunha do combate da ilha, e um de seus defensores, que ouviu-a de diversos paraguayos e do 1.º tenente de artilharia Pedro Maximo Barbosa, que leu-a no periodico *Semanario da Assumpção* (15).

(15) Aproveitamos esta occasião para agradecer ao Sr. capitão Francisco Antonio Carneiro da Cunha as noticias e os documentos que nos forneceu sobre o memoravel combate de 10 de Abril de 1866.

Nasceu João Carlos de Villagran Cabrita, em 30 de Dezembro de 1820, em Montevidéo, um anno antes dessa cidade ser incorporada ao territorio brasileiro; em 1840 assentou praça de voluntario do exercito, e logo depois reconhecido cadete, matriculou-se na escola militar, onde pelas suas approvações plenas mereceu a patente de alferes alumno em 1842: no anno seguinte era 2.º tenente; um anno depois 1.º tenente, e em 1847 foi condecorado com o titulo de bacharel em mathematicas. Promovido ao posto de capitão em 1852, e dez annos depois ao de major por merecimento, marchou em 1865 para a guerra do Paraguay; e em 1866 elevaram-n'o seus serviços de campanha á patente de tenente-coronel. Na escola de applicação do exercito onde serviu onze annos de instructor de artilharia, na republica do Paraguay, onde esteve como instructor da mesma arma, na commissão de melhoramentos materiaes do exercito, na provincia da Bahia, e nos batalhões que commandou, prestou Villagran Cabrita relevantes serviços.

Eis succintamente transcripta a fé de officio deste brioso militar, que era dotado de virtudes civicas, tino administrativo, de profundos conhecimentos da arma de artilharia, e em valor e heroismo o não excederam os melhores cabos de guerra (16).

(16) Veja *Apontamentos biographicos*, impressos em 1666, pag. 169.

Sepultado junto do Paraná, cujas aguas seu sangue envermelhecêra, olhando para essa ilha, theatro de sua gloria militar, dorme Villagran Cabrita o somno eterno ; mas seu nome ha de perdurar perpetuamente repetido pelas auras que agitam as aguas desse rio, e balouçam as sarças dessa ilha, que tem recebido os nomes de ilha de Itapirú, da Redempção, do Carvalho, da Victoria e do Cabrita ; porém só este ultimo nome deve ficar registrado nos archivos publicos, nos fastos nacionaes, porque Villagran Cabrita o escreveu com seu sangue, e o sangue de Villagran Cabrita é tambem o da patria.

1869.

FIM.

# INDICE.

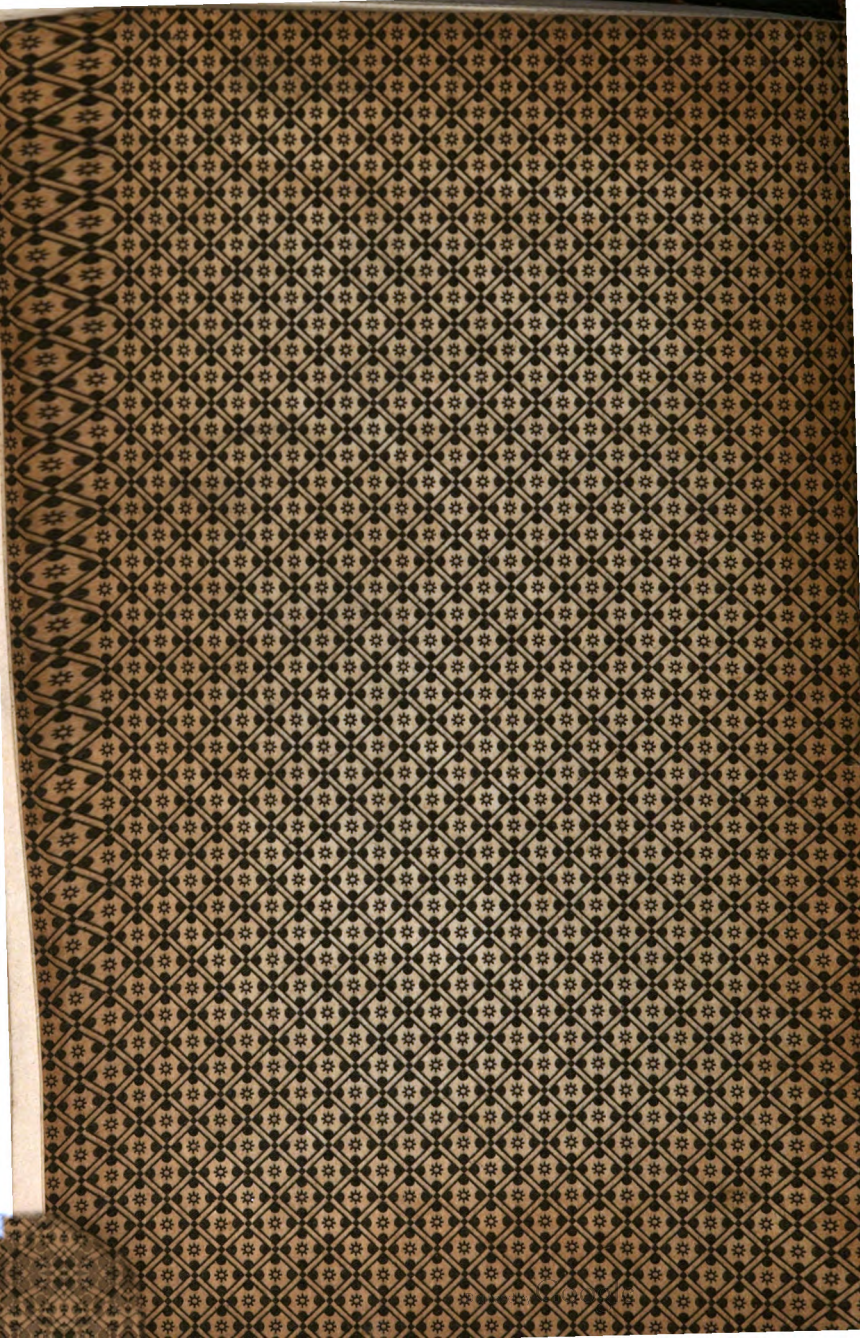


|                                                                | PAGS. |
|----------------------------------------------------------------|-------|
| Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. . .    | 9     |
| A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. . . . .             | 82    |
| Os Tumulos de um Claustro . . . . .                            | 111   |
| O Dia 9 de Janeiro de 1822 . . . . .                           | 170   |
| A Constituição do Brazil. . . . .                              | 208   |
| Sedição Militar de Julho de 1831 no Rio de Janeiro. . . .      | 263   |
| Os Tiros no Theatro, motim popular no Rio de Janeiro. . .      | 279   |
| Sedição Militar na ilha das Cobras em 1831. . . . .            | 293   |
| Motim Politico de 3 de Abril de 1832 no Rio de Janeiro. . .    | 315   |
| Motim Politico de 17 de Abril de 1832 no Rio de Janeiro. .     | 335   |
| O Dia 30 de Julho de 1832 . . . . .                            | 355   |
| Motim Politico de 1833 no Rio de Janeiro. O Tutor do Imperador | 367   |
| Declaração da Maioridade do Imperador em 1840 . . . . .        | 400   |
| O combate da ilha do Cabrita. . . . .                          | 443   |











This book should be returned to  
the Library on or before the last date  
stamped below.

A fine of five cents a day is incurred  
by retaining it beyond the specified  
time.

Please return promptly.

SA 5828.81

Apontamentos historicos.

Widener Library

006195473



3 2044 080 482 607